



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

NATHAN PEREIRA BARBOSA

MEMORIALISTAS DO SERTÃO CENTRAL:
MEMÓRIA, IDENTIDADE, CULTURA HISTORIOGRÁFICA E
LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO EM QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM
(1996-2002)

FORTALEZA - CEARÁ

2015

NATHAN PEREIRA BARBOSA

MEMORIALISTAS DO SERTÃO CENTRAL: MEMÓRIA, IDENTIDADE,
CULTURA HISTORIOGRÁFICA E LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO EM
QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM (1996-2002)

Dissertação submetida ao Programa de
Mestrado Acadêmico em História da
Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Altemar da Costa
Muniz

FORTALEZA - CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Barbosa, Nathan Pereira.

Memorialistas do Sertão Central: Memória, Identidade, Cultura Historiográfica e Legitimação do Discurso em Quixadá e Quixeramobim (1996-2002) [recurso eletrônico] / Nathan Pereira Barbosa.

- 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 182 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico)
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz.

1. Memorialista. 2. Lugar Social. 3. Legitimação. 4. Identidade. I. Título.

NATHAN PEREIRA BARBOSA

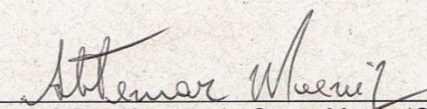
**“MEMORIALISTAS DO SERTÃO CENTRAL: MEMÓRIA, IDENTIDADE, CULTURA
HISTORIOGRÁFICA E LIGITIMAÇÃO DO DISCURSO EM QUIXADÁ E
QUIXERAMOBIM (1996-2002)”**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

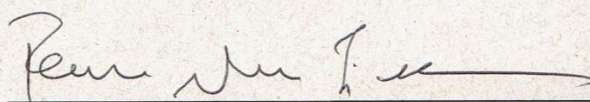
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 28/05/2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
Universidade do Estado da Bahia-UNEB



Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

AGRADECIMENTOS

A Deus, fortaleza e baluarte de minha vida, sem o qual eu certamente não estaria de pé.
À meus pais, os quais desde a graduação tem me apoiado em todos os sentidos no que concerne aos estudos.

Ao orientador, Altemar da Costa Muniz (chamado “carinhosamente” nos bastidores de “Lord das Trevas”), por ter contribuído significativamente para que o trabalho fosse melhor lapidado. Agradeço ainda pelas várias vezes em que, estando eu em Fortaleza, me ajudou se colocando à disposição para oferecer abrigo, comida e carona sempre que necessário.

À Tiego e o casal Eulimar e Ângela que por diversas vezes me hospedaram em suas casas, sou grato por me suportarem.

À Kristiane Martins (“Kiki”) e Natália pelas ocasiões que me deram abrigo quando estive completamente ao relento e desamparado (tá, não é pra tanto drama, mas eu estava sem opção). Serei eternamente agradecido por não ter sido um “Sem Teto” por um dia.

À Nívea Oliveira que, num gesto de piedade para com um estudante desempregado e sem bolsa, baixou gentilmente o preço da revisão ortográfica deste trabalho.

Aos componentes da banca examinadora, Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB) e Alexandre de Sá Avelar (UFU) que prontamente aceitaram o convite e fizeram o momento da defesa bastante rico com suas brilhantes sugestões. Foi uma honra ter conhecido vocês e mais ainda por tê-los em minha banca. Muito obrigado!

Aos professores Almir Leal (UFC) e Marcos Diniz (FECLESC) que muito contribuíram para os rumos finais deste trabalho com suas observações no processo de qualificação em 2014. Meus sinceros agradecimentos.

Aos escritores Marum Simão e João Eudes Costa, os quais são a razão desse trabalho existir, obrigado pela disponibilidade e humanidade com que me receberam em suas casas. Para mim, foi extremamente importante estar com vocês e conhecer um pouco mais a fundo suas obras e suas histórias de vida.

Aos inesquecíveis colegas de mestrado da turma 2013: Lucas Pereira, Elcelane Linhares, Natália Lima, Alex Farias, Nonato Nogueira, Flávio Conceição, Rafaela Lima, Rafaela Moreira, Cláudia Vidal, Adaiza Gomes, Aryana Amorim e Ana Paula Gomes. Como foi bom estarmos juntos nas aulas, discussões, eventos e “saideras”, acompanhando o crescimento pessoal e intelectual de cada um durante esses 24 meses!

A todos os amigos e professores da FECLESC, sem os quais esse momento não estaria se concretizando. Ao Mestrado Acadêmico de História (MAHIS) por ter investido nessa pesquisa, em particular a todos os funcionários, professores e estudantes que fazem do MAHIS uma referência. Que os laços estabelecidos possam perdurar e que a vida cruze nossos caminhos novamente qualquer dia.

À FUNCAP por ter me financiado durante esse período (embora com muitos transtornos e atrasos!), desejo que a instituição priorize mais o conhecimento e menos os interesses mesquinhos vindos de grupos políticos de dentro e de fora da academia. Enfim, mágoas não ficam, só o sentimento de dever cumprido e de vitória.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a vida, obra e influência dos memorialistas cearenses João Eudes e Costa e Marum Simão. Nascidos em 1934, ambos se tornaram as maiores referências em História Local em suas respectivas cidades. O primeiro com seu livro “Quixeramobim, Reconstruindo a História”(1996), e o segundo com “Retalhos da História de Quixadá” (2002). Com escrita de forte tradição da escola metódica positivista, herdada do contato que os mesmos tiveram com o Instituto Histórico do Ceará, esses intelectuais procuraram fabricar, dentre outras coisas, um discurso identitário de perspectiva heróica e cristã-católica. Essas narrativas históricas também possuem a particularidade de servirem como instrumento de auto-afirmação, legitimação familiar e de construção de uma história local com bases ditas europeias, tendo como protagonista o herói branco virtuoso juntamente com as famílias “tradicionais”. As estratégias de divulgação, a proximidade e as alianças com as elites e lideranças políticas, fizeram com que esses escritores disseminassem suas obras de forma abrangente nos municípios de Quixadá e Quixeramobim. Desta forma, mediante essas evidências historiográficas e políticas, formulamos algumas questões: Quem são esses escritores? A partir de qual lugar social produziram seus discursos? Como se deu o processo de legitimação histórica desses memorialistas? Que tipo de história escreveram? Para quem escreveram? A partir de quais referências teórico-metodológicos? E ainda: como essa narrativa hegemônica se materializou em lugares de memória, museus, monumentos e manifestações culturais? Assim, tendo como perspectiva a História Cultural, visamos compreender melhor as inquietações aqui apresentadas.

Palavras-chave: Memorialista. Lugar Social. Legitimação. Identidade.

ABSTRACT

This dissertation in order to reflect on the life, work and influence of Ceará intellectuals João Eudes Costa and Marum Simão. Born in 1934, both became major references in Local History in their respective cities. The first with his book "Quixeramobim, recompondo a História" (1996), and the second with "Retalhos da História de Quixadá" (2002). With writing strong tradition of positivist methodical school, inherited from the contact that they had with the Instituto Histórico do Ceará, these intellectuals sought manufacture, among other things, identity discourse of heroic Christian and Catholic perspective. These historical narratives also have the distinction of serving as an instrument of self-assertion, family legitimacy and build a local history with said European bases, with the protagonist the virtuous white hero alongside the "traditional" families. Dissemination strategies, proximity and alliances with the elites and political leaders, made these writers would spread his works comprehensively in the cities of Quixadá and Quixeramobim. Thus, by these historiographical and political evidence, we formulate some questions: Who are these writers? From what social place produced his speeches? How did the historical legitimation process for these intellectuals? What kind of history written? For those who have written? From which theoretical and methodological references? And again, as this hegemonic narrative materialized in memory places, museums, monuments and cultural events? So, with the prospect Cultural History, we aim to better understand the concerns presented here.

Keywords: Memoirs. Social Place. Legitimacy. Identity

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	MARUM SIMÃO: TRAJETÓRIA DE VIDA, OBRA, LEGITIMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.....	21
2.1	LUGAR SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL.....	21
2.2	AGENCIAMENTOS E LEGITIMAÇÃO.....	31
2.3	ASPECTOS GERAIS E LEGITIMAÇÃO DO AUTOR.....	42
2.4	A INVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE QUIXERAMOBENSE.....	50
2.5	A FABRICAÇÃO DO “HERÓI FUNDADOR” ANTÔNIO DIAS FERREIRA	57
2.6	RELIGIOSIDADE E IDENTIDADE.....	66
2.7	“POVO FORTE” E “CIDADE CORAÇÃO DO CEARÁ”: GENERALIZAÇÃO E DETERMINISMO GEOGRÁFICO.....	71
3	RETALHOS DOS “RETALHOS”.....	79
3.1	JOÃO EUDES COSTA – TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL..	79
3.2	A CONSTRUÇÃO DO LIVRO – CARACTERÍSTICAS.....	86
3.3	A CONSTRUÇÃO/INVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE QUIXERAMOBENSE.....	94
3.4	“HOSPITALIDADE QUIXADAENSE”: QUEIROZES E PAPAEMAS.....	101
3.5.	“QUIXADÁ SOB A PROTEÇÃO DA CRUZ” – IDENTIDADE E AUTO- AFIRMAÇÃO.....	118
4	REFLEXOS DE UMA HISTORIOGRAFIA OFICIAL.....	128
4.1	LEGITIMAÇÃO DOS AUTORES: REFLEXO DE UMA ESCRITA MONUMENTALIZADORA.....	128
4.2	CIVISMO, HISTÓRIA E IDENTIDADE: TRAÇOS DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL NOS HINOS MUNICIPAIS.....	134

4.3	A INVENÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO “HERÓI” E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE QUIXADAENSE E QUIXERAMOBENSE.....	142
4.4	DOS LIVROS PARA AS PRAÇAS E FESTEJOS: A DIFUSÃO DE UMA MEMÓRIA GLORIOSA SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO E SUA CENTRALIDADE DENTRO DO DISCURSO DE FABRICAÇÃO DA IDENTIDADE QUIXERAMOBENSE.....	150
4.5	A APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL PELO PODER PÚBLICO – OS PORTAIS OFICIAIS.....	163
4.6	A MATERIALIZAÇÃO DE UM DISCURSO: LEGITIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUEIROZ E PAPAEMA ATRAVÉS DO MUSEU HISTÓRICO JACINTO DE SOUSA.....	166
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	FONTES.....	176
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo de adentrar na análise dos livros “Quixeramobim, Recompondo a História” e “Retalhos da História de Quixadá”, será necessário situar os autores das referidas obras no tempo e espaço, pois a relação escritor-obra não constitui-se como uma relação isolada do mundo, livre de influências, de referências, apropriações e subjetividades. O escrito, enquanto produto cultural, é resultado de uma prática realizada por um ou mais indivíduos, situados em um determinado contexto político, social e cultural. Trata-se de uma prática extremamente carregada de intencionalidade e interesses por parte de quem escreve ou até mesmo em alguns casos, por parte de quem financia e encomenda uma obra de história.

Como afirma Pierre Bourdieu em debate com Roger Chartier (1996), a escrita possui uma série de artifícios que permitem que o escritor crie e articule formas de manipular/conduzir a interpretação do leitor, como por exemplo, palavras, frases destacadas e trechos inteiros em negrito, itálico ou sublinhado. Sendo assim, o fator intencionalidade ganha ainda mais força, se considerarmos esses recursos textuais a que o escritor tem em mãos. O próprio leitor da presente dissertação se deparará, ao longo de todo o texto, com uma série de recursos que visam dar mais ênfase e assim produzir uma atenção especial para alguns trechos dos livros aqui selecionados e estudados, o que acabará influenciando diretamente na interpretação textual.

Também não se deve perder de vista que a escrita, assim como a memória, está sujeita e é feita essencialmente de seleções, recortes, silêncios e esquecimentos. Como sugerem Paul Ricoeur (2008) e Guimarães (2007), a lembrança convive constantemente com o esquecimento, o próprio ato de lembrar depende em grande medida de certo esquecimento, de recortes e seleções subjetivas do que merece ser lembrado e do que merece ser esquecido ou silenciado. A escrita também está totalmente imersa nessa lógica, mais especificamente a escrita da história, que é o foco de nossa pesquisa. A escrita da história define os que serão lembrados e os que serão esquecidos, pois ela

pode ser a forma mais rápida para o fácil esquecimento. Se por um lado a invenção da escrita representou avanço para a capacidade da memória, tornando a lembrança dependente de um novo e revolucionário artifício, [...] por outro representou um golpe poderoso na capacidade da memória natural. Aquilo que se escreve pode desaparecer da memória natural, o que

constituiu um curioso paradoxo nessa relação entre escrita/memória artificial e memória natural. (ABREU, 2007: 28)

Entende-se a memória também, como campo de disputa no sentido de algo a ser solidificado, construído e cristalizado. É aí que se percebe o esforço de alguns indivíduos, em construir um discurso mais concreto sobre a memória de seu grupo, proporcionando assim uma estruturação da identidade local e possibilitando sua perpetuação ao longo dos anos. Em nosso contexto, esse esforço de perpetuação da memória parte de historiadores e memorialistas por meio da escrita da história. Todavia, nem todos os indivíduos encontram-se no mesmo patamar social, alguns se encontram encaixados em espaços/posições/condições/ lugares sociais privilegiados de fala, em que seu discurso e visão de mundo detêm maior poder de legitimação. Publicar um livro também consiste em um ato de afirmação social e confere diferenciação e poder ao escritor, pois como afirmou Certeau, a escrita se constitui como sendo uma prática de “hierarquização do social, instrumento de produção de uma classe dominante”. (CERTEAU, 1994: 142). Além de conferir poder ao escritor, o livro, como disse Roger Chartier, estabelece uma “ordem” sobre aquilo que se escreveu. Pensando em escrita da História, essa “ordem” visa atender a interesses:

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação [...] Os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro [...] No caso do livro, elas constituem uma ordem singular, totalmente distinta de outros registros de transmissão tanto de obras canônicas quanto de textos vulgares. Daí então a atenção dispensada, mesmo que discreta, aos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna um livro. (CHARTIER, 1999: 8)

Tudo é feito a partir de um lugar social, como sugeriu Michel de Certeau; e entender esse lugar de onde o escritor produz seu discurso é fundamental para compreender e problematizar o escrito enquanto documento/fonte histórica.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma tipografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2008: 66-67)

Ora, o lugar social revela muito sobre certas posturas, posições políticas, certas tradições escritutárias e, por que não, revela até alguns silêncios e ênfases que passariam despercebidos ao leitor que desconsiderasse a posição social do escritor. Portanto, como também afirma Sandra Jatahy Pesavento, para o historiador é fundamental considerar em qualquer abordagem sobre os vários tipos de discurso não só quem o produz, mas de que forma ele foi produzido e para quais grupos é direcionado.

O historiador lança as perguntas sobre quem fala e de onde fala, ao focar o texto propriamente dito, o que se fala e como se fala na análise da recepção, a questão jogada pelo historiador será discutir para quem se fala (PESAVENTO, 2005: 70)

Os sujeitos aqui estudados sentem a necessidade (pelos mais variados motivos que queremos descobrir) de escreverem uma história do seu lugar. De certa forma, trata-se de uma tentativa de oficializar, cristalizar uma visão sobre o passado através da escrita, pois como disse o sociólogo francês Maurice Halbwachs: “As palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1950: 80). Essa cristalização de determinada versão sobre o passado também possui suas ligações e influências com o presente, pois toda interpretação sobre o passado, seja ela feita em qualquer época histórica, sofre inevitavelmente intervenções do tempo presente em que foi escrita. Essas interpretações são influenciadas pelo contexto social, político e cultural tanto da parte de quem escreve sobre o passado, quanto da parte de quem lê, não importando se o escritor e o leitor sejam contemporâneos ou não. “O conhecimento é socialmente condicionado, bem como o ato de conhecer.” (MARTINS, 2009: 63)

Ainda na esteira de que o conhecimento produzido possui marcas de seu tempo e contexto, é que nos propomos a conhecer o lugar social onde os escritores Marum Simão e João Eudes Costa estão inseridos e de onde produzem conhecimento. Isso ajudou a entender como os referidos intelectuais tornaram-se referência em História Local nos municípios de Quixeramobim e Quixadá, cidades que formam anualmente diversos historiadores pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC-UECE) desde 1988. E não apenas isso, como se não bastassem os historiadores que saem da academia a cada semestre, Marum Simão e João Eudes são referência até para os que já atuam como professores. Considerados “os historiadores” das cidades, possuem grande prestígio como intelectuais e estão sempre presentes nos eventos mais significativos do calendário quixeramobiense e quixadaense, quer sejam culturais, políticos ou religiosos. Tal status pode ser classificado como o que Pierre

Bourdieu chamou de Capital Simbólico: “o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento.” (BOURDIEU, 2004 e 2005).

Assim, esse trabalho analisou duas obras de forma direta: “Quixeramobim, Reconstruindo a História” (1996) de Marum Simão, e “Retalhos da História de Quixadá” (2002) de João Eudes Costa. Foram também debatidas as obras das bibliografias de ambos os livros que foram frequentemente citadas pelos dois autores, em sua maioria, artigos do Instituto Histórico do Ceará ou livros de escritores membros dessa instituição. Mas qual o porquê da escolha desses livros? Antes da publicação dessas obras, o que se tinha de material sobre a história das cidades de Quixeramobim e Quixadá eram obras raras que datavam da década de 1950/60 e artigos escritos por intelectuais do Instituto Histórico do Ceará como os quixeramobienses Boanerges Facó (1958), João Brígido, Andrade Furtado (1957), Ismael Pordeus (1955), o fortalezense José Bonifácio de Sousa (1947), o quixadaense Eusébio de Sousa (1913), dentre outros. Os livros se encontravam em bibliotecas particulares, já os artigos estavam na sede do Instituto na cidade de Fortaleza, cerca de 167km de distância do Município de Quixadá e 200km de Quixeramobim. Dessa forma, as publicações de Marum Simão e João Eudes se tornaram marcos, pois foram os primeiros materiais que de fato foram distribuídos em larga escala ao grande público desde a base, ou seja, nas escolas, bibliotecas e demais repartições públicas. Para tanto, esses escritores que sempre fizeram parte dos círculos políticos locais, estabeleceram alianças com o poder oficial, fato que se refletiu na escrita de seus livros. Também é importante esclarecer que Quixadá e Quixeramobim formavam um só território até meados do século XIX, quando Quixadá conquistou sua emancipação política. Assim sendo, os discursos dos escritores sobre as “origens”, abrangiam inicialmente o mesmo território.

A combinação de influência do Instituto Histórico, somada aos acordos com as forças políticas locais, resultou em uma narrativa histórica de caráter católico, oficial, engrandecedora, monumentalizadora, mitológica, heróica e “livre” de questionamentos ou contradições no que se refere às famílias chamadas “importantes” e aos políticos. Esses discursos procuraram a todo momento elaborar e cristalizar um certo tipo de identidade que se definia como “povo pacífico”, “hospitaleiro”, “cristãos autênticos”, “sertanejos fortes”, “cidade coração do Ceará”, “cidade que nasceu à sombra da cruz”, etc. Nos dizeres de Joël Candau, trata-se de um conhecimento histórico produzido com

finalidades de fabricar uma “identidade sobre uma memória [...] alimentada de um passado prestigioso” (CANDAU, 2011: 151).

O interesse por esses livros se deu também pelo fato de que essas continuam sendo as versões da história local estudadas nas escolas de Quixeramobim e Quixadá. Faz-se necessário, portanto, a desnaturalização dos mitos, o questionamento do historiador às versões oficiais. Têm-se a consciência do desafio e da complexidade que foi concretizar esses objetivos, isso porque não se buscou a mera reprodução das citações dos autores, mas sim uma análise à luz das influências que estes sofreram ao longo de suas trajetórias intelectuais. Oliveira (2000), bem observou sobre os cuidados que o historiador deve tomar ao realizar uma pesquisa de cunho historiográfico, como o de não esperar que o texto fale por si mesmo:

Ao historiador que se interessa pela desconstrução das narrativas historiográficas, [...] cabe um longo processo de escolhas e definições. Situar as individualidades e historicidades na construção de uma compreensão do passado envolve uma percepção dilatada de sujeito e objeto que se envolvem em um constante e tenso diálogo. É mister rastrear indícios, buscar constatações, encontrar conexões e sobretudo seguir a tramas confusas de um passado que possui sua historicidade. Compreender o passado na sua fala e na sua temporalidade é uma possibilidade de procedimento. Não se trata de uma autonomia do objeto e nem mesmo de uma perspectiva empirista na qual os objetos falam por si mesmos, revelando um determinado passado. Trata-se aqui de uma compreensão das falas do passado, situadas nas suas historicidades. (OLIVEIRA, 2001: 18,19)

Os homens, que nesse trabalho foram estudados, são chamados de “memorialistas” pela maioria dos historiadores acadêmicos. Isso se deve ao fato de inicialmente não possuírem formação acadêmica na área de História e serem portadores de uma abordagem que destoa dos métodos das ciências sociais. Trata-se de uma abordagem que por muitas vezes é feita utilizando-se da memória como espelho fiel dos fatos passados e sem uma problemática específica que a desconstrua ou a questione. Assim, o que se encontra nesses textos é uma monumentalização e romantização dessa memória por parte desses intelectuais. A historiadora Ana Cláudia Fonseca Brefe em sua dissertação sobre a cidade de São Paulo nos relatos daqueles que a mesma chamou de “memorialistas”, fez uma afirmação que entende-se como parte dessa cultura historiográfica da qual os mesmos se apropriaram: “A memória opera para eles como uma película cinematográfica, capaz de gravar imagens e revê-las sempre que o mecanismo da recordação é acionado” (BREFE, 1993: 23). Em suma, esses escritores não fazem distinção entre Memória e História. Ainda nesse sentido, Cyntia Chaves, em

seu trabalho sobre os escritores de história que denominou de “memorialistas” da cidade de Limoeiro do Norte (CE), afirmou:

Os memorialistas, ao produzirem seus textos, ou aglomerarem documentos, não possuem a percepção que estão produzindo “representações de uma realidade”, podem até acreditar que está faltando algum dado, mas para eles, pelo menos predominantemente, os fatos falam por si só. A relação com suas produções escritas ou com as fontes lembram ao da escola metódica. Enquanto o historiador seleciona, indaga, fazendo o texto- documento falar, o memorialista o vê como uma prova, uma verdade absoluta de um passado e se relaciona neste sentido, gerenciando suas produções de maneira uniformizante e homogeneizadora. (CHAVES, 2012: 06)

O que também se pode constatar nos livros desses intelectuais é uma extensa catalogação de datas, fatos e “grandes feitos” de “homens importantes”. A prática de criar heróis ditos fundadores que seriam exemplos de moralidade e espiritualidade, também foi uma tradição bastante disseminada entre os escritores aqui estudados. Sobre essa particularidade, se buscou entendê-la como sendo um discurso de seu tempo, feito por sujeitos que além de serem influenciados por uma cultura historiográfica glorificadora, possuíam interesses em comum para que essa memória oficial fosse perpetuada. “Cada época constrói sua memória e seus heróis (...). A memória lança mão de uma narrativa tradicional sobre o passado, explica a origem, os feitos e as glórias dos heróis.” (OLIVEIRA, 2003:68)

Em muitos casos, essa maneira de se escrever história foi influenciada pela íntima proximidade com as elites locais, fato que contribuiu para a exaltação inquestionável das mesmas e sua perpetuação. Os depoimentos de pessoas, as informações de documentos oficiais, a bibliografia e a memória foram tomadas por esses escritores para, em grande medida, louvar personalidades locais, famílias ditas tradicionais e forjar mitos fundadores. A prática de ter o trabalho patrocinado pelos poderes locais, também foi ressaltada por Oliveira (2000), ao enfatizar que alguns historiadores do Instituto Histórico do Ceará, ao realizarem essa prática, extrapolavam os limites do próprio *métier*.

As ações de construção da memória oficial elaboradas em conjunto com os governantes cearenses seriam um espaço privilegiado dessa aproximação. [...] O *métier*, definido na sua prática historiográfica, extrapolava assim a própria questão científica, e se fazia presente na sociedade cearense seja para produzir relações dessa sociedade com o passado ou para legitimar os poderes estabelecidos. (OLIVEIRA, 2001: 172,173)

Dois autores que nesse trabalho tiveram sua vida e obra estudadas e problematizadas não são portadores do diploma de Licenciatura ou Bacharelado em História, no entanto, eles se fizeram e foram feitos historiadores. As respectivas cidades

nas quais os mesmos se tornaram referências no conhecimento histórico não os enxergam como “memorialistas”, mas como “historiadores”. A classificação desses intelectuais como “memorialistas” é algo que parte da academia, o leitor não-familiarizado com os debates teórico-metodológicos não faz distinção entre “memorialista” e “historiador”. Quando se afirma que eles se fizeram e foram feitos historiadores, nos referimos tanto a um complexo processo de auto-afirmação intelectual e política por parte desses escritores, quanto a um processo também complexo de afirmação por parte da sociedade e dos círculos sociais que os mesmos participavam.

Só para citar um exemplo, logo na orelha do livro de Marum Simão “Quixeramobim, Reconpondo a História”, Fernando Pimentel Fernandes, sócio-fundador da Academia de Ciências Sociais do Ceará, escreveu: “Que a história lhe dê o justo título de filho *emérito* de Quixeramobim e historiador cearense”. (SIMAO, 1996) (grifo do autor). O que se tentou destrinchar inicialmente foi como se deu esse processo de legitimação, tanto da parte de Marum Simão para consigo mesmo, quanto da parte de terceiros.

Como se verá, são intelectuais que se aproximaram e se apropriaram de uma Cultura Historiográfica e por ela foram moldados. Entendemos por Cultura Historiográfica como sendo o conjunto de vertentes de leitura, interpretação e abordagens teórico-metodológicas da História (DIEHL, 1993)¹. No caso específico de João Eudes Costa, viu-se sua proximidade e diálogo com o Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará. Marum Simão além de possuir intimidade com a mesma instuição, também aproximou-se da Sociedade Cearense de Geografia e História.

Sendo assim, para entender e assim problematizar melhor a inserção social e a legitimação de Marum Simão e João Eudes enquanto historiadores das cidades, será exposto nos dois capítulos a seguir um pouco da trajetória de vida dos escritores e como estes utilizaram de estratégias para a disseminação e oficialização de seus livros. Também se fará um debate em torno de seu conteúdo. Afinal, que tipo de história é essa? Por que ela teve tamanha aceitação entre as elites e os políticos para que a colassem no patamar de oficial? Que visão os autores constroem sobre a sociedade,

¹ Sobre a concepção de Cultura Historiográfica e suas várias implicações, ver DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*.

sobre o povo de Quixeramobim e Quixadá? Quais os mitos fundadores presentes nas obras?

As informações biográficas aqui contidas e que serão problematizadas foram obtidas por intermédio de entrevistas realizadas nos dias 03/07/2011 (João Eudes Costa) e 17/10/2013 (Marum Simão). A partir de suas trajetórias enquanto estudantes, intelectuais, escritores e funcionários públicos, pôde-se entender mais do lugar social em que estiveram inseridos. Não se deve, todavia, perder de vista que os depoimentos, assim como o depoimento de qualquer sujeito que seja entrevistado sobre sua trajetória de vida, são permeados de subjetividade, silêncios, omissões, seleções. Seu discurso sobre o passado está totalmente impregnado de suas convicções e valores no presente, pois “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, remontar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado” (BOSI, 2003: 52).

Portanto, as memórias de um indivíduo estão situadas no tempo, estão constantemente sujeitas a mudanças através dos filtros de suas convicções do presente, e não somente sobre nós mesmos: “A representação e do que consideramos importante representar é um processo constante de mudança. Se a memória muda sobre fatos concretos e protagonizados por nós, também muda para fatos mais amplos” (KARNAL, 2010, p. 8). Tampouco o pesquisador estará livre de subjetividades, pois, neste trabalho estão escritas as frações de depoimento que se achou relevantes de registro. Como afirmou Edward Hallett Carr: “o historiador é necessariamente um selecionador” (CARR, 1996: 14).

Passemos agora à divisão dos capítulos e suas respectivas temáticas. O trabalho foi dividido em três partes. No primeiro capítulo intitulado “*Marum Simão, Trajetória de Vida, Obra, Legitimação e construção de Identidades*”, se buscou, a princípio, situar socialmente esse intelectual para tentar a partir de seu Lugar Social, compreender sua trajetória política e profissional em Quixeramobim e, conseqüentemente, sua legitimação. A segunda parte do capítulo trouxe uma série de reflexões sobre sua principal obra “Quixeramobim, Recompondo a História”. A proposta consistiu em tentar entender no que consiste o discurso histórico já legitimado por Marum Simão. Quais foram os mitos fundadores? Quem são os “heróis pioneiros” definidos em seu livro? A partir de quais interesses se selecionou uns e se “esqueceu” ou se “ignorou” outros para serem os ditos “fundadores”? Como se deu essa fabricação do mito de origem? Quais suas influências? A partir de qual matriz ideológica sua narrativa se desenrolou? Em que medida o mesmo reproduziu ou realizou uma releitura

de discursos ou construções identitárias de outros historiadores quixeramobienses? Essas foram algumas inquietações para as quais se tentou, minimamente, buscar respostas.

O segundo capítulo “Retalhos dos Retalhos”, possui roteiro semelhante ao anterior. Inicialmente, uma análise de como João Eudes Costa se encontra encaixado nas diferentes esferas da sociedade quixadaense, proporcionou um breve panorama de sua legitimação político/intelectual na cidade de Quixadá. A partir desse capital simbólico identificado, foi construída a segunda parte do capítulo que analisou seu livro “Retalhos da História de Quixadá”. Assim como no capítulo I, se buscou analisar também os autores quixadaenses e fortalezenses que influenciaram o autor, bem como as reproduções ou releituras de mitos de origem. Sobre esse aspecto, uma particularidade de João Eudes Costa foi a tentativa por vezes recorrente em seu livro de afirmar e reafirmar sua família (Os Papaemas) como pioneiras na cidade. Ao longo do capítulo, se questionou o que seria o chamado “pioneirismo” e a partir de quais referenciais esse termo teria sido utilizado na obra. Se questionou também por que os índios e negros não foram incluídos no discurso do “pioneirismo”, antes, foram vistos como seres que estariam fora da “civilização”. Além do dito pioneirismo reclamado pelo autor, a referida família teria, segundo o mesmo, deixado um “legado espiritual” para os quixadaenses do futuro, tais como: fé, amor, bondade, caridade, desapego das coisas materiais, hospitalidade e espírito pacífico. Características essas que estariam presentes em todos os “verdadeiros quixadaenses”. Acredita-se que até os dias atuais, esse discurso continua sustentando relações de poder baseadas numa dita “diferenciação” por parte dos que se identificam por “Papaemas”. Dessa forma, se buscou desconstruir e problematizar esses e outros mitos elencados na obra de João Eudes Costa.

O terceiro capítulo intitulado “Reflexos de uma historiografia oficial”, procurou perceber a influência, os efeitos ou os reflexos dessa historiografia oficial produzida pelos intelectuais do Instituto Histórico do Ceará e pelos escritores Marum Simão e João Eudes Costa, para além das páginas de seus livros e artigos. Afinal, como essas narrativas permeadas de heróis, mitos de origem e famílias “pioneiras virtuosas” foram apropriadas e monumentalizadas pelo poder oficial em forma de discurso? De que forma essa versão da história se materializou em museus, lugares de memória ou monumentos de pedra e cal como praças e estátuas? Qual a contribuição dessas obras

para a construção de um imaginário² histórico sobre as cidades? Qual a influência dessa historiografia glorificadora na produção de uma importante ferramenta utilizada pelas elites letradas para louvar seus “heróis locais”, como os hinos municipais, por exemplo? Como, passados alguns anos pós a produção e consolidação de seus livros, esses memorialistas continuam sendo legitimados politicamente por jornais, mídias oficiais ou outros discursos? São algumas perguntas que se tentou responder.

Por fim, acredita-se que esse trabalho trará uma considerável contribuição para o campo historiográfico da História Local, principalmente porque traz para o centro de discussão a historiografia produzida no interior do estado e fora dos muros da academia, muitas vezes esquecida pelos estudiosos. A importância de estudar essas produções não-acadêmicas, se dá pelo fato de que esses são os discursos históricos dominantes na sociedade quixadaense e quixeramobiense, todo imaginário sobre as “origens” foi construído por essas produções, não pelo discurso acadêmico. Portanto, como ignorar esse fato?

Finalizo essa introdução com as palavras da historiadora Maria de Jesus Moraes, sobre a importância de o historiador desconstruir e questionar discursos identitários presentes nos textos históricos:

Compreender a identidade valendo-se dos discursos é uma estratégia elucidativa, uma vez que o discurso é produzido em determinadas condições históricas e, também, por que ele cria tradição, passado e influencia novos acontecimentos. É pelo discurso, diz Orlandi (2008[1990]), que a história ultrapassa a mera perspectiva de evolução e se faz sentido. (MORAIS, 2008: 48)

² Sobre o conceito de ‘imaginário’ nesse trabalho, se levou em consideração a definição dada por Castoriadis: “falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa ‘inventada’ – quer se trate de uma invenção ‘absoluta’ [...] ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações ‘normais’ ou ‘canônicas’. [...] é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar [...]” (CASTORIADIS, 2000: 154).

2 MARUM SIMÃO: TRAJETÓRIA DE VIDA, OBRA, LEGITIMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

2.1 – LUGAR SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL

“Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos”

Edward Hallet Carr - O que é História?

Este trabalho não é apenas um trabalho de historiografia, mas também procurou estabelecer discussões sobre a trajetória política dos escritores estudados. Como já dito, não é razoável aprofundar-se na obra de um intelectual sem antes conhecer um pouco de suas origens, sua trajetória, suas referências, sua formação, seu lugar de fala/produção, seu lugar social. Para tanto, a entrevista realizada no ano de 2013, na própria casa do escritor, servirá de mote para se trazer algumas questões pertinentes à trajetória de Marum Simão e, posteriormente, à análise de sua produção historiográfica.

Evidentemente, que não se caiu na ilusão de que a entrevista proporcionou um conhecimento completo e absolutamente verdadeiro sobre sua vida. Uma das armadilhas da memória é que ela nunca resgata o que foi vivido, mas seleciona, resignifica, omite e constrói novas leituras das lembranças que por sua vez são narradas no agora, ou seja, de um lugar social específico. Logo, a visão do entrevistado sobre os acontecimentos passados não é a mesma do vivido. Seu depoimento é datado e diretamente influenciado por seus pressupostos de hoje. Mesmo que tais lembranças façam referência a experiências individuais de quem narra, elas sempre estarão sendo lembradas e narradas também com a ação direta das experiências coletivas que o entrevistado teve durante sua vida. Nesse sentido, de que não existe um resgate, uma pureza ou imparcialidade no lembrar, concordamos com Padrós (2002) quando afirma que

As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. Elas não são meros registros fotográficos dispostas num álbum mental; “não arquivamos instantâneas objetivas dos fatos acontecidos, senão que captamos o significado, o sentido e as emoções às quais se associaram tais experiências”. (PADRÓS, 2002. s/p).

O historiador deve estar ciente de todas essas questões, para não cair no que Pierre Bourdieu chamou de “Ilusão Biográfica”. Ou seja, a ilusão de que seria possível narrar a vida de um indivíduo em toda sua plenitude. E ainda, encarar as falas do

entrevistado como falas prontas e acabadas, sem uma problematização sobre a seletividade da memória pessoal, a subjetividade, etc. Esses pressupostos foram de fundamental importância para que se pudesse escrever e problematizar sua trajetória de vida.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (AMADO; FERREIRA, 2006: 165.)

Assim, a proposta inicial foi evitar limitar-se a apenas a reproduzir o que foi dito, mas a partir de algumas falas, problematizar os silêncios, as ênfases e assim identificar as questões que dizem respeito à ascensão do escritor como referência intelectual e política em Quixeramobim e Fortaleza. Outro aspecto importante é que nem todas as informações passadas por Marum foram, de fato, comparadas com outras fontes. Isso devido ao tempo disponível para a pesquisa que não permitiu um aprofundamento maior nestas questões que demandavam uma pesquisa mais detalhada. As falas foram encaradas numa perspectiva problematizada de auto-reprodução ou discurso sobre si. O mais importante foi perceber como se deu essa fala sobre si, sobre como ela reforçou certas imagens já estabelecidas sobre sua pessoa. Também estamos cientes de que nossa narrativa sobre sua vida é uma construção, um recorte, uma seleção do que se pensa ser relevante registrar e problematizar a partir da entrevista.

Antes de adentrar à sua trajetória de vida, deve ser explicado aqui o uso de alguns termos referentes às ações do autor em questão, no que diz respeito às suas atitudes políticas. As palavras “forjar”, “estratégia”, “agenciamento”, “legitimação”, não foram entendidas na presente pesquisa como portadoras de uma conotação maquiavélica ou conspiradora. Entende-se que cada ser social busca seu lugar enquanto agente interventor da realidade, sendo esse processo uma construção realizada através das mais diversas maneiras. Esse desenrolar e formas de se estabelecer são mais evidentes em sujeitos públicos como Marum Simão. O que virá nas linhas a seguir será a exposição de como se entende que o escritor quixeramobiense, galgou sua carreira de memorialista premiado, reconhecido e influente. Não esquecendo também suas contradições enquanto sujeito social.

Marum Simão nasceu no dia 18 de maio de 1934 no município de Quixeramobim, cidade localizada na região denominada Sertão Central no estado do Ceará. Filho de José Simão Abu Murrul, um imigrante libanês que se estabeleceu em

Quixeramobim após casar-se com a brasileira e dona de casa Maria Alice Simão. Em entrevista realizada com Marum (17/10/2013), o mesmo não soube especificar as diversas datas relacionadas a seus estudos primários, o que é perfeitamente compreensível. Sendo assim, listaremos na ordem as respectivas instituições onde começou a ser formado o futuro escritor. E não somente isso, mas boa parte de sua escrita, como se verá mais à frente, possui clara influência do ensino católico que recebeu em colégios religiosos.

O entrevistado relatou que iniciou seus estudos ainda criança na Escolinha do Salão Paroquial da professora Oscarina Anselmo, em Quixeramobim. Após essa experiência, estudou até a quarta série no Grupo Escolar Assis Bezerra. A partir da quarta série, foi transferido juntamente com seu irmão, Moacir Simão, para a escola católica Colégio Cearense Sagrado Coração de Jesus em Fortaleza, onde foi interno por três anos. Ao completar a maioridade e servir ao Serviço Militar, viu-se obrigado a estudar no período noturno na Escola Técnica de Comércio Pe. Champagnat, instituição onde se formou no curso técnico em Contabilidade. Terminado o curso técnico, retornou a Quixeramobim onde tornou-se sócio de um contador ativo no mercado local há algum tempo.

Paralela à atividade de contador, fundou em 1956 junto com alguns amigos de escola, o Grêmio Littero-Recreativo Dom Quintino³. Nas palavras escritas de Marum Simão tratava-se de uma.

instituição fundada e mantida por jovens idealistas. [...] Além do lazer, preocupava-se o Grêmio Dom Quintino com o desenvolvimento cultural e artístico da juventude de Quixeramobim. Contava com uma biblioteca com mais de 1.000 livros (SIMAO, 1996: 365)

Junto com o grêmio, surgiu também um jornal intitulado “O Quixeramobim (II)”⁴, periódico de circulação restrita ao município. Percebe-se que desde cedo, destacou-se como figura letrada e formadora de opinião ao exercer funções como a de escritor de periódico e, como veremos a seguir, de professor. À medida que ocupou

³ Marum justificou que o nome do grêmio foi uma homenagem ao primeiro bispo de Quixeramobim, Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, de origem pobre e órfão de pai e mãe, “na cidade de Quixeramobim estudou as primeiras letras e iniciou o Curso de Humanidades, que concluiu no Seminário de Fortaleza, onde se matriculou em princípios de março de 1881. [...] Recebeu a 3ª ordem sacerdotal a 19 de junho de 1881.” (SIMAO, 1996: 413)

⁴ A razão pela qual o periódico chamava-se “O Quixeramobim (II)” refere-se à retomada das tiragens do jornal “O Quixeramobim”. Ao todo, existiram três gerações de escritores que estiveram à frente das publicações. Segundo as informações do livro de Marum Simão, “O Quixeramobim” (I) circulou no ano de 1906 e limitou-se a quatro números. “O Quixeramobim” (II) circulou em de 1956 à 1957 e tinha Marum Simão no corpo de fundadores e editores. “O Quixeramobim” (III) circulou de 1979 à 1981 e tinha Marum Simão como colaborador.

posições públicas como escritor e professor, Marum Simão estabeleceu-se enquanto intelectual e tornou-se cada vez mais conhecido dos diversos segmentos sociais de Quixeramobim; aumentando ainda mais seu círculo de influência política.

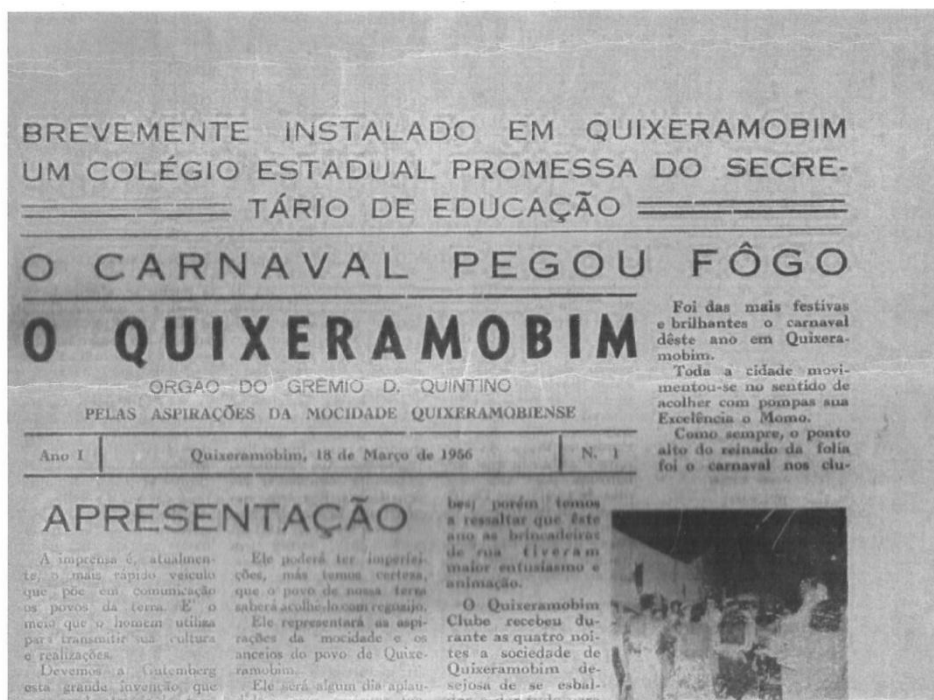


Figura 01. Primeira edição do Jornal “O Quixeramobim” em 1956. (acervo pessoal de Marum Simão)

Nessa primeira página da edição N° 1 do jornal “O QUIXERAMOBIM (II)” fundado pelos jovens do Grêmio Dom Quintino (dentre eles, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante, que será melhor apresentado na página 23), pode-se ler o lema do periódico: “PELAS ASPIRAÇÕES DA MOCIDADE QUIXERAMOBIENSE”. É possível notar tanto pela iniciativa de Marum Simão em fundar o grêmio, quanto pelo lema quase militante do jornal, que ele se lançou como um líder da juventude juntamente com aquele grupo. O intelectual influente e formador de opinião começava a se projetar e, dado sua posição privilegiada de fala, a ser uma referência na cidade.

O engajamento social no grêmio, o interesse e a habilidade com as letras começaram a chamar a atenção das freiras, que administravam o Colégio das Filhas de Santa Teresa, localizado em Quixeramobim e popularmente chamado de “Colégio das Irmãs”. Marum Simão relatou que certo dia, sua prima, Áurea Pinto Chaves Monteiro, professora de Geografia, trouxe a notícia de que a freira diretora o havia convidado para substituir o professor de Ciências que deixaria a Escola em poucos dias. Marum afirma que relutou e alegou não ser sua área de domínio. Lamentou e ao mesmo tempo frisou que “se a matéria carente fosse a de História, assumiria sem maiores problemas”, pois

possuía um bom conhecimento da disciplina. Poucos dias após o convite, a professora de História do mesmo colégio transferiu-se para Fortaleza, deixando vago o cargo que ocupava. Marum Simão então ocupou as duas vagas, tornando-se assim, por volta de seus vinte e dois anos, professor de História e Ciências. É interessante observar como um jovem de pouca idade possuía respaldo e era conhecido no círculo educacional. Afinal, lecionar duas disciplinas de naturezas distintas sem nenhuma formação acadêmica para tal, mas usando apenas como “diploma” a reputação, as qualidades de escrita e o engajamento social, faz de Marum Simão um intelectual diferenciado.

Durante a entrevista, as palavras que encerraram a narrativa deste período de vida foram: “Então a minha carreira de professor começou meio que por acaso, né...”. Ao analisar sua declaração percebe-se que entra em choque com os fatos que havia narrado, pois o “acaso” não esteve presente em toda sua fala. A oportunidade de liderar uma sala de aula e consequentemente a carreira de professor, começaram pela exposição pública, reconhecimento e status que foi obtendo através da atuação literária no grêmio e no periódico “O Quixeramobim”. Ao iniciar sua carreira não se afastou mais das salas de aula e foi aos poucos ocupando cargos nas áreas de ensino e gestão.

Já estabelecido no magistério, obtém o registro de História/Ciências por intermédio do programa federal CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), política criada no segundo governo Vargas que priorizava o aperfeiçoamento de profissionais educadores sem nível superior nas localidades mais afastadas.

Marum ainda revelou que em 1960, quando da inauguração do Colégio Estadual Assis Bezerra, ele e os antigos integrantes do já desativado Grêmio Littero-Recreativo Dom Quintino doaram todo o acervo da antiga instituição para composição da biblioteca da nova escola. Esta ação rendeu a Marum e seus colegas que também lecionavam no “Colégio das Irmãs”, uma contratação como professores da instituição recém criada. O Grêmio já estava desativado, mas o lema “Pelas aspirações da mocidade quixeramobiense”, pelo visto, ainda vigorava entre aquelas lideranças estudantis, tanto que eles continuaram a se inserirem em espaços de sociabilidade do público jovem como a Escola. Em 1962, Marum se tornou vice-diretor após a transferência do então ocupante padre Hélio para a cidade de Quixadá. Aos vinte e nove anos de idade assumiu como diretor após a saída do diretor e juiz José Ferreira Diassis, evidenciando assim sua posição de liderança.

Sua fama de gestor correu pelos sertões e a posição privilegiada que ocupava aumentou sua rede de contatos e laços políticos. Tanto que em 1973 foi convidado para assumir o posto de Delegado de Ensino, da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) com sede em Quixadá. Dois anos depois, mudou-se para Fortaleza onde assumiu como diretor da Divisão de Ensino da Secretaria de Educação de Fortaleza a convite do então Secretário de Educação de Fortaleza, Cel. Murilo Serpa. Em relação a esse episódio, Marum relatou a maneira como foi chamado para assumir o cargo em uma reunião na capital com todos os delegados do interior.

Tava eu e outros líderes políticos ali conversando, o coronel Serpa chegou, colocou a mão no meu ombro e disse para o pessoal: “Olha, vocês arranjem outra pessoa pra ser o delegado de ensino de Quixadá porque eu vou trazer o Marum pra cá”. Ele não tinha me falado nada! E eu fiquei assim... (risos)

Ressalte-se que o ano de 1975, período da Ditadura Militar, não se outorgava cargos de confiança a qualquer um, ainda mais em se tratando do setor educacional na capital do estado. Certamente Marum preenchia todos os requisitos políticos que um cargo desse porte e envergadura exigia: ser conhecido, respeitado e influente no meio militar e político. Tudo isso implicava possuir em volta de si uma completa e estratégica rede de contatos políticos. Seu perfil possuía todos esses aspectos.

Já empossado como diretor da Divisão de Ensino da Secretaria de Educação de Fortaleza, prestou vestibular em 1976 para o curso de Pedagogia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Dois semestres depois, transferiu-se para a Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde concluiu o curso no ano de 1979. Em 1984, foi novamente convidado por um militar para exercer a função de coordenador adjunto da Fundação Educar.

Um dia o prof. Osvaldo, que foi prefeito de Quixeramobim, me telefonou, disse: “Olha, Marum. O coronel Adatau colocou nas nossas mãos o cargo de coordenador adjunto da Fundação Educar.

O contexto político brasileiro, que em 1984 era de início de abertura política e decadência do Regime, foi totalmente diferente da turbulenta década de 70. Todavia, Marum Simão continuou em alta entre os militares que ainda ocupavam muitos postos de comando. Exerceu o cargo a que foi indicado até a extinção da Fundação Educar em 1990. Não coincidentemente, após essa data não recebe mais indicações de militares. Contudo, como se verá mais adiante, o fim do Regime não o deixou fora do mundo político-cultural.

Após a extinção da Fundação Educar, aposentou-se após trinta e cinco anos de serviço. A aposentadoria, no entanto, não o impediu de exercer as funções de secretário de Educação, Cultura, Desporto e Turismo da cidade de Quixeramobim, durante o mandato do prefeito Cirilo Pimenta, eleito em 1996; cargo que deixaria somente em 2001 com o fim do primeiro mandato. Durante essa experiência, saiu por diversas escolas em cidades do interior do Ceará ministrando cursos com duração de três dias para especialização pedagógica de professores da rede pública. Segundo o próprio Marum, foi com o dinheiro proveniente desses cursos que toda a tiragem de “Quixeramobim: Reconstruindo a História” foi financiada.

Nessa breve descrição sobre a trajetória de vida de Marum Simão, há um fato comum a todas as situações em que o escritor ocupava um novo cargo e função: sempre exerceu a convite ou indicação de políticos, militares, intelectuais gestores em diferentes conjunturas políticas. Arelado a isso, está uma rede complexa e diversificada de sociabilidades que o escritor construiu ao redor de si. Indagado sobre os inúmeros convites e indicações, o memorialista respondeu:

Graças a Deus, eu nunca pedi. Quando mudava de governador, o Alfredo Machado⁵ que tinha interesse nos contratos, nas vagas... ia lá e dizia: “Simãozim, você não se preocupe porque você já está na minha relação pra eu entregar ao governador”

Sua fala procurou rechaçar qualquer possibilidade de possíveis apadrinhamentos políticos, no decorrer dos mandatos de governadores nas décadas de 1970, 80 e 90. No entanto, há elementos em seu discurso que evidenciam uma prioridade ou preferência por parte dos subordinados do governador por seus atributos pessoais e profissionais. A consolidação de sua pessoa enquanto referência na área da educação, ensino, ação social e história, fez com que fosse muito requisitado. Foi uma figura inserida nos contextos políticos das décadas de 60/70/80/90/2000 tanto na capital do Estado do Ceará, quanto de sua cidade natal, Quixeramobim. Isso mostra não só uma capacidade de adaptação a diversas conjunturas políticas, sociais e culturais, mas principalmente a influência que exercia nos mais variados segmentos.

Sua proximidade com os militares pode ser a resposta para sua interpretação do que foram os anos de 1964 a 1985. Diferentemente do termo “Ditadura”, aqui utilizado e que por si já diz muito de nossa visão sobre aquele período, Marum referiu-se a essa temporalidade como “movimento militar”. O termo foi empregado ao referir-

⁵ Advogado quixeramobiense que atuou como diretor da Divisão de Contabilidade e Finanças da Vice-Governadoria do Estado do Ceará nas décadas de 1970 e 1980. Também atuou no Ministério Público a partir do ano de 1996.

se à rádio quixeramobiense A Voz de Cristal, que teve seu transmissor apreendido após descoberta do Governo de seu funcionamento irregular: “Como esse sistema não era oficializado, com o movimento militar de 1964, o transmissor foi apreendido, ficando sua atuação restrita aos alto-falantes instalados em vários pontos da cidade” (SIMAO, 1996: 368). Apesar de seu livro praticamente não tocar nas questões políticas mais polêmicas desse período da história do Brasil, o autor deixou pistas tanto por intermédio de seus depoimentos, sua escrita e sua trajetória de vida, sobre qual seria sua opinião sobre os anos 64/85.

Além de professor, colunista do Jornal “O Quixeramobim”, secretário de educação, dentre outros cargos administrativos, Marum Simão também aventurou-se no rádio. Não como locutor ou apresentador, mas como produtor do programa “O Minuto Histórico” na rádio quixeramobiense Campo Maior, na década de 90. O programa que era gravado em Fortaleza e enviado para o interior do Estado consistia em notas e curiosidades históricas sobre a cidade de Quixeramobim. O conteúdo histórico que era semanalmente lido no programa era escrito por Marum. Seu status de “historiador” começou a ser forjado pelas ondas do rádio.

Sua formação escolar católica o influenciou tanto ideologicamente, quanto também seu estilo de escrita que procura construir uma história gloriosa, dita imparcial. Porém, outro fator determinante que somou-se à primeira questão para solidificar de vez seu viés historiográfico, foi a aproximação de instituições que dedicam-se a produzir um tipo específico de conhecimento histórico sobre o Estado do Ceará. Referimo-nos a grupos como o Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará⁶ (onde se tornou sócio-amigo) e a Sociedade Cearense de Geografia e História⁷ - SCGH (onde se tornou sócio efetivo).

O Instituto Histórico do Ceará surgiu em 1887 nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Assim, toda uma tradição

⁶ Com sede em Fortaleza, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, ou Instituto do Ceará como é conhecido, foi fundado em 4 de março de 1887 por Guilherme Studart e mais onze intelectuais cearenses. Atualmente, os sócios efetivos são em total de 40. A entrada só ocorre com a morte de algum sócio. Há também a categoria de sócio-amigo, a qual Marum Simão associou-se. De acordo com o historiador Almir Leal de Oliveira, o Instituto surgiu como uma necessidade de uma intelectualidade cearense em se inserir nos debates nacionais e assim integrar a história do Ceará à história do Brasil, assim como também serviu de quartel para os militantes da causa abolicionista no Ceará. O objetivo do Instituto era produzir um conhecimento histórico que reforçasse a “construção dos marcos referenciais da história cearense como uma forma de inclusão do Ceará no processo civilizatório. Esta seria a tônica e o objetivo do Instituto Histórico do Ceará, a sua razão de ser” (OLIVEIRA, 2001: 88)

⁷ Fundada em 1935 por intelectuais cearenses, e com sede em Fortaleza, a Sociedade Cearense de Geografia e História (SCGH) publica anualmente uma revista em formato de livro. Os sócios são vitalícios num total de 40. A entrada só ocorre com a morte de algum sócio.

escritutária com bases no positivismo e cientificismo foram herdadas e aplicadas às várias interpretações da história cearense produzidas ali. Segundo o historiador Almir Leal:

O projeto de nacionalidade desenvolvido pelo Instituto Histórico do Ceará pode ser compreendido como uma transição das diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os núcleos fundadores do IHGB que ofereciam uma leitura da Nação estarão presentes na proposta regional da sua instituição congênere no Ceará, ressaltados, evidentemente, as suas particularidades. (OLIVEIRA, 2001: 83)

Marum nos relatou que no início dos anos 1980 começou suas pesquisas nos arquivos e artigos que ali existiam, inicialmente para o programa de rádio “O Minuto Histórico”, as pesquisas serviriam futuramente para o livro que lançaria em 1996, intitulado “Quixeramobim: Recompondo a História”. Todavia, compreende-se que não havia essa separação de intenções tendo em vista que segundo o autor, já havia um projeto de escrita da história de Quixeramobim desde os anos 1960. O que se quer frisar é que o livro não surgiu de repente como que por acaso, houve toda uma maturação de conversas com outros autores, leituras e pesquisas que inicialmente foram expostas no programa “O Minuto Histórico”.

Seu primeiro contato com o Instituto não se deu por intermédio da pesquisa direta nos arquivos e revistas, mas sim através das conversas e encontros com o escritor Ismael Pordeus.

Quando eu era estudante em Fortaleza, eu conhecia o Ismael Pordeus. Não era o Ismael Pordeus Júnior, era o pai dele. O pai dele era de Quixeramobim e ele escreveu muita coisa sobre Quixeramobim na revista O Cruzeiro e no Instituto, por ocasião dos cem anos de elevação à Cidade e cento e cinquenta anos da Paróquia. (...) Ele me levava na casa dele pra mostrar os documentos que ele tinha sobre Quixeramobim. Então aí eu despertei um pouco.

Além das pesquisas, Marum foi inserindo-se numa rede que possui características de escrita da história muito específicas. Na referida obra de 1996, a qual analisaremos mais densamente no tópico seguinte, percebe-se como o autor herdou uma Cultura Historiográfica que caracterizava-se pelo tom factual, extremamente apegada a documentos escritos, “grandes fatos” e “grandes heróis”. Não se deve enxergar tal Cultura como algo a-histórico, homogêneo e estático, mas em constante processo de renovação, crises, quebra de paradigmas, embates entre correntes. O Instituto do Ceará, por exemplo, possui uma forte herança metódica no que diz respeito à abordagem, tratamento com as fontes e problematização dos fatos (no caso, a falta dela).

Sobre “Quixeramobim, Recompondo a História”, o autor relatou-nos que a escreveu em fins da década de 1980 até 1996 enquanto ocupava o cargo de diretor

escolar. Desde esse tempo, coletava dados nos cartórios, na diocese de Quixeramobim e no Arquivo Público de Fortaleza. Foi praticamente toda embasada em pesquisas nas revistas do Instituto Histórico do Ceará e da SCGH. Tamanha proximidade com as instituições cearenses acabou resultando em sua filiação na qualidade de Sócio-Amigo e Sócio-Efetivo. Assim, adotou esses lugares como centros de estudo e pesquisa histórica, além de frequentar periodicamente as reuniões.



Figura 02. Parte da biblioteca de Marum Simão. Coleção das revistas do Instituto do Ceará. (acervo do pesquisador)



Figura 03. No detalhe, alguns dos vários volumes dos encadernados da Revista do Instituto do Ceará. (acervo do pesquisador)



Figura 04. Volumes da Revista da SCGH Localizados na biblioteca de Marum Simão. (acervo do pesquisador)

O currículo e a carreira pública possibilitam enxergar o lugar social que Marum Simão ocupa. É importante lembrar que todos esses cargos e funções foram exercidos antes do lançamento do livro, portanto, o autor já possuía um grande capital

simbólico (BOURDIEU, 2004 e 2005) frente à sociedade, ou seja, um grande reconhecimento enquanto intelectual, professor e gestor. Ocupando lugares privilegiados de fala, posições de exposição pública, funções e espaços que o ajudaram não só a legitimar sua obra como “História Oficial” de Quixeramobim, mas a legitimá-lo como “historiador da cidade”.

2.2. AGENCIAMENTOS E LEGITIMAÇÃO

*“A história faz-se com documentos e idéias, com fontes e com
imaginação”
Jaques Le Goff – Para um Novo Conceito de Idade Média*

O livro “Quixerambim, Recompondo a História” (1996) foi apresentado em um pré-lançamento no dia 22 julho de 1996 na cidade de Fortaleza em sessão ordinária realizada no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. De acordo com Marum Simão e as fotografias das três noites de lançamento, tiradas do acervo do autor, estiveram presentes políticos, médicos, militares da aeronáutica e exército, padres, professores, servidores públicos e intelectuais ligados ao Instituto. A estratégia para que sua obra tivesse uma divulgação massiva foi muito bem sucedida. Primeiro um pré-lançamento no Instituto do Ceará; em seguida, o lançamento oficial em Quixeramobim; e por último, o grande e requintado lançamento no tradicional Clube Náutico Atlético Cearense⁸. A esse processo de estratégias, daremos o nome de “agenciamentos”, ou seja, uma série de escolhas que visam otimizar a aceitação/legitimação e disseminação de autor e obra. São exemplos dessas escolhas: o local de lançamento, pessoas convidadas, os intelectuais que discursaram, os escolhidos para escreverem a orelha, o prefácio, a apresentação, etc.

⁸ O Clube Náutico Atlético Cearense foi fundado em 09 de junho de 1929 por trabalhadores do comércio fortalezense e oferece atividades como natação, tênis, futsal, boxe, basquete e MMA. O Náutico hoje se configura como um dos principais espaços culturais, políticos e sociais do estado (talvez o mais tradicional), recebendo grandes eventos locais, regionais e nacionais, além de importante ambiente de sociabilidade da elite fortalezense.



Figura 05. Pré-lançamento do livro no Instituto do Ceará em 1996. Na foto, membros da Colônia de Quixeramobim – Da esquerda para a direita: Rubens Soares Costa; Virgílio Viana da Silva Tavares (funcionário público); **Dr. Leorne Menescal Belém de Holanda (advogado e ex-deputado estadual e federal)**; Dom Miguel Fenelon Câmara (à época, arcebispo de Teresina); Marum Simão (autor do livro) (sentado); Renato Pordeus (presidente da Colônia); Carlos Furtado (membro da colônia) Maria Rita Silva Simão (esposa do autor); **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado (advogado e na época Presidente da Fundação EDUCAR)**; João Bosco Câmara (funcionário público); José Evandro da Silva Tavares (oficial da Aeronáutica); Fernando Saraiva Câmara (membro do Instituto); Jaques Andrade Furtado (professor e coronel do exército).

(acervo pessoal de Marum Simão)

A fotografia não é um espelho da realidade, pois possui uma intencionalidade. E neste caso, por tratar-se de uma fotografia institucional, a intencionalidade e a carga ideológica/simbólica ficam mais evidentes. A imagem dos intelectuais do Instituto do Ceará e da Colônia de Quixeramobim perfilados atrás de Marum (ocupando a cadeira do presidente) e seu livro ao centro, tendo ainda como pano de fundo os quadros dos membros imortais, mostra reverência, aceite, consagração, legitimação. É como se o passado e o presente se curvassem ante a mais uma obra produzida naquela instituição. Estão assegurando de forma essencialmente simbólica que o livro foi aceito e é respeitado e venerado por aqueles círculos intelectuais. A foto nos passa a impressão de um Marum Simão já engajado no universo intelectual, cercado de homens de letras.

Como dito no parágrafo anterior, a imagem foi concedida pelo próprio Marum. Ou seja, é uma escolha, um olhar, uma seleção intencional do que o escritor achou importante: uma imagem extremamente carregada de significados. Todo o

cenário converge para a figura central de Marum e seu livro numa posição de poder. Somando a problematização dos elementos da fotografia e sua escolha pela mesma, temos então, mais um exemplo de “agenciamento”, a saber, estratégias de legitimação.

Após o pré-lançamento no Instituto do Ceará em Fortaleza, veio o lançamento oficial da obra “Quixeramobim, Recompondo a História”, na própria cidade em foco no estudo. No dia 10 de agosto de 1996, pouco mais de 200 pessoas compareceram ao auditório do Colégio Estadual Dr. Andrade Furtado para prestigiar o evento. Marum, que à época era secretário de educação da administração do prefeito José Alves da Silveira, incluiu o lançamento de seu livro como parte da programação oficial de um dos eventos mais significativos da cidade, a Semana do Município⁹, época em que a cidade fica cheia por conta das comemorações e os “filhos ilustres” voltam à terra de Antônio Conselheiro para participarem das festividades. Os convites foram confeccionados pela Prefeitura Municipal de Quixeramobim. Marum Simão, enquanto secretário da administração, possuía legitimidade e respaldo para tal feito. Assim o lançamento configurou-se como algo público, promovido pelo poder público, tornando-se ferramenta e canal de legitimação. A primeira parte do texto do convite dizia o seguinte: “A Prefeitura Municipal de Quixeramobim, ao ensejo das comemorações da Semana do Município, convida vossa Exma. Família para o lançamento do livro “QUIXERAMOBIM, RECOMPONDO A HISTÓRIA” de autoria do prof. Marum Simão...”.

Os agenciamentos (em prol de seu livro e consequentemente de sua pessoa) chamam a atenção pela forma estratégica como tudo foi conduzido. Ao ter os convites emitidos pela Prefeitura, deu mostras de seu capital simbólico, deixando claras evidências de que era um homem respeitado e influente mesmo antes do evento. A legitimação pública que sua obra receberia pela prefeitura, através de um simples convite, ampliou-se com a presença do prefeito José Alves da Silveira discursando na noite de lançamento. As explicações para tamanha aprovação e difusão da obra por parte da Prefeitura de Quixeramobim, dentre outras, é que atende à visão de história que o poder oficial procura passar. Ou seja, uma história que produz heróis, exalta políticos e fundadores da cidade, isenta de contradições e questionamentos que porventura venham a desconstruir mitos fundadores ou explicar questões sociais locais conflitantes

⁹ Semana em que se comemora a emancipação política de Quixeramobim. As festividades começam sempre no dia 22 de agosto e estendem-se durante toda a semana.

como exploração, desigualdade social, coronelismo, o domínio das oligarquias locais, dentre outras.

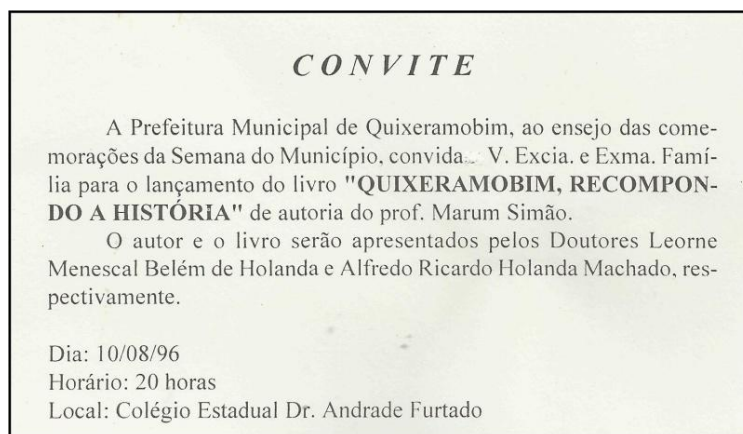


Figura 06. Exemplar original do convite para o lançamento oficial do livro “Quixeramobim, Recompondo a História”. (acervo pessoal de Marum Simão)

A segunda parte do texto do convite diz: “o autor e o livro serão apresentados pelos Doutores Leorne Menescal Belém de Holanda e Alfredo Ricardo Cavalcante de Holanda Machado, respectivamente”. Atente-se para o termo “doutores”, pois na pesquisa feita, não constatou-se que nem um dos dois nomes citados possuísem doutorado. Este seria mais um agenciamento de legitimação, pois, na sociedade brasileira de bases patriarcais e com um passado monárquico e bacharelesco, em que os títulos eram “signos de prestígio e de poder”¹⁰ proporcionando status e diferenciação social, tal prática era, e ainda continua, muito comum em meios intelectuais onde se proliferam “Doutores” sem doutorado, tais como médicos, advogados e políticos. Nesse sentido, concordamos com Marilena de Sousa Chauí, quando afirma que

por estar determinada, em sua gênese histórica, pela "cultura senhorial" e estamental que preza pela fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como se depreende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição (o caso mais corrente sendo o uso de "doutor" quando, da relação social, o outro se sente ou é visto como superior e "doutor" é o substituto imaginário para antigos títulos de nobreza) de prestígio e de status. (CHAUÍ, 2001: 92)

¹⁰ Termo utilizado pela filósofa Marilena de Sousa Chauí em seu livro “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária” (2000) para se referir aos títulos de diferenciação social que sempre se configuraram como um fetiche das elites brasileiras.

Mas quem eram esses homens “Doutores”? O que havia de especial neles para que fossem escolhidos pelo escritor para apresentarem o livro “Quixeramobim, Reconstruindo a História”?

Leorne Menescal Belém de Holanda, o primeiro a ser citado no convite, nasceu em Quixeramobim em 1938 e formou-se em Direito. Foi na época do discurso um ex-deputado estadual e ex-deputado federal pelo Estado do Ceará que atuou nas décadas de 70 e 80. Em pesquisa que se realizou no portal eletrônico da Câmara dos Deputados (www2.camara.leg.br), mais especificamente na seção “Conheça os Deputados”, foi possível ter acesso a uma ficha com algumas informações sobre a vida política de Leorne Belém.



Figura 07 . Leorne Menescal Belém de Holanda. (FONTE: Portal da Câmara dos Deputados (www2.camara.leg.br) – Seção “Conheça os Deputados” - acessado em 22 de janeiro de 2013)

Percebeu-se pelo site da Câmara dos Deputados, que Leorne Belém teve uma ampla atuação política, galgando sua carreira de vereador de Quixeramobim a deputado estadual e federal. Tê-lo como apresentador da obra dava uma dimensão nacional para a obra de História Local. Assim, o ex-deputado esteve presente nas três solenidades de lançamento, tendo discursado em duas oportunidades como apresentador do livro.

Leorne Belém pertencia à Arena, partido pró-Regime Militar. Exerceu no ano do Golpe, o cargo de “Advogado de Ofício Substituto da Justiça Militar, 1964-1970”. Foi alguém influente, próximo e de muita confiança dos militares, Belém fazia parte da ala de parlamentares que não só apoiaram o Golpe, mas também exerceram funções que diretamente faziam a engrenagem ditatorial funcionar.

Marum manteve-se próximo dessas forças políticas. Sua teia de relacionamentos era tão sólida que mesmo após o fim do Regime e o restabelecimento da democracia, continuou influente e transitando nos mais diversos bastidores político-administrativos da capital Fortaleza e Quixeramobim.

O outro “Doutor” a apresentar o livro na noite de lançamento oficial em Quixeramobim foi Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado. Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará em 1983, esse Quixeramobiense além de ter sido vereador da cidade na década de 1980, também ocupou durante as três últimas décadas do século XX até a segunda década do século XXI, vários cargos públicos no setor jurídico do Estado do Ceará. Atualmente (2014), Ricardo Machado exerce o mandato de procurador geral de justiça do Estado do Ceará pela segunda vez consecutiva durante a gestão do governador Cid Ferreira Gomes (2010-2014). O trecho da matéria a seguir, extraída do jornal Diário do Nordeste Online, relata um pouco da trajetória de Ricardo, que à época (20/12/2013) acabara de ser nomeado como procurador.



Figura 08. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado. (FONTE: Diário do Nordeste. Acessado em 22/01/2014)

Pôde-se observar que o perfil profissional de Ricardo Machado se assemelha ao de Leorne Belém: homem público, formado em Direito (justificando o tratamento de “Doutor”), com vasta atuação jurídica na sociedade, com atuação política em Quixeramobim e que recebeu reconhecimentos e condecorações por seus serviços. Machado, antes mesmo de ser eleito, já era uma figura pública na cidade de Quixeramobim ao lado de Marum Simão. Isso porque os dois participaram da terceira geração que retomara as atividades do jornal “O Quixeramobim”, chamado de “Quixeramobim III”, o qual circulou de 1979 a 1981.

Ricardo Machado também foi agraciado com honra ao mérito, conferida pelo Município de Quixeramobim, e com a medalha Boticário Ferreira, pela Câmara

Municipal de Fortaleza em 1996, ano do lançamento do livro. Exerceu os cargos de promotor de Justiça de 1ª entrância da comarca de Solonópole e depois de 3ª entrância na comarca de Quixadá (cidade vizinha de Quixeramobim). Diante de tais evidências, afirmamos que assim como Leorne Belém, Ricardo Machado foi uma personalidade que possuía um capital simbólico considerável no plano municipal e estadual. Todas essas escolhas feitas sob medida pelo autor são agenciamentos que culminaram em seu reconhecimento e legitimação.

Na noite do lançamento de seu livro “Quixeramobim, Recompondo a História”, a imprensa cobriu o evento. O hino do município foi cantado por todos de pé ao acompanhamento da banda de música municipal Sebastião Doth. Era o que faltava à cidade, um livro que contasse sua história. O sentimento de orgulho cívico e apego àquele torrão se confundiam com os rituais de cerimônia do lançamento. Naquele momento, seu autor era definitivamente imortalizado. A História de Quixeramobim e Marum Simão tornavam-se sinônimos mediante toda uma construção, um esforço de uma elite político/cultural para que o escritor se tornasse o que é hoje: um historiador que, em sua cidade, é a voz autorizada sobre o passado.

Observe-se na fotografia a seguir, como as coisas se confundiam e se misturavam. Assim como a imagem 04, essa também foi cedida pelo escritor e selecionada de seu acervo pessoal. Da esquerda para a direita vemos os quatro primeiros que são filhos e esposa do autor; Marum Simão; José Alves da Silveira, à época, Prefeito Municipal de Quixeramobim; Leorne Belém; Prof. Moacir Simão (irmão do escritor e que discursou em nome da família do autor); Ricardo Machado; e um coral formado por professoras e funcionários da escola cantando o hino de Quixeramobim. Vemos aí o cerne do agenciamento: transformar algo particular (ou seja, o pensamento de um indivíduo sobre a cidade) em um momento cívico e de celebração pública. Ao ser incluído na programação oficial dos festejos da semana do município, o livro de Marum Simão ganhou status oficial.



Figura 09. Solenidade de lançamento do livro em Quixeramobim. Da esquerda para a direita: filhos e esposa de Marum Simão, prefeito de Quixeramobim José Alves da Silveira (no centro, blusa branca), Leorne Menescal Belém e coralistas entoando o hino da cidade.
(acervo pessoal de Marum Simão)



Imagem 10. Parte do público presente.
(acervo pessoal de Marum Simão)



Imagem 11: Banda de música municipal
(acervo pessoal de Marum Simão)

Após o pré-lançamento no Instituto do Ceará em Fortaleza e o lançamento oficial no Colégio Estadual Dr. Andrade Furtado em Quixeramobim, o Clube Náutico Atlético Cearense na capital Fortaleza seria o palco que encerraria em grande estilo o processo de lançamento do livro “Quixeramobim, Recompondo a História”. Segundo o autor, quatrocentas unidades foram vendidas logo na noite do lançamento, a mesma contou com a presença de diversos intelectuais do Instituto do Ceará, Sociedade Cearense de Geografia e História, políticos, professores, funcionários públicos, médicos, militares, etc. As estratégias estão presentes desde a confecção dos convites, as pessoas convidadas, o local escolhido para o evento e os intelectuais que discursam.

Tudo foi pensado para que a obra fosse aceita e legitimada mesmo antes de chegar às mãos dos leitores.

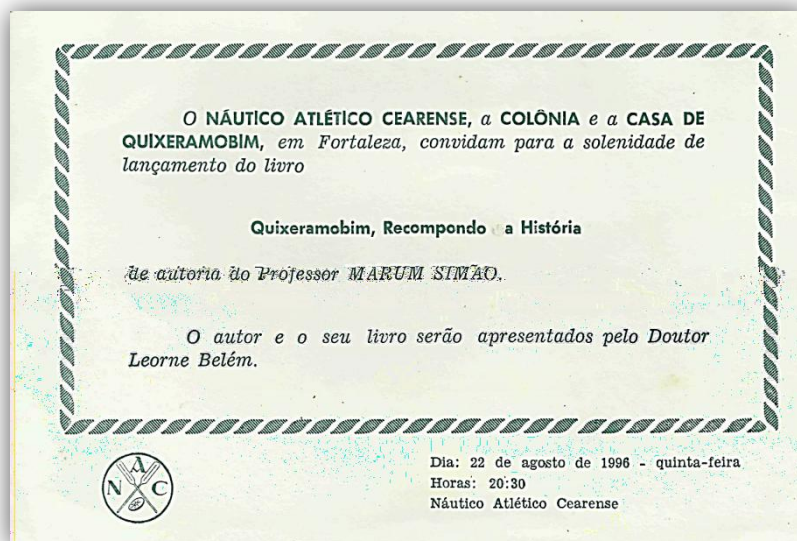


Figura 12. Exemplar do convite para o lançamento no Náutico (acervo pessoal de Marum Simão)

Além do convite estar no nome do clube (algo comum naquele estabelecimento), há duas instituições, sociedades ou associações que estão chancelando publicamente a obra do autor, tratam-se da “Colônia” e a “Casa de Quixeramobim”. Ambas eram associações organizadas com estatuto e reuniões periódicas que congregavam os filhos de Quixeramobim radicados em Fortaleza. Mas quem eram esses filhos? Em sua maioria eram empresários, professores, militares, escritores, funcionários públicos e médicos. Simbolicamente, é como se os filhos mais ilustres da terra estivessem assegurando a qualidade da obra em questão. Ter um livro que versa sobre a história de Quixeramobim, validada por duas associações que pretendiam representar a cidade na Capital para, assim, manterem vivos os laços e tradições, foi um dos vários fatores que contribuíram para a consolidação e grande aceitação da publicação. Entende-se que o fato de valer-se dessa tradição acadêmica e produzir convites com os nomes das instituições, fazia parte do conjunto de alianças e estratégias comuns ao mundo acadêmico para assim, promover e projetar obras recém-lançadas.

O termo “Doutor” também reaparece nesse novo convite, e junto com ele, o nome do ex-deputado estadual e federal Leorne Belém, apresentador do livro e do autor.

Marum se utiliza do prestígio da “Colônia”, da “Casa de Quixeramobim” e de “Leorne Belém” para dar um peso à sua cerimônia e ao processo de aceitação do livro.

Algo que se deve considerar, é que em 1997 (ano em que Marum exercia o cargo de secretário de educação de Quixeramobim) o livro foi adotado pela prefeitura do município como manual oficial de história local das escolas da rede pública. A densa obra de Marum foi posteriormente adaptada para uma versão mais simples e compacta que também foi adotada pela prefeitura de Quixeramobim. Em 2009 foi publicada a cartilha “Quixeramobim nas Escolas”, onde os exemplares foram adquiridos pela prefeitura, confirmou o autor. Mais uma vez, um livro seu era oficializado como manual de história local. É interessante observar que em 1997, o autor tinha em suas mãos a legitimidade de oficializar sua obra como manual. Já em 2009, quando não exercia o cargo de secretário, essa legitimidade de oficialização não mais existia. No entanto, sob encomenda da prefeitura (na pessoa do prefeito Edmílson Júnior e de integrantes da pasta da Educação), o autor produziu mais um volume. Mas a que se deve isso?

Não foi coincidência os prefeitos Cirilo Pimenta (1996-2000) e Edmílson Júnior (2008-2012) terem adotado seus livros em seus mandatos. As alianças políticas do autor com o poder local, os grupos lembrados e exaltados no manual e uma abordagem sempre positiva e glorificadora, que desconsidera as contradições históricas e as disputas e conflitos administrativos da cidade, foram apenas alguns fatores que contribuíram para a elevação de seu discurso escrito à categoria de história oficial da cidade. Cidade que ironicamente forma dezenas de historiadores semestralmente desde os anos 80 através da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE) na vizinha cidade de Quixadá. Se verá no capítulo II que esses fenômenos se repetiram também na mencionada cidade.

Vê-se aí mais uma vez os agenciamentos: a prefeitura não só confeccionou os convites com sua chancela como também adotou ambas as obras como livro didático, obviamente, com a intervenção direta do escritor.

No ínterim entre o lançamento do primeiro e do segundo livro, por ocasião das comemorações dos 150 anos do nascimento de Antônio Conselheiro, Marum Simão é homenageado com a maior honraria da cidade de Quixeramobim: a medalha Antônio Conselheiro, outorgada pelo prefeito Cirilo Pimenta por sua contribuição para a cultura local, especificamente por sua dedicação à pesquisa da história do município. Mais uma vez, Marum está no centro das atenções dividindo o “palco” com as comemorações locais. E mais uma vez em parceria direta com o poder, especialmente na pessoa de

Cirilo Pimenta, este que, convém frisar, tornou-se peça central em todo o processo de consolidação do escritor enquanto referência. A homenagem ao escritor tornou-se parte integrante de toda uma série de rituais simbólicos que em decorrência dos festejos, fizeram alusão a um sentimento coletivo de pertencimento, isto é, o orgulho da terra que gerou Antônio Conselheiro. Como escritor local que reproduziu os discursos que monumentalizaram Conselheiro, Marum Simão teve importante participação nesse processo de invenção de efemérides e criação de ritos e mitos de identidade quixeramobiense.

A legitimação de Marum Simão enquanto intelectual local atingira então mais um momento destaque. Evidentemente, por intermédio do lugar social que ocupa, pôde alcançar um capital simbólico através de sua rede de sociabilidades, pois também se afirmou enquanto intelectual através de seus contatos estratégicos com políticos, professores, poetas, músicos, médicos, etc. Como afirma Angela de Castro Gomes, o intelectual não se afirma sozinho no “mundo cultural”, ele precisa de toda uma “rede de contatos” que irão inseri-lo no contexto:

Não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. (GOMES, 2004: 51)

Como vê-se, trata-se de um intelectual que sempre esteve transitando pelos bastidores político/culturais de Quixeramobim e Fortaleza, processo que o levou a se tornar uma figura de exposição pública. A propagação, legitimação e o carimbo de aprovação de seus livros por parte do poder oficial fizeram de sua obra a voz “competente”, “oficial” e “autorizada” sobre o passado. Tal passado é narrado no livro “Quixeramobim, Recompondo a História”, onde se compilou a visão desse intelectual católico, político, educador e sócio-amigo do Instituto do Ceará e da Sociedade Cearense de Geografia e História, sobre a cidade, o povo, a religiosidade e a cultura local. Seu lugar social influenciou sua escrita que buscou construir/reproduzir uma identidade para o povo de Quixeramobim partindo desde os portugueses que por lá se estabeleceram no século XVIII.

2.3. ASPECTOS GERAIS E LEGITIMAÇÃO DO AUTOR

Em uma região escassa de publicações que possuam como objeto de estudo a História Local, o trabalho de Marum Simão possui relevância significativa. Isso porque antes de seu livro, o que se conhecia sobre Quixeramobim estava fragmentado em artigos que datavam do início e metade do século XX publicados na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Eram textos publicados por intelectuais como Eusébio de Souza, João Brígido, Ismael Pordeus, José Aurélio Saraiva Câmara, Fernando Saraiva Câmara, dentre outros que possuíram algum vínculo com a cidade. Tendo em vista que a sede do Instituto localizava-se em Fortaleza, essas publicações se encontravam a 200 km de distância do Município. Sendo, portanto, muito restrito seu acesso pela população quixeramobiense. Daí a importância da compilação feita pelo autor em questão, pois seu esforço possibilitou o manuseio de documentos do século XVIII, XIX e XX a qualquer cidadão local que quisesse aprender mais sobre seu torrão. Servindo inclusive de base para um ensino da História Local mais embasado e consistente.

O trabalho de Marum, ao mesmo tempo em que usou os artigos do Instituto como fonte, trouxe também uma série de elementos novos pesquisados em cartórios, arquivos públicos e bibliotecas que deu à sua abordagem um caráter de originalidade. Um desses diferenciais foram as imagens que remetem a distintos períodos e situações da urbe, que serviram de mote para que o autor desenvolvesse o texto. Fotografias de cheias, transbordamento de açudes e rios, prédios antigos, igrejas, praças, times de futebol, trens, festas religiosas e folclóricas deram a seu trabalho uma diversidade de temas antes não encontrada nos artigos do Instituto. São imagens que apesar de não serem problematizadas, dão uma dimensão humana, dão rosto ao trabalho. Embora seja herdeiro de uma tradição que engrandece “grandes homens”, seu livro traz, por outro lado, temas que remetem às camadas mais populares da cidade, como descrições detalhadas sobre procissões religiosas, conflitos entre os moradores sobre o cemitério da cidade, as igrejas fundadas por ex-escravos, tradição de reisado, sindicatos rurais, dentre outros.

É necessário esclarecer que a obra de Marum Simão é um material denso, sendo, portanto, inviável uma análise mais detalhada página a página, dentro da proposta deste trabalho, a qual será muito mais um panorama problematizado da publicação em questão do que um estudo mais aprofundado e detalhado. Sendo assim,

será feita uma análise mais geral com comentários localizados, focada em um aspecto/característica do livro que se sobressai dada a quantidade de argumentos e colocações do autor ao longo de toda a obra: a construção/invenção de uma identidade quixeramobiense.

O livro foi escrito em fins da década de 80 até a primeira metade da década de 90, sendo publicado em 1996. Nesse período Marum Simão já era um intelectual respeitado e conhecido na cidade dado sua forte inserção e atuação social. Cabe ressaltar que sua afirmação enquanto historiador-referência e maior intelectual da cidade não foi feita apenas por ele, mas também por terceiros. A condecoração com a Medalha Antônio Conselheiro foi um marco em sua carreira de homem público, mas muito antes desse feito, Marum já havia se utilizado de agenciamentos promovidos por terceiros que também contribuíram para seu reconhecimento. É o caso dos escritores Fernando Pimentel Fernandes e Fernando Câmara, ambos naturais de Quixeramobim. O primeiro foi sócio-fundador da Academia de Ciências Sociais do Ceará e escreveu a orelha do livro, o segundo foi membro do Instituto do Ceará e Academia Brasileira de História, tendo escrito o prefácio. A estratégia do autor foi obter do Instituto do Ceará e de outros grupos intelectuais, não só um reconhecimento público em relação à seriedade da obra, mas também angariar capital simbólico de indivíduos que fazem parte de meios intelectuais tradicionais e respeitados.

O trecho a seguir, impresso na orelha do livro escrito por Fernandes, deixa claro esse caráter de atestação de qualidade e confiabilidade: “Parabéns ao autor pela brilhante idéia, brilhantemente levada a termo em dias e noites infintos de trabalho árduo, paciente, criterioso e de caráter científico”. Para um autor como Marum Simão que então começava a se inserir no cenário de escritores ligados ao Instituto, nada melhor do que obter o carimbo de uma instituição como a Academia de Ciências Sociais do Ceará logo na primeira publicação de cunho histórico. As palavras de Fernandes deixam transparecer nas entrelinhas essa necessidade de afirmação do então escritor estreante em livros como um pesquisador “brilhante”, “criterioso” e sua obra como sendo de “caráter científico”.

A escolha de quem escreve a orelha ou o prefácio nunca é feita de forma aleatória. Sempre há critérios, objetivos, intenções. Tudo é previamente pensado com o fim de promover o livro e o autor, tornando-os confiáveis tendo em vista a importância das pessoas que estarão atestando a qualidade. A orelha do livro tem sido um espaço bastante utilizado por diversos autores para convencerem seus leitores sobre a

relevância da obra. Como foi dito, isso sempre é feito por alguém de fora, alguém geralmente já conhecido do grande público ou do público alvo que a obra deseja atingir. Veremos no capítulo III que o escritor João Eudes Costa também usou de agenciamentos muito semelhantes para solidificar sua versão sobre a história da cidade de Quixadá.

Mas voltando ao objeto em questão, Fernando Pimentel Fernandes assim nos diz em suas últimas palavras sobre o autor: “Que a história lhe dê o justo título de filho *emérito* de Quixeramobim e historiador cearense” (grifo do escritor). Como afirmamos no tópico 1.1, Marum Simão se fez reconhecido como historiador, mas não o fez sozinho, houve todo um processo que o consolidou enquanto tal. Processo que não se deu de forma natural ou aleatória, mas que foi todo permeado de intencionalidades e agenciamentos. Mais uma vez, agora nesse trecho que encerra o texto da orelha, fica evidente na escrita de Fernandes a necessidade de solidificar o novato escritor de história como um grande intelectual, um historiador.

Outro ponto a se destacar é o processo de “imortalização de Marum Simão”. Além de ressaltarem o empenho, afincos e a qualidade do trabalho, tanto Fernandes como Fernando Câmara, deixam transparecer em seus textos uma tentativa de imortalizar o autor dirigindo-se à população e às autoridades. Na orelha lemos: “Que a história lhe dê o justo título de filho *emérito* de Quixeramobim...”. No prefácio: “Congratulo-me, portanto com meu amado Quixeramobim, que tem agora perpetuada a sua história, e com o Prof. Marum Simão, pelo inestimável serviço prestado à nossa terra natal que o imortaliza desde já como um de seus grandes filhos!”. Como em qualquer grupo de pensadores, há sempre as trocas e parcerias no que diz respeito à divulgação de trabalhos. Em seu livro, Marum utilizou a bibliografia das referidas instituições aqui citadas, são inúmeras as citações. Entende-se que nesse processo de parceria, um esteve legitimando o outro. Certamente, Marum Simão obteve mais eficiência em sua inserção ao se utilizar das produções do próprio meio para ser aceito.

Falaremos agora dos aspectos gerais que costuram o livro. A obra procura trazer um panorama do que foi a cidade de Quixeramobim desde o século XVII, com as doações de diversas sesmarias localizadas naquele território, a caracterização de alguns nativos que habitavam a região, o processo de ocupação pelos portugueses e a instalação da Fazenda Santo Antônio do Boqueirão. A fazenda tinha à frente o português Antônio Dias Ferreira, instalado na região em 1712 e que segundo Marum, foi o “fundador” de

Quixeramobim. Problematicaremos melhor a forma como o escritor constrói sua imagem de herói no tópico seguinte sobre Identidade.

O autor possui uma clara preocupação em contextualizar e fazer uma relação entre os acontecimentos locais com os fatos tradicionais da história do Ceará e do Brasil. Viajando pelos séculos, somos remetidos ao universo do Ceará e Brasil Colônia, Independência do Brasil, Confederação do Equador, Abdicação de D. Pedro I, Lei Áurea, Proclamação da República, Sedição de Juazeiro, o impacto de Antônio Conselheiro em fins do século XIX, Segunda Guerra Mundial, dentre outros fatos. Metodologicamente falando, o autor realizou um exaustivo levantamento de documentos oficiais em cartórios, arquivos públicos do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, igrejas, bem como as diversas referências à Quixeramobim nos artigos do Instituto do Ceará.

A oralidade também esteve presente no trabalho do autor, embora não cite nenhuma fala de seus entrevistados, Marum procura relembrar cenários urbanos já não existentes e relembra histórias urbanas antigas da cidade. Tudo, segundo o mesmo, foi escrito baseado em entrevistas e conversas travadas ao longo de sua vida com pessoas de cidade. Contudo, as descrições sobre a cidade antiga também foram influenciadas por suas memórias, suas lembranças de menino ainda na década de 40. Uma tamarineira antiga, um prédio demolido, uma praça que deu lugar a um asfalto, uma igreja. Antes de tudo são “lugares de memória” do autor, memórias que são evocadas como sendo espelhos fiéis de tempos passados (NORA, 1993). Ao descrever esses lugares, pode-se perceber em sua escrita, uma característica marcante em muitos memorialistas: o ato de considerar como “verdades históricas” não só suas lembranças, mas também os fatos narrados e os cenários descritos por seus entrevistados. Não há uma problematização ou desconstrução da memória enquanto produto do presente e permeada de subjetividades e escolhas/omissões, antes, é trabalhada como uma reprodução fiel do passado.

Não se pode e nem se pretende aqui, traçar uma comparação dos métodos acadêmicos com os não-acadêmicos do escritor, tendo como objetivo perceber suas “falhas metodológicas”. Antes, analisar-se-á sua narrativa do ponto de vista da construção dos fatos. Têm-se a consciência de que Marum não possui a carga de leitura teórico-metodológica da ciência histórica dos últimos anos. Ele faz parte de uma cultura historiográfica que possui seus próprios métodos de pesquisa, uma metodologia que não se encontra presa às questões teórico-metodológicas da história. Tal situação faz com

que possuam uma relativa liberdade na escrita. E é justamente nessa liberdade que encontra-se os traços típicos dessa cultura historiográfica.

Marum Simão, assim como uma grande parcela dos escritores autodidatas que se dedicam à história, possui em sua escrita e abordagem algumas características que nos remetem à escola metódica positivista. Entretanto, eles não são adeptos do Positivismo. Grande parte sequer sabe o que foi esse movimento muito influente no século XIX que prezava em demasia por documentos escritos oficiais como fonte e, alimentavam a ilusão de uma abordagem histórica imparcial, que como pretendia Ranke, tinha o objetivo de “apenas mostrar o que realmente aconteceu”. Tampouco, estamos classificando Marum Simão como positivista, mas apontando alguns elementos e traços de seu discurso que, para nós historiadores acadêmicos, fazem referência, ainda que indiretamente, ao Positivismo. É preciso ter em mente que esse tipo de história dos grandes homens, dos grandes feitos da nação, da neutralidade e da verdade dos fatos, da excessiva valorização do documento escrito, foi a história a que muitos desses homens tiveram contato em suas vidas escolares e em suas leituras para pesquisa. Toda essa carga de conceitos e formas de enxergar a história trazidas desde os tempos de escola se reflete, então, na escrita.

Logo na introdução de “Quixeramobim: Recompondo a História”, ele deixa transparecer em sua escrita um pouco dessa “neutralidade” que no século XIX era muito forte nos meios positivistas: “procuramos apresentar a história de Quixeramobim à do Ceará e à do Brasil, *ora narrando apenas os fatos, ora dando ligeira interpretação a eles*” (SIMAO, 1996: 08) (grifo nosso). Ao pretender, ora narrar apenas os fatos e ora interpretá-los, esses escritores se colocam numa posição de imparcialidade, pois, inicialmente os fatos puramente narrados não possuiriam interpretação pessoal, sendo, portanto, neutros e isentos de subjetividade. Ora, sabe-se que o conhecimento histórico produzido não pode ser dividido entre um puramente narrativo e um interpretativo. A história se faz com interpretações, seleções, recortes, escolhas. Até mesmo um texto aparentemente narrativo, está carregado de subjetividade, de escolhas, de interpretações pessoais do que merecia e do que não merecia ser escrito e lembrado.

Outra frase, logo no início do livro, chama a atenção pela semelhança com o que pensavam os historiadores da escola tradicional positivista. No capítulo II que trata dos Topônimos, especificamente no tópico 2.1 intitulado “O PRIMITIVO NOME DO RIO”, ao discorrer sobre um possível engano histórico sobre o nome do rio que corta a cidade, Marum afirma baseado em concessões e petições de terra do século XVIII que

os nativos chamavam o rio de IBU e não de QUIXERAMOBIM. Assim, o autor procura desconstruir antigas versões sobre o nome do rio formuladas por estudiosos do Instituto do Ceará como João Brígido, Ismael Pordeus e Pompeu Sobrinho que chegaram a sugerir QUIXARENHUMIN, KINARÉ e KIAREMOBIM. Finalmente, após vários argumentos amparados por citações de autores sobre qual seria o verdadeiro nome do rio que corta a cidade, Marum fecha o tópico afirmando que “contra documentos não há argumentos” (SIMAO, 1996: 22). Dado o contexto em que Marum escreveu essas palavras, fica claro que ele se refere especificamente à documentação escrita. Neste trecho há uma valorização do documento escrito frente a outras fontes, pesquisadas pelos estudiosos do Instituto do Ceará como a língua dos nativos, pois o autor deixa claro o peso que atribui aos documentos escritos e o quanto eles possuem poder de legitimação de uma tese. Na concepção do autor, o documento escrito seria portador da verdade, a fonte confiável para o historiador. Contra ele não se pode argumentar nem questionar, pois nele reside toda plenitude dos fatos. Não por acaso, esse era o modo de pensar a história e suas fontes dos positivistas do século XIX. O que temos aqui é uma forte herança metodológica que o autor herdou do Instituto do Ceará que por sua vez ainda possui resquícios positivistas.

Sobre essa tradição do Instituto do Ceará, o historiador Almir Leal de Oliveira afirma que a busca pela verdade histórica nos documentos sempre norteou a instituição:

Os estudos deveriam assim oferecer o comprometimento com a história verdadeira, sistemática e metodicamente comprovada pelos registros da época. Destacavam-se os historiadores mais identificados com o método positivista – os mais convincentes na enunciação da verdade sobre as origens. (OLIVEIRA, 2001: 90)

Não se deve, contudo, condenar esse tipo de escrita, mas entendê-la como uma tradição, como uma cultura escrita ou cultura historiográfica de uma época das quais Marum se aproximou e se apropriou, tendo reproduzido muito das suas características. Sua formação escolar católica e sua proximidade com o Instituto do Ceará, Sociedade Cearense de Geografia e História e outras instituições que aqui foram citadas, ajudaram a formar o escritor/intelectual Marum Simão.

“Quixeramobim Reconpondo a História” além de ser um livro que procura narrar a história da cidade, também é um livro de memórias pessoais. Isso porque no capítulo XV intitulado “Educação, Cultura e Lazer”, especificamente no tópico 15.5 que trata das “Festividades que Marcaram o Século XX”, o autor cita fatos “relevantes” em

que ele esteve diretamente envolvido na organização e concepção. Entenda-se o termo “relevante” entre aspas não como uma ironia, mas como um termo para dar a ideia de uma seleção, um recorte de quais fatos ditos históricos são relevantes e dignos de serem registrados. O escritor discorreu sobre algumas festas cívicas que aconteceram em Quixeramobim como a comemoração dos duzentos anos da criação da freguesia e bicentenário da paróquia (1955), centenário da elevação à categoria de município (1956), sesquicentenário da Independência do Brasil (1972), centenário da Lei Áurea (1988), bicentenário da elevação à categoria de vila (1989) e o centenário da fundação de Canudos (1993). Marum Simão cita sua participação nas “Festividades que Marcaram o Século XX” em duas ocasiões: centenário da Lei Áurea e centenário da fundação de Canudos. Na primeira festividade, tomou parte em um debate que teve de ser transferido para fora das dependências da Igreja do Rosário “dada a quantidade de pessoas que para ali afluiu” (SIMAO, 1996: 293). Na segunda data, não só palestrou como também foi o mentor do evento que lembrava Canudos.

Compreende-se essa postura de colocar-se no que ele chama de maiores eventos e celebrações históricas no município de Quixeramobim, como um ato de auto-afirmação de seu papel importante na história da urbe. Não apenas pelo fato de ter participado das festividades na época, até porque várias pessoas participaram, mas à ação posterior de registrar no livro sua participação nas “Festividades que Marcaram o Século XX”. Temos então uma mescla em que o autor se confunde com a personagem. Sobre tal estratégia, Sacramento afirma que

A legitimidade é conferida pelo fato de autor, narrador e personagens se sobrepuserem numa única pessoa. Assim, a sua auto-localização pode ter mais força persuasiva do que qualquer outra localização. Afinal, aquele que viveu a história é quem a conta e assina a narração. Isso confere a autoridade necessária para ter o discurso sobre si como potencialmente mais válido do que de qualquer outro. (SACRAMENTO, ano II, p. 2.S.d.)

Outra passagem em que o próprio Marum aparece enquanto sujeito da história que está sendo narrada encontra-se no tópico que trata das comunicações em Quixeramobim, ao relembrar a segunda geração que refunda o jornal “O Quixeramobim”. O referido jornal era de responsabilidade do Grêmio Litero-Recreativo Dom Quintino, “uma instituição fundada e mantida por um grupo de jovens idealistas. Em seu quadro figuravam Eudoro Walter de Santana, Leone Belém, Marum Simão [...]” (SIMAO, 1996: 365), dentre outros. A narrativa dos fatos em terceira pessoa aparenta “neutralidade e distanciamento pessoal” sobre o que se escreve, mas não camufla sua visão de homem importante da história de Quixeramobim. Pode-se conjecturar que a

recepção do livro não seria a mesma se escrito em primeira pessoa, ou seja, se essa ‘monumentalização’ estivesse evidente. Marina Maluf denomina de “estratégias verbais” o uso desses recursos da escrita para se chegar à uma narrativa que aparenta imparcialidade ou distanciamento. A autora afirmou que

O fato de o enunciador conhecer e descrever experiências particulares de tempos pretéritos a partir de uma perspectiva presente, que necessariamente diz respeito à sua própria imagem, leva ao autor elaborar estratégias verbais específicas – um estilo – para expressar a —verdade sobre os fatos e acontecimentos passados. Ele se apóia sobre essas formulas verbais para acomodar o passado, tanto para si quanto para o leitor, contendo, assim, a erupção desordenada do tempo privado. (MALUF, 1995: 29.)

Além das memórias pessoais, o tópico “Imigrantes Libaneses” relembra as memórias de seu pai Simão Abu-Murrul que era imigrante. Trata-se de uma pequena biografia que além de aspectos gerais da origem de sua família, conta diversos causos curiosos e cômicos sobre as dificuldades de adaptação dos libaneses no Ceará. Segue um pequeno trecho:

Cabe aqui registrar alguns episódios vividos por José Simão. Sem dúvida, também ocorreram com os demais imigrantes, de maneira semelhante, de vez que quase todos foram, quando aqui chegaram, mascates. Certo entardecer, chega José Simão com seus animais de carga à casa de um sertanejo e pede arranjo. O cidadão respondeu prazerosamente o costureiro “pois não”. Esta pequena frase foi interpretada pelo libanês como uma negação, já que não compreendia bem o nosso idioma e muito menos o linguajar do sertão. E prosseguiu a viagem. Após caminhar um pouco, pede novamente pousada e ouve outra vez “pois não”. Taciturno, continua sua viagem. Caminha mais alguns quilômetros e a história se repete. Ao ouvir pela terceira vez o “pois não” fica pensativo e chateado, montado no animal, quando o dono da casa percebe que José Simão não havia entendido. Acena para que ele ponha as cargas abaixo e convida-o a se arrancar, o que foi um alívio para o estrangeiro. (SIMAO, 1996:376-377)

Ao escrever sobre os estrangeiros, afirma que “dentre eles, destaca-se Simão Abu-Murrul” (SIMAO, 1996: 286), e logo adiante descreve os causos. O pai de Marum Simão foi, assim como o filho, uma figura influente no Município. Ajudou a fundar clubes recreativos, participou do time de futebol profissional da cidade na década de 50, e foi um comerciante muito atuante nos sertões ao redor do município. A reflexão que se pode levantar é que o registro das memórias do pai e o “destaque” dado a ele, seria uma auto-afirmação do autor e de sua família no papel de destaque da sociedade quixeramobinense do começo do século XX. Essa tese de auto-afirmação ganha força no seguinte trecho sobre seu pai: “Em Quixeramobim nasceram seus 14 filhos alguns dos quais são muito conceituados no meio social, político e comercial.” (SIMAO, 1996: 375). A afirmação sobre os filhos pode passar despercebida, mas ao olhar-se com mais

cuidado, vê-se que Marum está incluído nela como alguém “conceituado” e importante “no meio social [e] político.”

Colocar-se na história não só como alguém que presenciou os fatos, mas como um protagonista, teoricamente confere ao livro um status de “relato fidedigno”, de um “testemunho”. Noutro momento, o autor citou a si mesmo quando narrou sobre a recriação da banda de música da cidade: “Por volta de 1968, aparece outra banda, fruto da iniciativa do então diretor do Colégio Estadual Dr. Andrade Furtado, Marum Simão, que contou com a colaboração do prefeito da época Alfredo Machado” (SIMAO, 1996: 305).

Como um sujeito tão influente e reconhecido enxerga a história de seu povo e de sua cidade? Tendo em vista que a versão da história contada por Marum ainda é a versão conhecida e ensinada nas escolas de Quixeramobim até hoje, cabe fazer as seguintes interrogações: que história é essa? Quais características são atribuídas ao povo de sua cidade? Quais as contradições entre a identidade reclamada por Marum e o que diz os documentos oficiais sobre o surgimento da vila e seus moradores? Quais os mitos reproduzidos pelo autor?

2.4. A INVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE QUIXERAMOBENSE

“Uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado”

Leandro Karnal - História na sala de aula

O historiador Durval Muniz em seu livro “História, a arte de inventar o passado”, realiza um debate interessante acerca de um termo que tem sido muito usado em outras áreas além da História, como por exemplo, a Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Comunicação e Crítica Literária. Trata-se do termo “invenção”, que por sinal, dá título a esse tópico. O propósito dessa introdução é justificar de que maneira se pensa essa “invenção” aplicada à escrita da história pelo escritor Marum Simão. A palavra será empregada sem o sentido de algo que foi fabricado e se encontra acabado e cristalizado. Como veremos mais adiante, a identidade é dinâmica e está em

constante processo de mutação e ressignificação. Pensando na escrita, concordamos com Durval Muniz, quando afirma que o termo “invenção” sugere que

os homens inventariam a História através de suas ações e de suas representações. Essa expressão remete a uma temporalização dos eventos e dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 2007: 19-20)

Longe de se querer propor uma abordagem estrutural dessa “invenção” que possa sugerir permanências ou essências, a intenção é entender como Marum Simão tentou inventar uma identidade quixeramobiense. A maneira ou abordagem de como faremos isso

remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 2007: 20)

Historicamente, houve grupos que tentaram estabelecer uma identidade fixa e imutável seja para o Brasil, seja para uma dada região. Em nível nacional, o grupo de mais impacto foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Coube ao Instituto, elaborar no século XIX aquilo que seria o perfil da nação e de seus habitantes em meio ao questionamento “o que é o Brasil?”

Criado em 1838, o Instituto deveria instaurar, enfim, o semióforo “Brasil”, oferecendo ao país independente um passado glorioso e um futuro promissor, com que legitimaria o poder do imperador. [...] Como instituto histórico, cabia-lhe imortalizar os feitos memoráveis de seus grandes homens, coletar e publicar documentos relevantes, incentivar os estudos históricos no Brasil. (CHAUI, 200: 50)

Em nível regional, no Ceará, essa tarefa de pensar uma identidade de forma mais sistemática ficou a cargo do Instituto Histórico do Ceará, criado nos moldes do IHGB. Esses historiadores lançaram as bases míticas das “origens” da província.

Ao estabelecerem os agentes e as situações que “Inauguraram” o Ceará na História, os historiadores do Instituto Histórico do Ceará detectaram as origens parciais da mítica “Origem” do Ceará. Os primeiros desbravadores, o povoamento das diferentes regiões, os primeiros donatários, as primeiras personalidades históricas – ou os heróis fundadores – formaram uma sistemática tradição mítica. Assim, para cada parte do território local foi eleito um personagem ou herói inaugural das tradições, do poder, capital simbólico, que distinguirá cada região. (OLIVEIRA, 2001:100)

Por identidade, compreende-se como sendo uma série de signos, comportamentos, características, crenças e valores que são construídas historicamente e tomadas seletivamente como um discurso de auto-affirmação e diferenciação de um grupo ou sociedade em relação ao outro. Tais aspectos nunca são fixos ou sequer

possuem uma essência, porém, vivem em constante transformação. Tampouco se trata de algo natural, que surge espontaneamente ou até mesmo que preexistia estando à espera de quem a tomasse. Portanto, não há identidade “pura”. Isso porque ela é formada por vários referenciais identitários, os quais por sua vez também não são “puros”. Em suma, “a identidade, na sua origem, é fruto de uma mescla de outras identidades e tem um caráter híbrido” (MORAIS, 2008: 47).

A identidade é uma construção. Um feito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. (SILVA, 2012: 96)

A identidade é, dessa forma, flutuante. Embora Marum Simão tenha elaborado um tipo específico de identidade em seu livro, a recepção desses signos por intermédio de seu discurso escrito nunca será pura, perfeita, totalmente aceitável e assimilada. Ela sempre será resignificada, adaptada, “instável”. Todavia, esse trabalho não teve por objetivo a análise das recepções desse discurso identitário, mas sim, como se deu o processo de produção. Ou seja, perceber a maneira como esse discurso foi massificado e que tipo de discurso foi produzido, além de identificar quais parâmetros ideológicos que influenciaram Marum Simão a fabricar uma narrativa identitária sobre a cidade de Quixeramobim.

Tendo por base teórica o livro “Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais” de Tomaz Tadeu, Stuart Hall e Kathryn Woodward, afirmamos inicialmente que “A identidade é marcada pela diferença” (SILVA, 2012: 09). A identidade necessita de outra identidade para existir. Reproduzindo o argumento do texto citado acima para nossa realidade: ser quixeramobiense é não ser quixadaense, não ser fortalezense, etc. Tal discurso busca cristalizar certos estereótipos (e excluindo outros, daí seu caráter seletivo baseado em interesses diversos) e assim criar um sentimento de pertencimento. “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as *práticas discursivas* constroem para nós” (SILVA, 2012: 112) (grifo nosso). A identidade é uma construção que está sujeita a constantes transformações de acordo com os tempos históricos e seus contextos culturais, econômicos, etc.

Mas quem decide o que somos e como somos? Pensando na “*prática discursiva*” da escrita histórica no Brasil, diversos intelectuais tentaram fixar uma identidade nacional de maneira mais racional e sistemática. Não se trata de algo novo.

Diminuindo a escala de análise, também existem os escritores que procuram construir uma identidade para suas regiões ou cidades.

Sendo assim, tomando como objeto o livro “Quixeramobim, Recompondo a História”, analisar-se-á a escrita de Marum Simão com a finalidade de problematizar e “questionar o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo natural” (SILVA 2012: 37).

A obra, que nesse trabalho está sendo analisada, precisa ser localizada no tempo e contexto. Assim como no passado muitos intelectuais tentaram construir uma identidade nacional fixa a partir da necessidade de entenderem o que era o Brasil, o que era a Nação que então se tornara independente, a obra de Marum também precisa ser localizada em seu tempo e contexto para entendermos as razões e influências que o levaram a produzir um discurso identitário.

Esse caráter de afirmar uma certa identidade, com ares de nostalgia das práticas antigas, ficou evidente no tópico 15.3 intitulado “Folclore”. Marum narra com um tom saudosista algumas festas e tradições ditas populares, que já em 1996 não existiam mais como “Serração”, “Pastoril”, “Congos” e “Serenata”. Sobre essa última prática, Marum encerra o tópico lamentando que “Hoje não há mais amante à moda antiga” (SIMAO, 1996: 285). A respeito desse tipo de cultura escrita que deixa transparecer os lugares afetivos e práticas nostálgicas para o escritor, a historiadora paulistana Ana Cláudia Fonseca Breffe em seu trabalho sobre as representações da cidade de São Paulo nas narrativas memorialísticas da década de 1920 e 1930, fez reflexões interessantes que encaixam-se muito bem no exemplo de Marum Simão: “Apesar de pretenderem realizar uma descrição objetiva da cidade, onde o progresso e o desenvolvimento rápido sejam vigorosamente aclamados, o tom saudoso das recordações acaba por trair a ideia original.” (BREFFE, 1993: 85)

Para se entender esse saudosismo, deve-se lembrar que o escritor viveu numa época em que o processo de globalização se acelerou de forma intensa, muitos costumes e práticas se tornaram universais. As inovações tecnológicas se difundiram e convivem ao lado de antigos costumes e modos de fazer (muito embora essa convivência não seja natural ou sem contradições). Assim, a memória torna-se o elo para uma tentativa de resgate de uma “identidade perdida”. Identidade que no livro se fabricou aos poucos a partir das lembranças do autor, os lugares que frequentou, as tradições religiosas e seculares ditas “nordestinas” que não existem mais ou foram

incorporadas a outras, tudo narrado com a argumentação de não deixar “morrer” ou “esquecer”. Foi nesse contexto de mudanças que Marum Simão escreveu seu livro.

Por possuir essas características em sua narrativa, acredita-se que Marum Simão acabou por reproduzir algo que o historiador Durval Muniz classificou como “síndrome do resgate”.

Por que a cultura nordestina desde que foi inventada, no começo do século XX, já se enuncia como uma cultura que está morrendo, que está prestes a desaparecer? [...] Por que os discursos dos agentes culturais e de boa parte das elites políticas e acadêmicas da região ainda continuam sendo presididos pela *síndrome do resgate*, pela ideia de que se deve preservar uma cultura regional e popular que estaria prestes a morrer, que sempre é anunciada como morta, mas que, como um espectro, teima em voltar? [...] Historiografia de carpideiras que vive chorando uma cultura que estaria em seus últimos estertores e da qual o historiador se arvoraria de salvador, médico e padre confessor. [...] Populismo acadêmico que está na base dos trabalhos que pretendem resgatar, recuperar, salvar, escutar, dizer, registrar o que seria a cultura nordestina (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2013: 32)

O historiador Almir Leal Oliveira em seu trabalho sobre o Instituto Histórico do Ceará, assegurou que havia nos textos dos intelectuais um forte apelo identitário sobre o que seria o Ceará e quais as características de seu povo. Isso porque além de darem início a uma mitologia que exaltava os valores morais de Martim Soares Moreno, do vaqueiro e do jangadeiro, representados como símbolos de força, heroísmo e coragem do povo cearense, esses autores também “evocavam uma memória para o Ceará como *Terra da Luz e da Liberdade*.” (OLIVEIRA, 2001: 130).

Por ser fortemente ligado ao Instituto Histórico do Ceará, Marum foi diretamente influenciado por esse discurso identitário glorioso, que exalta características morais. Tornou-se inevitável a comparação entre as narrativas épicas dos intelectuais que louvaram o heroísmo e o caráter do dito “fundador do Ceará” Martin Soares Moreno e a narrativa de Marum, que como se verá mais à frente, ressaltou do mesmo modo os atributos espirituais de Antônio Dias Ferreira, tido pelo autor como “fundador” da cidade de Quixeramobim. Se verá, também, como reproduziu muitos mitos em sua narrativa que foram extraídos diretamente dos artigos de intelectuais como Andrade Furtado e Ismael Pordeus, ambos membros do Instituto do Histórico do Ceará e nascidos em Quixeramobim.

Na construção dessa(s) identidade(s), Marum Simão recorreu à História para basear seus argumentos. O autor voltou até aos brancos que depois dos nativos ocuparam o território hoje conhecido por Quixeramobim, para reivindicar características como hospitalidade, pacifismo, força, intrepidez e um dito “espírito cristão” que

segundo o autor, eram atributos comuns a todos até os dias da publicação. Essa característica de recorrer ao passado para se estabelecer uma identidade não foi exclusividade do autor. Muitos escritores tentaram ao longo dos anos, compreender o que era o Brasil e assim reivindicar uma identidade a partir de interpretações da história do país. Isso porque “A afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação. Muito frequentemente, essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão” (SILVA, 2012: 26)

Outro ponto importante na escrita de Marum Simão, é que em toda a obra são muito recorrentes os trechos generalizantes e enaltecendo de um suposto caráter de coletividade forjado pelas dificuldades do clima seco e pela religião cristã católica daqueles que habitam na cidade Quixeramobim. Esse estilo enaltecedor caracteriza a tentativa de construção de uma identidade quixeramobiense com a finalidade de gerar um sentimento de pertencimento, pois como afirma Sandra Jatahy Pesavento:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. (PESAVENTO, 2005: 89-90)

O enquadramento de uma memória e identidade católica sobre a cidade como algo imutável, natural e herdada daqueles europeus que para Marum Simão seriam os “pioneiros” é algo muito recorrente nas obras aqui estudadas. Pode-se notar que mesmo com a ausência de um debate teórico, foi possível observar na obra como memória e identidade dialogaram entre e si e se complementaram. Como afirmou Oliveira: “Memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda.” (OLIVEIRA, 2008: 44-45.). A memória diz muito sobre o que os sujeitos pensam de si mesmos. Em linhas gerais,

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992: 204)

Feita toda essa discussão teórica e ainda seguindo a linha de pensamento de Sandra Jatahy Pesavento, em que a identidade seria “uma construção simbólica de sentidos”, problematizar-se-á trechos do livro onde será possível observar essa “construção simbólica”.

No capítulo III intitulado “O Índio e a Colonização”, embasado em artigos de Ismael Pordeus, Eusébio Nery A. de Souza e Ismael Pordeus, o autor procurou caracterizar as tribos que habitavam as ribeiras do rio Ibu, como por exemplo, os genipapos, os quixarás e os canindés. Mais à frente, no tópico 2, que trata do “Povoamento e Sesmarias”, discorreu sobre os “brancos” que começaram a chegar na região a partir do século XVIII e que se instalaram nas proximidades do boqueirão. O autor reproduziu o estereótipo dos europeus naturalmente ousados e desbravadores: “Com seu espírito conquistador e possuindo armas mais aperfeiçoadas, o branco se instalou definitivamente no interior”. A progressiva extinção dos índios foi inicialmente criticada pelo autor que inclusive classificou como “chacina” toda a matança contra “os reais senhores das terras” (SIMAO, 1996: 32). Todavia, aos poucos, Marum Simão naturalizou o brutal processo de expulsão das tribos e sua catequização e posterior escravidão.

Nesse ponto, Marum reproduziu a visão de Eusébio Nery A. de Sousa, um dos intelectuais citados em sua bibliografia. Tanto para Eusébio, como para grande parte dos demais membros do Instituto do Ceará no final do século XIX e meados do século XX, prevaleceu a visão tradicional de colonização e dominação dos povos indígenas cearenses como sendo parte de um processo necessário para formação da “civilização” e ingresso do Ceará na era do “progresso”. Em artigo de 1913 da revista trimestral do Instituto do Ceará, intitulado “Breve Noticia Historica da Cidade de Quixeramobim: período de 1789 a 1913”, Eusébio de Sousa afirmou sobre as tribos que viviam no interior do Ceará:

E assim viviam os nossos primitivos nessa porfiada luta, felizmente cedendo caminho ao mundo culto e civilizado, abrindo-lhe as portas do progresso, para o que muito contribuiu essa plêiade de valentes missionarios, grandes heróes que, derramando o próprio sangue em prol do utilissimo commettimento, se batiam pela regeneração dessa raça sem valor, pode-se dizer, de verdadeiros irracionaes. (SOUSA, 1956: 368)

Deve-se entender esse texto de Eusébio de Sousa como sendo produto de uma mentalidade e de uma perspectiva histórica evolucionista própria do fim do século XIX e muito difundida no Brasil. Na citação, o autor deixou claro que o único sangue derramado e merecido de ser lembrado e reverenciado, é o sangue dos missionários católicos. É possível observar que Sousa lamenta, e ao mesmo tempo exulta os “mártires” que teriam dado suas vidas para cristianizar uma terra embrutecida. Essa era a visão de muitos historiadores do Instituto Histórico do Ceará, o nativo visto como “*raça sem valor*” e “*irracionaes*”, obstáculo ao europeu portador da “civilização”. Os

colonizadores eram tidos como “heroes” que possuíam uma missão: civilizar a terra bárbara. Nessa perspectiva, se naturalizou e se tratou como necessário, assim como o texto de Eusébio, o processo conflituoso e sanguinário de colonização.

2.5. – A FABRICAÇÃO DO “HERÓI FUNDADOR” ANTÔNIO DIAS FERREIRA

Em certo ponto de seu livro, Marum Simão apresentou ao leitor um homem por nome de Antônio Dias Ferreira, português natural da cidade do Porto e que se instalara na região em 1712. Chamado de “filho do Porto” pelo escritor, apresentado como sendo “o pioneiro” e o “fundador” da primeira capelinha da região e da Fazenda Santo Antônio do Boqueirão, que futuramente cresceria e evoluiria para povoação, Villa e finalmente, Município em 14 de agosto de 1856. Tanto o título de “filho do Porto” e “fundador” reforçados por Marum Simão, quanto a ênfase heróica dada a Antônio Dias Ferreira, evidenciam uma narrativa histórica que busca suas origens na realeza portuguesa e na sociedade européia em detrimento das culturas indígenas que existiam. Estes, ao contrário dos colonizadores, foram descritos apenas como vítimas e obstáculos incômodos aos estrangeiros ditos “pioneiros” e “fundadores” da civilização.

A elaboração de um herói fundador para a cidade Quixeramobim é uma herança da cultura escrita do Instituto do Ceará. Oliveira (2000) observou que

A figura do herói foi assim construída como elemento que defendeu e que bem explorou o território. As figurações em torno do fundador dignificavam o personagem dentro dos acontecimentos iluminando uma origem histórica antes presa às “brumas” confusas de um passado imaginado e não comprovado. Encontrar esse lugar luminoso para o fundador foi encontrar uma legitimidade para a origem que brilha, resplandece e orientava a história cearense. [...] Esses personagens detêm características de heróis, aqueles que iniciaram uma tradição, aqueles que foram identificados como os vultos históricos mais notáveis da Galeria Cearense. Martin Soares Moreno recebeu o encargo de ser o “fundador” do Ceará. [...] E assim se procedia uma determinada moralização desses personagens que, ganhavam estatuto de bravura, celebridade, heroísmo, prestígio e notabilidade. A partir deles se consagraria a memória histórica cearense, [...] construída racionalmente a partir do método e do sistema positivista/cientificista. (OLIVEIRA, 2001: 108, 112)

O termo “pioneiro” embora remeta àqueles que primeiro ocuparam as terras, não foi atribuído às tribos, mas sim aos europeus. Portanto, as bases fundadoras de Quixeramobim seriam, segundo o autor, européias. Desconsiderando, assim, qualquer traço de presença indígena ou negra, no que concerne a um papel ativo no processo de

construção da gênese da sociedade quixeramombiense. Com essa narrativa, Marum acabou por reproduzir um discurso conservador que negava o protagonismo de povos indígenas no processo histórico.

Todos esses títulos dados a Antônio Dias Ferreira, como já mencionado, foram reproduções de visões tradicionais encontradas em autores do Instituto do Ceará e do IHGB. Marilena Chauí, em seu livro “Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária” (2000), escreveu sobre as atribuições dos historiadores que iniciaram essa tradição eurocêntrica no século XIX:

o português é o desbravador corajoso e aventureiro que vai criando o solo nacional, o índio é o símbolo do Brasil audaz, guerreiro puro, enquanto o negro simplesmente não aparece, substituído pela escravidão como instituição bárbara que é preciso destruir. Nessa história, não se acredita que o índio ou o negro possam ser a base de uma nação civilizada, tarefa que os historiadores do Instituto atribuíram aos portugueses. (CHAUI, 200: 52)

Ismael Pordeus, em artigo que consta na bibliografia de Marum Simão, intitulado “Quixermobim e sua Vida Religiosa”, já trabalhava com a ideia de ser o português o “pioneiro” ou “fundador” de Quixeramobim, reivindicando, assim, uma origem européia para a cidade. Em passagem que comenta o testamento de Antônio Dias Ferreira, Pordeus escreveu: “não estranhemos, pois, aquela disposição testamentária do *luso fundador de Quixeramobim*”. (PORDEUS, 1955) (grifo nosso)

Boanerges Facó, em seu artigo “Fastos de Quixeramobim”, trabalho que também se encontra na bibliografia de Marum Simão, seguiu a mesma linha interpretativa de Pordeus: “O Capitão Dias Ferreira, *o fundador de Quixeramobim*, comprou no ano de 1702 terras à margem do rio.” (FACÓ, 1958) (grifo nosso)

Chauí (2000) escreveu sobre a tendência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em se criar heróis predominantemente europeus, principalmente em dado momento do século XIX em que se elaborava uma identidade nacional em meio à pergunta “o que era o Brasil?”. Como se pôde averiguar, o Instituto do Ceará bebeu muito desse estilo de escrita da história do IHGB.

Criado em 1838, o Instituto deveria instaurar, enfim, o semióforo “Brasil”, oferecendo ao país independente um passado glorioso e um futuro promissor, com o que legitimaria o poder do imperador. [...] Como instituto *histórico*, cabia-lhe imortalizar os feitos memoráveis de seus grandes homens, [...] redigir uma história que incorporasse as três raças, dando predominância ao português, conquistador e senhor que assegurou o território e imprimiu suas marcas morais ao Brasil. [...] E era tarefa sua prover a história com os elementos que garantiriam um destino glorioso à nação. (CHAUI, 2001: 50)

O chamado “Filho do Porto” foi assim, consagrado mais uma vez, agora por Marum Simão, como o “pai” de Quixeramobim. Não somente “pai” no sentido do que chamou de “pioneirismo”, mas também um pai espiritual. Isso porque segundo o escritor, foi através dele e de seu exemplo que o “espírito cristão” passou a habitar em todos, resistindo aos tempos e permanecendo até nossos dias (Lembre-se que foi Antônio Dias Ferreira quem institui Santo Antônio como padroeiro da hoje Quixeramobim). Obviamente, essa visão tradicionalista e heróica precisa ser desnaturalizada, questionada e desconstruída. Essa é nossa função enquanto historiadores. Portanto, a instituição de Antonio Dias Ferreira como herói “pioneiro” e cristão fundador da cidade, foi uma construção. Uma tentativa de europeização das origens históricas locais ao mesmo tempo que desconsidera a presença e o protagonismo de povos indígenas anteriores ao português. O que se vê ali pode ser classificado como um clássico exemplo de mito fundador. Ou seja, um momento em que se funda ou se cria um sentido (MORAIS, 2008). Sobre esse conceito, concordamos com Tomaz Tadeu Silva:

Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade. (SILVA, 2012: 85)

Marilena Chauí também observou que um mito fundador estabelece um vínculo do passado com o presente, por intermédio da história, pelo qual esse passado mítico é constantemente mantido vivo pelos discursos que o evocam. Ou seja, ao se evocar esse passado, têm-se como objetivo, cristalizar no presente certos aspectos mitológicos forjados pela narrativa histórica.

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. (CHAUI, 2000: 06)

Mitos fundadores são criados para forjar laços e dar um maior suporte ao que se chama de invenção/criação de identidade. Evidentemente que a sociedade da época a qual Marum se refere não era homogênea, no entanto, sua narrativa sobre os ditos “pioneiros” foi toda tecida com a finalidade de criar uma herança de valores morais cristãos, que estariam ainda a guiar todos os quixeramobienses. A esse respeito, Albuquerque Júnior ressaltou que o mito fundador também é uma invenção do presente: “A invenção do acontecimento histórico se dá no presente, mesmo quando se

analisa as várias camadas de discursos que o constituíram ao longo do tempo” (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2007: 26)

Ainda sobre o caráter do mito fundador, o historiador Alessandro Portelli observou que o mesmo não se constitui

necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual, [...] transportando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura. (PORTELLI, 2006: 120-121)

Assim, tratando-se de discursos identitários, percebeu-se nesses escritores uma necessidade de “criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (SILVA, 2012: 85).

Diferente dos demais historiadores quixeramobienses do Instituto Histórico do Ceará, Marum Simão escreveu diversos detalhes biográficos de Antônio Dias Ferreira, como por exemplo, particularidades de seus pais, seu filho, sua vida religiosa, suas viagens. O historiador francês Raoul Girardet (1987), afirmou que esse detalhamento da figura do “herói” dentro de uma narrativa histórica, com aspectos de suas vidas cotidianas, possui a função de torná-lo mais humano, mais próximo dos leitores, de maneira que as pessoas possam se identificar com a narrativa. Girardet ainda assinalou que

Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância. (GIRARDET, 1987: 82)

Após descrever um pouco sobre o cotidiano familiar do “herói”, Marum Simão declarou que a fixação do “filho do Porto” “e seus homens nas proximidades do rio Ibu não foi tão fácil como se imagina” (SIMAO, 1996: 32), foi possível ler numa citação¹¹ de Ismael Pordeus, do Instituto do Ceará, que tanto Antônio Dias Ferreira quanto seu companheiro Cap. Manuel da Cruz de Melo “se empenharam em luta com a indiada, pela posse da terra ainda em poder do selvagem” (SIMAO 1996: 32) (PORDEUS, 1956) e que “aqui, como em outras partes do País, o colonizador teve de enfrentar adversidades mais variadas, inclusive a hostilidade dos nativos” (SIMAO, 1996: 37). Ora, fica evidente que além de colocarem os índios numa posição em que os mesmos teriam sido obstáculos hostis aos colonizadores, Marum Simão e Ismael

¹¹ PORDEUS, Ismael . “Antonio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim”. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1956.

Pordeus afirmaram claramente que Antônio Dias Ferreira teria travado lutas com aqueles que Marum denominou de “reais senhores das terras”. No entanto, o conflito do chamado “filho do Porto” com os índios foi ofuscado ou até mesmo esquecido rapidamente pelo autor ao se exaltar logo em seguida, a fé de Antônio Dias Ferreira. Isso porque sendo ele colocado na aclamada posição de “fundador” de Quixeramobim, sua memória não poderia passar para a posteridade como sendo de um conquistador devastador de terras, ou um assassino de índios e senhor de escravos, mas sim de um homem genuinamente cristão, alguém a quem se deve graças até hoje por ter escolhido Santo Antônio como padroeiro, alguém que foi um exemplo de fé a ser seguido: “Foi um homem *profundamente religioso*, cristão autêntico, zeloso na propagação da fé” (SIMAO, 1996: 38) (grifo nosso)

Essa áurea em torno de Antônio Dias Ferreira não foi algo fabricado apenas por Marum Simão. O escritor quixeramobiense do Instituto Histórico do Ceará, Ismael Pordeus, em seu artigo “Antonio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim” datado de 1956, já teria criado alguns traços de personalidade e espiritualidade para o português, inclusive já utilizando termos que 40 anos depois seriam reutilizados por Marum. Pordeus afirmou que Antônio Dias Ferreira teria sido um homem portador de “sentimento *profundamente religioso* que ia na alma do luso filho da cidade do Pôrto.” [...] Era o homem do século, afeito às lutas do pastoreio, que desejava praticar com maior perfeição as virtudes cristãs.[...] Devoção sincera, ardente mesmo” (PORDEUS, 1956: 190-191) (grifo nosso). Esses outros traços foram reproduzidos e potencializados por Marum Simão.

Em tópico que trata da “Inauguração da Vila”, Marum Simão afirmou que o “espírito” de “cristão autêntico” de Antonio Dias Ferreira estava interiorizado nos primeiros moradores brancos da Vila de Campo Maior, atual cidade Quixeramobim. Ao reafirmar as supostas qualidades morais daqueles a quem denominou de “pioneiros”, também rebateu de forma enfática e visivelmente dura um trecho do edital de convocação para inauguração da vila, datado de 13 de junho de 1789, em nome de D. Manuel de Magalhães Pinto – Ouvidor geral da Capitania do Ceará – e Avellar de Barbedo – Representante do governo de Pernambuco. Marum procurou fixar um tipo específico de identidade e afastar completamente quaisquer aspectos negativos sobre a Villa que então eram sugeridos no documento. Assim diz o trecho do edital:

Quanto seria útil ao serviço público, à administração da justiça e ao real serviço, que se erguisse em Villa a povoação de Santo Antônio de Quixeramobim, para nella se recolherem e congregarem os homens vadios

que como feras vivem espalhados pelos sertões, separados da sociedade cível, cometendo desordens e toda à qualidade de delictos que as justiças não podiam cohibir.

A resposta de Marum a esse trecho nos faz lembrar que a identidade é marcada pela diferença, pela defesa do “nós” e a rejeição do “eles”:

Vale lembrar, outrossim, que Campo Maior não teve origem em um agrupamento de malfeitores, vagabundos e desordeiros, muito pelo contrário, a povoação do Boqueirão *surgiu à sombra da cruz*, isto é, da capela, onde estava impregnado em todos, o espírito cristão (SIMAO, 1996: 57). (grifo nosso)

Sua fala além de não apresentar argumentos sólidos para contestar o edital, procurou construir através do apelo para o discurso religioso, uma identidade cristã-pacífica para os ditos “pioneiros” brancos que habitavam Campo Maior (Quixeramobim). A invenção dos “pioneiros” enquanto um povo “pacífico” e “cristão” com origens européias foi, de certa forma, uma tentativa de “humanizar” e “civilizar” as origens, pois o índio não poderia ser parte do mito fundador. Nessa visão tradicional, o índio seria a barbárie, a ignorância, o paganismo e a ele, estaria reservada apenas a sombra da mestiçagem, hora narrada por alguns escritores como motivo de “orgulho” (afinal, o sangue europeu também fez parte desse processo), ora vista como motivo de um suposto “atraso cultural”. A respeito dessa exclusão, Orlandi afirmou que nos “discursos fundadores da brasilidade, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado.” (ORLANDI, 2008: 66)

Ao afirmar que a povoação surgiu “*à sombra da cruz*” e que em todos “estava impregnado o espírito cristão”, Marum Simão afastou qualquer possibilidade de conflito e contradição no processo de imposição religiosa da Igreja Católica em relação às tribos da região. Embora esse aspecto só possa ser notado, em grande medida, nas entrelinhas de seu texto, o que se percebeu foi que sua ênfase, por vezes heróica, gloriosa e generalizante, recaiu totalmente sob o ponto de vista do dominador.

Pode-se notar fala semelhante no discurso de Andrade Furtado, em seu artigo datado de 1955 para a Revista do Instituto Histórico do Ceará. Os elementos identitários colocados e veementemente defendidos por Marum Simão, como uma origem cristã “honrada”, também podem ser notados na narrativa a seguir:

O passado de um povo marca a sua posição para sempre na História. Essa cidade, nascida entre as matas verdejantes das margens do belo rio, numa planície onde, ao longe, se recortam as cumeadas altaneiras da Serra de Santa Maria, [...] essa cidade de clima tão agradável e de habitantes tão generosos, foi o centro de um agrupamento cristão, que honra e enaltece o patrimônio da Nacionalidade. (FURTADO, 1955: 89)

Em uma passagem de outro artigo intitulado “Centenário de Dom Quintino” de 1963, Andrade Furtado ressaltou ainda que “esta unidade da Pátria” (Quixeramobim), teve seu surgimento guiado pela Cruz de Cristo:

Revivem, nas comemorações da grata efeméride celebrada, os méritos e os fulgores da vida e obra imortais desse pioneiro intemerato do alastramento do Reino de Senhor, em larga porção desta querida unidade da Pátria, *nascida à Sombra da Cruz* (FURTADO, 1963: 62). (grifo nosso)

Essa última frase em destaque escrita por Andrade Furtado, se tornou jargão constante ao longo de todo o livro “Quixeramobim, Recompondo a História”. Marum a tomou para si, a fim de reforçar, ainda mais, uma gênese mitológica para cidade, que afirma ter sido o cristianismo vivido de forma intensa e verdadeira, o elo que deu força e impulso para o desenvolvimento dos primórdios do que viria ser a cidade de Quixeramobim. Em outra passagem, Marum procurou justificar as bases civilizatórias que defendeu durante todo o livro, citando o folclorista Gustavo Barroso:

As etapas que marcaram o surgimento e crescimento da cidade são sintetizadas por Gustavo Barroso (*A Margem da História do Ceará*, p.131): “A fazenda que se situa, os vizinhos que se reúnem, a riqueza que aumenta, a capela que surge, a igreja que a substitui e, enfim, a matriz em torno da qual a vila formada ali, se transforma em cidade. Preside em todos um espírito Cristão, é a sombra da Cruz que assim povoa e civiliza o deserto” (SIMAO, 1996: 82)

Ora, sendo Gustavo Barroso folclorista, é possível perceber em seu texto a maneira como narrou os fatos de forma essencialista e romantizada, o que evidencia uma semelhança com a narrativa de Marum Simão. O uso de Barroso também deixa claro a influência do mesmo na formação teórica do autor, o qual reproduziu, em grande medida, os estereótipos e abordagens essencialistas presentes na obra do folclorista.

Os trechos já aqui citados sugerem que aquela nova sociedade beirava a perfeição, quase numa referência à comunidade que ficou conhecida como Igreja Cristã Primitiva, sobre quem diz o texto bíblico: “E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns. [...] E em todos eles havia abundante graça” (livro de Atos 4: 32 e 33). Marum não limitou essas características apenas aos que denominou de “pioneiros”, mas procurou deixar claro que esse “espírito cristão” ainda continua a arder nos corações de todos os cidadãos quixeramobienses da atualidade. Isso fica evidente no relato sobre a importância da capela e dos sinos que chamavam “os fiéis às obrigações religiosas” (SIMAO, 111.)

Não se pode deixar de enaltecer os feitos aqui registrados, não só pela importância que tiveram na formação espiritual do povo que procurava

aquela localidade, mas também pelo denodo que animava os seus feitores na concretização do ideal cristão. Ambos, os sinos e a igreja, aglutinaram as pessoas em torno desta, proporcionando o crescimento de um núcleo que então nascia e a todos impregnou de um forte espírito de fé. (SIMAO, 1996: 111)

Raoul Girardet, em seu estudo sobre a historiografia francesa dos “grandes homens”, denominou o tempo passado ao qual esses historiadores se referiam como sendo épocas somente de paz e de harmonia como “Idade do Ouro”. Acredita-se que sua classificação de como essa narrativa mitológica se estruturou, também pode ser aplicada à Marum Simão:

Esse movimento do sonho na direção de um passado de Luz, mais feliz e mais belo, tende quase sempre a cristalizar-se, a fixar-se em torno de dois valores essenciais: valor de inocência, de pureza, por um lado, e valor de amizade, de solidariedade, de comunhão, por outro. É em função desses dois temas, na perspectiva dessa dupla busca ou dessa dupla nostalgia que toda mitologia da idade do ouro tende a afirmar sua coerência. (GIRARDET, 1987: 105)

As citações anteriores evidenciam como foi forte a influência de escritores ligados ao Instituto do Ceará, na forma de escrita da história de Marum Simão. Além da visão triunfalista, o caráter católico dos escritores Ismael Pordeus e Andrade Furtado, também contribuiu para que tantas referências ao catolicismo aparecessem em seu texto.

Voltando à questão do trecho do edital de convocação para inauguração da vila, pôde-se notar que apesar de todo o esforço de Marum Simão em rebater os editais de fundação, seus argumentos baseados exclusivamente em sua crença de que aqueles a quem chamou de “pioneiros” eram “cristãos autênticos” que teriam desenvolvido uma sociedade “à sombra da cruz”, não se sustentam frente às outras fontes apresentadas como o edital de convocação. Primeiramente, a ideia de “cristão autêntico” é, por demais, vaga. Sugerindo assim, um essencialismo que se procurou, neste trabalho, desconstruir. Havia sim, muitos cristãos, no entanto, o documento evidencia que aquela nova sociedade era plural, inclusive tendo em seu núcleo, numerosos indivíduos que não se enquadravam nas normas vigentes e nos ensinamentos da Igreja. Ficou claro o desejo do escritor em revisitar a história de Quixeramobim de forma que lhe parecesse positiva e gloriosa, ou seja, com bases em um cristianismo dito “puro” ou “autêntico” com raízes na cultura europeia. Não lhe interessava como herdeiro da tradição do Instituto do Ceará, perpetuar a versão da origem da cidade que diz ter sido indivíduos considerados “vadios” pelo governo, os primeiros a desenvolver o núcleo urbano. Provavelmente, isso soaria como barbárie a um intelectual forjado nas leituras de tradição positivista. Daí seu esforço em “civilizar” e “cristianizar” as origens.

Os editais de fundação sugeriam que a instituição de Quixeramobim como “Villa” teria se dado para, de certa forma, atender a uma necessidade de ali se congregarem homens que não seguiam as normas sociais e judiciais da época. Eusébio de Souza, membro do Instituto e citado por Marum, traz em seu artigo datado de 1913 intitulado “Breve Notícia Histórica da cidade de Quixeramobim – período de 1789 a 1913”, diversos documentos que evidenciam o contexto político-social de Quixeramobim para que sua ereção à categoria de “Villa” fosse agilizada. Eusébio argumenta que

A media posta em prática vinha satisfazer uma urgente necessidade qual a de incumbir agentes de confiança e de immediata execução das ordens emanadas pelo Capitão-mór, em regiões infestadas por bandos de malfeitores e ociosos, que, sem domicílio certo, escapavam a toda especie de justiça, e portanto, de correcção. Como complemento dela foi endereçada em data de 22 de julho de 1766 uma Ordem Regia ao Governador de Pernambuco estatuinto que os vadios e facinorosos, que viviam a vagabundar pela capitania, se juntassem em povoações cíveis com mais de 50 fogos, repartindo-se elles com justa proporção as terras adjacentes, sob pena de refractarios serem considerados salteadores e inimigos communs e como taes severamente punidos. (SOUZA, 1913: 374)

Eusébio complementa que as referidas disposições só foram concretizadas duas décadas após sua emissão:

A’vista das amplas disposições dessa Carta, é que o Governador de Pernambuco 23 annos depois, isto é, em 1789, concede ao Ouvidor Avellar de Barbedo a faculdade de erigir em villa a povoação de Santo Antonio de Quixeramobim.” (SOUZA, 1913: 375)

Além do recolhimento dos ditos “vadios”, outro argumento apresentado para a ereção da vila era o de alavancar a economia local com a mão-de-obra desses homens, como sugere uma correspondência datada de 20 de fevereiro de 1789 do Ouvidor Geral da comarca ao Governador e Capitão-General de Pernambuco e da Comarca do Seará Grande, Dom Thomas José de Melo :

com a criação da dita villa se obrigarão a recolher a ella os vadios para trabalharem, promoversehia o castigo aos delinquentes, adiantarsehia a agricultura, e se aumentaria o comercio: nesta certeza, e pella faculdade que Sua Majestade me permite na Real Ordem de vinte e dois de julho de mil setecentos e secenta e seis, de que lhe remeto copias concedo a vossa mercê fuculdade para erigir em Villa a Povoação de Quixeramobim que se denominará Villa de Campo Maior. [...] Recife vinte de Fevereiro de mil setecentos e oitenta e nove. Dom Thomás José de Melo – Senhor Doutor Manuel Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo Ouvidor Geral da Comarca do Seará.¹²

¹² Correspondência retirada do artigo de José Bonifácio (1956): “Breve Notícia Histórica da cidade de Quixeramobim – período de 1789 a 1913”.

Em outro edital, agora datado de 15 de junho de 1789, o Ouvidor Geral da Comarca do Seará Grande reafirmou as condições que levariam à criação da vila:

O Doutor Manoel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo Graduado na Universidade de Coimbra [...]. Fasso saber a todos os moradores desta Villa e seo termo que havendo-se a mesma erigido em conformidade das ordens de Sua Majestade para se agregarem a ella todos aquelles sujeitos que vivendo sem offício de que posão tirar hum interesse onesto que lhes sirva para sua sustentação vem a cahir e precipitar-se nos maiores crimes e dezordens fazendo-se por esta causa perniciosos a suciedade a que deverão ser úteis com o seo trabalho aplicando-se a cultura das terras [...]. Vila Nova de Campo Maior quinze de Junho de mil sete centos oitenta e nove. (SOUZA, 1913: 392-394)

Esses documentos e correspondências apresentados reforçam o trecho do edital rebatido e negado por Marum Simão, o qual afirmava em quais condições sociais a Vila de Campo Maior teria sido criada. Sabe-se que a história é contada ou escrita por intermédio de escolhas, seleções, recortes e omissões. Marum Simão fez suas escolhas para elaborar uma identidade quixeramobiense. Admitir que a dita “cidade coração do ceará” teria sido no passado elevada à condição de “Villa” para abrigar homens que praticavam, segundo os documentos, “crimes e dezordens”, não fazia parte dos planos do escritor para o tipo de identidade que se queria criar. Antes, preferiu não apenas dar menos importância, mas negar completamente todos esses aspectos com argumentos religiosos ao mesmo tempo em que ressaltou valores morais cristãos de uma sociedade que teria, segundo ele e Andrade Furtado, surgido “à sombra da cruz” (SIMAO, 1996:57).

2.6. RELIGIOSIDADE E IDENTIDADE

O capítulo 5 que trata da “Vida Religiosa” é um dos mais expressivos em relação à construção/invenção de uma identidade quixeramobiense. As primeiras palavras do capítulo 5 revelam um Marum Simão religioso, católico, que em sua escrita procura passar ao leitor uma espécie de espiritualidade quixeramobiense:

Desde o início da colonização das ribeiras do Ibu, nas proximidades do Serrote Quixeramobim, que Santo Antônio está ali a presidir e orientar, com seu exemplo de vida, com sua dedicação à causa do evangelho (SIMAO, 1996: 96)

O tom religioso/católico de sua escrita também é perceptível no capítulo VII, em que o autor discorre sobre os rumores da passagem do suposto primo legítimo de Lampião e seu bando pela região. Ele relata que os mais antigos contam que quando

o boato de uma suposta invasão de cangaceiros correu pela cidade, os moradores fechavam portas e janelas e deitavam no chão até que “a malfadada notícia passasse” (SIMAO, 1996: 8). No parágrafo seguinte, quase que em um brado de alívio pela cidade não ter passado por invasões e saques por parte dos cangaceiros, o autor escreveu: “Felizmente, Quixeramobim, por obra de Deus e intercessão de Santo Antônio, não viveu essa triste experiência” (SIMAO, 1996: 8). É interessante observar essa cultura escrita dos memorialistas e perceber como em alguns casos, a narrativa histórica é influenciada por crenças religiosas, muitas vezes até pondo entidades clericais como sujeitos ativos e interventores em determinadas situações. É aí que se faz valer o argumento do que Certeau chamou de “Lugar Social” (CERTEAU, 2008). Sendo Marum Simão católico e estudado em colégios católicos desde a infância, sua escrita carrega os traços de sua formação religiosa. Como se viu até aqui, tornou-se perceptível a forte influência, não só de escritores do Instituto do Ceará, mas principalmente dos que, dentre estes, foram escritores católicos como Ismael Pordeus e Andrade Furtado.

Para ilustrar com alguns exemplos, apresentar-se-á, a seguir, duas passagens de artigos dos respectivos escritores em que se quer destacar a inserção de entidades clericais na narrativa histórica, bem como declarações de fé a santos católicos, como Santo Antônio. Andrade Furtado em artigo de 1955 “Quixeramobim e Sua Vida Religiosa”, escreveu sobre como a população local teria reagido às constantes secas que assolaram a Villa de Quixeramobim em meados do século XIX: “O desalento ou a falta de ânimo não imobilizaram, diante dos horrores da calamidade, o lutador inexpugnável, confiante no poder da misericórdia divina, [...] da bondade infinita de um Deus que não se deixa jamais vencer em generosidade e amor” (FURTADO, 1955: 90).

Já Ismael Pordeus, em artigo de 1956 intitulado “Antônio Dias Ferreira e a Matriz de Quixerambim”, finalizou seu trabalho com um chamado à comunidade quixeramobiense: “Pelas virtudes excelsas do grande taumaturgo português, e pelos fatos históricos que o ligam à nossa Pátria, devemos nós, quixeramobimenses, venerar mais e mais ao padroeiro que nos deixou o CAPITÃO ANTÔNIO DIAS FERREIRA.” (PORDEUS, 1956: 114).

Seguindo o estilo de Furtado e principalmente de Pordeus, Marum Simão escreveu sobre como teria se dado o processo de criação da Paróquia de Santo Antônio e, como Antônio Dias Ferreira teria sido “feliz” na escolha do padroeiro ainda na época da antiga e primitiva capelinha. “Construindo a capelinha nos sertões de Quixeramobim ao lado do curral e da casa-grande da fazenda, teve o capitão Dias Ferreira a feliz

iniciativa de escolher para patrono e insigne doutor da Igreja, Santo Antônio.” (SIMAO, 1996: 99). A citação também evidencia uma clara declaração de fé em meio à narrativa histórica, assim como o fizeram aqueles intelectuais do Instituto Histórico do Ceará.

O caráter generalizante de sua escrita fica evidente em mais um trecho que celebra o padroeiro da cidade e seu povo, que é descrito como sendo religiosamente unido e unificado em uma só fé cristã, e que ainda segundo o autor, não possui crenças fanáticas:

No que tange à religiosidade “O Santo dos Milagres” tem presidido os atos cristãos ali realizados. Venerado e amado por todos os quixeramobinenses e pelos que passam a morar na cidade [...], sendo constantemente invocado por aquela gente, desprovida de fanatismo e misticismo (SIMAO, 1996: 97)

Com essa afirmação categórica sobre a ausência de “fanatismo e misticismo”, podemos entender que a identidade depende e é marcada pela diferença (SILVA, 2012). Observe-se como o escritor constrói uma identidade a partir das diferenças, daquilo que, segundo ele, não fazia parte das características daquelas pessoas e sim de outras, ou seja, fanatismo e misticismo. Trata-se de uma construção, uma seleção positiva intencional de atributos em que há uma relação de poder no discurso que envolvem “nós” e “eles”. Concordamos com Kathryn Woodward quando afirmou que

“o que somos” significa dizer “o que não somos”. A Identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. (SILVA, 2012: 82)

Como já foi dito, obras memorialísticas tendem a ser por demais generalizantes e a história da fé cristã em Quixeramobim que Marum Simão procura destrinchar, é em essência uma história do catolicismo na região. Aos protestantes e seus pioneiros na cidade, dedica um tópico meramente descritivo de dez linhas intitulado “Igrejas Evangélicas”, onde são listadas as denominações existentes até o ano de 1996 (Ano de publicação do livro). Nesse tópico, inclusive, o autor inclui até grupos como os Testemunhas de Jeová, que não se definem como cristãos e muito menos como “evangélicos”. Se aos protestantes foram dedicadas dez linhas, que dirá às outras manifestações religiosas que praticamente não aparecem na narrativa. Conclui-se, portanto, que quando o autor se refere de modo geral ao povo de Quixeramobim e sua fé, é de católicos que está falando especificamente.

O tom católico em sua escrita se repete também em outras obras como a que o autor escreveu em 2005 em homenagem aos 250 anos de criação da Paróquia de Santo

Antônio. Trata-se de um pequeno livro intitulado “Influência Histórica da Igreja Católica nos Costumes e Valores Locais com enfoque em Quixeramobim, cidade de Antônio Conselheiro”. Quase a totalidade de seu conteúdo foi retirada de seu principal livro em trechos literais, tornando-se importante trazê-lo à tona para problematizar as constantes afirmações identitárias.

Esse volume em particular não deixa de ser uma memória institucional, pois não questiona e acaba isentando a memória oficial da Igreja de qualquer conflito ou contradição. O livreto dialoga diretamente com “Quixeramobim, Recompondo a História” no sentido de reforçar algumas afirmações identitárias de “povo cristão”, que teria sido regido por um espírito de coletividade e fraternidade uniformes, além da exaltação de uma cidade de passado glorioso sob a proteção da Cruz e de Santo Antônio. Tais aspectos se mostraram muito evidentes logo na página 3, onde o autor ressaltou uma suposta particularidade dos primeiros moradores de Quixeramobim que teriam levado adiante a tradição religiosa do chamado “filho do Porto”:

Embora nossa urbe não tenha nascida de uma missão religiosa, mas sim de uma fazenda, teve sempre a presidi-la o Espírito Cristão, desde os seus primórdios, devido o seu fundador, Antônio Dias Ferreira, devoto extremado de nosso Santo Padroeiro (SIMAO, 2005: 03)

A citação acima compila quase todos os mitos que aqui foram desconstruídos: a origem “harmoniosa” e cristã da vila, a uniformidade religiosa, o esquecimento dos povos indígenas enquanto atores sociais, e Antônio Dias Ferreira representado como sendo um cristão “autêntico” e “fundador” da cidade. Percebeu-se como foi forte a ênfase em se criar e estabelecer um herói fundador com atributos morais e espirituais louváveis. A mesma afirmação criada por Andrade Furtado em 1955, repetida três vezes em seu principal livro, aparece aqui mais uma vez para confirmar as convicções católicas do memorialista que tentou construir uma identidade cristã uniforme, pacífica e harmoniosa a uma população que em si não foi uniforme e possuiu suas contradições desde seus primórdios assim como qualquer outra comunidade: “Quixeramobim que *nasceu à sombra da cruz* não poderia deixar de ter suas irmandades religiosas e associações pias” (SIMAO, 2005: 09) (grifo nosso)

Essa narrativa com ausência de conflitos e contradições em torno do processo de surgimento e crescimento da vila, também pode ser percebida em Andrade Furtado. Abaixo, uma citação que evidencia o estilo de escrita que exalta possíveis “atributos morais” dos primeiros moradores sob a tutela da Igreja Católica, os quais teriam unido forças em torno de um bem comum:

O segredo dessa formação histórica memorável, dentro do “habitat” sertanejo, podemos descobrir na participação constante de gerações sucessivas. [...] Cessam as desavenças, extinguem-se os desentendimentos, quebram-se as arestas de tricas naturais, quando se trata de um esforço benemérito para elevar o nível moral ou promover a valorização dos recursos invocados. Esta homogeneidade edificante dos fatores, que determinam o desenvolvimento crescente de tão querida parcela do “hinterland” cearense, manifesta-se sob a liderança da Igreja, através de dois séculos de ininterrupta evolução social. (FURTADO, 1955: 90)

E no fechamento desse volume comemorativo, assim como em “Quixeramobim, Recompondo a História”, Marum chama a atenção para a importância que teve a Paróquia não só na formação moral de “todo o povo”, mas também em aspectos políticos e sociais. E como é recorrente nessa cultura escrita que foi pesquisada, a argumentação sugere uma sociedade de forte moral cristã isenta de embates ou tensões e que, montada em seu passado de glórias, marchava rumo ao progresso:

Estas considerações nos levam a encarar os duzentos e cinquenta anos da Paróquia de Quixeramobim como o fato de caráter não só puramente religioso, mas também, e principalmente de caráter histórico, social e político no bom sentido da palavra. Concluindo, podemos dizer que a religião católica arquitetou a formação social, cultural, política e religiosa desta gente que se esmera pela moralidade e prima para ser cristão autêntico, que embasado nos empreendimentos do passado somando-os com o labor cotidiano do presente constrói o porvir (SIMAO, 2005: 18)

O caráter de memória institucional, oficial de sua abordagem sobre a Igreja se evidencia também no trecho acima, em que o autor argumenta que não se deve encarar o processo histórico de duzentos e cinquenta anos da paróquia apenas sob o prisma religioso, mas também pelo “caráter histórico, social e político no bom sentido da palavra”. Ora, a frase “político no bom sentido da palavra”, sugere uma visão da Igreja como sendo isenta de interesses político-econômicos entre seus líderes, isenta de contradições internas, divergências ideológicas e conflito de interesses em geral. Na frase seguinte, logo após ter sugerido uma Igreja “pura”, Marum afirma que essa mesma Igreja forjou o caráter de uma população “que se esmera pela moralidade e prima para ser cristão autêntico”. Entende-se que é necessário desconstruir esses mitos ao qual o escritor se refere, ou seja, uma concepção de sociedade perfeita que está presente em todo o trabalho.

Finalizando, exulta e externa seu orgulho de pertencer àquele torrão: “Orgulhando-me da terra em que nasci, esta cidade altaneira, de passado de glória, presente de progresso e futuro de esperança” (SIMAO, 2005:19). Nota-se mais uma vez o forte apelo ao passado para reforçar essa identidade de glórias que o escritor construiu

em seus escritos. Mas que passado seria esse a se apelar? Um passado de contradições? De tensões? Ou idealizado? Concordamos com Katryn Woodward, quando afirma que

Ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado – possivelmente um passado glorioso, mas, de qualquer forma, um passado que parece “real” – que poderia validar a identidade que reivindicamos (SILVA, 2012: 28)

2.7. “POVO FORTE” E “CIDADE CORAÇÃO DO CEARÁ”: GENERALIZAÇÃO E DETERMINISMO GEOGRÁFICO

De modo geral, pode-se perceber a construção de um certo mito de origem no discurso de Marum; um conjunto de rememorações que remetem à um sentimento de pertencimento. Tal elaboração identitária serve, segundo Pesavento, como um

conjunto de referências para as raízes de um povo [...] em que se relacionam pais ancestrais, datas memoráveis, fatos históricos, lugares de memória, mitos, ritos e práticas alusivas à nação, à música, à comida e à festa nacional, aos trajes típicos. As identidades são, no caso, ficções criativas que situam o indivíduo no espaço, no tempo, no social, mesmo no mundo. (PESAVENTO, 2005: 91)

O apelo constante ao título de “Cidade Coração do Ceará” (SIMAO, 1996: 351) devido à posição geográfica central da cidade, também se constituiu como parte desse leque mitológico que visou fortalecer essa identidade. O recurso de comparar a posição geográfica de certas cidades ou regiões no mapa brasileiro, com pontos vitais do corpo humano, tem sido usado ao longo da história do Brasil, para se inventar e criar laços. O samba enredo “Cidade Maravilhosa”, composto por André Filho para o carnaval carioca de 1935, é evocado até os dias hoje por intelectuais e moradores para afirmar uma posição de diferenciação em relação às demais cidades do Brasil:

*“Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil
Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil.”*

Também se ouve constantemente na mídia e outros meios que a Amazônia seria o “Pulmão do Mundo” dado sua importância ambiental para o planeta. O termo que apesar de já questionado, ainda tem sido constantemente apropriado por grupos de ativismo ambiental que em seus discursos e apelos o usam com o fim de ressaltar a importância das florestas brasileiras, um patrimônio mundial a ser preservado.

A “Cidade Coração do Ceará” não foi inventada por Marum Simão. Nos anos 50 do século XX, esse já era um jargão conhecido e reproduzido nos meios

intelectuais cearenses. Vejamos trecho do artigo “Fastos do Ceará – Quixeramobim”, do quixeramobiense Boanerges Facó, publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1958: “Quixeramobim é o centro do Ceará, é o alto sertão, pois fica equidistante da zona litorânea como o fica da fertilíssima região do Cariri. Não lhe chamo o coração do Ceará, porque a comparação já está muito trivial.” (FACÓ, 1958: 45). Percebe-se, portanto, que já em meados dos anos 50, os termos que visavam atribuir características especiais à cidade já eram constantemente repetidos pela intelectualidade quixeramobiense com a finalidade de enrijecer essa memória.

Outra característica muito comum a respeito do aspecto generalizante da escrita de Marum Simão, foi a questão de atribuir a todo o povo certos feitos protagonizados por um grupo social específico. Trata-se de uma tentativa de construir uma identidade de povo “forte”, politicamente ativo e unido, além de uma ênfase numa suposta “tradição” por anseios de Liberdade que seriam compartilhadas por todo o povo.

Pode-se observar isso no capítulo VII intitulado “Movimentos Revolucionários com Repercussão em Quixeramobim”. No primeiro tópico que trata da Independência do Brasil em 1822, o autor descreve de forma triunfal a maneira como todo o povo de Quixeramobim respondeu à imediata Independência do país, como algo que uniu todas as camadas sociais da época em torno de um só ideal, colocando a cidade em um patamar de inserção no centro do processo de desvinculação da Coroa:

A participação dos quixeramobinenses foi entusiástica. (...) Os habitantes de Quixeramobim, sabedores da quebra dos grilhões que prendiam o Brasil à Coroa Portuguesa, reúnem-se a ‘Camara, o clero, a nobreza e povo’ e em uma sessão memorável, oficiam ao presidente da província a adesão à causa da Independência. (SIMAO, 1996: 182)

Ao escrever que “Camara, clero, nobreza e povo” eram conscientes e lúcidos politicamente, constrói uma imagem mitológica de povo engajado nas lutas nacionais, que colocava o bem comum acima de qualquer diferença social, cultural, econômica ou religiosa. Essa construção também pode ser vista como uma reprodução da visão gloriosa do intelectual Boanerges Facó, que no artigo “Fastos de Quixeramobim” (1958), escreveu sobre aquele episódio:

A heróica cidade do centro geométrico de nosso querido Ceará teve a sua parte de leão nos fastos da liberdade e do republicanismo com que sempre sonharam os povos das terras descobertas por Colombo, Cabral, Magalhães e outros navegadores. (FACÓ, 1958: 56)

É possível observar em ambas as citações que teria havido uma massificação dos atos políticos em todas as camadas sociais, fato que deve ser visto com

cautela tendo em visto a tradição de história heróica e gloriosa na qual esses intelectuais estão inseridos. Apesar de exaltar sua cidade com adjetivos e frases de efeito, Marum também discorreu sobre os escravos que haviam na Villa e nas redondezas, inclusive, criticando duramente a prática brutal da escravidão: “A escravidão obscureceu a história com alguns atos de violência, quando o ser humano era vilipendiado e sua liberdade cerceada, com atos de desrespeito à dignidade do homem” (SIMAO, 1996: 44). O autor traçou um panorama sobre a mão de obra escrava em Quixeramobim baseado em documentação do Arquivo Público do Ceará, a saber, algumas escrituras do século XIX lavradas e passadas em cartório quando da compra ou venda de negros. Inclusive, é nos revelado que Antonio Dias Ferreira deixou em testamento a doação de seus escravos da Fazenda Santo Antônio do Boqueirão para serviço da Igreja, o que deixa explícito que a utilização de mão-de-obra negra era comum nas terras do chamado “filho do Porto”.

Em seguida, Marum procurou dar ênfase a um suposto “espírito libertário” e abolicionista que, segundo o autor, esteve presente em todos os moradores da Vila, que juntos em um só propósito teriam contribuído para o 13 de maio de 1888: “Como ocorreu em outras localidades, aqui também *a população* empenhou-se e participou ativamente na campanha abolicionista. (...) Com a Lei Áurea, *o povo* rejubila-se.” (SIMAO, 1996: 49) (grifo nosso). A pergunta que se faz frente a esses trechos é: qual “população” e qual “povo” se empenhou para o fim da escravidão e se rejubilou com o seu término? Será mesmo que todos os moradores estavam unânimes e engajados nessa luta? A generalização triunfal dos fatos é uma característica típica dessa cultura escrita da qual Marum Simão se apropriou.

Na esteira do que Pesavento chamou de “construções simbólicas de sentido”, chegamos ao tema miscigenação. Tais construções também vêm no sentido de reforçar ou criar uma identidade e um sentimento de pertencimento. Sendo assim, a tese do autor sobre a miscigenação em Quixeramobim e no Brasil como um todo se enquadra no que muitos estudiosos e críticos de intelectuais como Darcy Ribeiro denominaram de “Mito das Três Raças”. Esse mito muito conhecido visa criar, através de uma análise simplista e mecânica de causa-efeito, uma Identidade de Povo Brasileiro em diversos aspectos como o cultural, psicológico e comportamental, partindo da ideia de que a mistura entre índio, negro escravo e europeu teria forjado nossa cultura e nossa sociedade.

Como filho do Instituto do Ceará, a tese de Marum Simão também foi uma reprodução do que pensavam os intelectuais daquele círculo sobre o papel da

miscigenação no Brasil: “Aqui, como no resto do País, a miscigenação do branco, negro e índio propiciou o aparecimento de um povo intrépido, forjando a têmpera viril do sertanejo” (SIMAO, 1996: 50). Como dito anteriormente, o papel ativo atribuído aos nativos no processo histórico se restringiu à sombra da miscigenação. Na realidade, as bases da civilização quixeramobiense seriam, conforme esse discurso, européias. A miscigenação, aqui narrada com orgulho, foi justamente a mistura dessas etnias, o europeu teria “humanizado” o solo outrora “bárbaro” ocupado pelos nativos. Como se verá mais adiante, essa mistura de etnias em uma terra seca resultou, segundo essa cultura historiográfica, em um tipo ideal chamado de “sertanejo forte”.

Para reforçar essa tese, Marum Simão citou logo após sua afirmação, mais uma passagem de um artigo de Andrade Furtado publicado na Revista do Instituto do Ceará, que também reproduziu a ideia do mito das três raças: “A sociedade que emergiu da genealogia mesclada do branco, do índio e do africano humanizou o solo bárbaro e inspirou a força dos empreendimentos destemerosos para as ásperas jornadas do Porvir” (SIMAO, 1996:50) (FURTADO, 1955: 89). Esse trecho, assim como a citação anterior, sugere que Marum Simão herdou uma visão conservadora/tradicional que pregava o dito “sertanejo” como um produto/resultado do meio rústico, ou seja, um homem de “têmpera viril”, “um forte” como afirmou Euclides da Cunha em Os Sertões.

Marilena Chauí (2000) ressaltou que esse “determinismo” do meio proclamado pelo IHGB, não se restringiu apenas à questão moral, mas também se estendia aos “usos e costumes, pois, “inspirando-se no naturalismo evolucionista e no positivismo”, partiam para um “determinismo natural na formação do caráter, isto é, das condições climáticas e da raça, às quais acrescenta o determinismo ‘moral’, isto é, os usos e costumes” (CHAUI, 2001: 48). No Ceará, essa visão evolucionista também foi muito forte no Instituto Histórico local. Almir Leal afirmou que essa elaboração identitária se dava na

Relação determinante da atribuição do meio físico como condicionante moral. [...] O lugar da identidade cearense com base na produção historiográfica foi a definição de um tipo humano caracterizado pelas modificações da natureza. [...] Um modelo explicativo que teve sua base nas leituras cientificistas que marcaram o grupo de intelectuais da Academia Francesa no Ceará em meados da década de 1870. As influências mesológicas e o predomínio das leis da natureza na formação do caráter mental da população foram leituras sociais incorporadas do darwinismo social. [...] O caráter sentimental do cearense estaria, dentro dessa visão, marcado pela definição de um tipo humano que, reconhecidamente, era resultado do meio físico. [...] Moldado pela fusão das raças européia e indígena, e pelos condicionamentos do clima. (OLIVEIRA, 2001: 200, 2001)

Essa invenção histórica do cruzamento das “raças” e de que o chamado “sertanejo”, por si só, é um forte devido ao ambiente hostil, também foi utilizada por Andrade Furtado e, conseqüentemente por Marum Simão para tentar justificar uma condição de diferenciação a partir dos chamados “pioneiros” (Marum) ou “avoengos” (Furtado), ambos termos que remetem a supostos antepassados: “O heroísmo incomparável e desmedido dos nossos avoengos foi uma escola de robustecimento moral da fibra varonil dessa forte e brava gente” (FURTADO, 1955: 90). Pode-se também, citar o artigo do quixeramobiense Boanerges Facó “Fastos do Ceará – Quixeramobim” (1958) e suas afirmações semelhantes que remetem à mesma construção da identidade aqui problematizada. Facó procurou ressaltar a suposta “força” do sertanejo quixeramobiense que, resistiria bravamente às intempéries da região:

Eu te saúdo, no teu festivo jubileu, vetusta cidade, cujos campos, às vezes açoiados pela inclemência de um sol de brasa, que te calcina e cresta o vasto planalto, castigado pela crise climática, mas que teus fortes e dignos filhos sabem gozar ou sofrer no seu contraste entre a abundância e a miséria. (FACÓ, 1958: 58)

O mito das três raças que também tem sido usado nos dias de hoje para explicar, dentre outras coisas, a ginga futebolística brasileira e os ritmos musicais alegres, é um reflexo direto do presente, do olhar do escritor sobre a realidade. A identidade além de ser reivindicada através de apelos a antecedentes históricos é feita também a partir das referências e pressupostos do tempo presente em que é forjada. Nesse sentido, compartilhamos do mesmo pensamento de Ruthenford, quando este afirma que: “A identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora” (RUTHENFORD, 1990: 19-20)

Mas qual o motivo de tanto orgulho pelo fato da mestiçagem brasileira por parte de diferentes gerações de escritores? Chauí (2000) ressaltou que a escola histórica alemã, muito influente no IHGB e no Instituto do Ceará, possuía dois critérios para definir se um “aglomerado humano” poderia ou não ser considerado uma nação. Esses critérios eram a unidade racial seguido da densidade demográfica. Esses fatores, se colocados ao lado de um dos objetivos do IHGB que, em um plano mais amplo, pretendia discutir e definir o que era a nação brasileira, fazem todo o sentido.

Essa invenção do espírito “intrépido” do povo de Quixeramobim pode ser avistada em mais uma passagem do capítulo XI intitulado “Guerras e Órgãos Militares”. No tópico 2 que trata da “Segunda Guerra Mundial: Manifestação e Participação”, o autor traz à tona uma citação da obra “Municípios do Ceará” de autoria de Dorian

Sampaio que faz referência ao período da Segunda Guerra Mundial em Quixeramobim. Sobre a citação, Marum a utiliza para dar ênfase à sua tese de “povo intrépido”.

Mais de um século depois (da Confederação do Equador), esse espírito libertário de Quixeramobim se reafirma quando seu povo reunido em praça pública e tomado de violento sentimento de patriotismo, resolveu declarar guerra à Alemanha nazista, antes mesmo do governo brasileiro de então (1943), chefiado por Getúlio Vargas, tomar essa deliberação. Era o protesto de Quixeramobim em repúdio à agressão brutal dos submarinos alemães contra os indefesos barcos mercantes brasileiros em águas territoriais de nosso País (SAMPAIO, 1983: 246)

A passagem acima é citada como uma ilustração do contexto da Segunda Guerra Mundial em Quixeramobim. Nenhuma problematização ou questionamento foi feito, no sentido de perceber os exageros de Sampaio ao generalizar que todo o “povo reunido em praça pública” e com sentimento patriótico bradava em alta voz e declarava guerra contra a Alemanha nazista. Entende-se a citação como uma ironia da parte de Sampaio que ressaltou nas entrelinhas o caráter inusitado de um pequeno vilarejo do interior do Ceará pretender declarar guerra à Alemanha antes mesmo do Governo brasileiro posicionar-se contra as “Forças do Eixo”. Percebe-se uma compreensão diferente dos fatos históricos da parte de Marum Simão que abordou e reproduziu o texto de Dorian Sampaio como uma fonte que teria retratado fielmente o povo de Quixeramobim da década de 1940 como sendo gente guerreira e patriota. Evidenciando assim, sua tendência em reafirmar constantemente esse tipo de identidade.

A crença que, geralmente, tende a generalizar a população de Quixeramobim como um núcleo que historicamente sempre teve um suposto “espírito libertário”, também se constituiu como mais um aspecto que Marum Simão herdou das leituras dos intelectuais aqui já citados. Boanerges Facó, em artigo já mencionado, escreveu de forma triunfal sobre a relação entre Quixeramobim e o episódio da proclamação da Confederação do Equador¹³:

Eu te saúdo, magnífica cidade da Liberdade, que a 9 de janeiro de 1824 vibraste de entusiasmo e içaste a bandeira da República do Equador e soubeste repudiar e sofrer o despotismo que fez rolar cabeças de mártires pela pregação das ideias e princípios. (FACÓ, 1958: 58)

À vista disso, é perceptível a semelhança do discurso de Marum Simão e as palavras de Facó. Se evidencia assim, a intensidade de como essa tradição

¹³ A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário/republicano de caráter separatista ocorrido em 1824, no território que hoje compreende ao Nordeste brasileiro. Os historiadores quixeramobienses se orgulham e reivindicam Quixeramobim como um dos berços do movimento.

historiográfica das narrativas épicas que generalizam os “grandes” fatos foi absorvida pelo memorialista.

O último capítulo, intitulado “Pessoas de Destaque” é uma constatação de como a escrita da história é seletiva, de como possui o poder de perpetuar uma personagem e de jogar outra no mais profundo esquecimento, de como essa seleção pode ser usada para construir uma identidade. Nessa última parte do livro, Marum Simão lista os ditos “filhos ilustres” de Quixeramobim. São escritores, professores, militares, advogados, sacerdotes, juízes, políticos, médicos, artistas e outros ofícios de indivíduos que de alguma forma, na visão de Marum Simão, se destacaram no que faziam. Fica evidente a intenção do autor em gerar nos leitores um sentimento de orgulho pela terra que tanta gente inteligente e útil teria produzido: “É de suma importância que as gerações presentes e futuras conheçam aqueles que, com seu trabalho, talento e lutas, tudo fizeram para o engrandecimento do município, do Ceará e do Brasil” (SIMAO, 1996: 389).

Nesse tópico, deu uma breve introdução dizendo:

Aqui estão relacionados alguns dos filhos de Quixeramobim que se destacaram no cenário político, militar, religioso, cultural, enfim, em todos os ramos da atividade humana. A fim de evitar possíveis omissões, serão citados apenas os já falecidos. (SIMAO, 1996: 388)

O último ponto do livro é uma síntese simbólica do tipo de cultura historiográfica da qual ele se apropriou e reproduziu: uma escrita da história que prezava pelos grandes homens, que exaltava e criava heróis com muita espontaneidade. Uma cultura escrita que enxergava os fatos como um filme bem montado e sequencial, sem que nele houvesse quebras, contradições ou questionamentos. Uma cultura escrita que deixa à margem da história os pobres, os loucos, as mulheres, enfim... aqueles que não possuem ou não possuíram cargos e diplomas importantes que proporcionassem o “*engrandecimento do município, do Ceará e do Brasil*”.

O irmão do autor, Simão Marrul, também foi citado como uma pessoa de destaque. De acordo com o relato, foi professor, vereador, vice-prefeito e prefeito da cidade de Quixeramobim entre 1959-1962. Lendo sua mini-biografia e seguindo a lógica traçada pelo autor para declarar tais pessoas como sendo de “destaque”, Simão Marrul destoa dos demais intelectuais por ter sido apenas mais um político dentre os inúmeros que existiram no município. O que o faria diferente dos demais prefeitos e vereadores que ficaram de fora da lista? Colocar seu irmão na galeria dos memoráveis da cidade foi uma estratégia de legitimação do autor, uma forma de dar um peso

histórico e político ao sobrenome Simão, com a finalidade de estabelecer sua família como importante e tradicional. Assim, Marum Simão se consagraria também pelo apelo à historicidade da família. O autor argumentou que iria citar “apenas os já falecidos” para que não se fizesse omissões e assim pudesse dar um aspecto de “imparcialidade” ao trabalho. Todavia, pouco importa se os sujeitos citados na lista de destaque estejam vivos ou mortos. O que se quer chamar a atenção é que escolhas foram feitas. Uns “entraram para a história” e outros foram esquecidos por ela. Há tempos que se sabe que a imparcialidade é um princípio inalcançável na História, por mais que se tente persegui-la. Seu antônimo, a parcialidade, estará sempre presente até nas palavras que se escolhe para interpretar um fato.

Marum Simão é um intelectual que se adaptou aos vários contextos políticos, que soube se encaixar em posições privilegiadas de fala, tendo como consequência sua legitimação enquanto intelectual e uma massiva aceitação e divulgação de sua obra, até mesmo por parte do poder público. História que continua sendo referência para a cidade de Quixeramobim, resultante de alianças com o poder oficial que acabou por gerar um discurso mais monumentalizador do que questionador. Não só uma monumentalização de famílias abastadas e políticos ditos “tradicionais”, como uma legitimação pessoal e familiar que se colocou na narrativa histórica como atores sociais relevantes.

No capítulo II, se enfocará o exemplo do escritor João Eudes Costa que assim como Marum Simão, teve uma intensa vida pública e deixou seu registro sobre a história da cidade de Quixadá. A análise de sua obra e sua influência social foi feita a partir dos seguintes questionamentos: quem foi João Eudes Costa? Qual seu lugar social? Que tipo de história escreveu? Quais estratégias utilizou para ter a aceitação e reprodução de seu discurso por parte do poder oficial? Quais foram suas alianças políticas? Que tipo de identidade procurou construir para os quixadaenses? Quais foram suas influências? Quais mitos de origem ele reproduziu ou reelaborou? São essas e outras questões que se tentará responder e problematizar a seguir.

3 RETALHOS DOS “RETALHOS”

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”

CERTEAU, *A Escrita da História*

3.1 JOÃO EUDES COSTA – TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL

Por que se escolheu o livro “Retalhos da História de Quixadá” (2002) e seu autor para serem problematizados nesse trabalho? Primeiramente, porque se trata do primeiro livro de História Local a ser disseminado massivamente no município, inclusive nas repartições públicas e principalmente nas escolas. Dado esse fato, alguns aspectos de sua narrativa precisam ser discutidos, principalmente no que diz respeito à questão identitária levantada em todo o livro. Essa importante obra historiográfica procurou construir um discurso alicerçado em aspectos morais, religiosos, regionalistas e naturais, sobre o que seria ser “quixadaense”, “sertanejo”, “cearense” e “brasileiro”. Por isso, se entende que se trata de um livro que contribuiu para a construção de um imaginário local generalizante e reprodutor de mitos e estereótipos. Portanto, torna-se necessário questionar as várias noções essencialistas de identidade presentes na obra, bem como alguns mitos fundadores. Importante ressaltar que tais noções não são exclusivas de João Eudes Costa, mas também foram partilhadas por autores do Instituto Histórico do Ceará como José Bonifácio de Sousa e Eusébio de Sousa, os quais o autor citou em seu livro e que também foram analisados nesse trabalho.

“Retalhos da História de Quixadá”, publicado no ano de 2002, tornou-se praticamente um manual de pesquisa escolar adotado em todas as grandes escolas do município. Ver-se-á mais à frente como sua obra ganhou aos poucos um status de história oficial por intermédio de um tipo específico de discurso e das diversas estratégias de legitimação e aproximação com os políticos locais. A exemplo do capítulo anterior, o último tópico foi dedicado a algumas reflexões sobre como o autor fabricou um discurso que reclama para si uma identidade quixadaense. Ver-se-á até que ponto João Eudes Costa reproduziu estereótipos e mitos de discursos dos autores do Instituto do Ceará. Sua trajetória de vida aqui contada de forma breve e seletiva foi baseada em entrevista realizada no ano de 2012. Sobre o autor, entende-se que foi um intelectual muito influente no Município, no que concerne à memória local. Esteve

encaixado em diversos espaços privilegiados e redes de sociabilidade que, direta ou indiretamente, o fizeram com que se tornasse a voz “autorizada” e “competente” sobre o passado de Quixadá.

João Eudes Costa nasceu em 24 de Junho de 1934 na cidade de Quixadá. Filho de Francisco Segundo da Costa, um funcionário público municipal e de Maria Cavalcante Costa, primeira professora diplomada a chegar em Quixadá ainda em 1923, quando na época o Grupo Escolar de Quixadá, hoje denominado Escola de Ensino Fundamental José Jucá, iniciava suas atividades. Foi nessa escola que João Eudes viveu parte de sua vida escolar. Cresceu em um ambiente em que a oralidade foi muito forte, e diariamente presente nas noites de conversa na calçada, situação que, segundo ele, teria o influenciado a “pegar gosto” pela História. Na introdução do livro “Retalhos da História de Quixadá”, afirmou que conviveu na infância, quase que diariamente, com Cego Aderaldo, considerado pelos repentistas da região como um dos gênios da cantoria de viola. Isso também ajuda a explicar o estilo poético da escrita de seu livro e o fato de ter se tornado um cronista.

Cresci assim, ouvindo e contando histórias todas as noites, até adormecer e sonhar com outros enredos, envolvendo novos heróis. Esse interesse pela história mais se arraigou ao meu cotidiano, a partir dos sete anos de idade, quando, quase diariamente, ouvia narrativas feitas por Cego Aderaldo, que, na calçada de nossa casa, conversava com meu pai. Este me acolhia em sua espreguiçadeira para ouvir, atentamente, as histórias de Aderaldo. (COSTA, 2002:7)

João Eudes declarou em entrevista que seu interesse pelos estudos sempre chamou a atenção do padre Luiz Rui Braga Rocha, vigário que prestou serviços à cidade de 1930 à 1967 e que foi seu padrinho de batismo, além de amigo pessoal de seus pais. De acordo com o autor, dessa relação de amizade entre o padre e sua família, surgiu uma oportunidade de estudo no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Todas as despesas necessárias ficaram por conta do próprio padre e da entidade Obra das Vocações Sacerdotais (OVC), instituição que financiava os estudos de jovens que desejavam o sacerdócio. Assim, em 1946, aos doze anos de idade, João Eudes ingressou no seminário, onde ficou internado apenas quatro anos após chegar à conclusão de que não possuía aptidão/vocação para exercer o ministério de padre. Outro fator que pesou em sua decisão de abandonar o seminário, segundo o autor, foi sua consciência que o acusava de estar ocupando o lugar de algum outro garoto que verdadeiramente desejasse estar naquelas condições.

Até que ponto se pode saber se essa preocupação ocupava mesmo a cabeça de um garoto de doze anos? Ou mesmo até que ponto se pode especular que essa fala é de um homem adulto que, a partir de seus pressupostos do presente, olha para o passado e chega à conclusão de que estava ocupando uma vaga imerecidamente? São as artimanhas da memória que dificilmente se pode tirar uma conclusão definitiva.

De volta à cidade de Quixadá e com uma base sólida de conhecimento que adquiriu durante os quatro anos de seminário, João Eudes deu continuidade a seus estudos em casa até ser aprovado no concurso do Banco do Brasil no dia 3 de Fevereiro de 1953. Nos três anos que sucederam sua saída do seminário (1950) e antecederam a aprovação no concurso federal (1953), trabalhou numa fábrica de redes, foi cambista de jogo do bicho, cobrador de luz e até jogador de futebol profissional pelo Quixadá Futebol Clube. Também na cidade, trabalhou na antiga Rádio Uirapurú durante um ano escrevendo e lendo suas crônicas de segunda a sexta-feira. Sua habilidade e sensibilidade em escrever crônicas o fizeram um escritor quixadaense de renome, tanto que, paralelamente à função de bancário, João Eudes Costa esteve ligado aos jornais da capital e do interior, o que o fez uma figura ainda mais conhecida entre os meios letrados. Atuou na imprensa escrita como correspondente de notícias da região Sertão Central e cronista do jornal cearense O POVO por mais de quatro anos, entre 1952 e 1956. Após sua saída do O POVO, prestou serviço para os jornais Correio do Ceará, Unitário, Gazeta de Notícia, O Nordeste (Jornal Católico) e Diário do Povo, todos jornais da capital cearense. Fora do estado do Ceará, atuou como cronista para o jornal potiguar Diário do Norte, com sede em Natal. Em Quixadá, escreveu no jornal O Monólito durante a década de 1970. Mais recentemente, na década de 1990, participou de programas matinais da Rádio Cultura de Quixadá, lendo crônicas diárias. Já como funcionário do Banco do Brasil, João Eudes Costa trabalhou por trinta anos até aposentar-se em abril de 1983. Infelizmente, devido ao curto espaço de tempo para desenvolver a pesquisa e, principalmente pelo recorte temático de cunho historiográfico e político desse trabalho, suas mais de mil crônicas não foram analisadas. Entende-se que por tratar-se de outro estilo de escrita, essas fontes seriam melhor aproveitadas em uma futura pesquisa mais abrangente, que se pudesse problematizar toda a riqueza literária e histórica, presente nas crônicas de João Eudes Costa.

Diferentemente de Marum Simão, João Eudes Costa nunca esteve oficialmente ocupando altos cargos políticos em administrações municipais. Porém, seu círculo de sociabilidade que incluiu políticos e intelectuais, o permitiu ser um sujeito

social e politicamente influente no município. Importante observar que João Eudes registrou alguns momentos vividos por ele nos bastidores políticos locais, sugerindo que sua participação pontual, de forma direta ou indireta, em algumas ações do poder oficial teria sido de fundamental importância. Nesse ponto, mais do que em todas as outras seções do livro, a caráter auto-biográfico saltou das páginas de forma interessante. Trata-se do sujeito se auto-registrando na história como alguém digno de ser lembrado. Talvez os fatos narrados não possuam tanta relevância no sentido prático, mas colocar-se na história em primeira pessoa, registrar os acontecimentos em que participou, constituiu-se numa estratégia de legitimação pessoal e, nesse caso, também política. Além do mais, esses registros serviram de termômetro para que pudesse ter uma base sobre o grau de influência e proximidade entre o escritor e as elites políticas locais:

Até 1964 Quixadá não contava com um colégio Público em que funcionasse o curso ginasial. [...] Essa situação preocupou muito o prefeito José Okka Baquit. [...] *Tive a felicidade de sugerir ao prefeito* que o colégio fosse construído na sobra excedente dos limites da praça Dr. Revy (atual José Páscoa). (COSTA, 2002, 256) (grifo nosso)

Ouvindo a explanação do plano habitacional, no qual o Prefeito enfocava as dificuldades para executá-lo, *lembrei* da grande área ociosa existente logo após o bairro do Putiú, onde havia funcionado o primeiro campo de pouso de Quixadá. [...] *O prefeito José Baquit gostou da lembrança* e utilizou o terreno para construção de casas populares. (COSTA, 2002: 256, 258) (grifo nosso).

Nessas passagens, João Eudes Costa aparece como uma espécie de conselheiro da administração municipal do industrial e ex-prefeito José Okka Baquit (1963-1967). As citações evidenciam que foi um intelectual atuante e influente nos bastidores políticos de Quixadá desde a década de 1960. Essa posição privilegiada não mudou na administração do irmão de José Okka Baquit, o também industrial Aziz Baquit, o qual exerceu dois mandatos como prefeito na cidade de Quixadá: 1973-1977 e 1983-1989. Ao escrever sobre a administração e a pessoa de Aziz Baquit, o autor dedicou quinze páginas de elogios e dedicatórias, monumentalizando o ex-prefeito como um “benfeitor” misericordioso. Nas passagens a seguir, será possível compreender melhor a tradição escritutária na qual o autor está inserido, a qual preza pelas grandes narrativas dos ditos grandes homens políticos. Sobre Aziz Baquit, o escritor o descreveu como alguém que

Sente-se gratificado por tudo ter feito para melhorar as condições de vida dos seus conterrâneos, a quem dedicou o verdadeiro amor fraternal. [...] Depois de passar dez anos como Prefeito de Quixadá, o seu patrimônio estava bastante diminuído, porque grande parte dele havia sido repartido com os que lhe pediam ajuda como Prefeito e ele o socorria como quixadaense, como cidadão e como cristão a serviço de caridade. [...] Continua gozando de extraordinário prestígio pessoal. A semente do amor que plantou no coração

de seus conterrâneos continua florescendo. Cada abraço que recebe do mais humilde quixadaense, sente-se recompensado por aquela expressão de amizade e sentimento de gratidão. (COSTA, 2002:381-382)

Essa exaltação do industrial e ex-prefeito não foi feita por acaso. João Eudes sempre teve acesso livre e direto ao gabinete da prefeitura, bem como, segundo registrou, suas opiniões possuíam certo peso e teriam sido acatadas pelas administrações Baquit. O trecho mais forte da monumentalização do político consiste em uma crônica não datada, escrita na ocasião em que o ex-prefeito sofreu um grave problema cardíaco, ainda quando exercia seu primeiro mandato na década de 1970. Interessante observar que o autor utilizou sua própria crônica como fonte, mas não a utilizou apenas para analisar um fato passado, e sim para legitimar e engrandecer o prefeito enfermo como um herói popular. Evidentemente, a apresentação da crônica foi feita de forma ilustrativa, como se fosse uma fotografia de uma época que teria traduzido um sentimento coletivo de comoção. Também pôde-se entender como um ato de legitimação pessoal ou intelectual, o fato do autor ter utilizado a si próprio como fonte (embora não-problematizada), como uma testemunha fiel da realidade.

A crônica recebeu o título de “Coração que não deve parar”. Segue-se alguns trechos que acredita-se serem pertinentes para reflexão:

A comunidade inteira ficou apreensiva, inquieta e triste, quando tomou conhecimento de que o seu *grande líder* não estava passando bem. [...] Seu coração não suportou a sobrecarga de tanta preocupação, desilusões e emoções. Preocupação de se sentir impotente e quase nada poder fazer por essa gente humilde, pobre e sofredora, que, apesar de receber inúmeros benefícios em sua administração, padece as consequências do massacre imposto pela grande marginalização social. [...] Emoção de ser *a esperança* dessa gente que não o vê como político profissional egoísta e demagogo, mas *o símbolo da compreensão, da caridade e do amor*. Se Quixadá, pela sua hospitalidade e belezas naturais é considerado um suntuoso jardim, você é *o jardineiro* que rega as nossas roseiras. [...] Sem o carinho, dedicação, tenacidade e o espírito de servir do nosso *querido jardineiro*, por certo as flores murchariam. [...] Quando seu coração quis parar, com ele parou toda a cidade. [...] Do mais velho ao mais jovem. Do mais abastado ao mais pobre. [...] A cidade parou de respirar. [...] Um profundo silêncio envolveu os verdejantes tabuleiros do Sitiá, como, se todos unidos tentassem ouvir, mesmo de muito longe, o compasso forte das batidas do seu peito. Um coração cheio de fé, esperança e coragem haveria de voltar ao normal, para fazer renascer a fé no espírito dessa gente que o tem como *autêntico guia*. [...] Porque a cada um você fez o bem. Aziz Baquit, você fez por merecer todo este carinho, e faz, com a sua presença, rir uma cidade que cabisbaixa, intranquilha e tristonha, há bem pouco, chorava angustiada a sua ausência, fazendo preces para que Deus protegesse e mandasse de volta o nosso *líder, irmão e amigo*. (COSTA, 2002: 383-384) (grifo nosso)

O uso de termos como “grande líder”, “querido jardineiro”, “símbolo da compreensão, caridade e amor”, “esperança”, “autêntico guia”, “líder” e “irmão”, evidenciam uma influência da veia historiográfica positivista que, dentre outras

características, prezou por inventar/construir heróis e enaltecer homens do poder oficial. Claro, é preciso levar em consideração que uma crônica não segue qualquer parâmetro historiográfico, logo, não se deve fazer a crítica da crônica por si só, usando esses parâmetros, mas sim de seu uso enquanto documento-ilustração sobre um determinado fato. Houve, como se viu, a monumentalização de um político por intermédio do apelo à fonte produzida pelo próprio escritor. João Eudes Costa projetou seus sentimentos pessoais em relação ao ocorrido com o ex-prefeito como sendo um sentimento coletivo que envolveu toda a cidade, aproveitando também, esse apelo à comoção para ressaltar aspectos identitários defendidos ao decorrer de todo o livro, como a dita hospitalidade quixadaense.

A inserção de João Eudes Costa tanto nos bastidores políticos locais, quanto na imprensa escrita cearense e quixadaense, o fizeram um escritor conhecido e influente no meio político de Quixadá. Foi com essa elite política e intelectual que em meados da década de 1980, esteve envolvido, junto à Prefeitura Municipal, em um projeto que previa a criação de um museu para a cidade. Inaugurado em 1984, o Museu Histórico Jacinto de Sousa¹⁴ funciona até os dias atuais com um acervo considerável de peças de época. Toda a concepção do Museu Histórico Jacinto de Sousa reflete a visão de história de João Eudes Costa e do poder oficial que financiou a obra, ou seja, uma história heróica dos grandes homens. A participação do escritor foi fundamental no processo de recolhimento de peças para composição do acervo. Há fotos de prefeitos, governadores e presidentes por toda a extensão do corredor principal. A cama onde o general Castelo Branco¹⁵ dormiu pela última vez em 1967 antes do acidente aéreo que ceifou sua vida e dos demais tripulantes, também pode ser vista ao lado de objetos íntimos de higiene. No entanto, nada que remeta as contradições ou que provoque reflexões mais profundas sobre o governo Castelo Branco, apenas se pode contemplar os objetos dispostos “tal como estavam”, no quarto do ex-presidente. Ao adentrar no Museu, se percebe que a maior parte do acervo veio das grandes fazendas de famílias abastadas da zona rural de Quixadá. São Caldeirões, ferros para passar roupas, conjuntos de xícaras, talheres, pratos e louças em geral. Cadeiras, penteadeiras, armários, espelhos, telefones, rodas de carruagens, chaves de grandes portões de acesso,

¹⁴ Jacinto de Sousa foi um escultor quixadaense e líder maçom que, juntamente com companheiros de maçonaria, fundou em 10 de junho de 1921, a “Aliança Artística e Proletária de Quixadá”. Associação que visava congregar trabalhadores da cidade e do campo com a finalidade de desenvolver atividades culturais e educacionais.

¹⁵ Castelo Branco morreu em um acidente aéreo no dia 18 de junho de 1967. Na noite anterior, havia dormido na Casa de Repouso São José, localizada em Quixadá, no distrito de Dom Maurício.

telhas, tijolos de antigas fazendas, etc. Essas peças são apresentadas ao público como representação do cotidiano da vida dos quixadaenses no passado. No entanto, o que se pode perceber nesses acervos, são fragmentos da história do cotidiano das elites quixadaenses e dos grandes proprietários de terra e escravocratas da região.

Em 19 de julho de 2012, após meses de discussões e reuniões, fundou a Academia Quixadaense de Letras (AQL), juntamente com dez escritores da região do Sertão Central e Fortaleza. Dentre os membros, estão figuras de projeção nacional como o ex-governador do estado do Ceará, Lúcio Alcântara (2002-2006). João Eudes Costa também se tornou o primeiro presidente da instituição que possui como objetivo a difusão e discussão da literatura local produzida por seus “imortais”. A Academia aumentou muito seu capital simbólico perante a sociedade cearense enquanto cronista de prestígio e historiador de renome. Entende-se também que a criação da Academia Quixadaense de Letras, além de seu caráter pedagógico e de incentivo à produção literária, veio atender o desejo de uma elite letrada local em se reafirmar enquanto tal. E ainda, criar de forma mais institucional, uma tradição acadêmica de afirmação de escritores, até então inexistente no Município.

A AQL, além de espaço de sociabilidade desses intelectuais, tem sido vitrine para a divulgação das obras de seus membros. Nesse momento, pode-se observar um renovo no que diz respeito ao livro de João Eudes Costa, pois dez anos depois, seu trabalho volta com mais força aos debates acadêmicos e ao centro dos holofotes da mídia regional. Sendo o presidente/fundador da instituição e estando exercendo as funções de liderança de um grupo que já nasceu com considerável projeção acadêmica e política, sua produção será mais visada e procurada pelo público leitor. Portanto, o título de “imortal” e “fundador” provenientes dessa solenidade oficial, contribuíram indubitavelmente, para a afirmação do autor enquanto maior referência histórica e literária do Município e que, sem sombra de dúvida, figurará em futuras biografias ou relatos sobre sua vida política e literária.



Figura 13. Membros da Academia Quixadaense de Letras (AQL) na solenidade de criação da instituição em 2012. (Fonte: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/>)

3.2 A CONSTRUÇÃO DO LIVRO – CARACTERÍSTICAS GERAIS.

No início da década de 1990, o autor deu início às pesquisas que futuramente viriam formar o livro “Retalhos da História de Quixadá”, lançado em 2002 no clube Náutico Atlético Cearense, mesmo local onde Marum Simão lançou seu livro no ano de 1997. Publicado o livro, era necessário distribuir para o acesso do público. Foi aí que em parceria com o então prefeito de Quixadá, José Ilário Gonçalves Marques (2000-2004) e a Secretaria Municipal de Educação, João Eudes Costa disseminou sua obra em todas as escolas municipais e estaduais do município, bibliotecas, faculdades e repartições públicas de maior relevância e circulação de pessoas. A presença de seu livro se tornou quase obrigatória nesses espaços. Essa estratégia de divulgação por parte do escritor rendeu resultados que até hoje podem ser percebidos. Poucas obras já nascem com o status de “clássico” ou “obra-referência”, esse foi justamente, o caso de “Retalhos da História de Quixadá”. A aceitação pública do autor, que já era conhecido e reconhecido nos meios letrados como um cronista e repórter de escrita qualificada, contribuiu para o, cada vez mais progressivo, processo de alavancagem de seu livro. A narrativa heróica e engrandecedora de grupos religiosos católicos, políticos (ex-prefeitos), médicos e famílias ditas “tradicionais” da cidade, também foi outro fator que pesou na aceitação e assimilação do livro como “verdade” sobre o passado local. Interessava a esses grupos elitizados que essa versão da história quixadaense fosse perpetuada e ensinada como algo a ser valorizado (mas nunca questionado?), quase

como um patrimônio imaterial a ser sacralizado. É nesse sentido que se percebe a massiva aceitação do discurso histórico do memorialista que, apesar de viver em uma cidade com curso superior em História, convivendo diariamente com professores universitários da área, se tornou e foi feito a maior referência no quesito História Local.

Outro aspecto a ser discutido é a orelha e o prefácio do livro “Retalhos da História de Quixadá”. A escolha das pessoas para o processo de escrita da orelha ou o prefácio não é feita aleatoriamente, há uma lógica que busca promover e dar legitimidade à obra através do peso intelectual de outros. No caso de João Eudes Costa, seus critérios foram muito interessantes e eficientes. Sendo morador de uma cidade universitária que na época (2002) já possuía curso superior de história há pouco mais de 10 anos, lançou um convite para que dois historiadores/professores universitários escrevessem a orelha e o prefácio de seu livro. A saber, o professor Dr. Altemar da Costa Muniz (orelha) e o professor Dr. Marcos José Diniz Silva (prefácio) se encarregaram dessa tarefa. O carimbo acadêmico, por mais que seu trabalho não tivesse a pretensão de ser acadêmico, deu a João Eudes Costa um respaldo frente ao público leitor. Tendo em vista que o mesmo sempre rejeitou o rótulo de “historiador”, entende-se essa atitude por parte do escritor como sendo um ato de busca por legitimidade de sua obra, por intermédio da academia e na academia. Isso também ficou evidente na introdução de seu livro, quando o autor expressou seu desejo de que os fatos narrados (chamado de “jóias”) trouxessem alguma contribuição aos acadêmicos, a quem o mesmo chamou de “verdadeiros historiadores” e “mestres”.

Essas jóias, ainda manchadas pelo aluvião do Sitiá, com o brilho ofuscado pela poeira do tempo, as entrego nas mãos dos verdadeiros historiadores, para que as lapidem e as façam tesouros de muito esplendor. [...] O amor que pus ao retirá-las, o desvelo com que tratei cada pedacinho recuperado, tenho certeza, ajudarão no trabalho dos mestres que as lapidarão, para que nelas resplandeçam toda a beleza de nossa história e fique patente o valor dos que dedicaram toda a existência em versos e prosas por todos que a visitam e sentem o acolhimento do quixadaense [...]. (COSTA, 2002:8)

Essa recusa de João Eudes Costa em ser tratado como historiador é um fato interessante tendo em vista sua fama em todo o município como tal. Mais do que uma pretensa “modéstia”, como muitos diriam, esse posicionamento do autor poderia ter sido uma forma de colocar-se em um lugar enquanto intelectual, frente a um contexto municipal rico em formação de historiadores profissionais.

Não quero ser reconhecido como historiador, pois, nestes modestos escritos, não há a técnica de um catedrático, que aprendeu, na Universidade, a maneira correta de fazer relatos, adotando toda a metodologia ensinada nos bancos escolares. Vejam-me, apenas, *como um simples garimpeiro*, de roupa surrada, chapéu de palha e botas de couro cru, com solado de pneu,

apaixonado pela história de sua terra que buscou, incansavelmente, nos escombros de nossos monumentos históricos demolidos e nas cinzas de nossos arquivos incinerados, algo sobre uma história que nos envaidece pela grandiosidade dos que a escreveram, com sacrifício, coragem, lutas e muito amor. (grifo nosso) (COSTA, 2002:8)

Nas duas citações, foi possível perceber um pouco da visão gloriosa com que o autor encarou a história local. Os fatos são tratados como “jóias” preciosas, relíquias reluzentes e puras que refletem e são testemunhas fiéis de um passado de homens a quem se deve reverenciar. Ao expor suas limitações e afirmar que entrega os fatos “nas mãos dos verdadeiros historiadores, para que as lapidem e as façam tesouros de muito esplendor”, João Eudes Costa expressou seu desejo de que a academia exaltasse os mesmos “grandes personagens” e “fatos” tanto quanto ele, ou talvez, que pudessem até ter ido mais além no processo de engrandecimento. Também expressou um desejo de ter amparada e reforçada pelo discurso científico, um tipo de história e identidade, a qual ele reproduziu e defendeu.

Por recusar o título de “historiador”, o autor convidou historiadores para legitimarem e darem carimbo acadêmico ao seu trabalho. A seguir, se analisará o texto desses intelectuais e de que forma construíram seus discursos.

[...] Retalhos da História de Quixadá denota bem a posição filosófica e metodológica do autor, que reconhece as limitações de sua condição de investigador empirista do passado, porém não se nega a investir na memória histórica – construída ao longo do tempo sobre a evolução de Quixadá [...] Demonstra na prática sua metodologia calcada em ampla documentação, adquirida ao longo dos anos em seus caminhos pessoais, trilhados com perseverança, humildade, intuição e muita transpiração. [...] Retalhos da História de Quixadá merece toda a consideração devida a um trabalho histórico, embora seu autor se autodenomine “contador de histórias” e não historiador. Mas é preciso reconhecermos que a ciência histórica muito tem auferido de cidadãos comprometidos e entusiasmados com o “espetáculo das atividades humanas”, que nos legaram preciosidades documentais inestimáveis do tesouro do tempo, e que, em muitos casos, o diploma mais lustroso não possibilita, ao seu titular, tamanha sagacidade e dedicação. [...] Enfim, com seus Retalhos... João Eudes Costa inscreve seu nome na galeria dos historiadores de Quixadá, por seu mérito de investigador e por seu incalculável amor às coisas desta terra. [...]

Observa-se nas palavras do historiador Marcos José Diniz Silva, escritas para o prefácio da obra, uma preocupação constante em deixar claro ao leitor que a despeito de não possuir o diploma do curso de História, o autor não deixou a desejar, no que diz respeito a construção de sua narrativa, ao faro de pesquisador e ao processo de crítica e seleção documental. A essa altura, no ano de 2002, João Eudes ainda não era popularmente conhecido como “historiador”, mas como poeta e cronista. Parte dessa tradição, teve certamente, a participação direta da academia nas pessoas dos dois

historiadores. Era necessário nesse momento, fortalecer as qualidades empíricas do escritor que até então não havia se aventurado no campo da História. Ambos contribuíram significativamente para aumentar o capital simbólico que o memorialista passou a possuir nos anos futuros. O texto de Altamar da Costa Muniz, escrito na orelha do livro, seguiu a mesma linha de Marcos Diniz:

[...] Acreditamos, enfim, que *Retalhos da História de Quixadá* é uma obra de compilação, pesquisa e memória, que despertará a preocupação pela preservação da história quixadaense por parte de homens públicos, educadores, estudantes, cidadãos e principalmente nós: os professores do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), que ainda devem um maior estudo sobre a História local.

Palavras como estas refletem diretamente na forma como o público recebe o trabalho. A fala de Altamar Muniz representa de forma mais evidente a maneira como o discurso acadêmico contribuiu para a afirmação do livro. Nas palavras do historiador, o livro serviria de referência, não somente para a comunidade e seus representantes, mas “*principalmente*” para os historiadores da Universidade. “*Retalhos da História de Quixadá*” saiu da editora em 2002 já consolidado por “especialistas” como sendo “referência”, os anos seguintes comprovaram e reforçaram essa condição. Pode-se afirmar que a estratégia de divulgação utilizada pelo autor (por sinal, muito difundida no meio acadêmico) foi bem-sucedida.

Esse livro que exigiu grande esforço e investimento de seu escritor, foi e continua sendo uma obra de extrema importância para o enriquecimento cultural de um contexto escasso de obras que abordem a temática da história local. Antes do livro supracitado, o último trabalho impresso em editora e publicado sobre a história de Quixadá foi “*Conhecendo e construindo a história de Quixadá*” (1998), do historiador Manoel Alves de Sousa¹⁶. No entanto, foi uma publicação de pouquíssimos exemplares que hoje só se encontra na Biblioteca Pública Municipal de Quixadá. Antes de Manoel Alves, a última obra de História Local foi a hoje obra rara e de edição única “*Quixadá e Serra do Estêvão*” no longínquo ano de 1955, escrita pelo intelectual do Instituto Histórico do Ceará, José Bonifácio de Sousa. De 1955 à 2002, o que se teve, inicialmente, em termos de produção histórica sobre a cidade de Quixadá, além da obra de Manoel Alves, foram artigos do Instituto Histórico do Ceará do próprio Bonifácio e

¹⁶ Ex-professor do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC-UECE), localizada no Município de Quixadá- CE.

Eusébio de Souza. Mais recentemente, na última década do século XX e início do XXI, as monografias do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC-UECE), localizada na cidade, também prestaram sua contribuição à historiografia local. Infelizmente esse conhecimento produzido não ultrapassou os muros da academia, quer sejam do Instituto, quer da Universidade. Presas em prateleiras empoeiradas, longe dos leitores não-profissionais de História, essas produções não circularam entre o grande público, ficando restritas ao universo acadêmico. Tendo em vista essa dificuldade, pode-se afirmar que o livro de João Eudes Costa foi o primeiro livro de História Local a ser amplamente disseminado na cidade. Foi literalmente adotado como manual de história, ganhando assim, status de “história oficial”.

Por ser, muitas vezes, a única fonte em que muitos indivíduos tiveram contato com a história da cidade, o livro configura-se como uma obra extremamente importante para o desenvolvimento da região. Inclusive, seu papel social foi destacado e relevante, pois proporcionou a muitos quixadaenses terem acesso a informações antes só acessadas por acadêmicos, fazendo assim com que conhecessem parte de sua história e exercessem a cidadania de forma mais consciente. Por exemplo, há em todo o trabalho, uma preocupação por parte de João Eudes em despertar no leitor uma atitude, frente aos crimes de destruição do patrimônio histórico da cidade, provocados em boa medida, pela iniciativa privada e o descaso das autoridades municipais. Desta maneira, o livro do memorialista é uma importante ferramenta pedagógica de reflexão para que a população possa abraçar a causa patrimonial como uma questão de identidade histórica.

“Retalhos da História de Quixadá” não está estruturado por capítulos, mas por temas que variam desde a chamada “fundação” até a “formação administrativa atual” divididos na seguinte ordem: 1. Os que primeiro chegaram à Quixadá. 2. Colonização do Brasil, do Ceará e de Quixadá. 3. Como e por que foi construído o Cedro. 4. Influência do açude Cedro no desenvolvimento social, cultural e econômico de Quixadá. 5. Horto Florestal. 5. Bondinhos do Cedro. Estação Agrostiológica e posto de monta. 6. Beneditinos na Serra do Estêvão. 7. As irmãs missionárias da imaculada Conceição. 7. Vigários de Quixadá. 8. Primórdios da Educação. 9. Famílias Pioneiras. 10. Os que administraram Quixadá. 11. O que significa o vocábulo Quixadá. 12. O algodão como fator de desenvolvimento. 13. Regime de escravidão – escravos de Quixadá – 1755/1883. 14. Aliança Artística e Proletária de Quixadá. 15. Associação dos

motoristas e mecânicos de Quixadá. 16. Quixadá sob a proteção da cruz. 17. Chalé da Pedra. 18. Hino de Quixadá.

A narrativa mostra-se linear, narrando o passado como um tempo glorioso de grandes heróis e prevendo um futuro de prosperidade, exatamente como nos moldes ideológicos do IHGB e do Instituto do Ceará. Na citação a seguir, é possível observar um exemplo dessa maneira de escrever história:

Quem não valoriza o mérito dos que construíram um passado de glórias, num caminhar de sacrifício, não será capaz de preservar conquistas, nem obter outras vitórias no futuro. Quem não conhece a história de sua terra e não venera os vultos que a escreveram, não tem o direito de usufruir do progresso do presente, porque este se assenta num sólido alicerce construído no passado. (COSTA, 2002: 53)

Outro aspecto muito comum na escrita desses intelectuais é a convicção de que os livros resultantes de suas pesquisas não expressam opiniões pessoais, tendências políticas ou favorecimentos. Ou seja, seriam obras imparciais em que a verdade estaria impressa e teria sido, de fato, alcançada. Essa visão histórica que enxerga os fatos como espelho do passado, como pode ser notado, também foi reproduzida por João Eudes Costa. A exemplo de Marum Simão, herdou a mesma tradição de influência positivista, com perspectivas de grandiosidade e heroísmo, bem como de um método que prezava por uma dita “neutralidade” com a qual se fazia uma leitura do passado. Na introdução de “Retalhos da História de Quixadá”, pôde-se perceber como esses traços se mostraram fortes em sua pesquisa: “Cada capítulo deste livro, o construí com muito carinho, imenso desvelo e enorme sacrifício, para que representasse a verdade de épocas vividas por nossa Quixadá” (COSTA, 2002:8).

O que também chamou a atenção em seu livro foi o caráter oficial com que a história administrativa da cidade foi narrada. No tópico “Os que Administraram Quixadá”, o autor procurou fazer um apanhado geral de algumas gestões municipais. As trajetórias de vida dos prefeitos, médicos, advogados, vereadores, religiosos e demais líderes foram escritas de forma tal a não abrir brechas para contradições ou conflitos de interesses. É importante lembrar que o autor sempre esteve próximo dos poderes locais, fato que atribui um peso a mais ao se analisar seus escritos sobre política. Sua narrativa se desenvolveu de uma forma que monumentalizou certos indivíduos que já possuíam projeção política no cenário local. Toda pesquisa histórica é seletiva, porém, algo que reforçou o caráter de “história dos grandes homens” do livro de João Eudes, foi sua afirmação que excluía qualquer abordagem sobre tensões ou conflitos políticos, mas somente teriam destaque os considerados, pelo autor, como sendo “benfeitores”:

“Tentaremos, pois, fazer destaque aos que, de uma forma ou de outra, procuraram desempenhar, com responsabilidade, a confiança que neles foi depositada, visando o desenvolvimento da cidade e o bem-estar da coletividade” (COSTA, 2002: 310).

As citações a seguir, exemplificam esse tipo de cultura escrita:

Prefeito Dr. José Everardo Silveira [...] Não se preocupou com tal destaque pessoal. Seu interesse era o bem-estar do quixadaense, seguindo a mesma trilha que palmilhava, no dia a dia, de sua vida profissional, exercendo a medicina com dedicação, sem visar compensação financeira. (COSTA, 2002: 358)

Prefeito Dr. Francisco Mesquita [...] tratava-se de uma figura popular, com invejável conceito profissional e de conduta ilibada. (COSTA, 2002: 380)

O Sr. Renato de Araújo Carneiro, cidadão de escol e também de irrepreensível conduta. (COSTA, 2002: 380)

Prefeito José Okka Baquit [...] Não foi apenas um grande Prefeito, revelou-se um autêntico cristão, na verdadeira acepção da palavra, porque deixou, em seu caminhar, marcas da bela virtude da caridade. [...] Trabalhou com afinco, venceu obstáculos, teve aborrecimentos, sofreu humilhações, apenas pelo desejo de servir a sua terra e seus conterrâneos. (COSTA, 2002: 350, 351)

Manoel Freire de Andrade [...] Dirigiu a Prefeitura com responsabilidade e honestidade e procurou cooperar e participar com tudo que influísse direta ou indiretamente para o nosso desenvolvimento. (COSTA, 2002: 351)

Eliézer Forte Magalhães [...]. Sua nomeação foi recebida com júbilo por toda Quixadá. Na realidade, os quixadaenses não se decepcionaram. Fez uma excelente administração, voltada totalmente para o interesse do povo, sem visar promoções pessoais.

José Jucá de Queiroz Lima [...] foi o quixadaense que por mais vezes assumiu a chefia do poder executivo da terra dos monólitos. [...] Faleceu e foi sepultado em sua querida Quixadá, no dia 20 de março de 1933, debaixo de uma copiosa chuva, como se o céu chorasse, ao lado dos quixadaenses, a morte de José Jucá Queiroz Lima, um autêntico cristão e um cidadão na verdadeira acepção da palavra. (COSTA, 2002: 314, 315)

Como se pôde perceber, houve um engrandecimento de algumas figuras que estiveram à frente da Prefeitura Municipal de Quixadá, fato que não se deve esquecer, deriva da tradição intelectual da qual o autor foi influenciado. Todos encaixados em seus contextos históricos e livres de tensões políticas e contradições que comprometessem a imagem que se quis passar ao leitor. Trata-se de um discurso claramente oficial que colocou esses líderes em um patamar de benfeitores do povo, homens que não buscavam seus próprios interesses, com condutas irrepreensíveis, profissionais respeitados perante a sociedade, praticantes da caridade, honestos, além de portadores de virtudes espirituais. Aliás, esse é um ponto interessante para se perceber como o escritor projetou e monumentalizou certas personalidades locais, pois em suas palavras, esses indivíduos não eram apenas “cristãos”, teriam sido “cristãos autênticos”.

Esse termo exerce um poder de afirmação e legitimação muito forte dado o contexto local de predominância do catolicismo. Embora seja um adjetivo que faça referência a uma prática do catolicismo em específico, acredita-se que seu uso por parte do autor esteve mais atrelado à questão da legitimação política da personalidade em destaque, do que propriamente da prática religiosa em questão. Ao afirmar que um certo prefeito foi um “cristão autêntico”, se traz uma série de valores morais que estariam ligados a esse termo e atrelados ao cargo que ocupa. Mas é importante notar que João Eudes não estava preocupado em convencer seus leitores de que certos ex-prefeitos teriam sido exemplo no exercício da fé cristã, na verdade, o termo que utilizou foi um apoio para a legitimação dessas personalidades políticas de Quixadá enquanto “grandes homens”.

Com o advento da Ditadura Vargas em 1930, a figura dos interventores como autoridade máxima em Estados e Municípios se tornou comum em todo o país. Em Quixadá, o primeiro interventor foi o fazendeiro Francisco de Assis Holanda (1930-1934). Apesar de ter sido uma época bastante conturbada para o país do ponto de vista das liberdades democráticas, João Eudes Costa descreveu Quixadá como sendo uma ilha de liberdade em meio a um oceano de repressão política. Segundo o escritor, essas condições teriam sido proporcionadas pelo então interventor de Quixadá:

Francisco de Assis Holanda, a exemplo dos outros que o sucederam no regime de exceção, exerceu uma administração sem perseguições e sem praticar qualquer ato de violência contra o direito do cidadão, prática muito comum em regime de ditadura. (COSTA, 2002: 327).

Essa visão romantizada da história é uma característica típica da cultura escrita herdada por esses memorialistas. Em seus objetivos de “definir” as qualidades diferenciadas das cidades que habitaram ou nasceram, esses escritores acabaram por desfocar os processos de embates e contradições internas comuns a qualquer cidade que tenha seus grupos políticos, ainda mais em um contexto tão complexo como a década de 1930. Portanto, a Quixadá pacata, tranquila e imune às turbulências políticas nacionais, é uma fabricação do escritor João Eudes Costa em sua tentativa de construir uma identidade quixadaense. Essas questões identitárias de seu livro serão problematizadas de forma mais sistemática no tópico seguinte.

3.3. A CONSTRUÇÃO/INVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE QUIXADAENSE

A constituição da memória envolve diversas batalhas simbólicas pela apropriação de eventos e feitos do passado que devem ser lembrados, assim como pela demarcação daqueles que devem ser esquecidos.

Lucia Lippi Oliveira – “Um Mapa do Terreno”

Michel de Certeau certa vez indagou: “O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? O que produz?” (CERTEAU, 2008: 65). Tentando responder sua indagação e já levando seu conceito de Lugar Social em consideração, pôde-se observar que o livro “Retalhos da História de Quixadá” foi um reflexo da visão de mundo de um homem católico, com uma perspectiva histórica influenciada pelo Instituto Histórico do Ceará. A invenção da identidade quixadaense por parte de João Eudes Costa, e dos intelectuais que o influenciaram, se divide em três dimensões: o caráter histórico, religioso/moral e geográfico. São dimensões que foram exploradas pelo autor como tentativa de elaborar elementos que distinguiriam os quixadaenses. A primeira dimensão trata do apelo a fatos ou pessoas do passado para, com frequência, legitimar um discurso identitário que levou em consideração uma dita “herança” moral de características das chamadas “famílias pioneiras”, as quais o autor reclamou como sendo de origem europeia. A segunda dimensão diz respeito primeiro ao Catolicismo e seu papel dito “civilizatório” na sociedade quixadaense; segundamente, aos “lugares de memória” da cidade que remetem ao aspecto religioso. Esses espaços que foram frequentados pelo autor durante sua vida, foram tomados como representação de uma dita espiritualidade coletiva que estaria a proteger toda a cidade. A terceira dimensão, a geográfica, se refere aos aspectos naturais da cidade de Quixadá. A natureza toma um caráter de hiper valorização dentro do discurso histórico, que a atribui características singulares e diferenciadoras com a finalidade de cunhar sentimentos de pertencimento e orgulho.

Trata-se também de uma visão que buscou imprimir, através da narrativa histórica, uma identidade cristã e “ordeira” para várias gerações de pessoas que viveram em épocas/contextos diferentes e de religiosidades diferentes. Uma narrativa que reproduziu outros aspectos tais como a perspectiva da história como passado de glórias e futuro de progresso, a certeza da verdade pura dos fatos, neutralidade na abordagem, apego a documentos escritos, dentre outras questões que se verá mais adiante.

Viu-se no capítulo anterior, que Marum Simão trabalhou com a ideia de que o português Antônio Dias Ferreira teria sido o “fundador” da cidade de Quixeramobim. Agora, em “Retalhos da História de Quixadá”, O “fundador” escolhido pelos intelectuais do Instituto do Ceará (Eusébio de Souza e José Bonifácio de Sousa) e por João Eudes Costa, foi o cearense José de Barros Ferreira. Comerciante e fazendeiro natural de Aracati que adquiriu terras na metade do século XVIII às margens do rio Sitiá, onde construiu uma fazenda que aos poucos tomou forma de vila. O protagonismo dessa “fundação” foi dividido constantemente com dois grupos que o autor denominou de “famílias pioneiras”, mais especificamente os Queiroz e os Papaemas, esta última, família do autor.

O que se quer destacar inicialmente é que, sempre que se elaborou mitos de origem, a figura do “fundador” foi presente e central: Cistóvão Colombo nas Américas, Pedro Àlvarez Cabral no Brasil, Martin Soares Moreno no Ceará, Antônio Dias Ferreira em Quixeramobim e José de Barros juntamente com as famílias Queiroz e Papaema¹⁷ em Quixadá: “A fazenda Quixadá, de José de Barros Ferreira, não foi a primeira a explorar a cultura algodoeira. Chegando aqui, *o fundador de nossa cidade* dedicou-se à pecuária” (grifo nosso) (COSTA, 2002: 474). A figura do “fundador” nunca é descrita como frágil ou contraditória, mas sempre lhe são atribuídos títulos ou adjetivos que os destaquem e contribuam para sua imagem de herói. Em “Retalhos da História de Quixadá” tem-se o típico caso do “pioneiro desbravador”: “Na verdade, José de Barros, morador do Aracati, ribeira do Jaguaribe, tinha espírito desbravador” (COSTA, 2002: 11). Outra característica muito frisada por autores como João Eudes Costa e Marum Simão, é que os ditos “fundadores” seriam homens de profundo sentimento religioso (cristão), e que o ambiente em que se encontravam teria sido “abençoado” ou “consagrado” a partir da ereção de uma capela ou da fixação de um cruzeiro. São cenas que fazem parte da construção desse imaginário sobre o mito de origem:

O sentimento religioso do fundador de Quixadá aflorou nos primeiros momentos de sua chegada. [...] Naquele momento, cortou paus e improvisou uma cruz de madeira, como símbolo de sua fé e de proteção à nossa Quixadá. (COSTA, 2002: 12)

¹⁷ Segundo o autor, “esta alcunha teve origem da própria denominação da família “Lemos de Almeida”. O patriarca da família, Manoel Lemos de Almeida, era chamado de “Papai Lemos” por filhos, netos e até por pessoas da intimidade [...]. Como as crianças não pronunciavam corretamente o nome do velho Manuel Lemos, chamavam-no de “Papá Emo”, corruptela que deu origem a Papaema, vocativo familiar que passou de geração em geração.” (COSTA: 2002: 296)

O ato de escolher a figura que “inaugurou” as bases de uma civilização é uma construção, uma escolha baseada em interesses, um recorte, uma exclusão. Ao se considerar os estrangeiros como “pais” da nação ou da “região”, se exclui automaticamente qualquer possibilidade de os nativos, que já ocupavam as referidas áreas, assumirem esse papel. Daí o caráter de invenção dessas narrativas na busca por bases católicas europeias.

Por ser poeta e cronista, João Eudes Costa acabou trazendo algumas características dos dois estilos para dentro de sua narrativa. Não foram poucas as vezes em que se pôde perceber isso em diversas passagens de seu livro. São recursos de linguagem que deram à narrativa um aspecto de fantasia ou até mesmo de épico. Esse modo de escrever acaba fantasiando demasiadamente os fatos, dando uma dimensão literária ao discurso histórico. A seguir, será possível observar a glorificação da natureza local como sendo exuberante, discurso que evidencia finalidades identitárias. Ao discorrer sobre a chegada dos monges beneditinos vindos de Olinda para a região montanhosa denominada Serra do Estêvão, em Quixadá (onde fora fundado um mosteiro), no ano de 1889, o autor assim descreveu o episódio:

A natureza, caprichosamente, preparou a Serra para a visita de Dom Gerardo, em setembro de 1889. Naquela manhã, uma névoa estendia-se sobre a serra, como se fosse um imenso véu, cuja brancura cobria o topo da elevação. O vento soprava, brandamente, fazendo deslizar pelo céu aquele gigantesco sendal que vinha de encontro à ilustre comitiva visitante, como se apresentasse, prazerosamente, fraternas boas vindas. A serra ainda guardava as águas das grandes chuvas ocorridas no inverno daquele ano. Desciam pelas encostas e lavavam os pés dos caminheiros, como se tentassem refrescá-los, evitando que neles fossem abertas chagas, no caminhar em busca do cume da elevação. [...] A vegetação parecia mais linda. As gigantescas árvores, com robustos caules, balançavam seus galhos como se fossem braços que se estendiam para abraçar os que passavam, por entre suas folhas úmidas, marcas indeléveis do beijo do orvalho. (COSTA, 2002: 97-98)

Pôde-se constatar passagem semelhante no livro “Quixadá e Serra do Estêvão” (1955), de José Bonifácio de Sousa, quando também escreveu sobre a chegada dos monges beneditinos à Serra do Estêvão. O trecho a seguir, leva-se a acreditar que João Eudes reproduziu e resignificou esse mito glorioso da natureza quixadaense exuberante e receptiva, criado por Bonifácio.

Mais do que em outros anos, a montanha revestira-se de uma vegetação luxuriante, como convinha para receber o peregrino ilustre, que se afigurava um mensageiro da Providência. (SOUSA, 1955: 112)

O caráter católico da narrativa de Bonifácio de Sousa é tão forte quanto a de João Eudes, no entanto, a escrita deste último é permeada de elementos próprios da poesia. Veja-se agora um trecho em que João Eudes escreveu como teria sido a chegada

das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, instaladas em 1929 nas dependências do antigo mosteiro da Serra do Estêvão, em Quixadá, João Eudes Costa escreveu:

Não havia luz elétrica. As lamparinas não se mantinham acesas. Soprava um forte vento, que não visava simplesmente apagar o candeeiro e sim acariciar o rosto e desejar boas vindas às que chegavam, dispostas a cumprirem uma altruísta missão. (COSTA, 2002: 119).

Em outra passagem, ao escrever sobre a morte do ex-prefeito José Jucá de Queiroz Lima, morto em 1933:

Com todas as honras de um grande quixadaense, faleceu e foi sepultado em sua querida Quixadá, no dia 20 de março de 1933, debaixo de uma copiosa chuva, como se o céu chorasse, ao lado dos quixadaenses, a morte de José Jucá de Queiroz Lima, um autêntico cristão e um cidadão na verdadeira acepção da palavra. (COSTA, 2002: 315)

Os recursos de linguagem utilizados nos trechos citados, como atribuição de ações humanas à um rio, vegetação, árvore, névoa ou o vento, são muito comuns na literatura, bem como em romances em geral e também na poesia. Ao lermos certos trechos de “Retalhos da História de Quixadá”, tem-se a impressão de se estar lendo um romance, tamanha a poetização da narrativa. Em todas as citações analisadas nos parágrafos anteriores, se percebeu que o autor procurou fabricar uma imagem para o território e principalmente para os aspectos naturais de Quixadá, como sendo uma terra naturalmente hospitaleira, quase um paraíso em perfeita harmonia. Um lugar onde a natureza seria exuberante e acariciaria os visitantes de forma receptiva, ao mesmo tempo em que “chorava” as tristezas de seus filhos (perca de “grandes homens”) de forma igualmente intensa. Entende-se essa característica narrativa, também, como um dos aspectos identitários presentes em “Retalhos da História de Quixadá”. Ao comentar sobre o possível significado da palavra “Quixadá”, o autor reforçou esses aspectos deterministas:

“Lugar cercado de rocha” não poderia ser outra a tradução dada à Quixadá, que teve o privilégio de ser cercada e protegida por esses monumentais monólitos, que simbolizam nossa hospitalidade mas também traduzem nossa fortaleza e a nossa capacidade de lutar e vencer as intempéries impostas pela natureza. (COSTA, 2002: 465, 466)

Essa citação é particularmente interessante porque, como já foi dito, além de serem perceptíveis os elementos de exaltação da natureza, é possível notar também alguns traços evolucionistas-deterministas. Ao afirmar que as rochas gigantes da cidade representariam não só a “hospitalidade”, mas também uma dita capacidade do quixadaense em superar as dificuldades impostas pelo clima, João Eudes reproduziu o mito do determinismo geográfico, também presente na obra de Marum Simão. Ou seja,

em decorrência do convívio em meio ao clima seco, os habitantes locais seriam naturalmente diferenciados, fortes moralmente e pré-dispostos a vencerem os obstáculos da vida. O autor associou claramente o suposto significado da palavra “Quixadá” às características morais que defendeu. Quixadá não somente um “lugar cercado de rochas”, mas um lugar cercado de pessoas fortes, resistentes, grandiosas, inabaláveis, assim como os tais monólitos.

Em outra passagem, também ao discorrer sobre a grandeza e simbolismo das montanhas rochosas de Quixadá, João Eudes Escreveu:

Os monólitos que circundam Quixadá sempre foram de admiração por todos que nos visitam pela primeira vez. Ninguém os vê sem que fique perplexo com a muralha de pedra, que parece gigantes de mãos dadas a nos proteger. Ninguém os observa sem enaltecer o capricho da natureza, nem a criação artística eu os posicionou em volta de uma cidade que dorme tranquila, confiando na fortaleza de defesa que Deus preparou para premiar o nosso espírito fraterno e a hospitalidade de um povo que abraça todos que chegam, como se fossem seus próprios irmãos. (COSTA, 2002: 548, 549)

Como se pôde observar, além do engrandecimento da natureza quixadaense como sendo única ou diferenciada por sua beleza, o discurso de João Eudes sobre os monumentos naturais de Quixadá visou também elaborar uma identidade moral, não apenas uma identidade alicerçada em aspectos naturais. Sobretudo na constante referência a uma dita “hospitalidade quixadaense” ou uma disposição a vencer os obstáculos, característica essa que seria resultante do clima seco e hostil. Isso caracterizaria um estilo evolucionista/determinista do autor no que se refere à relação homem-natureza. São sentimentos que, de acordo com o que foi lido, seriam comuns a todos os moradores do município. Sobre esse estilo de história que exalta a natureza com finalidades identitárias, Marilena Chauí (2000) lembrou que um dos propósitos do IGHB, logo ao ser criado em 1838, era, além da fabricação de heróis nacionais, promover em seus textos o louvor e engrandecimento da natureza brasileira enquanto bioma único e rico em diversidade. Esses parâmetros, claro, foram seguidos pelo Instituto Histórico do Ceará e influenciaram diretamente a escrita de João Eudes Costa: “Como instituto *geográfico*, era sua atribuição o reconhecimento e a localização dos acidentes geográficos, vilas, cidades e portos, conhecendo e engrandecendo a natureza brasileira e definindo suas fronteiras.” (CHAUI, 2001: 50)

O autor também registrou seus sentimentos em relação a marcos turísticos da cidade. São termos que fazem referência às suas impressões, laços e experiências pessoais nos lugares em que descreveu, aos quais procurou atribuir uma importância e uma identidade ao lugar, bem como um sentimento de orgulho e pertencimento. É o

caso do trecho em que descreve as características do açude que abastecia a cidade, o Cedro: “O mais bonito açude do Brasil [...] é formado por quatro barragens” (COSTA, 2002: 49). Sua veia de cronista fez com que descrevesse as paisagens geográficas da cidade de Quixadá como se estivesse descrevendo uma mulher a quem ama. Esse traço, como se pôde perceber, foi muito forte em sua obra. Tendo isso em mente, pode-se afirmar que a invenção da identidade quixadaense por João Eudes Costa esteve sempre atrelada à memória e às experiências pessoais e coletivas. Concordar-se-á com o antropólogo Joël Candau, quando afirmou que: “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.” (CANDAU, 2014: 19)

Na passagem a seguir, foi possível notar todos os aspectos anteriormente abordados: escrita poética, exaltação da natureza, características morais coletivas:

Como não houve consenso entre os indianólogos, resolvi, com a pena mergulhada no tinteiro do amor, traduzir não só o nome, mas a beleza de nossa Quixadá. Decompus as letras de seu nome, formando o seguinte acróstico:

Querida por todos que aqui nascem, respeitando o seu passado e preservando as suas tradições, bem como pelos que chegam e a veneram com respeito e carinho.

Universo de um mundo de paz, onde a fraternidade é o colorido que matiza a afetuosa acolhida.

Imorredura visão de uma cidade que se estende pelo fértil vale, protegida por fortes sentinelas, que dão afetuosos abraços nos que chegam e acenam saudosos para os que partem.

Xodó dos que a conhecem, porque ninguém esquece a amabilidade e o calor humano que descobre por entre os corredores de pedra, onde encontramos a verdadeira tranquilidade,

Amor que experimentamos ao chegar e que se perpetua como se petrificasse para tornar, cada vez mais bela, a paisagem singular que emoldura os tabuleiros do Sitiá.

Dádiva que a natureza nos ofertou para tornar inesquecível a imagem de uma cidade tão meiga, mesmo possuindo um coração de pedra.

Amabilidade que se constitui no maior tesouro que possuímos, porque quanto mais é dividido mais se torna grandioso e maior a felicidade dos que dele se beneficiam. (COSTA, 2002: 467)

O acróstico escrito pelo autor evidencia não só seu profundo sentimento pela cidade, mas também dialoga com sua produção historiográfica. A visão do escritor sobre a cidade que seria um ambiente exuberante presenteado pelo divino, lugar composto por habitantes fortes, hospitaleiros e amorosos, extrapolou o campo do poético e adentrou em sua escrita histórica.

Outra característica interessante de se perceber foi que, a exemplo de Marum Simão, João Eudes Costa como alguém de fortes laços católicos, acabou por transportar entidades clericais para dentro de sua narrativa, tais entidades possuem papel

ativo na mesma. Elas modificam a realidade de forma objetiva, não sendo apenas divindades passivas no sentido da religiosidade e da fé das pessoas. O primeiro exemplo que se quer dar encontra-se na seção do livro em que o autor escreveu sobre o primeiro jornal da cidade chamado de “O Matuto”, fundado em 1896 por três balconistas do comércio quixadaense¹⁸.

Deus, porém, mesmo na escuridão da noite, põe força no coração e luz na inteligência de quem se propõe a fazer o bem, por maiores que sejam os obstáculos. Iluminados pela providência Divina, os três jovens Zacarias, Luiz e Liberato, com esforço e dedicação, escreveram os primeiros capítulos da história da imprensa de Quixadá. (COSTA, 2002: 57)

Em outro trecho, ao comentar sobre a estiagem que assolou o Município em 1932, também foi possível identificar forte influência do cristianismo em sua narrativa:

Depois da angustiante espera nos dois primeiros meses do ano, a esperança do quixadaense se concentrou na intervenção de São José, que sempre se mostra generoso e interrompe as estiagens a partir de 19 de março. Infelizmente, naquele ano, a espera foi inútil, as chuvas não chegaram, ficando caracterizada a terrível seca. (COSTA, 2002: 159)

Um dos aspectos mais presentes em “Retalhos da História de Quixadá”, foi a tentativa de traçar, através da narrativa histórica, um perfil identitário homogeneizante para as várias gerações de quixadaenses. A primeira citação em que o autor fez menção de valores nos quais acreditou serem intrínsecos aos habitantes da cidade, pôde ser observada na passagem em que lamenta as muitas promessas políticas não cumpridas em relação ao açude Cedro, como uma transposição há muito prometida: “Verdade que são construídos poucos açudes da estirpe do Cedro. Enquanto isso, os rios continuam levando e afogando no mar a esperança desta população ordeira e paciente.” (COSTA, 2002: 63)

Todas as construções identitárias remetem à “ordem”, à “civilização”, à espiritualidade (católica), ao “progresso”, à “paciência”, à “paz”, à “hospitalidade”, dentre outros valores. A busca na história por raízes que possam fazer referência a esses valores são traços comuns a João Eudes Costa e Marum Simão. Não por coincidência, foram valores muito fortes nos intelectuais do Instituto Histórico do Ceará no século XIX e início do XX, principalmente no que diz respeito ao “progresso”, ou seja, a história vista como um curso evolutivo em busca da “civilização”. Termo que remetia à cultura européia e seus padrões de comportamento. Nessa busca, o índio foi desconsiderado enquanto parte da gênese da sociedade, antes, sempre houveram

¹⁸ “O Matuto” foi fundado pelos balconistas Liberato Nogueira, Luiz Carvalho e Zacarias de Souza. Encerrou suas atividades em 1897, pouco mais de um ano após sua primeira tiragem.

argumentos para justificar o branco europeu como a base das sociedades de Quixadá e Quixeramobim.

As constantes afirmações identitárias no livro “Retalhos da história de Quixadá”, visaram distinguir os quixadaenses de sujeitos com comportamentos que o autor entendeu como sendo “reprováveis”. Como afirmou Silva (2012), a identidade mais do que uma tentativa de definir o que se é, também se caracteriza pela diferença em relação ao outro, ao diferente e oposto. Ao expor uma pequena trajetória de vida do vigário Luis Braga Rocha, líder religioso local que foi membro da “Ação Integralista Brasileira” e acusado em 1942 por políticos ligados ao governo Vargas de estar a serviço da espionagem alemã, o autor procurou justificar que os atos de violência ocorridos naquele ano, em decorrência desse fato, não corresponderam a um dito comportamento “nato” dos quixadaenses:

Os baderneiros e saqueadores de Quixadá, para justificar atos de banditismo, tentaram envolver pessoas da mais alta dignidade, alegando que eram espões da Alemanha. O Pe. Luís Braga Rocha foi um dos acusados. [...] A sanha dos inimigos gratuitos do Pe Luís Braga Rocha mais aflorou no período da segunda guerra mundial. O famoso “quebra-quebra da “A Pernambucana” de Quixadá, ocorrido em 19 de agosto de 1942, não se coadunou com a índole pacata, respeitadora e prudente que sempre caracterizou o quixadaense, considerado incapaz da prática de atos criminosos de depredações. (COSTA, 2002: 170)

3.4. “HOSPITALIDADE QUIXADAENSE”: QUEIROZES E PAPAEMAS

A dita “hospitalidade quixadaense” é outro mito exaustivamente reforçado em “Retalhos da História de Quixadá”. Como se verá mais adiante, essa característica tão ressaltada pelo autor, na verdade foi uma reprodução influenciada por sua leitura dos livros “Quixadá e Serra do Estêvão” (1955) de José Bonifácio de Sousa, e “Memórias sobre o Município de Quixadá” (1925) de Eusébio de Souza. Esses dois escritores nascidos em Fortaleza, mas radicados em Quixadá no século XX, foram membros do Instituto Histórico do Ceará. Os trechos de seus livros que aqui foram analisados juntamente com a obra de João Eudes Costa, outrora foram artigos publicados na Revista do referido Instituto. Um dos motivos pelo qual se analisou os livros citados foi porque ambos os autores aparecem na bibliografia de “Retalhos da História de Quixadá”, o que possibilitou averiguar parte da matriz ideológica de João Eudes Costa. Evidentemente que a reprodução de mitos, por parte do autor em relação a esses outros

intelectuais, não se deu de forma literal, antes, foi refeita e reelaborada com suas características próprias.

Em “Retalhos da História de Quixadá”, a chamada “tradicional hospitalidade” quixadaense foi, algumas vezes, associada à ideia de natureza exuberante:

nossa cidade, privilegiada pela arte Divina, tem tudo para atrair visitantes para nossos eventos festivos, porque sua beleza, a hospitalidade do seu povo, a torna alegre e amável, com um sorriso que bem denota o nosso contentamento e gratidão por Deus nos ter colocado em paisagem artisticamente desenhada, com fundo de tanta beleza (COSTA, 2002: 424).

Esses dois elementos míticos fazem parte de uma base argumentativa constituída de diversos signos e representações, tomados para a invenção de um universo de valores e cenários.

O turismo em Quixadá crescia para maior divulgação de nossas belezas naturais. O mais importante era que ficava cada vez mais decantada a hospitalidade quixadaense, que garantia o regresso, no ano seguinte, daqueles que nos visitavam e constatavam que, quando há amor, até as pedras se tornam macios travesseiros de veludo. (COSTA, 2002: 424)

No final da década de 1980, um surto de cólera assolou o Município de Quixadá. O autor relatou algumas situações que teriam sido constrangedoras, geradas pela “má fama” que a cidade teria ganhado em função da disseminação da doença:

os ônibus que vinham de outros municípios, muitos deles, passavam direto. Quando paravam na rodoviária para deixar ou acolher passageiros, os que se encontravam o interior do veículo evitavam sair e não compravam qualquer alimentação, sequer bebiam água, considerada contaminada. (COSTA, 2002: 391)

Reclamando de tal cenário e principalmente da falta de apoio do Governo do Estado do Ceará para combater a doença, João Eudes Costa expressou em poucas linhas, seu orgulho ferido. Olhando para o passado com uma concepção de identidade bem definida, o autor chegou à conclusão de que a cidade sofreu grande injustiça, tendo em vista seus ditos atributos e valores morais “naturais”: “Fomos humilhados nacionalmente. Quando mais precisávamos de apoio, não recebemos o reconhecimento de nossa tradicional hospitalidade” (COSTA, 2002: 391)

Também foi interessante notar o que, segundo o autor, não fazia parte desse conjunto de representações e características morais e comportamentais atribuída aos quixadaenses, que seria sua invenção identitária. Ao analisar seu discurso e perceber o que não se enquadraria no que seria o “ser quixadaense”, foi possível melhor problematizar os mitos presentes em sua narrativa e até que ponto eles estabelecem conexões com um desejo de legitimação pessoal.

Em mais uma passagem que remete a invenção do mito “hospitalidade”, o autor procurou negar certos comportamentos sociais, afirmando não serem “típicos” de um morador da cidade. Tais comportamentos não se encaixavam em seu molde conceitual do que seria, segundo ele, um “quixadaense autêntico”, ou seja, um povo pacato, cortês e receptivo. As atitudes reprovadas em seu livro, remetem ao ano de 1996, na noite em que ocorreu a festa de comemoração pela reeleição do então prefeito, José Ilário Gonçalves Marques (Partido dos Trabalhadores). João Eudes Costa afirmou que “médicos, enfermeiros e outros profissionais da área, foram alvos de insultos, [...] ultrajados e tratados como forasteiros indignos, em nossa terra. (COSTA, 2002: 453). Dito isso, complementou:

Ficamos tristes com tais manifestações, porque elas não agrediram apenas os respeitáveis profissionais, mas rasgaram o belo rótulo que nos intitulava como povo acolhedor e que faz de cada visitante um quixadaense de coração. [...] Os *quixadaenses autênticos*, que haverão de preservar a tradição da hospitalidade são gratos por tudo que vocês fizeram por nossa Quixadá. (COSTA, 2002: 453) (grifo nosso)

Mas qual o motivo de tantas referências ao mito da “hospitalidade”? Por que o autor se prendeu exaustivamente a essa questão, fazendo dela uma bandeira? Ora, analisando o que João Eudes Costa escreveu sobre aqueles a quem denominou de “pioneiros”, dentro dos quais incluiu sua família, foi possível notar uma tentativa de legitimação pessoal e familiar. Deduziu-se que a “hospitalidade” foi evocada constantemente pelo autor como uma herança, um traço moral deixado pelos ditos “pioneiros”, os quais seriam não só os “fundadores” da cidade, mas também aqueles que estabeleceram, através de seus exemplos de vida, diretrizes morais e espirituais, valores que estariam a perdurar até os dias atuais e que deveriam ser mantidos como tradição. Todos aqueles que destoaram desse modelo idealizado pelo autor, foram considerados como “falsos” quixadaenses, em outras palavras, não representariam o legado dos “pais fundadores”. Os dois grupos aos quais se referiu foram os Queirozes¹⁹ e sua família, os Lemos de Almeida (Papaemas). São esses os grupos a quem atribuiu uma herança de características que estaria presente nos chamados “*quixadaenses autênticos*”:

Esta hospitalidade, tão própria de Quixadá, herdamos da família pioneira de nossa terra, pois os Papaemas, *a quem tenho a honra de pertencer*, não apenas recebiam com carinho os que chegavam, mas doavam parte de suas terras para que os visitantes construíssem suas moradas e adotassem Quixadá como terra natal. (COSTA, 2002: 453) (grifo nosso)

¹⁹ Família da escritora fortalezense Rachel de Queiroz.

A ênfase do autor em se afirmar como descendente do que chamou de “família pioneira” consiste, sem dúvida, numa ação política de auto-affirmação e distinção social, um desejo de obter ou até mesmo de manter um olhar diferenciado da sociedade para com ele e toda sua parentela. Pode-se afirmar, em vista disso, que João Eudes Costa ao pretender escrever a História da cidade de Quixadá, acabou dando mais enfoque ao grupo Queiroz e sua família enquanto motores do desenvolvimento moral, político e econômico do município, bem como às explicações sobre sua origem vinda de uma linhagem “honrada”. Sua abordagem visou também a invenção de uma identidade quixadaense baseada nos “predicados” de sua família e de José de Barros Ferreira, tido como o “herói fundador”. O ato de buscar no passado certos elementos que serviriam para “montar” uma identidade coletiva foi bem definido por Michel Pollak:

Essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. (POLLAK, 1989:09)

José de Barros Ferreira foi tido pelos escritores José Bonifácio de Sousa e por João Eudes Costa como sendo um tipo ideal de “herói desbravador” católico e fervoroso. No entanto, esse protagonismo no mito de origem quixadaense foi dividido com as famílias Queiroz e os Lemos de Almeida, chamados de “Papaemas”, esta última apresentada por João Eudes Costa como sendo a família mais antiga da cidade. Na passagem a seguir, se pode identificar a primeira vez que José de Barros Ferreira e os Papaemas aparecem na trama histórica contada pelo livro de João Eudes. O fato narrado seria a instituição do “Papaema” Manoel Lemos de Almeida como novo administrador do patrimônio religioso (estátuas de Jesus, Maria e José) e secular de José de Barros Ferreira, que havia falecido em 3 de junho de 1875. A convivência entre os chamados “pioneiros” foi narrada de forma a monumentalizá-los, de maneira que a história aparentemente tomou a forma de um filme muito bem montado e sem contradições. A convivência foi narrada como sendo “fraterna”, a tal ponto que, segundo o autor, não se sabiam mais quem era da família de José de Barros e quem era Papaema.

Enquanto isso os filhos de Manoel Ferreira da Silva (irmão de José de Barros), o mais velho, Manoel Ferreira Simões, permaneceu em Quixadá até 1848. O mais novo, João Damasceno Ferreira da Silva até 1849, quando foi embora e entregou, ao Sr. Manoel Lemos de Almeida, o Patriarca dos “Papaemas” e amigo particular de José de Barros, a administração não apenas do patrimônio de Jesus, Maria e José, mas dos seus próprios bens. A convivência entre José de Barros e Manoel Lemos era tão fraterna que muitos admitiam serem da mesma família. Embora não havendo parentesco, a afinidade entre os dois tornou-se tão forte que superava qualquer ligação sanguínea. (COSTA, 2002: 16)

Voltando a questão da legitimação de João Eudes Costa a partir de sua família, na passagem seguinte é possível averiguar, mais uma vez, o caráter de auto-afirmação enquanto “herdeiro” de uma tradição familiar que o autor tentou impor como regra/condição ao “ser quixadaense autêntico”: “Como quixadaense, orgulhoso de pertencer à Família ‘Papaema’, que plantou, em Quixadá, a semente da afetuosidade (...)” (COSTA, 2002: 452). Tanto em Marum Simão, como em João Eudes Costa, foi muito forte a questão de uma instituição de figuras paternas, a quem chamaram de “pioneiros” ou “fundadores” das cidades de Quixeramobim e Quixadá. São figuras, geralmente idealizadas e construídas com características e perfis de caráter semelhantes. Todas essas atribuições fazem parte de discursos que elaboraram mitos fundadores para as respectivas cidades.

Ninguém chegava a Quixadá para não ser recebido com amabilidade. As *duas famílias tradicionais* primavam em receber os visitantes com carinhosa acolhida. Os Papaemas iam além, pois ofereciam condições para que aqui permanecessem, não partissem e aprendessem a amar nossa Quixadá e seu povo. [...] Essa hospitalidade é decantada além das fronteiras, constituindo-se numa herança *que nos foi legada de que muito nos orgulhamos*. (COSTA, 2002: 302 -303) (grifo nosso)

A evidente insistência de João Eudes Costa em estar, continuamente, afirmando e reafirmando a dita “hospitalidade”, foi uma tentativa de reforçar e fixar no imaginário dos leitores, essa suposta tradição que teria derivado de seus costumes familiares. A afirmação “*de que muito nos orgulhamos*” embora esteja no plural e sugerindo um orgulho coletivo, na verdade, foi uma afirmação individual. O autor possui a característica de projetar e atribuir constantemente, suas opiniões e convicções pessoais em relação a sua família, à todos os quixadaenses. Portanto, além de legitimar sua parentela a partir de sua fala, João Eudes procurou naturalizar a ideia de que todos os habitantes da cidade pensariam da mesma forma, ou seja, que o respeito e a aceitação política aos Papaemas, seriam unânimes e motivo de orgulho coletivo.

No capítulo anterior, foi frisado que mitos de origem necessitam de semióforos, de personagens para serem imortalizados por seus “feitos”, símbolos, lugares e objetos. Nesses “feitos” não entram contradições, somente aspectos positivos que venham a engrandecer cada vez mais a mitologia. Morais (2008) escreveu reflexões muito pertinentes sobre essa construção:

As identidades [...] precisam de símbolos, em formas de bandeiras, hinos, heróis. Necessitam também de valores compartilhados com os nacionais ancorados nos pais fundadores, visto que são signos de um passado sacralizado que precisa ser reverenciado. Determinados acontecimentos, lugares e personalidades são selecionados. (MORAIS, 2008: 43)

No ano de 1925, Eusébio de Souza já havia elaborado um discurso identitário para o povo quixadaense em que procurou focalizar o mito da “hospitalidade” e do “homem pacífico”. Em seu livro “Memórias Sobre a Cidade de Quixadá”, afirmou:

Quixadá deveria ser apenas o refúgio dos homens de coração bem formado e dos velhos que amassem a Deus pela contemplação da natureza. [...] desse promissor nucleo que, d’ora avante, será, incontestavelmente, a móla principal, sob qualquer ponto de vista, do desenvolvimento desta hospitaleira e grande terra, digna, não ha dúvida, dos carinhos dos homens de bem. (SOUZA, 1925: 52, 106)

Observou-se anteriormente que Marum Simão desconsiderou a presença indígena enquanto sujeitos ativos, limitando os mesmos a um papel de “obstáculos” aos europeus “conquistadores”, esses sim, sujeitos ativos e alicerces da história de Quixeramobim. João Eudes Costa, em sua justificativa de quem seriam os “pioneiros”, também compartilhou de pensamento semelhante. Quixadá teve o desenvolvimento de seu núcleo urbano acelerado a partir do crescimento da fazenda do cearense José de Barros Ferreira, na metade do século XVIII. O crescimento foi diferente de Quixeramobim, que teve o desenvolvimento de seu núcleo urbano associado, inicialmente, ao processo de degredo e, em seguida, à expansão e ocupação das terras do português Antônio Dias Ferreira. Apesar de ter considerado relevante a contribuição do cearense José de Barros Ferreira juntamente com seus familiares para o crescimento do núcleo, João Eudes deu mais atenção às duas famílias que, também, fizeram parte daquela comunidade após uma relativa urbanização: os Lemos de Almeida, conhecidos por “Papaema” e os Queirozes. Foi nas duas famílias que o autor buscou fundamentar sua argumentação para justificar as origens européias da sociedade quixadaense. Tanto assim, que tentou traçar a trajetória destes antepassados ainda em Portugal no século XVI. Quanto aos índios Canindés e Genipapos, dentre outros que ocupavam o território, não foram considerados pelo autor enquanto sujeitos históricos que fizeram parte do processo de construção de uma sociedade.

No livro “No Tempo/No Espaço (A família Lemos)” [...] do competente Dr. João Gonçalves Lemos, aliás um trabalho notável sobre a Família Lemos, no capítulo “Os Lemos em Portugal”, fornece minuciosos detalhes da chegada da família Lemos no Brasil. O que não deixa dúvida é que eles saíram da Espanha, seu País de origem, para Portugal e, de lá, para o Brasil. (COSTA, 2002: 296)

O autor dedicou três tópicos aos sujeitos que denominou de “Pioneiros”. O primeiro tópico “Famílias Pioneiras” trouxe uma árvore genealógica de sua família, os Lemos de Almeida, a partir de um teólogo católico espanhol chamado Tomás de Lemos

(1550-1629). A prática recorrente de muitos memorialistas em dissecar por longas páginas as árvores genealógicas de famílias, que para esses autores seriam “famílias importantes” da cidade, constitui-se numa prática que atestaria e naturalizaria a legitimação e o poder desses grupos sociais citados. Isso porque, geralmente, a argumentação desses escritores sugere que as “famílias importantes” seriam naturalmente predestinadas a liderança, a política, as letras, a paz, a hospitalidade, a bondade. São colocações que ao mesmo tempo em que monumentalizam tais famílias, maquiavam os conflitos de interesse e as disputas ideológicas pelo poder. A historiadora Cyntia Chaves assinalou que

Muito presente nos livros de memória, a busca por conhecer a genealogia familiar é importante para legitimar os papéis ocupados pelos indivíduos nas esferas sociais e ressaltar a idéia que “vem do sangue”, ou seja, seria um dom, próprio já daquela família, isto é, seria natural a habilidade de um descendente de guiar e liderar o povo, seja no “setor” voltado mais para o social e ou cultural, mas em especial no caso deste estudo, através da administração dos recursos públicos, por meio da política partidária. (CHAVES, 2012: 8)

João Eudes afirmou que os índios “devem ser considerados as primeiras famílias genuinamente quixadaense, expulsas de suas terras, em nome da colonização” (COSTA, 295). No entanto, sua análise sobre esses povos não ultrapassou o âmbito do trágico, da vitimização. Abriu-se assim, espaço para a legitimação de seus familiares enquanto “fundadores” europeus ativos:

Duas famílias, porém, aqui se fixaram definitivamente – Lemos de Almeida (Papaemas) e Queirozes – e *o fizeram com tanto ardor* que conquistaram o direito de serem consideradas as pioneiras. [...] De origens portuguesas, aqui chegaram quase ao mesmo tempo, pelo meado do século XIX (COSTA, 2002: 295, 296). (grifo nosso)

É necessário notar que aquilo que o autor registrou sobre sua família e as demais “importantes”, não fugiu daquilo que lhe convinha registrar. O dito “ardor” dos Papaemas em se fixar na terra não foi explorado por João Eudes Costa, enquanto um desenrolar de fatos permeado de contradições. O autor silenciou e não incluiu seus familiares no processo de tensão com os índios pela posse das terras, assim como também omitiu os conflitos políticos de interesse existentes no núcleo urbano. Entende-se que em sua intenção de monumentalizar as duas famílias como espinha dorsal da sociedade quixadaense, bem como dos valores morais que teriam sido “herdados”, tais contradições manchariam o quadro branco e harmonioso montado em seu livro acerca dos grupos. Sobre esse esquecimento em discursos históricos que pretendem moldar, perpetuar, inventar ou reinventar uma identidade, a historiadora Maria de Jesus Morais

escreveu: “É realizado o trabalho de esquecimento, seja por fatos que causem vergonha, seja por que os ‘eventos esquecidos’ não contribuem positivamente para a identidade em questão, podendo vir à tona em outro momento” (MORAIS, 2008:268). Nesse sentido, João Eudes Costa assegurou que as questões políticas do passado quixadaense jamais foram resolvidas sem que não se ultrapassassem os limites dos “bons tratos sociais”. Ou seja, o passado político da cidade não teria sido conflituoso, mas sim de compreensão e respeito mútuo mesmo entre aqueles que se desentendiam minimamente, um passado de unidade política e não de desordem ou divergências entre grupos. Isso se devia, segundo o autor, às ditas “famílias pioneiras”:

Quixadá jamais fez uso do rifle e do punhal para satisfazer caprichos políticos. Os intendentos pertenciam às antigas famílias quixadaenses ou a elas tinham profundos vínculos. Gente de bons tratos sociais, que não fazia de seus adversários políticos inimigos pessoais, mercedores de qualquer opressão. (COSTA, 2002: 289)

Esse discurso romantizado que procura narrar o passado como sendo um tempo de paz e glórias, sem nenhum tipo de tensão que “manche” a história é uma característica típica dos escritores a quem se atribui, no meio acadêmico, a nomenclatura de “memorialistas”. No caso de João Eudes Costa, a ideia de um passado harmonioso regido por sua família está intimamente ligada a uma tentativa de legitimação política no presente. Essas afirmações foram além da obra “Retalhos da História de Quixadá” (2002), em seu último livro de teor histórico intitulado “Ruas que contam a história de Quixadá” (2008), foi possível encontrar passagens que descreveram as famílias Queiroz e Papaema inseridas em um passado de harmonia. Tal fato denota a intenção do autor em manter o mito fundador atualizado e, conseqüentemente, as relações de poder. Ao se reportar a uma rua chamada “Rua da Família”, o autor desenvolveu o seguinte texto:

Quixadá teve o privilégio de ter como pioneiras as famílias Lemos de Almeida (Papaemas) e Queiroz, que constituíram verdadeiros núcleos familiares. Viveram em harmonia, sem o registro de divergências, ocorrências características em outras cidades do Ceará, onde famílias tradicionais viviam em verdadeira guerra pela predominância do poder político e econômico. (COSTA, 2008: 112)

Em seguida, a argumentação de João Eudes Costa seguiu com a finalidade de justificar o motivo da sociedade quixadaense ser “privilegiada” por ter duas famílias “de honra” como colunas principais. Deixa transparecer também que os dois grupos aos quais se referiu foram essenciais, e que sem eles a cidade teria se tornado uma urbe menos humanizada:

Infeliz da sociedade que desagrega a família para eleger o indivíduo como o verdadeiro elemento social. Quando se decompõem uma célula social, a sobra não é do indivíduo e sim da família, que tem a força para reconstruir o que a maldade humana destruiu. Um povo só será capaz de vencer as turbulências sociais, quando a sua organização é alicerçada na base fundamental da família. (COSTA, 2008: 113)

A instituição de “pais fundadores”, sejam índios ou europeus, constitui-se numa construção identitária que visou inventar heróis que pudessem produzir sentimentos coletivos de pertencimento, e, atender a interesses. Assim, trata-se de uma narrativa que sustenta relações de poder até os dias atuais. Essa relação se dá no caráter de “diferenciação” daqueles que se valem do discurso que monumentalizou as duas famílias, para, se colocarem ou se orgulharem como pertencentes a uma “genealogia especial”, seja Queiroz ou Papaema. Essa “diferenciação” é algo típico do processo de afirmação de uma identidade. Isso porque, como afirmou Roberto Cardoso de Oliveira, a construção das identidades se dá no contato com o diferente, com o que não é: “quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, fazem-no como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição” (OLIVEIRA, 1976: 45). Mathias Le Bossé também argumentou que a problemática da construção de identidades atrelada à diferenciação e consequente relação de poder é permeada por disputas que fazem desse cenário conflituoso, um ambiente dinâmico e em constante mudança.

...construção social ou histórica do ‘próprio’ e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço. (BOSSE, 2004: 163)

Nesse sentido, os relatos históricos sobre as famílias são evocados no presente não por acaso, mas para sustentarem uma imagem. Como afirmou Souza (2007), essa consulta ao passado é feita de maneira que passa “a importar não o que ocorreu, porém a forma como o passado justifica a imagem que a sociedade exhibe de si”. Recordando Marilena Chauí (2008), um mito fundador é aquele que mantém um vínculo perene com um dado momento do passado tido como a origem, passado esse que nunca cessa, mas se mantém vivo por meio das evocações e reinvenções que são feitas de diferentes maneiras para sustentar determinadas situações do presente. O historiador Roul Girardet, em seu texto sobre a mitificação dos “heróis” criados pela historiografia francesa, afirmou que o apelo à memória dos “pais fundadores” se dá também em função de uma legitimação:

Quase não há, hoje, grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições de certo número de “grandes ancestrais” sacralizados pela lenda. (GIRARDET, 1987: 78)

Como afirmou Morais: “A identidade é construída numa relação de poder, ou seja, o processo de diferenciação não é natural, preexistente, não é um mero dado, mas construção e invenção de si”. E ainda, as identidades também estão “sempre sujeitas ao jogo da história, da cultura e do poder” (MORAIS, 2008: 46, 47). Portanto, o ato de escolher quem foram os “pioneiros” ou “fundadores” não deve ser encarado como um ato natural ou espontâneo, mas como uma construção, uma escolha baseada em interesses, até porque uma escolha exclui automaticamente outro elemento que obviamente não foi escolhido. No caso das narrativas aqui estudadas, vimos que índios e negros não foram considerados por Marum Simão, João Eudes Costa e os demais escritores do Instituto do Ceará, como participantes do “mito fundador”. Como bem colocou Silva: “Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras... fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, 2000: 45).

No segundo tópico intitulado “Os Papaemas em Portugal”, João Eudes Costa tentou, através de uma densa descrição de árvore genealógica, justificar as ditas origens européias de Quixadá. Foi possível notar a reprodução de alguns mitos em relação aos Papaemas, mitos que José Bonifácio de Sousa, membro do Instituto Histórico, já havia escrito em seu livro “Quixadá e Serra do Estêvão” (1955). São construções que foram naturalizadas e tomadas como características de todos os quixadaenses, traços morais que teriam sido herdados das duas famílias. Em seu livro Bonifácio assim escreveu sobre a família Papaema:

Homens pacatos e ligados à terra. [...] Reconhecidamente cordatos e amantes da boa paz. [...] Gente sem grandes ambições. [...] Gabam-se de sua fidelidade a Quixadá, de que se consideram filhos genuínos. Em verdade, nenhuma outra família, pelo papel exercido nos primórdios da terra e pelo apego que lhe dedica é, mais do que esta, quixadaense.” (SOSA, 1955, 37-38)

A reprodução/ reafirmação e releitura desses mitos se evidenciam nas palavras de João Eudes Costa sobre sua família:

Os Papaemas eram pacatos e arraigados à terra quixadaense. [...] Sem qualquer constrangimento, deixavam o comando político de Quixadá. [...] Essa renúncia espontânea aos postos de mando, ao invés de denegrir a imagem dos Papaemas, os fez queridos e respeitados por todos que dirigiram os destinos administrativos de nossa terra. Afinal, uma numerosa família de comportamento ordeiro, não tinha como ser hostilizada, se sempre estava disposta a servir, a cooperar e a ceder desde que fosse para o bem-estar e para que a paz reinasse entre os quixadaenses. (COSTA, 2002: 229-300)

Essa imagem de “*homens pacatos e arraigados à terra*” não foi reproduzida e perpetuada integralmente por João Eudes Costa. Pode-se até afirmar que o estereótipo de “homens pacatos” foi exaustivamente exaltado pelo autor em praticamente todo o livro, porém, a ideia colocada inicialmente por José Bonifácio de Sousa, de que seriam “arraigados à terra” foi totalmente modificada. Até porque, pelo que se pode deduzir, não interessava para o escritor, o fato de sua família ser lembrada apenas como pequenos camponeses, enquanto os Queirozes levariam a fama de “homens do poder”. É possível observar em sua fala, a forma como exaltou sua família e a colocou em um patamar diferenciado e em posição social destacada. A progressão de seu argumento sugere uma “evolução” intelectual dos Papaemas, que segundo o autor, teriam sido apegados à terra até um certo momento, diferente dos Queirozes que por seu alto poder aquisitivo e influência, sempre estiveram ligados à política. Como se verá, a citação a seguir evidencia o caráter de exaltação agora não somente da moralidade ou da “simplicidade”, mas da intelectualidade dos Papaemas. Ora, ao louvar esses atributos de sua família, automaticamente ele, enquanto escritor, também se incluiu de forma indireta nessa posição de destaque:

Os Queirozes, bastados fazendeiros, possuidores de imensas áreas de terra, com infraestrutura capaz de proporcionar expressiva rentabilidade, foram em busca do saber nos melhores colégios da região do Sul do País. Os Papaemas, mais acomodados, limitaram-se à exploração de minifúndios, com predominância para a agricultura. Somente à custa de muito trabalho e sacrifício conseguiram criar, *com dignidade*, suas numerosas proles. [...] *O que faltou à geração de Manoel Lemos, atualmente sobra aos Papaemas que adentraram nas universidades, conquistaram posições de destaque na literatura, como, por exemplo, Moacir Costa Lopes, escritor de grande prestígio não apenas no Brasil. [...] Mesmo diante de tanto sucesso, o escritor Papaema não perdeu a simplicidade e humildade características da família. [...] Hoje, há membros da família com destacada atuação nas mais diferentes áreas de atividade, com invejável credibilidade, conquistada com trabalho, dedicação e competência. Jamais alimentaram o desejo de riquezas. Guiada pela sabedoria Divina, não teve a ambição de guardar só para si aquilo de que dispunha. Notabilizou-se pela extraordinária capacidade de doar, virtude que foi sendo transmitida, através das gerações. Apregoava e na prática demonstrava que a felicidade não está expressa no possuir e sim na coragem e determinação de doar. Realmente, essa filosofia de vida não ficou apenas em palavras.* (COSTA, 2002: 301, 302) (grifo nosso)

Se pôde notar nas linhas escritas, seu desejo de reafirmar sua família não mais como um grupo predominantemente rural e secundário, sempre coadjuvante dos Queirozes. A imagem que o autor tentou legitimar e consolidar na mente dos leitores é de uma prole agora letrada, intelectualizada, destacada e atuante no campo da literatura e da história, no qual ele está incluído como “*intelectual de destaque*” mesmo que não

tenha citado a si próprio. O autor procurou pontuar que, a despeito de tanto “prestígio” social, o grupo não teria perdido a “*simplicidade e humildade características da família*”, acrescentando ainda que os Papaemas jamais desejaram riquezas materiais, mas sim as que transcendem este mundo. Aqui, mais uma vez veio à tona o mito da cordialidade dos quixadaenses chamados de “pioneiros” por esse discurso historiográfico.

Ao falar da vida de Manoel Lemos de Almeida em 1825, considerado pelo autor como “patriarca da família” (COSTA, 2002: 296), foi possível perceber as mesmas afirmações de caráter moral:

O Governador da Província nomeou para ser agente de polícia em Quixadá, o Sr. Manoel Lemos de Almeida, papaema, homem pacato e totalmente contrário a qualquer atitude violenta ou mesmo de simples ofensa a quem quer que fosse. [...] Manoel Lemos havia posto a serviço da liberdade de seus conterrâneos e amigos sua índole de homem sensato, incapaz de levar qualquer pessoa à prisão. [...] Episódio que [...] bem revela o espírito pacífico dos Papaemas. (COSTA, 2002: 301)

Ainda sobre o dito “patriarca”, João Eudes ressaltou a reação dos jagunços que, de passagem por sua fazenda em 1914, marchavam rumo à capital Fortaleza com a finalidade de depor o Coronel Marcos Franco Rabelo:

Os jagunços, apesar de nada se servirem, saíram sem causar qualquer ofensa ao velho chefe da família Papaema, conhecido pela maneira carinhosa como recebia os que ali chegavam. *Hospitalidade de uma família pioneira que acabou caracterizando nossa cidade.* (COSTA, 2002: 293) (grifo nosso)

Percebeu-se nessa citação, uma dupla construção de mitos. Primeiro, atribuir a tradição da tão proclamada Hospitalidade à família Papaema, segundo, generalizar essa dita qualidade familiar como se fosse uma tradição que teria sido passada geração após geração até que todos os quixadaenses sem exceção chegassem à condição de “hospitaleiros”.

Sobre a família Queiroz, o autor procurou ser mais econômico em suas palavras e análises. Todavia, sua argumentação seguiu a mesma linha dos Papaemas. O texto iniciou já afirmando as origens européias da família, e conseqüentemente, da sociedade quixadaense:

De Viana do Castelo, em Portugal, chegava ao Brasil em 1630, o jovem Manoel Pereira de Queiroz, cheio de esperança em conseguir fortuna nas novas terras da América. [...] Chegaram às cercanias de Quixadá Antônio Pereira de Queiroz e sua esposa Helena Oliveira Maciel, acompanhados de dois filhos, vieram, por volta de 1762, residir na Serra Azul (Ibaretama), até então povoada por índios reconhecidamente bravios” (COSTA, 2002: 303-305).

Sobre a índole da família Queiroz, o autor fez as seguintes afirmações:

Os Queirozes divergiam bastante dos Papaemas e outra família pioneira de Quixadá. Enquanto estes se quietaram em suas pequenas glebas, dedicando-se, exclusivamente, ao amanho da terra, os Queirozes, de índole dominadora não ficaram agregados aos seus feudos rurais. Procuraram na política prestígio. [...] Possuem temperamento irreverente à prepotência, sem contudo perderem a amabilidade que ainda identifica os membros da família, que, por maior que seja o seu conceito social, recebem com lhanza os que os procuram em seus lares. (COSTA, 2002: 309)

Esses estereótipos que pintaram a família Queiroz como sendo predestinados ao poder e à liderança política, foram reproduzidos e reforçados por João Eudes Costa. As características citadas possuem clara relação com as palavras de José Bonifácio de Sousa em “Quixadá e Serra do Estêvão” (1955), quando também se referiu à mesma família: “De índole irrequieta e dominadora, não era gente para viver segregada nos seus feudos rurais.” (SOUSA, 1955: 39). Evidentemente, esse discurso continua sustentando relações de poder por parte de indivíduos que o tomam para si com a finalidade de se afirmarem como “classe diferenciada”.

Ao comentar a vida e administração de João Batista de Queiroz, médico que assumiu a prefeitura de 10 de maio de 1914, até 20 de março de 1915, João Eudes Costa evocou mais uma vez o mito da herança de valores morais. Segundo o autor, o quixadaense João Batista de Queiroz havia assumido a prefeitura por indicação do então interventor do Ceará, Setembrino de Carvalho, que havia chegado ao poder após a deposição do Coronel Franco Rabelo em 1914. Havia, claramente, uma relação não só de amizade, mas de interesses políticos em comum entre o médico quixadaense e os golpistas que tomaram o poder no Ceará. No entanto, João Eudes Costa procurou afastar qualquer semelhança política e moral entre o membro da família Queiroz e os que haviam dado o golpe, ressaltando características que diferenciariam o médico dos demais, mesmo tendo chegado ao poder por indicação dos golpistas. Afinal, a história das “famílias pioneiras” não poderia ser manchada pelas alianças políticas que destoariam do tipo de identidade que se queria fabricar:

Dr. Batista de Queiroz, apesar de nomeado num regime ditatorial em nosso Estado, governou Quixadá com serenidade, fidalguia e em ambiente de bom relacionamento com seus conterrâneos, comportamento que caracterizava os membros da família Queiroz. (COSTA, 2002: 321)

Para exemplificar a monumentalização contínua dessas famílias por parte do autor, se apresentará a seguir, mais um exemplo de romantização da história em função de uma “imagem ideal”. No livro “Ruas que contam a História de Quixadá”, publicado no ano de 2008 e também de autoria de João Eudes Costa, foi possível identificar narrativa semelhante a respeito de outro político, pertencente à família Queiroz, e que,

assim como Batista de Queiroz, governou a cidade em meio a um regime autoritário, a saber, o governo de Getúlio Vargas. Trata-se do ex-Prefeito José de Queiroz Pessoa, que teve sua administração iniciada em 1936 e permaneceu no poder até o ano de 1943, tendo logo no início de seu mandato uma forte mudança na conjuntura política do país com o estabelecimento das medidas do “Estado Novo”. Mais uma vez o escritor procurou afastar qualquer hipótese de ligação política ou de quaisquer outros interesses entre o membro da família e o regime que então se estabelecia. Essa defesa de José de Queiroz Pessoa se deu por intermédio da exaltação de suas ditas qualidades morais.

A administração de José de Queiroz Pessoa, como Prefeito eleito durou até 10.11.1937, quando foi estabelecido o regime do “Estado Novo”. Na ditadura continuou à frente do poder executivo, nomeado pelo Governador do Estado, embora com a denominação de Interventor. Mesmo num regime de força, Quixadá foi agraciado com a nomeação de interventores que não se valeram do cargo para a prática de desrespeito ao direito do cidadão. José de Queiroz Pessoa, por exemplo, jamais praticou um ato sequer que comprometesse a sua formação de homem sensato e de cidadão probo. [...] era conhecido na cidade pela sua prudência nas decisões administrativas e pela maneira cordial como tratava a todos. *Dele são contadas histórias fantásticas*. Em todas, aparece com a sua maneira calma de se conduzir, contornando difíceis situações, sem perder a autoridade, nem ferir a sensibilidade dos outros, mostrando que mesmo num regime de força é necessário respeito à pessoa humana e aos direitos de cada um. [...] Faleceu em 27 de março de 1982, deixando a marca de sua passagem entre os quixadaenses como padrão de honra e de um cidadão que se tornou quixadaense, terra que amou, valorizou e respeitou até os seus últimos dias. (COSTA, 2008: 249-250) (grifo nosso)

Um aspecto relevante dessa citação é a maneira como estes memorialistas utilizam a memória como espelho do passado. Nota-se que os elogios tecidos por João Eudes a José de Queiroz Pessoa, partiram de depoimentos ou de “histórias fantásticas” que o mesmo escutou de pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com o político quixadaense. Ora, esse método de não filtrar as memórias, de não perceber as contradições do sujeito social em questão na fala do outro, e assim reproduzir uma imagem romântica e idealizada de alguma personalidade, é uma característica muito marcante na cultura escrita dos memorialistas. No entanto, entende-se que além dessa questão do uso da memória como filme bem montado sobre os tempos pretéritos, está um projeto maior, o qual seria a fabricação da imagem gloriosa da família Queiroz.

Outra característica louvável dos “pioneiros”, apontada pelo autor, foi o que chamou de “espírito libertador.” Esse “espírito” diz respeito não só a um suposto envolvimento de todo o povo nas causas abolicionistas, como também a um dito tratamento “humanizado” dado aos escravos pelos fazendeiros quixadaenses do século XIX. Segundo o escritor, foi por esse motivo que os escravos, que aqui haviam, não quiseram sair das fazendas onde eram explorados mesmo após a abolição total da

escravidão. A razão teria sido o convívio “pacífico” e “amigável” com seus donos. Esse detalhe teria sido reflexo da “tradição hospitaleira” dos moradores da cidade, herança moral e espiritual das ditas “famílias pioneiras”:

Os escravos, em Quixadá, não sofreram fortes opressões, nem impiedosos castigos. [...] Salvo raras exceções, os negros eram tratados com humanidade no solo quixadaense, embora privados do essencial na vida do homem, que é a liberdade de escolher seus próprios caminhos. [...] Embora livres, nenhum deixou a fazenda, porque ali eram tratados como seres humanos e não conheceram as torturas impostas aos seus irmãos, trazidos da África. [...] Serviam com humildade, mas com grande prazer, executando as tarefas, sem qualquer constrangimento. [...] As duas famílias pioneiras “Papaemas” e “Queirozes” não maltratavam seus escravos e até os tinham como pessoas queridas da família. (COSTA, 2002: 496, 332, 502, 502)

Pode-se notar traços de uma tradição de escrita romantizada nas palavras de João Eudes Costa ao ter feito tais afirmações. O fato dos negros ex-escravos não saírem das fazendas não condiz em sua plenitude com a versão apresentada acima. Isso porque esses indivíduos tiveram de permanecer não porque eram possivelmente tratados por seus senhores com “humanidade”, mas porque não tinham para onde ir. O Estado e os ex-senhores de escravos desampararam totalmente os beneficiados pela abolição cearense nos anos 1883/1884 e, em nível nacional, nos anos pós 13 de maio de 1888. Nenhuma assistência ou indenização foi ofertada aos que foram libertados como forma de garantia mínima de sobrevivência e recomeço. Dessa forma, ter continuado por vontade própria a ser explorado pelos fazendeiros não foi uma opção, muito menos uma escolha pelo carinho do explorador como colocou o autor, mas sim uma questão de sobrevivência. Acredita-se que atribuir às “famílias pioneiras” a dita “humanidade” no tratamento com os escravos seja uma construção no sentido de reforçar uma imagem positiva desses núcleos familiares.

Questionar até que ponto esses escravos ou ex-escravos eram, de fato, “libertos”, foi necessário para a desconstrução desse discurso de “sociedade perfeita”: “Em Quixadá, os ex escravos não sofreram qualquer espécie de dificuldade para sobreviver em liberdade. Quase a totalidade permaneceram nas fazendas, onde, mesmo no regime de escravidão, sempre foram bem tratados.” (COSTA, 2002: 506). José Murilo de Carvalho, em *“Cidadania no Brasil: o longo caminho”*, assinalou que a permanência dos escravos nas grandes propriedades se deu em virtude da falta de assistência:

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressavam à suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda

viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. (CARVALHO, 2002: 52)

Já Eurípedes Antônio Funes, em seu texto “Negros no Ceará”, afirmou que mesmo nos atos aparentemente generosos dos senhores, haviam estratégias de controle e domínio de sua mercadoria. E que a possível ausência de maus tratos físicos não significava, necessariamente, a ausência de coerção. Observou ainda que a exclusão social dos negros libertos aliada à ausência de direitos, fazia desses ex-escravos “escravos” e reféns do sistema. Nesse sentido é que muitos retornavam às fazendas ou nem ao menos saíam delas:

Nos atos magnânimos de seus senhores estavam personificados os mecanismos de controle sobre a força de trabalho liberta. Dar liberdade ao cativo; mas mantendo-o como agregado, morador, criado. No campo, deixa de ser escravo do “coronel” e passa-se a ser homens do “coronel”. [...] O processo abolicionista, não só no Ceará, permite ao cativo recuperar a sua liberdade, ser homem livre; mas vem acompanhado de uma série de medidas controladoras, que colocam esse indivíduo no seu (in)devido lugar, fecha-lhe todas as possibilidades de cidadania. [...] A abolição, nos moldes em que foi realizada, permitiu a passagem de uma “coerção predominantemente física do trabalhador para uma coerção predominantemente ideológica. (FUNES, 2007: 131-132)

A tão proclamada “hospitalidade” dos chamados “pioneiros” foi evocada pelo autor até para justificar a exploração da mão-de-obra escrava. Olhando por esse prisma, a escravidão, segundo João Eudes, tornou-se um fato menor e secundário, quase que naturalizado, tendo em vista que o mais importante foi que os “pioneiros” exploravam sim, mas exploravam com “humanidade”. Em momento algum, foi relatado algum episódio conflituoso ou contraditório a respeito desses grupos locais, em vez disso, o autor elaborou um discurso que os monumentalizou quase que como entidades perfeitas, principalmente sua família:

Riqueza maior não poderá existir do que aquela conquistada pelos Lemos de Almeida, posta a serviço da estrutura social de Quixadá. [...] Multiplicavam a capacidade de amar, de tolerar e perdoar, semeando a compreensão e a paz entre os quixadaenses, Os que vieram primeiro e ainda hoje os que chegam continuam usufruindo desse calor humano que os Papaemas nos ensinaram a ofertar. (COSTA, 2002: 302)

Todos esses argumentos além de possuírem um caráter identitário, são em suma, além da construção de uma narrativa histórica gloriosa para a cidade, uma legitimação pessoal e familiar. O ato de relativizar a escravidão em Quixadá como algo que teria sido movido não pelo desejo de poder, ascensão financeira e o consequente tratamento de seres humanos como mercadorias, mas sim, pelo amor ao próximo, foi um dos pontos mais significativos na obra do autor. Alguns exemplos foram dados para, mais uma vez, tentar justificar quão misericordiosas eram as duas famílias:

Era tamanha a confiança que os escravos tinham em seus Senhores de Quixadá, que o escravo Julião, de 24 anos, solteiro, considerado com boa aptidão para o trabalho, avaliado em um conto de réis, em 1875 recusou-se a ser libertado pelos recursos do Fundo de Emancipação [...] pois nunca havia sido tratado como escravo na fazenda Combate. [...] Um escravo de Ezequiel da Costa Nogueira recusou-se a ser liberto pelo “Fundo de Emancipação” porque já se considerava um homem livre. Abriu mão do privilégio em benefício de outro negro que se julgasse verdadeiramente escravo. (COSTA, 2002: 501, 502)

Esses exemplos foram tomados de forma generalizante pelo autor como representação fiel da situação “humana” e “respeitosa” em que viviam os escravos em Quixadá. No entanto, como já se afirmou, acredita-se que a permanência desses escravos nas referidas fazendas, se deu em virtude da opção pela sobrevivência garantida mesmo que em condições de submissão total, em detrimento de uma liberdade que não proporcionaria qualquer perspectiva de futuro, tampouco garantiria direitos mínimos aos beneficiados. Mas qual a razão de tamanha misericórdia dos chamados “pioneiros” para com os escravos? O argumento de João Eudes Costa foi que o convívio religioso entre senhores e escravos na mesma capela, teria abrandado as relações entre os mesmos. Essa ação teria partido do chamado “fundador” José de Barros.

O exemplo dado por José de Barros que utilizou o braço escravo para construir a Capela, mas não impediu que os negros dela também fizessem uso, influenciou para que os escravos, em Quixadá, não sofressem fortes opressões, nem impiedosos castigos. Na época, não era permitido a presença de escravos no interior dos templos católicos ao lado dos brancos. (COSTA, 2002: 496)

Apesar dessa afirmação de que José de Barros teria, nesse ponto, destoado do comportamento vigente na época e assim contribuído para o convívio “pacífico” entre fazendeiros e escravos, nenhuma evidência foi apresentada pelo autor para que tal fato tivesse solidez histórica.

Os historiadores do Instituto do Ceará, em seu projeto de inclusão da história cearense na história nacional, afirmavam constantemente de forma generalizante, algumas características que, segundo eles, seriam marcantes no povo cearense. Figurava entre as principais a fama de “Terra da Liberdade”, título elaborado a partir do fato do pioneirismo do Estado na libertação de escravos. Em Quixadá, João Eudes Costa também cunhou uma característica moral para os moradores da cidade, baseado em sua visão positiva do que teria sido a escravidão no município. Para ele, fazia parte da moral dos moradores, algo que chamou de “espírito libertador”. Isso porque antes mesmo da fundação da Sociedade Libertadora Quixadaense em 1883, um fazendeiro da família Queiroz já teria posto em liberdade todos os seus escravos. Essa

ação por parte de um integrante de uma das chamadas “famílias pioneiras”, serviu como justificativa para que João Eudes Costa afirmasse uma característica que, segundo ele, seria geral: “O espírito libertador do quixadaense já se havia revelado antes mesmo da fundação da Sociedade Libertadora Quixadaense. Em 1882 Antônio Duarte de Queiroz libertou seus escravos.” (COSTA, 2002: 497).

3.5. “QUIXADÁ SOB A PROTEÇÃO DA CRUZ” – IDENTIDADE E AUTO-AFIRMAÇÃO.

“As identidades [...] precisam de símbolos” (MORAIS, 2008: 43). Geralmente em narrativas que reclamam para si uma identidade, o discurso não fica somente pelo discurso. Na maioria das vezes, se tem monumentos ou lugares de memória como reforço e complemento para o que se escreveu, algo que materialize essas identidades. Nesse tópico, se verá como símbolos, que estão presentes na cidade de Quixadá, foram apropriados pelo discurso do escritor João Eudes Costa para materializar e legitimar uma identidade.

Pode-se afirmar que o último tópico do livro “Retalhos da História de Quixadá” foi constituído de uma interação entre uma escrita auto-biográfica com elementos que evocaram uma identidade regional a partir da religiosidade cristã do autor. Ao longo do último tópico, João Eudes exaltou uma dita origem cristã da cidade, que teria “nascido à sombra da cruz.” No capítulo anterior, viu-se que a mesma frase foi usada por Andrade Furtado e Marum Simão para evocarem uma origem cristã para a cidade de Quixeramobim, deixando de lado, assim, sujeitos que de início não estavam enquadrados nessa ordem, como os índios e negros. Novamente, a mesma situação de esquecimento, recorte ou escolha se repetiu, agora com João Eudes Costa. Nesse sentido, o lugar social de ambos os autores nunca deve ser esquecido, pois ambos possuíram formação escolar católica e sempre estiveram próximos da Igreja. Marum de forma mais institucional e João Eudes mais de fora, pela crença. Tal fato ajuda a explicar o motivo de certas escolhas no texto de cada um.

O mito fundador criado pelo escritor deixou evidente a influência cristã que recebeu em sua escrita, principalmente de José Bonifácio de Sousa.

Se Quixadá é uma cidade que tem como tradição a hospitalidade é porque nasceu sob a proteção da cruz, símbolo da fé, da salvação, da fraternidade e do amor. Quando José de Barros Ferreira resolveu tomar posse nas terras

adquiridas, na ribeira do Sitiá, o fez de maneira legal perante a lei dos homens e com humildade e fé, invocando a proteção Divina. [...] Na presença do notário e de testemunhas, [...] cortou paus no local da solenidade e improvisou uma cruz e a fixou nas proximidades da casa sede, como marco de posse e domínio das terras do “Sítio Quixeda”. [...] Os braços do madeiro rústico representavam a hospitalidade que convidava os visitantes para uma permanência duradoura. Quando partiam, levavam na lembrança a gratidão pelo acolhimento amável e, no coração, a fé que a cruz induzia numa jornada de tranquilidade e paz. [...] Apesar de seu crescimento e do progresso que atingiu, Quixadá jamais se distanciou da sombra da cruz que a viu nascer. (COSTA, 2002: 548)

Quando o autor afirmou que José de Barros Ferreira tomou posse das terras adquiridas com *“humildade e fé, invocando a proteção Divina”*, ignorou também todas as contradições que envolveram esse processo, como a disputa com alguns nativos da região que já ocupavam a área hoje compreendida pelo município de Quixadá. Interessava para estes intelectuais como Marum Simão e João Eudes Costa, fabricarem mitos fundadores que fossem de preferência pacíficos e que não deixassem brechas para interpretações sobre conflitos ou uso da força por parte dos chamados “pioneiros” e “fundadores”. Como se pôde analisar no capítulo anterior, essa visão de história com europeus ou brancos “desbravadores” como protagonistas foi uma característica do IGHB e do Instituto Histórico do Ceará, instituições que influenciaram diretamente os dois escritores. Também se pode especular que essa produção fincada nos “heróis”, no “civismo” e em uma “religiosidade” que definiria os moradores dessas cidades, seria uma resposta às produções acadêmicas da região, quase sempre questionadoras, laicas e sem referência às elites.

O fato registrado acima possivelmente aconteceu, pois se encontra registrado em cartório no ato da posse da terra em 18 de dezembro de 1728. Todavia, há uma alegoria na forma como João Eudes descreveu a cena. Não teria sido um simples ato de fincar uma cruz no solo, o dito “fundador” José de Barros Ferreira teria, com aquele gesto, protagonizado um ato profético que representaria a “hospitalidade” e a “fé” dos quixadaenses, um povo e uma cidade que ainda não existiam concretamente, mas que a partir daquela ação carregada de simbolismos teriam sido predestinados a serem hospitaleiros e cristãos. Sobre esse ato de enquadramento de uma memória oficial que se pretende ser coletiva, bem como os suportes utilizados por esse discurso, a historiadora Maria de Jesus Morais em seu trabalho *“Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”*, afirmou:

O trabalho de enquadramento da memória coletiva se materializa em narrativas oficiais, sobretudo nos discursos em torno de acontecimentos e personagens heróicos, e em lugares, como monumentos, museus, memoriais que servem para sustentar os discursos identitários. (MORAIS, 2008: 40)

No livro “Conhecendo e construindo a história de Quixadá” (1998) de autoria do historiador Manoel Alves de Sousa, é possível encontrar uma narrativa sobre o mesmo contexto histórico ao qual João Eudes Costa se referiu. A diferença entre as duas passagens é notável, assim como a predominância da versão escrita por João Eudes na sociedade quixadaense, mesmo este tendo lançado seu livro quatro anos antes de Manoel Alves de Sousa. No capítulo III, se verá mais detalhes sobre esse domínio da história por parte do memorialista. Por hora, o importante é distinguir a diferença entre o tom de ambos os escritores, percebendo assim que o discurso identitário e glorioso de João Eudes Costa foi o que ganhou e conquistou as elites letradas, seculares e religiosas, as quais se viram contempladas e exaltadas. Isso faz refletir como a História pode servir de instrumento político para sujeitos sociais que desejam se afirmar politicamente por meio dela. Voltando ao livro de Manuel Alves de Sousa, o autor assim escreveu sobre o mesmo contexto descrito anteriormente por João Eudes:

O Município de Quixadá se originou de uma sesmaria (lote de terra menor que uma capitania). (...) A propriedade foi comprada pelo Capitão José de Barros e Carlos Azevedo por duzentos e cinquenta mil réis, em 1747. Ao tomar posse José de Barros iniciou, com os índios, mestiços e outros trabalhadores, o seu processo de urbanização, construindo casa, curral e capela, dando origem às bases da futura cidade de Quixadá. (...) Por outro lado, a pecuária foi responsável pela expulsão dos índios de suas terras à medida que os fazendeiros, sob os pés da cruz, erguiam suas capelas. (SOUSA, 1998: 37)

Diante dessa citação, se pode afirmar que para os dois autores, o Catolicismo teve significados e impactos diferentes. Para Manoel Alves, o Catolicismo teria sido ao lado da pecuária, um instrumento de dominação e subjugação dos índios que se viam cada vez mais sem seus territórios, agora ocupados por rebanhos, fazendas, currais, cercados e capelas. Para João Eudes Costa, o Catolicismo veio “abençoar” aquela terra selvagem que dali em diante passaria a viver “sob a sombra e proteção da cruz”. Por meio da ação simbólica de fincar uma cruz no ato de posse, José de Barros teria consagrado aquele solo para as gerações do porvir que gozariam as bênçãos celestiais provenientes daquele ato. Essa última foi a versão da história que prevaleceu e continua forte até os dias atuais. A Igreja e seus religiosos principalmente, se agarraram e se apropriaram desse discurso não somente para se legitimarem, mas também para evitarem leituras mais questionadoras sobre o processo de ocupação da região que envolvessem religiosos do passado.

Cabe aqui uma comparação entre duas narrativas que, apesar de utilizarem linguagens distintas, se pretenderam fundar uma origem europeia e sobretudo, católica.

A pintura “*A Primeira Missa no Brasil*” (1860) de Victor Meirelles (1832-1903) evocava esse tipo de discurso fundador para o Brasil, além de reforçar a ideia de que houve um “Descobrimento”. Na tela, tudo parece muito harmonioso e exótico, sem qualquer resistência ou conflito entre os que aqui estavam e os que chegavam. Os nativos, pendurados nas árvores (o que representaria também um comportamento visto pelos europeus como “selvagem” por parte daqueles indivíduos) e com olhares curiosos, observam, intrigados, ao ministro que realiza a missa. A ideia que essa obra transmite é que a terra que fora então “descoberta” e “conquistada” passou, por meio daquele ato, por uma consagração. Pintada no contexto em que o país passava por um processo de fabricação da identidade nacional por meio do IHGB e outros grupos nacionalistas, a imagem criada por Meirelles foi consagrada como um dos mais significativos ícones artísticos que se propunham representar as “origens” do Brasil.

Para os que tomaram aquele quadro como representação fiel do passado, nossa “origem” além de ser européia, se deu “à sombra da cruz”. A cruz, por sinal, é um elemento muito importante do quadro, pois carrega esse simbolismo de “fundação católica”, de que a “civilização” havia chegado para “humanizar” aquelas terras “bárbaras”. Da mesma forma, o discurso de João Eudes Costa sobre o ato de posse da terra de onde teria sido edificada a cidade de Quixadá, possui o mesmo princípio. O elemento da cruz é muito presente e carregado de significados, principalmente quando se lê que teria sido fincada no solo “*como marco de posse e domínio das terras*”. Para o autor, esse ato justificaria, em parte, as características generalizantes que defendeu em todo o livro: “*Se Quixadá é uma cidade que tem como tradição a hospitalidade é porque nasceu sob a proteção da cruz*”. Assim como na pintura de Victor Meirelles, no mito fundador de João Eudes Costa, as tensões de interesse, as contradições e as relações de poder entre os estabelecidos e os que estavam se estabelecendo não aparecem. Obviamente que por ser um quadro que exalta o mito fundador do Brasil descrito no diário de Pero Vaz de Caminha, essas situações conflitantes não seriam tocadas pelo pintor. Outro ponto, é que se deve levar em consideração o lugar de onde João Eudes Costa escreveu, ou seja, como membro da família Papaema, reclamada pelo mesmo como sendo “família pioneira”, bem como o estilo de sua escrita que se configura como gloriosa e heróica. Somados esses fatores, se imaginou que as contradições envolvendo os indivíduos membros desse grupo não iriam aparecer.



Figura 14. “A Primeira Missa no Brasil” (1860) – Victor Meirelles.
(<http://www.infoescola.com/historia/a-primeira-missa-no-brasil/>)

A cruz que teria sido fincada por José de Barros Ferreira, obviamente, não existe mais, porém, outra cruz construída em 24 de junho de 1934, encabeçada pelo vigário da paróquia Luíz Braga Rocha no alto de uma pedra de aproximadamente 100m, se tornou um importante marco de identidade dentro do discurso de João Eudes. Primeiramente porque a cruz construída pelos religiosos da época como símbolo da religiosidade local, foi edificada na mesma data de seu nascimento, fato que ao que parece, o causou muito orgulho:

Quase todos os detalhes dessa narração ouvi de minha mãe, que me considerava irmão gêmeo daquela cruz, cuja inauguração coincidiu com a data de meu nascimento. [...] Por isso, aquela cruz para mim não é somente o símbolo da *minha fé*. Representa, também, a figura de *minha mãe* de braços abertos, abraçando-me, confortando-me e enxugando as lágrimas de minha saudade (grifo nosso) (COSTA, 2002: 552).



Figura 15. Cruz da Pedra do Cruzeiro.

Foto:

(<http://hotsite.diariodonordeste.com.br/diariouploads/uploads/21b5d68f3425c0ebc4c5c5ee9dabd9dd.jpg>)



Figura 16 . Pedra do Cruzeiro vista de baixo.

(<http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertaocentral/turismo/pedra-do-cruzeiro-entidades-voltam-a-lutar-por-revitalizacao-de-espaco-turistico-em-quixada/>)

Considerando-se herdeiro espiritual dos Papaemas, a Cruz fincada no monte que teria “nascido” no mesmo dia de seu nascimento, passou a ser descrita pelo autor como símbolo de uma identidade que representaria a coletividade, não mais individual. O símbolo religioso, inicialmente associado a figura materna do autor (“*minha mãe*”) e a sua fé (“*minha fé*”) em particular, aos poucos ganhou uma dimensão coletiva, como se verá a seguir. Entende-se esse fato como uma auto-afirmação, bem como uma

legitimação familiar. A citação a seguir evidencia essa representação: “Estava assim, inaugurada a cruz postada no cume da ‘Pedra Grande’, que, daquele momento em diante, passou a ser denominada ‘Pedra do Cruzeiro’ e hoje é o marco de *nossa fé* e o símbolo de *nossa hospitalidade*” (grifo nosso) (COSTA, 2002: 251).

Após escrever essas palavras, o João Eudes Costa apresentou uma crônica escrita por ele próprio intitulada “Cruz da Minha Vida”. Mais uma vez, um texto produzido pelo próprio escritor foi tomado como documento/ilustração que estaria representando o sentimento de uma coletividade a partir de uma individualidade, ou seja, a do próprio autor. A crônica reforçou o teor autobiográfico e auto-afirmativo desse trecho específico de seu livro. João Eudes procurou consolidar a cruz como símbolo máximo da fé cristã da cidade de Quixadá, ao mesmo tempo em que, também a definiu enquanto representação da dita “hospitalidade quixadaense”. O caráter de auto-legitimação está no fato de se afirmar como “irmão gêmeo” da cruz que representaria uma série de valores e, em seguida, se reafirmar como membro da família Papaema que, segundo o autor, teria deixado o legado de fé e de virtudes morais à cidade de Quixadá. Também se pôde perceber a materialização dessa memória oficial no cruzeiro fincado na pedra. Antes de apresentar a crônica, o autor escreveu: “resolvi transcrever a crônica que escrevi em homenagem a esta *minha irmã gêmea*, que pastou infância, protegeu minha juventude e haverá de ser a fortaleza que tornará alegre os tortuosos caminhos da velhice” (grifo nosso) (COSTA, 2002: 552). Como foi possível notar no trecho destacado, João Eudes Costa assumiu para si o título de “irmão gêmeo” da Cruz, fato que também se repetiu no texto de sua crônica. Isso porque em citação anterior, havia afirmado que o fato de ser comparado com a Cruz teria sido uma colocação de sua mãe. Tal fato é muito importante de ser frisado, pois trata-se de uma construção que foi assimilada pelo autor e reproduzida em caráter de legitimação.

A historiadora Cyntia Chaves, em seu trabalho sobre as disputas pela memória oficial por parte dos memorialistas da cidade de Limoeiro do Norte –CE (2013), observou que uma característica marcante da escrita desses intelectuais consistiu na auto-representação. Em outras palavras, o memorialista se projetaria, se auto-compararia com algum monumento ou algum local da cidade para que, sempre que lembrado, sua memória esteja ligada a esse objeto ao qual se referiu. Afirmou ainda que esse objeto nunca era escolhido de forma aleatória, mas o critério seria escolher algo que em geral, trouxesse boas lembranças às pessoas, algo com que as pessoas se identificassem. Assim, sua memória estaria intimamente confundida com esse

sentimento de coletividade e pertencimento. Destarte, dada a posição social privilegiada desses memorialistas, geralmente homens pertencentes às elites letradas e econômicas de suas regiões, esses discursos de auto-legitimação ganharam força e projeção. A exemplo disso, a historiadora Cyntia Chaves, observou em seu trabalho sobre os memorialistas da região do Vale do Jaguaribe – CE, que os discursos memorialísticos são permeados de mecanismos de poder e auto-afirmação. Os exemplos citados por Chaves também puderam ser constatados em João Eudes Costa e sua obra “Retalhos da História de Quixadá”.

Vale ressaltar, que a maioria dos autores de livros de memória, pelo menos no município aqui abordado, foram os abastados, legitimando suas ações, lidando com esta noção de tempo, para imortalizar-se, tecendo narrativas de personificação, para que ao se referir à cidade, eles se tornem quase como o seu sinônimo; seja para seus contemporâneos, ou os futuros habitantes, para que assim, possam vê-los e admirá-los e tudo que é socialmente considerado como bom e desenvolvido possa ser atribuído a eles. (CHAVES, 2013: 06)

Tendo essas noções clareadas por Cyntia Chaves, veja-se a seguir, uma parte da crônica “Cruz de Minha Vida”:

Dizem que Quixadá tem a magia de conquistar a simpatia os que chegam. A maneira amigável como são recebidos os visitantes, a *hospitalidade* do quixadaense que já se tornou tradição, tudo isso faz de nossa cidade o éden do amor. [...] Não poderia ser outro o destino de uma cidade que tem o privilégio de viver sob o signo da Cruz do Senhor. Este cruzeiro, postado no centro da cidade, é *o símbolo da nossa vida*, a paz que nos envolve a fé que nos conforta nos momentos de angústia e sofrimento. Logo que abri os olhos para o mundo, foi essa cruz a primeira imagem que minhas retinas fotografaram. *Somos irmãos gêmeos*, pois nascemos no mesmo dia, nas sagradas missões religiosas, que marcaram, festivamente, a aposição daquele marco da fé cristã. Tive como prerrogativa de *ter como irmã a cruz da salvação*, que retrata o sacrifício e o amor. [...] Por imposição do destino, passei algum tempo longe de nossa querida Quixadá. Na minha ausência nunca me esqueci da imagem desta *cruz irmã*. [...] Continua bela, jovem, indiferente à corrosão do tempo. Parece que, a cada manhã, a *cruz irmã* renasce para a vida, trazendo nos braços a mensagem da eterna salvação. (grifo nosso) (COSTA, 2002: 552, 553)

A partir dessa crônica, o autor estabeleceu a cruz da Pedra do Cruzeiro como materialização de todo o discurso sobre as “qualidades espirituais” das famílias Queiroz e Papaema, as quais denominou como “pioneiras” em Quixadá. Ao descrever o símbolo como representação de uma suposta “hospitalidade” e “amor” coletivo, ao mesmo tempo em que deu ênfase quatro vezes a seu “parentesco” com a Cruz, João Eudes Costa trouxe carregadas nessas frases, toda a mitologia das ditas “famílias pioneiras”, na qual ele também se incluiu como representação dessas “nobres” atribuições. Também foi possível constatar de forma mais visível, a maneira como o autor projetou para toda a população um símbolo de fé inicialmente associado a ele. O

monumento teria, dessa forma, servido como ponte para a projeção e expansão de um discurso inicialmente de cunho pessoal, para um coletivo. Roberto Lobato Corrêa, afirmou que a instituição de símbolos e monumentos dentro de um discurso, possui como papel perpetuar tradições ou crenças, além de generalizar um passado dito coletivo:

Os monumentos comunicam permanentemente às mensagens que deles se esperam, apresentam um forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos. (CORREA, 2005: 11)

Ou seja, símbolos ou monumentos identitários possuem um forte potencial para generalizar características postas para a coletividade. Além, é claro de passar a ideia de antiguidade, de tradição, de que “sempre foi assim”. Embora o monumento edificado seja recente, a mensagem que lhe está embutida remete à um passado distante.

Esse mito da origem cristã, da cidade “hospitaleira” que teria nascido sob os braços da cruz, da urbe que ao longo das décadas teria sido protegida por aquele símbolo religioso, foi uma construção que teve como primeiro criador o intelectual José Bonifácio de Sousa. Esse escritor estabeleceu uma referência física que, em sua visão de mundo cristã, representaria a coletividade da cidade. Essa referência identitária escolhida foi a Pedra do Cruzeiro. No livro “Quixadá e Serra do Estêvão” (1955), o mesmo escreveu: “A pedra do Cruzeiro, lugar de romaria, a cuja sombra a cidade se desenvolve protegida pela cruz ali erguida, para assinalar que com aquele sinal também vencerá.” (SOUZA, 1955: 74). Se percebeu a semelhança das narrativas identitárias entre as duas obras. A diferença, no entanto, consistiu no fato de João Eudes Costa ter desenvolvido sua narrativa de maneira literária e de forma que associasse esse mito à sua família: “calor do afeto, emanado desses seculares monólitos que, de mãos dadas, brincam de ciranda, em redor de uma cidade, que, sob a proteção da cruz salvadora, simboliza a humildade, a fraternidade e o amor” (COSTA, 2002:8). É possível identificar nessa citação os três elementos constituintes da identidade quixadaense fabricada por João Eudes Costa: o aspecto geográfico ou a exaltação de uma natureza exuberante (“seculares monólitos”), religiosidade cristã (“proteção da cruz salvadora”) e os atributos morais herdados dos chamados “pioneiros” (“humildade, fraternidade e o amor”).

Dessa forma, a produção do autor tem atravessado os anos como referência e “verdade sobre o passado quixadaense”. No decorrer desse capítulo, se tentou ainda que mínima e limitadamente, compreender os motivos da ascensão/aceitação desse

discurso e como seu conteúdo procurou fabricar uma identidade local. No próximo capítulo, o foco da abordagem se deterá no que se chamou de “reflexos de uma historiografia oficial”, ou seja, como os discursos memorialísticos se materializaram em museus, memoriais, praças, monumentos, sites, manifestações culturais, datas comemorativas e músicas. E ainda, de que forma os autores continuam sendo representados nas falas dos veículos de comunicação e do poder oficial como “vozes autorizadas sobre o passado”.

4 – REFLEXOS DE UMA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Longe de uma natureza, o passado se constitui em objeto de disputa mobilizando interesses políticos e de conhecimento numa rede complexa em que, se o saber pode significar poder, é também do lugar do poder que se tecem saberes a respeito dos tempos pretéritos.

Manoel Luiz Salgado Guimarães²⁰

4.1 – LEGITIMAÇÃO DOS AUTORES: REFLEXO DE UMA ESCRITA MONUMENTALIZADORA.

Tudo que se viu até aqui remete a uma série de discursos que visaram criar, inventar, fabricar, elaborar tipos de identidade para as cidades de Quixadá e Quixeramobim. Pôde-se perceber que apesar de terem sido narrativas históricas diferentes e por vezes conflitantes, possuem traços em comum, mitos que foram reproduzidos ou ressignificados. Em todas estas narrativas, foi possível notar a veia ideológica do Instituto Histórico do Ceará, instituição que influenciou todos os escritores analisados, desde os que escreveram na metade do século XX aos que produziram seus livros no início do século XXI.

Pode se afirmar que a divulgação dessas obras nas escolas e nas bibliotecas, contribuiu para a construção de um imaginário local sobre como os moradores se vêem enquanto parte de uma coletividade, que estaria unida por uma série de características; Ou pelo menos, como uma elite em parte produziu e em parte se apropriou desse discurso histórico e passou a se afirmar e reafirmar em nome de uma coletividade, definindo assim como teria sido a história dos dois municípios, seus heróis idealizados, os grupos “importantes”, as famílias ditas tradicionais e fundadoras, as características generalizantes dos moradores e também o que não faria parte do leque de características que definiriam o que seria um quixadaense ou quixeramobiense “verdadeiro”. É evidente que não se está afirmando inocentemente que a apropriação desses discursos se deu de forma passiva, submissa, pura, completa e literal. Os sujeitos selecionam, recortam e omitem elementos dessa narrativa oficial, chegando também a criar a partir de suas experiências e interesses, outros elementos identitários diferentes daqueles. A

²⁰ GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. **Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática historiográfica no século XIX**. In: Revista Topoi. Rio de Janeiro, 2002, p.184

apropriação e consequente reprodução desses mitos se deu de diferentes maneiras. Através de exposições em museus, onde a memória dos grupos e das famílias chamadas “pioneiras” pôde se perpetuar e se sacralizar, também por intermédio de monumentos²¹ dedicados aos “heróis locais” ou que fazem referência às construções ideológicas sobre a cidade. E por último, os discursos históricos elaborados ou adotados pelo poder oficial com base nas versões históricas dominantes. Discursos que se traduzem em textos sobre o passado e em músicas com letras, especificamente os hinos municipais das duas cidades.

A aceitação dessas obras nas duas cidades continua sendo algo muito forte que, sem dúvidas, deve ser mais estudado. Mesmo mais de uma década após o lançamento de seus livros, esses memorialistas continuaram sendo monumentalizados por terceiros, situação que enrijeceu mais ainda suas imagens de vozes autorizadas sobre o passado. Indo mais além, essas construções textuais procuraram elevar as obras desses escritores ao patamar de “inquestionáveis” e “verdade absoluta”. De qualquer forma, são discursos emitidos geralmente por radialistas, jornalistas ou escritores que de alguma maneira ecoam na sociedade e encontram aceitação e perpetuação. Os exemplos a seguir são apenas migalhas, vestígios encontrados que evidenciam uma dada realidade.

Ir-se-á ao primeiro exemplo: na segunda edição do Jornal Sertão (2014), periódico editado pelo Sistema Maior de Comunicação, localizado em Quixeramobim, a matéria “*14 de Agosto é ou não é o dia do município?*”, do escritor quixeramobiense João Bosco Fernandes Mendes, fez a seguinte afirmativa: “*Marum Simão, podemos dizer que hoje a autoridade maior para a história de Quixeramobim (...)*”, e continuou: “*Em sua obra ‘Quixeramobim, recompondo a história’, a ‘bíblia’ da história Quixeramobiense (...)*”. Dado o contexto local de predominância do Catolicismo e Cristianismo em suas variadas vertentes, o termo “bíblia da história” faz referência a uma narrativa inquestionável, perfeita, louvável, digna de reverência e completa aceitação, não-contraditória, referência máxima e baliza do conhecimento histórico. A fala do escritor João Bosco não é apenas mais uma que buscou legitimar Marum Simão, mas também um reflexo do social. Viu-se que a partir de uma história que engrandecia as elites e os “grandes homens” da cidade, numa perspectiva de história gloriosa e sem

²¹ A definição ou conceito de “monumento” aqui problematizado, afirma que: [...] *O sentido original do termo é o latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa*” (CHOAY, 2001: 17-18).

aparentes contradições, que possuía mais o objetivo de contribuir para uma formação cívica e moral, a fim de fortalecer uma identidade regional do que propriamente levantar questionamentos que abalassem as “crenças históricas” locais. Este memorialista estabeleceu vínculos com o poder oficial e assim, teve seu livro disseminado nas escolas e repartições públicas da cidade. Segundo Marum Simão, toda a impressão do material foi paga por ele à Prefeitura coube adquirir vários exemplares e, futuramente, adotá-lo como livro didático em uma versão mais reduzida para o Ensino Fundamental. Por ter sido seu livro “Quixeramobim, recompondo a história” o primeiro a ser massivamente distribuído, ele foi paulatinamente ganhando ares de referência, de pioneirismo, como de fato foi. No entanto, essa atribuição foi aos poucos, através de discursos como o de João Bosco, se transformando numa sacralização do escrito histórico e, consequentemente do autor também. O nível de afirmação e legitimação que esses intelectuais alcançaram, fizeram deles os “portadores da verdade” sobre o passado. Mesmo que possam negar esse fato, não há como fugir das evidências encontradas, que se diversificam tanto em citações como em construções simbólicas de pedra e cal espalhadas pela cidade e que fazem referência a mitos consolidados em seus livros.

O segundo exemplo de como esses autores continuam sendo legitimados no presente fez, inicialmente, referência à narrativa romantizada do mito das “Famílias Pioneiras” e a consequente monumentalização do escritor João Eudes Costa. Foi possível identificar influências da narrativa histórica predominante em um documento de cunho oficial disponível à população na internet e intitulado “Plano Plurianual Participativo”, em que a Prefeitura juntamente com a Câmara Municipal de Quixadá, estabeleceu metas para os anos de 2010-2013, período que correspondeu ao final da gestão do prefeito Rômulo Napomuceno Bezerra Carneiro (2008-2012). Na justificativa do referido planejamento, os autores do documento procuraram estabelecer a situação social e econômica local da época, a partir de um breve relato do que seria a História de Quixadá. O texto se encontra no tópico “Quixadá, das origens ao contexto atual”. No sub-ponto “Origem”, é possível ler o seguinte: “*O escritor quixadaense João Eudes Costa, nascido num berço de uma família de glórias e tradições “OS PAPAEMAS” nos conta que assim nasceu Quixadá...*”. As qualidades atribuídas a família de João Eudes Costa apenas reafirmaram o que está posto em seu livro, porém, dessa vez a legitimação partiu do poder oficial, fato que evidencia que a construção política, mitológica e moralista escrita pelo autor sobre sua família, foi absorvida pelas mais diferentes camadas da sociedade quixadaense. Outra particularidade interessante dessa citação foi

que antes de se iniciar a narrativa sobre o passado da cidade, o fragmento fez referência ao nome de João Eudes Costa associado a um dito passado de “glórias e tradições” de seus familiares. Isso porque o nome do escritor logo na introdução conferiu um respaldo e um peso para a redação, foi como se estivessem afirmando que a fonte de todo aquele conhecimento histórico era, não somente confiável por ser João Eudes Costa, mas confiável por pertencer ao clã dos ditos “pioneiros”, condição que o tornou “portador da verdade” sobre o passado de Quixadá. Como dito em parágrafos anteriores, trata-se de um discurso que sustenta relações de poder por intermédio da distinção ou diferenciação social.

Para se ter uma melhor compreensão a respeito da consolidação desse discurso glorioso centrado no protagonismo dos chamados “pioneiros” (José de Barros, Queirozes e Papaemas), fabricado inicialmente pelos intelectuais do Instituto e amplificado por João Eudes Costa, é importante lembrar que um livro lançado em 1998, intitulado “Conhecendo e construindo a história de Quixadá”, não trabalhava com essa noção gloriosa de como teria se dado o desenvolvimento da vila. Lançado quatro anos antes de “Retalhos da História de Quixadá”, e escrito pelo historiador e ex-professor da Universidade Estadual do Ceará, Manoel Alves de Sousa, com a colaboração das estudantes Francisca Neide Reginaldo da S. Araújo, Maria de Nazaré Sousa Freires, Isabel Maria Assunção Apolônio e Raimunda Solange Soares. Apesar de destinada ao público juvenil, não se limitou a apenas narrar fatos e listar datas. Antes, fez uma discussão de conceitos como Tempo, História, Sociedade, Cultura, Reforma Agrária, Poder, dentre outros. Trata-se de uma obra bastante questionadora da realidade do Município e que explora, até mesmo com certa ousadia frente ao que costumeiramente se vê em materiais didáticos, as contradições existentes nas relações de poder da sociedade capitalista local que ao longo do tempo marcaram a história da cidade. Discussão teórica a parte, o que se quer ressaltar é a distinção entre as duas narrativas sobre as “origens”, afinal, são olhares completamente diferenciados, e até antagônicos, sobre os mesmos fatos e os mesmos personagens. O fragmento de texto a seguir, evidencia uma abordagem questionadora e que longe de romantizar o passado, deu destaque às tensões entre colonizadores e índios:

A história da criação do Município de Quixadá está relacionada à invasão das terras dos índios pelos portugueses, para transformá-las em fazendas de criação de gado. (...) O criatório de gado ao subir às margens dos rios Banabuiú e Sitiá, a partir de 1705, efetivava a colonização, a qual foi marcada pela conquista das terras dos índios Tapuia-Canindé, que, aos poucos, foram submetidos ao domínio dos invasores portugueses. (...) As

tribos Canindé e Jenipapo, que até 1870 viviam na zona montanhosa, a sudoeste de Quixadá, com o desenvolvimento da pecuária, foram aos poucos desaparecendo, por causa dos conflitos de terra entre os colonos. (SOUSA, 1998: 32, 37)

É notável a diferença entre as narrativas de João Eudes Costa e Manoel Alves de Sousa. Enquanto o primeiro procurou construir um cenário com passado pacífico tendo os colonizadores católicos e as duas famílias como regentes de uma “pax quixadaense” “sob a sombra da cruz”, o segundo deu mais ênfase a esse período como sendo contraditório e tenso para a história do Ceará, com um contexto local marcado pela ação violenta da parte daqueles que chamou de “invasores” para com as tribos Tapuia-Canindé, Canindé e Jenipapo que habitavam a região. Nesse cenário construído na narrativa de Manoel Alves, a “cidade hospitaleira”, o “povo pacífico”, as famílias “tradicionais”, os “grandes homens” e os “cristãos autênticos” não apareceram. Sua descrição do período de ocupação dos colonizadores é tensa e carregada com um ar trágico, colocando em xeque inclusive a suposta motivação religiosa dos que foram aos poucos dominando a região. Seguramente, foi uma das razões pela qual seu livro não foi adotado pelas elites e monumentalizado pelo poder oficial, que para se afirmarem enquanto tais, necessitavam de uma história límpida e livre das manchas de sangue. Outra razão estaria no fato de seu livro ter sido destinado e distribuído exclusivamente ao público em idade escolar. O fato é que a partir do ano de 2002, o Município passou a ter em menos de quatro anos, duas obras com diferentes abordagens e perspectivas. A razão pela qual a versão de João Eudes Costa e dos escritores membros do Instituto do Ceará foi predominante já foi discutida anteriormente. Sem aprofundar novamente os detalhes, os motivos seriam: o tipo de abordagem, a legitimação pessoal e familiar, as alianças políticas e as estratégias de divulgação e distribuição. Essas teriam sido algumas ações que contribuíram para a consolidação de seu livro como a maior referência histórica do Município.

O exemplo mais recente de como o memorialista continua sendo a referência do campo historiográfico local, se deu no dia 17/04/2013. Uma equipe de reportagem do canal esportivo ESPN Brasil, em matéria vinculada na data citada para uma série de reportagens intitulada “O Brasil da Copa do Mundo”, veio até Quixadá para registrar em entrevista, os causos do radialista quixadaense e torcedor do Botafogo, Amadeu Filho. Na introdução da reportagem, os produtores fizeram um apanhado histórico sobre a origem da cidade e o significado da palavra “Quixadá”. Foi interessante notar que o convidado para comentar esse passado não consistia em algum

professor de História da rede municipal ou estadual de ensino, muito menos um acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Ceará, graduação existente no Município desde o início da década de 1990. João Eudes Costa, a voz “autorizada” sobre o passado da cidade, foi o encarregado de falar em rede nacional.

Acredita-se que tal fato contribuiu para fortalecer ainda mais sua imagem de “historiador”, imagem que o próprio escritor, de acordo com o que escreveu em seu livro, rejeitou. Esse acontecimento seria mais um reflexo da historiografia que tentou legitimar e afirmar os Lemos de Almeida (“Papaemas”) como uma classe diferenciada, “pioneira” e “testemunhas da história”, conferindo, assim, um poder simbólico para o autor de “Retalhos da História de Quixadá”, o qual também se intitulou “com muito orgulho” como membro desse grupo seletivo. O fato de afirmar a si próprio e sua família não foi o único motivo da escolha de João Eudes Costa para a reportagem. Antes, foi apenas mais um fator, dentre os vários já estudados nesse trabalho, sobre a legitimação da pessoa deste intelectual. Como se verá mais à frente, a exposição de objetos da família “Papaema” no museu da cidade, a qual procurou atribuir a esse grupo social uma importância histórica diferenciada, foi mais um ato de legitimação familiar baseada na leitura histórica dominante na cidade. Sacralizando, dessa maneira, o passado desse grupo através de peças domésticas dispostas como “objetos sagrados” e “testemunhas” do cotidiano daqueles que seriam segundo essa narrativa, os primeiros habitantes da região.



Figura 17. João Eudes Costa em reportagem especial do canal ESPN Brasil - “Conheça a história de Amadeu Filho, radialista de Quixadá e apaixonado pelo Botafogo”.

(http://espn.uol.com.br/video/323644_conheca-a-historia-de-amadeu-filho-radialista-de-quixada-e-apaixonado-pelo-botafogo)

4.2. CIVISMO, HISTÓRIA E IDENTIDADE: TRAÇOS DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL NOS HINOS MUNICIPAIS

A influência da cultura escrita do Instituto do Ceará, que elaborou a partir dos historiadores quixeramobienses e quixadaenses, os primeiros mitos de origem para as respectivas cidades, pode ser encontrada inicialmente nos hinos municipais de Quixeramobim e Quixadá. Os diferentes aspectos dessa narrativa heróica e generalizante, que no decorrer dos capítulos anteriores foram questionados, são diariamente reproduzidos, não só em livros didáticos, mas também nesse gênero de canção cívica em específico. Pensar de forma crítica os hinos municipais é algo interessante e necessário, pois geralmente são tidos pelo senso comum como “intocáveis”, “inquestionáveis”, “patrimônio histórico do município”, “símbolo do orgulho municipal” que ao lado da bandeira da cidade, representam os maiores signos identitários locais, se pensarmos a identidade sendo construída pela via política. Todavia, na realidade são discursos carregados de ideologias e construções como qualquer outro. É preciso encará-los como discursos que foram construídos para uma determinada finalidade, geralmente para cimentar em uma só manifestação, no caso a música/canção, o que seriam os atributos que definiriam o orgulho coletivo e a identidade da cidade e de seus moradores. Portanto, é necessário desnaturalizar os hinos municipais, evitando cair no erro de vê-los como algo natural a toda cidade emancipada. Deixando essa visão simplista de lado, deve-se enxergá-los não somente como “documentos”, mas, sobretudo como “monumentos”, produtos de uma época, de uma mentalidade histórica dominante que o elaborou e fabricou em determinado contexto. Como bem afirmou Le Goff a esse respeito,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994:545)

Numa análise mais acurada, se percebeu que os hinos municipais são reflexos de um imaginário glorioso sobre a história local, extensões do discurso historiográfico para além dos livros. Embora a produção dessas músicas seja anterior ao lançamento de “Retalhos da História de Quixadá” (2002) e “Quixeramobim, recompondo a História” (1996), houve uma forte influência da cultura historiográfica

posteriormente disseminada por Marum Simão e João Eudes Costa, a saber, a produção dos intelectuais do Instituto Histórico do Ceará. Essas produções musicais monumentalizaram, assim como a produção historiográfica, uma série de mitos que anteriormente foram problematizados nessa pesquisa. Um exemplo desse fenômeno pôde ser observado no hino municipal de Quixeramobim. A composição é datada de 1956, em comemoração ao centenário de elevação da Villa de Campo Maior à cidade de Quixeramobim. A letra foi escrita pelo historiador quixeramobiense Emanuel Antônio Andrade Furtado, membro do Instituto Histórico do Ceará e autor de vários artigos sobre o passado da cidade. A música ficou a cargo de monsenhor José Mourão Pinheiro, músico e padre que servia na cidade de Fortaleza e que foi amigo de Andrade Furtado. Por ter letra e música pensadas por dois intelectuais católicos, é possível observar ao longo da música, que há um apelo a religiosidade do povo como sendo uma característica que o faria “forte”.

HI NO DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

Letra: Andrade Furtado

Música: José Mourão

*Num passado remoto e glorioso,
Nestes campos gerais do Sertão,
Quis o Império assentar valoroso
Forte núcleo de um povo cristão!*

*Nas lutas pela liberdade,
Para atingir tão nobre fim,
Sempre seguiu, com lealdade,
Na frente Quixeramobim!*

*Inda fulge a grandeza de outrora,
Num brasão de tão alto valor,
E bem longe se exaltam, lá fora,
Belos feitos de tanto esplendor!*

Há cem anos surgiu a cidade,

*Cuja história enaltece e bendiz,
O vigor, a bravura, a bondade,
Desta gente que Deus quer feliz!*

*Nesta terra, valente e altaneira,
De prestígio e renome sem par,
Uma raça viril, sobranceira,
Há de a glória da pátria elevar!*
(grifo nosso)

A letra de Andrade Furtado remete, inicialmente, a um passado de glórias da cidade de Quixeramobim, visão de história que refletiu os parâmetros ideológicos do IHGB e do Instituto do Ceará. Em seguida, exaltou uma dita origem católica aliada a uma solidez ou estabilidade política: *“Forte núcleo de um povo cristão”*. Logicamente que, ao ter evocado uma origem cristã católica para o município, Furtado evocou também, mesmo que não citado diretamente, a figura do chamado “fundador” Antônio Dias Ferreira. Levando em consideração o lugar social de Andrade Furtado, seu lugar de escrita e suas referências enquanto membro do Instituto, o que o mesmo chamou de “passado de glórias” da cidade não seriam apenas as datas marcantes, como a emancipação política ou a expansão territorial e urbana, mas também estaria embutido nas entrelinhas dessa narrativa, o processo conflituoso entre colonizadores e índios da região. Trata-se de uma apropriação ou uso do discurso daqueles que se colocaram como vencedores, definindo assim o que seriam os acontecimentos “gloriosos” de acordo com seus interesses. Ou seja, a vitória da civilização cristã sobre a “barbárie”, a “ignorância” e o “paganismo”, o que nessa visão tradicional teria sido necessário para que o “progresso” e a “civilização” se instaurassem nessas terras. Tal fato que se configuraria, assim, como parte daquilo que Andrade Furtado chamou de “passado de glórias”.

O refrão exalta uma dita tradição da cidade de Quixeramobim em sempre “lutar” pela liberdade. Importante recapitular que esse discurso foi muito presente nas obras dos quixeramobienses Boanerges Facó (1954), Marum Simão (1996) e até mesmo do próprio Andrade Furtado (1955), que em seus escritos exaltaram um chamado “espírito libertário” que seria, segundo essa tradição, característica histórica dos moradores de Quixeramobim. Houve por parte desses intelectuais, uma generalização

da participação popular em eventos como a Confederação do Equador (1824), libertação dos escravos (1988) e a proclamação da República (1889). Esses acontecimentos foram narrados como se a sociedade quixeramobiense que vivenciou esses marcos fosse homogênea e caminhasse junta em um só propósito e pensamento, sendo todas as camadas sociais engajadas politicamente e tendo como lema a “liberdade”. A parte final do refrão afirma um “pioneirismo” da cidade no que se refere às lutas pela “liberdade”, e ainda, que Quixeramobim sempre esteve engajado nesses embates políticos de forma “leal”: “*sempre seguiu, com lealdade, na frente Quixeramobim.*”. Está implícita nesses versos uma noção de história heróica, triunfante, sem máculas, e ainda, como típico da tradição escritutária de Andrade Furtado e do Instituto do Ceará, as ditas qualidades morais (lealdade) presentes no verso foram pontos chave para o fortalecimento de um tipo de identidade que se quis fabricar. Sendo assim, o refrão do hino municipal de Quixeramobim reforça a concepção de história local, já predominante na cidade: uma história uniforme, tendo em sua narrativa a ausência de embates entre os grupos políticos com interesses diferentes, porém, recheada de pessoas “leais” e “grandes homens”.

Nas duas últimas estrofes, Andrade Furtado expressou sua perspectiva de história evolucionista e determinista, ou seja, o homem como produto do meio geográfico, não só tendo suas características físicas determinadas pelo mesmo, mas principalmente sua moralidade. Nesse sentido, por ser Quixeramobim uma cidade de clima seco e com histórico de secas intensas e periódicas, sua população seria, segundo essa leitura evolucionista/determinista, um povo “forte”, “resistente”, “determinado”, “vigoroso”, “*raça viril, sobranceira*”. Contribuiu também para essa imagem, a noção de Andrade Furtado de que a população não possuía tais atributos apenas por conta do fator geográfico, mas também por seu caráter mestiço. A historicidade desse tipo de discurso possui suas bases no início do século XX, logo após a região Nordeste ser criada pelo Estado brasileiro. Na oportunidade, um grupo de intelectuais que se autodenominava “regionalistas” e “tradicionalistas”²², pensaram ainda na primeira metade do século XX, o que seria o “homem nordestino”. Durval Muniz (2013), em seu livro “Nordestino: a invenção do *falo* – uma história do gênero masculino (1920-1940)”, afirmou que esses discursos emergem em um contexto de crise econômica das elites

²² De acordo com Durval Muniz, compunham o Centro Regionalista, fundado em 1924, alguns intelectuais ditos “nordestinos” como Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Amaury Medeiros, Odilon Nestor, Moraes Coutinho, Carlos Lyra, dentre outros. (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2013: 141)

regionais, e que, em resposta à passividade das mesmas, alguns intelectuais como Gilberto Freyre, fabricaram o “tipo nordestino forte” como uma “reação viril” a tal cenário de crise. Durval ainda sustenta que esses discursos partiram de uma argumentação biogeográfica e naturalista. Como se viu no primeiro capítulo, o Instituto Histórico do Ceará se apropriou dessa concepção, fazendo com que os reflexos desses pressupostos chegassem até os dias atuais por intermédio dos escritores que se debruçaram sobre a história de Quixadá e Quixeramobim.

O Nordeste, que em sua definição como espaço regional autônomo no país, teve como um dos traços distintivos, exatamente, a sua natureza, que no discurso regionalista é homogeneizada a partir da imagem da seca e da aridez, teria um homem particular, teria um tipo étnico, um homem de uma índole ou caráter distinto, apresentando tradições culturais particulares, por ser marcado pela convivência com uma natureza áspera, árida, bruta, difícil, exigindo deste uma constante batalha pela vida. O nordestino seria, nesses discursos de base biogeográfica, um homem telúrico, homem especial por ser fruto da adaptação a uma natureza, a um meio especial, um homem forjado na luta contra o meio, contra a seca e a aridez. (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2013: 165-164.)

Desta forma, a memória construída pelo Hino do Município e por toda a historiografia produzida por estes escritores sobre os habitantes de Quixeramobim, é, pode-se afirmar, uma memória viril, que possui em seu teor os traços de virilidade necessários a um “povo forte”, provenientes de um contexto de crise das elites apontado pelo historiador Durval Muniz.

A atitude de apontar a mestiçagem como causa da existência de características generalizantes de um grupo social, foi denominada por alguns estudiosos como “mito das três raças”. Apenas para ilustrar a maneira como essa historiografia influenciou e criou, em certa medida, um imaginário das camadas letradas sobre a cidade de Quixeramobim, ver-se-á a seguir um fragmento do artigo “*Quixeramobim e sua vida religiosa*”, de autoria do próprio Andrade Furtado, publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1955. No fragmento foi possível observar os mesmos elementos do hino municipal, bem como a semelhança com a visão de Marum Simão sobre mestiçagem: “A sociedade que emergiu da genealogia mesclada do branco, do índio e do africano humanizou o solo bárbaro e inspirou a força dos empreendimentos destemerosos para as ásperas jornadas do Porvir” (FURTADO, 1955: 89). A citação também é uma evidência de como essa fala reflete a visão histórica com centralidade na figura dos colonizadores. Visão triunfalista e evolucionista que usaria a questão da miscigenação e dominação, não para tecer reflexões sobre o processo conflituoso, mas

para justificar uma chamada “humanização do solo bárbaro” a partir daquilo que muitos teóricos chamam de “mito das três raças”.

Também foi possível perceber discurso semelhante no Hino oficial do bicentenário da Paróquia de Quixeramobim, escrito pelo mesmo Andrade Furtado e mais uma vez musicado por Monsenhor José Mourão Pinheiro, no ano de 1955.

HINO OFICIAL DO BICENTENÁRIO DA PARÓQUIA DE QUIXERAMOBIM

Um passado de glórias, fulgente,

Se reflete na vida cristã

Deste povo leal e valente

Desta terra fecunda e louçã.

(...)

Alto exemplo legaram, por certo,

Neste Campo Maior do Ceará,

Os que vieram de longe ou de perto,

O progresso trazendo até cá.

Por ser longo, se transcreveu acima apenas a primeira e a terceira estrofe do Hino, as quais versam e dialogam mais diretamente com as questões problematizadas anteriormente no Hino Municipal de Quixeramobim. Da mesma forma, esse hino deve ser entendido como um discurso forjador de identidades, pois reafirma o discurso das raízes ou origens católicas da cidade. Pode-se ainda afirmar que não somente afirma, mas legitima, dado o lugar e as pessoas que o produziram, as quais foram figuras ligadas institucionalmente à Igreja. Por fim, além da noção de “povo forte” está presente novamente, a ideia do que seria o passado glorioso, desta vez se evidencia mais claramente nas estrofes de Furtado: a vitória dos colonizadores católicos portadores da “civilização” sobre o “paganismo”. A dita glória dessa passado se refletiria na vida cristã

No contexto da cidade vizinha, o Hino Municipal de Quixadá também refletiu alguns mitos encontrados na historiografia. Foi composto em 1971 e possui música do maestro Manoel Ferreira Lima – 1º Sargento músico da Polícia Militar do Ceará - e letra de Edgardo Moraes de Oliveira – funcionário público municipal.

HINO MUNICIPAL DE QUIXADÁ

Letra: Edgardo Moraes de Oliveira

Música: Manoel Ferreira

*Linda terra rica e querida
Povo forte, nobre e altaneiro
 Quixadá tu és minha vida
 E me orgulho em ser brasileiro.*

*Teus monólitos e fazendas
 Contornando esse imenso sertão
 Mais parecem de Deus oferendas
 Aos seus filhos com devoção.*

*Quantas glórias cidade menina
 Te contemplam em teu fadário
 És qual luz, pura e bela, cristalina
 Neste encontro tão dignatário.*

*Vou cantando feliz e contente
 Tua história com amor e paixão
Quixadá, grande, forte e valente
 Viverás sempre em meu coração
 (grifo nosso)*

Há na letra desse hino, alguns pontos em comum com o Hino de Quixeramobim, como o louvor a uma dita história de muitas glórias, a ênfase na resistência física do povo e o destaque para o caráter moral “único” da população que aqui foi chamada de “povo forte, nobre e altaneiro.” A terceira estrofe exulta: “Quantas glórias, cidade menina!” Ora, enquanto monumento, um hino municipal é a cristalização de uma visão positiva sobre o passado, obviamente, procura afastar qualquer tensão ou

possibilidade de conflito em sua narrativa. Nesse sentido, também se deve entender essas músicas como construções narrativas que tentam controlar a memória.

Um elemento que esteve presente nas obras dos escritores José Bonifácio de Sousa (1955) e João Eudes Costa (2002), pode ser observado na segunda estrofe. A noção de “natureza exuberante” que seria diferenciada ou abençoada por Deus, tão aclamada pelos escritores aqui citados, foi utilizada em seus livros como elo para fortalecimento de uma identidade quixadaense que os dois ajudaram a fabricar. Nesses discursos, os monólitos, ou as gigantescas pedras espalhadas por todo o município, foram figura central.

*Teus monólitos e fazendas
Contornando esse imenso sertão
Mais parecem de Deus oferendas
Aos seus filhos com devoção.*

Com isso, se tem mais uma evidência do quanto esse discurso glorificador da natureza influenciou João Eudes Costa. O mito da natureza quixadaense exuberante criado por José Bonifácio de Souza em 1955, ainda ecoava com outras linguagens e formas como no hino analisado. É bem verdade que em termos práticos, o autor do hino municipal de Quixadá talvez nunca tenha lido a obra de José Bonifácio de Sousa, mas certamente foi influenciado por uma mentalidade, um modo de pensar uma cidade com todos os seus mitos de origem, seus heróis, seus vilões e seus estereótipos. Nesse ponto é que a produção historiográfica de José Bonifácio ganha importância, pois ela, assim como a obra de Eusébio de Sousa, que acabou fazendo uma reprodução ou releitura de sua visão de mundo, contribuíram para o fortalecimento de uma mentalidade e identidade. Tal fenômeno coletivo não é engessado, puro e imutável, mas se modifica no decorrer dos tempos históricos de acordo com as apropriações e ressignificações dos sujeitos. Dessa forma, com o lançamento de “Retalhos da História de Quixadá” no ano de 2002, esse mito foi disseminado de forma mais eficiente, tomando nova roupagem e ganhando proporções maiores.

A frase “quantas glórias cidade menina te contemplam em teu fadário” (ou seja, em teu destino laborioso e penoso), pressupõe um passado épico e um futuro destinado a outras glórias. Mas a quais glórias passadas estaria se referindo o hino municipal? Pode-se especular que o uso da palavra “fadário” para compor o raciocínio que o trabalho árduo ao qual o povo estaria destinado resultaria em um futuro vitorioso,

refere-se tanto aos que prevaleceram contra os índios e assim se fixaram, estabelecendo assim moradia e trabalho, como se refere também aos moradores contemporâneos e seu caráter dito “trabalhador”. Aqui, a visão do que seria digno de ser chamado “passado de glórias” foi influenciada pela historiografia oficial nas pessoas dos historiadores locais José Bonifácio de Sousa (1901-1970) e Eusébio de Souza (1883-1947). Talvez não diretamente, mas especificamente por um imaginário sobre a história da cidade que teve na sua fabricação, a considerável participação desses escritores. Nos pontos a seguir, se entenderá melhor do que tratou esse “passado de glórias” de cada cidade, o qual teve como personagens principais, os “heróis quixadaenses” José de Barros, Queirozes e Papaemas; e os “heróis quixeramobienses” Antônio Dias Ferreira e Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”. E ainda, de que forma essas narrativas resultaram em monumentos, museus, memoriais e manifestações culturais que acabaram por reforçar ainda mais as versões oficiais e românticas.

4.3. A INVENÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO “HERÓI” E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE QUIXADAENSE E QUIXERAMOBENSE.

Toda cultura tem o seu herói, seja nas sociedades primitivas como na da atualidade, todavia seu sentido se diferencia de acordo com o período e o contexto histórico. O que se altera na concepção e função do herói serão os valores culturais atribuídos a ele e a finalidade do seu surgimento. (DRUCKER; CATHCART, 1994: 82)

Outro ponto importante das narrativas históricas que foram analisadas nos capítulos anteriores, diz respeito a questão da invenção do herói, especificamente o herói “fundador”. Trata-se de uma personagem que além de possuir uma centralidade dentro da historiografia quixadaense e quixeramobiense, foi dotado com o chamado “espírito desbravador”, além de inúmeras qualidades espirituais e morais diferenciadas. Sobre o conceito de “herói”, especificamente o que figura em narrativas históricas romantizadas em livros de história, artigos, monumentos e museus, Sidney Hook em seu livro “O herói na História” (1962), cunhou uma interessante definição que se reproduziu abaixo:

O herói, na História, é um indivíduo a que podemos com justiça atribuir influência preponderante na determinação de um desfecho ou acontecimento cujas conseqüências teriam sido profundamente diferente se ele não agisse. (HOOK, 1962:130)

Os autores problematizados nesse trabalho construíram em seus textos mecanismos de mitificação para essas personagens locais, de tal forma que, em suas

narrativas, não só o destino aparenta ter sido mudado por esses indivíduos, mas também a condição, dita excelente, tanto no âmbito espiritual, como moral da população. Já a citação de Drucker e Cathcart no início desse ponto, sugere que o sentido histórico do herói varia de acordo com a época na qual o mesmo é fabricado, assim como a finalidade para a qual é destinada essa mitologia. Dessa forma, entende-se que esses “heróis” são figuras do seu tempo, criados segundo as demandas do contexto em que foram produzidos, a saber, uma época em que ainda não se tinha nenhuma narrativa sobre as cidades. Os primeiros intelectuais a inventarem essa mitologia, como Ismael Pordeus, Andrade Furtado, Boanerges Facó, José Bonifácio de Sousa e Eusébio de Sousa, na primeira metade do século XX, se encontravam em um contexto específico com demandas específicas, inclusive no campo historiográfico, que até então era escasso de livros e artigos sobre a história de muitas cidades da região Sertão Central do Ceará. O fato de terem sido os primeiros a escreverem sobre o passado dos Municípios, fez com que elaborassem uma série de mecanismos para, em certo sentido, sedimentar alguns pressupostos de um ideal de identidade regional que estava começando a ser forjado por intermédio da escrita por uma elite acadêmica. Nesse sentido, em que os heróis “fundadores” são produtos de uma época, Raoul Girardet, afirmou que

Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento da história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. (...) Marcado, condicionado pelo contexto factual em que se desenvolve, o mito pode assim aparecer, e de maneira mais sugestiva ainda, como uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade. (GIRARDET, 1987:82, 83)

Torna-se necessário recordar que a fabricação desses heróis locais/regionais foi diretamente influenciada por um contexto historiográfico nacional e regional específicos. O projeto do Instituto Histórico do Ceará em fins do século XIX e início do XX, em inserir de forma mais incisiva a História Cearense na História Nacional, fez com que esses historiadores cearenses elaborassem uma narrativa que estivesse encaixada nos moldes ideológicos do IHGB. Para tanto, a figura do herói foi um importante elemento no processo de fabricação desse ideal de identidade. Os escritores quixadaenses e quixeramobienses ligados ao Instituto Histórico do Ceará, mesmo tendo vivido numa época posterior a esse processo, ou seja, por volta da metade do século XX, continuaram a reproduzir essa lógica do final do século XIX em seus textos históricos: uma visão de história que buscava forjar um patriotismo ou orgulho regional,

de cunho triunfalista. Também se faz necessário lembrar que a história escrita por esses historiadores, notadamente os do final do século XIX e primeira metade do XX, buscou focar um dito protagonismo histórico dos dominadores, aos dominados restou um lugar até pouco tempo ignorado de um passado soterrado pelas “grandes narrativas”. A história que narrou Antônio Dias Ferreira, José de Barros e as Famílias como sendo heróis católicos, bases de uma civilização e líderes exemplares, é uma história centrada nessas figuras idealizadas. Escrita por intelectuais católicos que buscavam não apenas criar tipos ideais para cidades, até então sem heróis, mas houve também uma tentativa de legitimação religiosa através do engrandecimento dessas personagens católicas e de todos os seus atos políticos como sendo “providenciais”.

Ainda assim, a despeito desses “heróis” terem sido fabricados inicialmente por uma elite acadêmica cearense, deve-se ter a cautela para não deixar transparecer que essa construção mitológica continua intocável e inalterável, como algo que teria sido estabelecido de cima para baixo, sem modificações aparentes. O mito dos “pioneiros” não é estático, aliás, nenhuma narrativa dessa natureza permanece intacta ao ser assimilada pelo público, as pessoas não recebem esses discursos de forma passiva. Elas reelaboram, reinventam, relêem, omitem, acrescentam e assim reproduzem nas mais variadas formas de acordo com seus interesses. Pensar nessa perspectiva torna-se importante para que não se limite a capacidade de fabricar heróis como sendo restrita apenas às elites letradas ou políticas. Sobre essa temática, o historiador Sérgio Roberto Rocha da Silva, em seu trabalho sobre a invenção e consequente representação de “heróis nacionais” nos monumentos das cidades de Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis no contexto das primeiras décadas da República (1900-1940), afirmou:

Não podemos afirmar que necessariamente o herói se cria a partir de grupos sociais elitizados, que estão no topo do poder. Devemos ter cuidado em afirmar de que grupos pequenos não tenham a capacidade de conceber seus próprios heróis. Como exemplo, na Idade Média, conhecemos a lenda do “herói bandido” que roubava dos ricos para servir aos pobres. O lendário Robin Hood representa bem o personagem que se imortalizou durante séculos. Não precisamos ir até a Idade Média para encontrarmos heróis nascidos fora da alta sociedade, basta olharmos para o período da República do Brasil, onde Lampião era considerado um herói bandido e Antônio Conselheiro um herói divino. (SILVA, 2008: 58)

Embora essas considerações tenham sido levantadas e levadas em conta, não se pretendeu nessa pesquisa, identificar e mapear as construções ou releituras do mito do herói por parte de “grupos pequenos”. O foco do trabalho se restringiu às análises das produções historiográficas dos intelectuais já apresentados, as estratégias de auto-afirmação, a vida pública desses indivíduos, suas alianças com o poder oficial e os

reflexos dos discursos legitimadores de “heróis”, autores e grupos sociais que estivessem materializados em discursos, monumentos e museus. Apesar de vários aspectos terem sido abordados na pesquisa, não se problematizou os atos e as estratégias políticas posteriores a essa produção historiográfica, materializados em museus e monumentos. Atos geralmente protagonizados pelo poder oficial que tomados pelos discursos elaborados por esses intelectuais, procuraram materializar o mito do herói fundador. Entende-se, baseado em texto de Raoul Girardet, que o processo de consolidação da mitologia de um herói é dividido por fases, não se trata de algo que acontece repentinamente, mas vai desde a sua fabricação enquanto discurso até sua assimilação posterior e consequente reprodução ou releitura. Como já se afirmou, a aceitação ou recebimento desse discurso nunca é pleno ou puro, mas sempre modificado pelos sujeitos que estão sob os “caprichos” inescapáveis da memória e, notadamente de seus leques de interesses, sejam eles políticos, sociais, religiosos ou de qualquer outra natureza. Nesse sentido, sobre a questão do processo de consolidação do herói enquanto “elaboração mítica” e suas diversas fases, se faz necessário citar longamente uma passagem fundamental de Girardet:

Toda a questão está, evidentemente, em saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação... Tornando-se a interrogação, aliás, mais delicada ainda, pela presença, mais ou menos importante mas sempre detectável nesse tipo de construção mítica, de certa parcela de manipulação voluntária. (...) O processo de heroificação pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos, sensivelmente diferentes uns dos outros (...). Há o tempo da espera e do apelo: aquele em que se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e sonhos. (...) Há o tempo da presença, do Salvador enfim surgido, aquele, sem dúvida, em que o curso da história está prestes a se realizar, mas aquele também em que a parte da manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica. E há ainda o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo ao passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações. (GIRARDET, 1987: 71, 72)

Pode-se afirmar baseado nos argumentos de Raoul Girardet que o “*tempo da espera e do apelo*”, ou seja, a fabricação do mito, foi iniciado pelos escritores do Instituto Histórico do Ceará e os demais influenciados pelo mesmo, os quais reproduziram e fizeram releituras sobre os “heróis fundadores” nas cidades de Quixadá e Quixeramobim. O que o autor denominou de “*tempo da presença*”, ou seja, a figura do herói já disseminada no meio social e sendo interpretada pelo público, se deu, inicialmente, de forma muito limitada. Essa divulgação se restringia às elites intelectuais cearenses do início do século XX, notadamente àqueles ligados a academia.

Foi somente a partir do final do século, com um nível de alfabetização mais abrangente em toda a população e, fundamentalmente com a disseminação dos livros de Marum Simão e João Eudes Costa nos dois municípios, inclusive com a adoção de seus livros por parte do poder público como livros didáticos de História Local, que o mito do herói passou a ser, de fato, popularizado e ensinado. O chamado “*tempo da lembrança*”, que seria a evocação do mito oficial já “consolidado” mas que estaria sujeito aos “mecanismos seletivos” da memória, pôde ser observado nas ações do poder público. Os ditos “fundadores” da cidade possuem seus nomes dedicados a duas praças, curiosamente, as principais praças das cidades por conta de sua localização central. São ações que fizeram parte de um conjunto de estratégias que visam, como afirmou Michel Polack, solidificar, estabelecer ou enquadrar uma memória tanto no âmbito intelectual, quanto material:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens; os rastros desse trabalho de enquadramento são objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas. A memória é assim guardada e solidificada (...) (POLLAK: 1989: 9-10)

Em Quixeramobim, no centro da cidade, a Praça Capitão Dias Ferreira, inaugurada em 1956 como parte dos festejos do centenário da cidade, não é apenas uma praça onde as pessoas se encontram domingo à noite após a missa na Igreja Matriz ou durante a semana para namorar, conversar, fazer negócios, tomar sorvete, passear com os filhos ou participar de algum show musical. A praça que leva o nome do chamado “Filho do Porto” é, antes de tudo, uma materialização da memória do herói, é onde ele se mantém vivo na memória coletiva de forma já tão natural que os indivíduos nem mesmo se dão conta dessa construção, um lugar onde os discursos glorificadores sobre o passado da cidade se fazem presentes.

A localização, pode-se dizer, “privilegiada” e estratégica da Praça Capitão Dias Ferreira também é um fator que se deve levar em consideração, pois além de estar edificada bem no centro da cidade e ainda abrigar a Igreja Matriz (iniciada por Antônio Dias), na década de 1990 o espaço foi dotado com mais um referencial simbólico que remete aos discursos históricos identitários: o Marco do Centro Geográfico do Ceará. Trata-se de em um espaço que sempre foi aclamado e reverenciado pelos intelectuais locais como sendo o “Coração do Ceará”. Inicialmente representado por um simples monumento de alvenaria sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Marco Geográfico ganhou estrutura imponente nos anos 2000 (conferir figura 19). Provavelmente, a reforma se deu em virtude da centralidade e

importância que esse discurso ganhou na sociedade local, enquanto motor gerador de identidades. Notadamente, foi necessário dar uma nova roupagem a altura da glória dos discursos que evocavam uma “Cidade Coração do Ceará”, a historiografia também teve importante papel nesse processo por meio dos escritores Marum Simão e Andrade Furtado. A proposta da edificação desse monumento foi justamente essa, construir um espaço referência não somente para a cidade, mas principalmente para todo o estado. Demarcar por meio de um monumento ou “lugar de memória”, aquilo que os discursos já exaltavam e enalteciam como um lugar de identidade regional e estadual.

Todas essas características fizeram dessa Praça, o espaço social mais significativo da cidade de Quixeramobim, fato que atribuiu ainda mais legitimidade ao mito heróico de Antônio Dias Ferreira. A partir desse espaço, algumas afirmações de identidade foram construídas sob a influência de um discurso já consagrado pela historiografia hegemônica. O termo “Coração do Ceará” se disseminou de tal forma no imaginário social que praticamente se tornou uma frase ou adjetivo quase que automático nos meios de comunicação quando estes se referem a Quixeramobim. Um exemplo de como essa atribuição de diferenciação continua viva nos setores letrados do Município, pôde ser observado na edição número 02 do periódico quixeramobiense “Jornal Sertão” (2014), em matéria anônima intitulada *“Quixeramobim completa 225 anos de município e 158 de cidade”* afirmou: *“Com localização no centro geográfico do estado, a cidade é conhecida como ‘Coração do Ceará.’ ”*

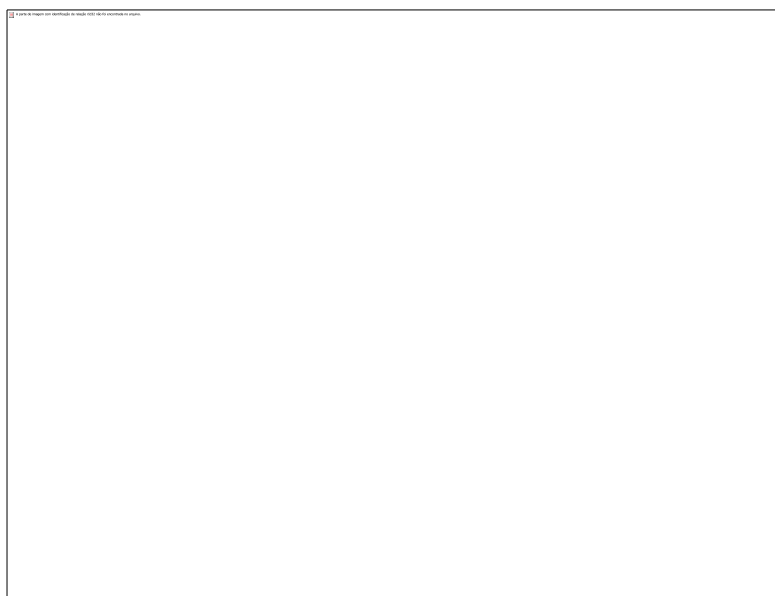


Figura 18. Matéria de capa do “Jornal Sertão” (2014). (Acervo do pesquisador)

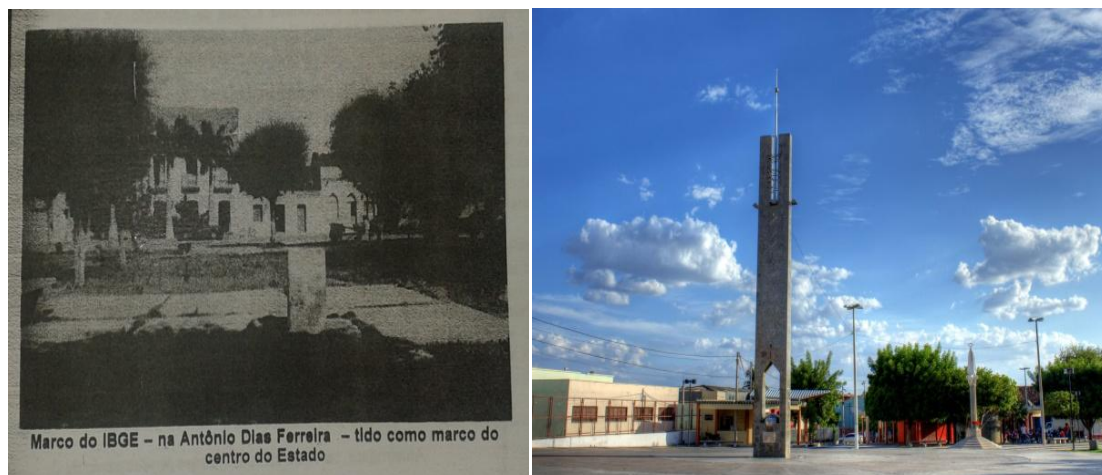


Figura 19. Marco do Centro Geográfico do Ceará localizado na Praça Dias Ferreira - década de 1990

(antes) – década de 2000 (depois) – Foto da esquerda:

“Quixeramobim, recompondo a História” (1996). Foto da direita:

<http://www.quixeramobim.ce.gov.br/turismo/marco-central-ceara/>



Figura 20. Igreja Matriz de Quixeramobim localizada na Praça Dias Ferreira
(<http://www.quixeramobim.ce.gov.br/turismo/igreja-matriz/#Historia>)

Da mesma forma aconteceu com a Praça José de Barros em Quixadá, sua data de inauguração é desconhecida, pois não sobraram documentos na Câmara Municipal e na Prefeitura que pudessem fornecer alguma informação mais sólida sobre o local. Porém, através de fotografias antigas, sabe-se que aquele espaço já existia pelo

menos desde a década de 1920, período posterior ao lançamento do primeiro trabalho sobre a história de Quixadá, escrito em 1913 pelo membro do Instituto Histórico do Ceará, Eusébio de Souza. Tal fato evidencia que a escolha do nome da praça também teria sido influenciada pelo discurso histórico vigente, na época, representado pelos escritores José Bonifácio de Sousa e Eusébio de Souza.

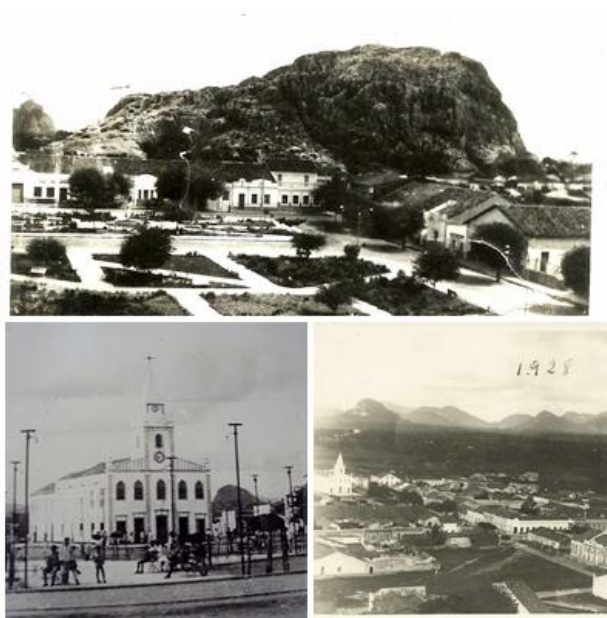


Figura 21. Praça José de Barros e Igreja Matriz de Quixadá na década de 1920.
(<http://retalhosdequixada.blogspot.com.br/2012/11/antiga-praca-jose-de-barros.html>)

Esse ambiente público não deve ser encarado pelo historiador apenas como um lugar de sociabilidade, mas também como um espaço em que o herói permanece vivo, onde os mitos fundadores da cidade se materializam e viram monumentos, onde os discursos históricos antes em tinta e papel, transformaram-se em espaços de pedra e cal. A Praça é o lugar onde a cidade acontece. Além do fato de todos os eventos cívicos, culturais ou religiosos de grande porte serem realizados nesse espaço, sua localização significativa e simbólica também legitima o mito heróico que consagrou José de Barros como “herói pioneiro”. Isso porque foi construída estrategicamente ao lado da Igreja Matriz (Iniciada por José de Barros), região que, segundo os memorialistas, teria “nascido” a cidade de Quixadá. A presença da praça com o nome do dito “fundador” no local reivindicado pelos escritores influenciados pelo Instituto do Ceará como sendo o “berço” do Município, ao lado da Igreja Matriz, evoca constantemente a presença de José de Barros. Ele está lá, simbolicamente representado ao lado de sua “primeira grande obra”.



Figura 22. Praça José de Barros construída ao lado do Igreja iniciada pelo mesmo no final do século XVIII. A historiografia oficial defende essa área como sendo o “berço de Quixadá”. (Acervo do pesquisador)

4.4. DOS LIVROS PARA AS PRAÇAS E FESTEJOS: A DIFUSÃO DE UMA MEMÓRIA GLORIOSA SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO E SUA CENTRALIDADE DENTRO DO DISCURSO DE FABRICAÇÃO DA IDENTIDADE QUIXERAMOBENSE.

Na cidade de Quixeramobim, a figura tida como mítica do filho da terra, Antônio Conselheiro (1830-1897), embora não tenha nenhuma relação com o “mito de origem”, exerceu grande influência naquilo que neste trabalho se denominou de “identidade quixeramobiense”. A exaltação de seu nome e de seus atos, presentes na narrativa de Marum Simão está associada ao que está se chamando de “mito do herói”. Nesse caso, mais um herói que ao lado do “Filho do Porto” Antônio Dias Ferreira, compõe o “panteão” quixeramobiense de grandes vultos históricos. Antônio Conselheiro, inclusive, é notadamente mais aclamado na sociedade local do que o próprio “fundador” Antônio Dias Ferreira, até mesmo por ser uma personagem histórica conhecida e estudada em todo o território nacional, tendo inclusive, filmes e documentários produzidos por grandes conglomerados midiáticos sobre sua pessoa²³. Marum Simão contribuiu consideravelmente para a maneira como a sociedade quixeramobiense passou a enxergar Antônio Conselheiro, hoje visto como um filho

²³ A produção cinematográfica mais famosa sobre Antônio Conselheiro é o filme dirigido por Sérgio Rezende - “Guerra de Canudos” (1997), o qual teve o ator, diretor e crítico de cinema José Wilker (1944-2015) no papel principal. A produção teve grande repercussão, sendo exibido na Rede Globo de televisão em formato de minissérie e longa.

ilustre, herói local e nacional, revolucionário, homem à frente de seu tempo, idealista, mártir e um grande líder político e religioso. Isso porque, durante a época do conflito ocorrido em fins do século XIX até a metade do século XX, predominava na imprensa e historiografia, uma visão estritamente negativa que desqualificava Conselheiro e o povo de Belo Monte. Uma reportagem de 1897 escrita pelo coronel Júlio Procópio Fávila, correspondente especial da Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, e que fazia a cobertura da guerra junto às forças em operação na Bahia, exemplifica bem a imagem que se tinha dos acontecimentos:

Saí de Canudos no dia 8 (de outubro), às 10 horas da manhã, deixando tudo arrasado e triste. A cidadela maldita, onde o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para eterna vergonha de nossa Pátria, não existe mais. (GALVAO, 1974: 214).

Como afirmou Bartelt (2006) sobre a produção jornalística e literária da época: “O fanatismo é a primordial qualificação do Conselheiro e do seu séquito, repetido em praticamente todos os textos sobre Canudos desde o aparecimento do Conselheiro na Bahia” (BARTELT, 2006: 14). Quanto a sua resignificação e releitura, trata-se de um processo gradual que não foi, evidentemente, iniciado por Marum, outros escritores já haviam iniciado esse processo. O escritor local reproduziu e deu força a essa nova vertente interpretativa dos fatos, muito embora ainda, sua interpretação seja romanceada e sem uma abordagem mais profunda sobre as contradições históricas do fenômeno social que Conselheiro esteve diretamente ligado.

Mas a questão é que, Canudos, antes apresentada como uma terra de bárbaros e miseráveis rebeldes, passou a ser tratada ainda na metade do século XX por alguns setores letrados, principalmente aqueles que encaravam esse fenômeno com um olhar mais sociológico e marxista, como sendo um reduto de resistência política ao sistema republicano. Movimento que se caracterizava como sendo messiânico, o que para esses intelectuais, significa dizer que teria sido “uma expressão das lutas de classe nos modos de produção pré-capitalista” (ARRUDA, 1993). Para os românticos, Canudos teria sido a Nova Jerusalém Sertaneja e Terra Prometida, além de outros adjetivos que propunham uma nova interpretação, dessa vez triunfante, dos acontecimentos. Para esses letrados, Antônio Vicente Mendes Maciel passara de lunático a mártir, de fanático a idealizador de uma nova sociedade, de profano a santo. Dessa forma, as atribuições antes só concebidas pelas pessoas que conviviam com Conselheiro em Belo Monte, começavam a voltar agora sob novo olhar. Sobre essa transição que não se deu repentinamente, a historiadora Ana Paula Martins Corrêa

Bovo, em sua dissertação intitulada “Antônio Conselheiro – Os Vários”, afirmou que essa releitura só foi possível a partir das novas possibilidades de abordagens de pesquisa surgidas na década de 1950 “pela historiografia marxista, introduzindo novos paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado. [...] Há não só a mudança no modo de interpretar os acontecimentos, mas na própria forma de ver a escrita da história” (BOVO, 2005: 02, 03).

Bovo ressaltou que as obras de acadêmicos como Rui Facó²⁴, Edmundo Muniz²⁵ e José Calasans²⁶ foram fundamentais para uma renovação da historiografia sobre Canudos. Esses intelectuais quebraram ou fizeram uma releitura da tradição euclidiana, a qual atribuía a Conselheiro e seus seguidores uma imagem de barbárie e ignorância resultantes de um distanciamento de uma dita “civilização” costeira europeizada. Afirmou ainda que a construção de Antônio Conselheiro enquanto um mito começou a ser exacerbada por poetas, escritores acadêmicos e não-acadêmicos do século XX já influenciados por essa nova visão. Não é pretensão do presente trabalho, fazer um levantamento histórico de como Antônio Conselheiro foi representado na historiografia, na imprensa ou nos romances, mas apenas situar, historicamente, as linhas interpretativas nas quais Marum Simão teria bebido e sido influenciado, e que conseqüentemente, refletiram de alguma forma na sociedade quixeramobiense. E ainda, perceber a historicidade da linha de pensamento da qual o memorialista compartilhou com relação aos fatos em Canudos. O fato de Marum Simão também ser quixeramobiense certamente é um aspecto que se deve levar em consideração se quisermos pensar sua visão gloriosa sobre Conselheiro e Canudos. Também por ser um católico engajado na Paróquia, portanto, inteirado das posições oficiais da Igreja, Marum reproduziu a visão do Catolicismo tradicionalista que nunca condenou Antônio Conselheiro, vendo nele uma ligação com o Pe. Ibiapina (1806-188)²⁷. Esse setor da Igreja o viu como símbolo de “padrão” de cearense cristão, uma oposição às ideias dos escritores cariocas Euclides da Cunha (1866-1909) e Silvio Romero (1851-1914).

Marum, como herdeiro da escola do Instituto Histórico do Ceará e influenciado por essa nova abordagem mais romântica, também reproduziu a visão estritamente positiva. Escreveu, por exemplo, que Conselheiro foi um “advogado dos

²⁴ Ver: FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Civilização Brasileira, 1963.

²⁵ MONIZ, Edmundo. *A Guerra Social de Canudos*. Civilização Brasileira, 1978.

²⁶ CALASANS, José. *Coronelismo e Messianismo no Brasil – o caso de Canudos*. Revista do Unipê, 1998.

²⁷ Padre cearense que se destacou por seus serviços na área social.

pobres” (SIMAO, 1996:218). Sobre o povo a quem se atribuiu sua liderança, chamou de “incrível povoado sertanejo” (MARUM, 1996: 224). Citando obra de Abelardo Monteiro²⁸, afirmou que “era um moço sério, trabalhador, honesto e religioso”. Há ainda a preocupação por parte de Marum Simão em deixar claro para o leitor, que Conselheiro seria possuidor de um caráter altruísta antes mesmo de começar sua jornada pelos sertões juntamente com outros grupos de indivíduos. Ao narrar sua estada em Campo Grande, atual cidade de Guaraciaba do Norte-Ce, o autor afirmou: “Em Campo Grande, passa a ser advogado da pobreza que não sabe como recorrer à justiça” (SIMAO, 1996: 218).

Em outra passagem, desta vez sobre sua fase em Canudos, o autor fez a seguinte colocação: “Agora, não o chamam de Antônio Vicente, chamam-no Antônio Conselheiro, dada sua abnegação em defesa dos ‘mal aventurados.’” (SIMAO, 1996: 221). Percebe-se nessas citações uma forte ênfase, até superestimada, das qualidades morais da personagem, derivada, certamente, do novo imaginário sobre Antônio Conselheiro, aqui retratado mais uma vez como um justiceiro da causa social: “Antônio Conselheiro permanecera até o fim, coerente à causa que abraçara, a luta intransigente em defesa dos mal-aventurados” (SIMAO, 1996: 225). A ênfase dessa leitura romântica recaiu totalmente na dita missão ou causa de Conselheiro em defender os oprimidos, deixando muitas vezes de lado a questão dos interesses políticos do mesmo quanto ao sistema político recentemente implantado no país. Outro fator que chama a atenção é a constante insistência desses autores em defini-lo como um “homem padrão” em vários quesitos, no caso, padrão de cristão, de honestidade, de trabalho, de líder e de defensor dos necessitados. Não se trata, como querem e como acreditam seus inventores, de afirmações sobre um passado “real”, mas sim, reproduções de uma nova memória que agora procurava não mais incriminar Antônio Vicente Mendes Maciel como subversivo ou fanático religioso, mas transformá-lo em herói popular. Marum Simão também descreveu sua figura como sendo um homem pacato e que não revidava as ações violentas que sofria, que mesmo frente a agressões físicas por parte de agentes do Estado, não teria levantado sua voz para protestar contra possíveis injustiças cometidas contra sua pessoa. Apenas teria pedido para voltar à sua terra, Quixeramobim:

Voltando à tona a história de ter ele, Antônio Vicente, assassinado a própria mãe e a esposa, é preso em 1878, na Bahia. No trajeto para Salvador é bastante espancado pelos policiais daquele Estado, porém não reclama, pede

²⁸ MONTEIRO, Abelardo F. Antônio Conselheiro. Fortaleza, 1945

apenas que o encaminhem para o Ceará, no que é atendido. Interrogado na Capital do Estado, é enviado para sua cidade natal. (MARUM, 1996: 219)

O pacifismo seria assim, ao lado da abnegação, mais um atributo moral construído em resposta aos discursos que o demonizavam. Essas novas falas chegam no sentido de afirmar Antônio Maciel como um homem (líder espiritual e político) diferenciado e ímpar na história brasileira. Ora, a historiografia oficial quixeramobiense é repleta de afirmações nas quais se afirma que o caráter da população seria de pacifismo e hospitalidade. Antônio Conselheiro, enquanto quixeramobiense, não escapou a esse enquadramento de identidade por parte de escritores como Marum Simão, tendo, todavia, seus atributos exacerbados por ter se tornado uma das figuras centrais no discurso identitário local. Como se verá mais adiante, o contra-discurso que descreveu Conselheiro como um profeta absolutamente pacífico não se restringiu a historiografia, mas também pode ser encontrado em monumentos construídos na cidade de Quixeramobim.

Em seu texto, o autor ainda citou um fragmento da obra do também quixeramobiense João Bosco Fernandes Mendes, intitulada *Euclides e Conselheiro – um grito no Nordeste* (1987), que reforçou essa nova visão:

Ao ruir por terra o último reduto do Conselheiro, morto este, exterminados todos os prisioneiros, doadas ou vendidas as mulheres e crianças, cai sobre a Nação ‘vitoriosa’ a nuvem negra do remorso, do sentimento de culpa fratricida. [...] E palavras de indignação surgem de várias direções, como que numa tentativa de redimir os próprios pecados... Os aspectos ideológicos de Canudos foram revistos e a figura do Conselheiro ganhou novos contornos. De repente, a Nação descobre que a ‘ameaça’ do passado era, na realidade, um *grande líder, pacifista* (já que não atacou, defendeu-se), *lúcido* e até bastante letrado. Seu arraial sertanejo, com toques de *socialismo empírico*, porém funcional, surge como *sociedade ideologicamente organizada, avançada para sua época*. (MENDES, 1987: 101) (grifo nosso)

Primeiramente, a fala de Bosco exemplifica bem a reviravolta de opiniões sobre o que teria sido aquela sociedade, pode-se perceber isso nos adjetivos utilizados pelo autor para qualificar Conselheiro, como “pacifista”, “grande líder” e “lúcido”, termos que remetem a uma resposta às falas que o taxaram de insano e bárbaro. Em segundo lugar, evidencia a visão romântica que alguns intelectuais passaram a cultivar sobre aqueles acontecimentos, chegando até a usar termos como “socialismo empírico” para legitimar de forma científica, sua análise sobre o fenômeno Canudos. Embora a obra de João Bosco seja datada da década de 1980, portanto, anterior à “Quixeramobim, recompondo a História”, sua disseminação na cidade não se deu com a mesma eficiência que o livro de Marum, que em parceria com o poder oficial, transformou seu

livro em material didático escolar. Outro ponto a ser observado é que, por intermédio da citação, é possível perceber que Marum seguiu a mesma linha interpretativa de João Bosco, dando uma amplitude significativa a essa nova abordagem.

A imagem de louco, fanático religioso e subversivo difundida durante muito tempo na imprensa brasileira no final do século XIX e também na historiografia, não encontra lugar em Quixeramobim. O modo monumentalizado de pensar Conselheiro ultrapassou as páginas dos livros e se transformou em um símbolo de identidade bastante presente, sendo também apropriado pelo comércio e pelos setores políticos e letrados do Município. A partir do ano de 2004, o mês de março passou a ser significativo na cidade de maneira mais oficial, principalmente na semana que antecede o dia do aniversário de Antônio Vicente Mendes Maciel (13/03), data que por sinal, foi transformada em feriado municipal. O evento que se realiza no espaço de uma semana intitulado “Conselheiro Vivo”, criado pelo poder público municipal com o apoio de instituições culturais da cidade, possui como objetivo proporcionar palestras, debates, lançamentos de livros, apresentações culturais e principalmente, envolver a comunidade em um sentimento de pertencimento e orgulho por ser a “Terra de Antônio Conselheiro”. Nos primeiros dias de festejo, pessoas (geralmente estudantes de escolas públicas e membros de projetos sociais) saem às ruas, vestidas de beatos e beatas, seguindo geralmente um homem trajado com roupas e acessórios que, de acordo com o imaginário que se criou, lembrariam a fisionomia de Antônio Conselheiro. São ações que visam “preservar” e “resgatar” um passado impossível de ser resgatado, até porque além da impossibilidade de voltar plenamente ao tempo pretérito, esse passado foi inicialmente fabricado com uma forte carga política aliada a falas demonizadoras, sendo posteriormente, a partir de meados da década de 1950, romanticamente construído ou reescrito/revisto. O que tem acontecido todos esses anos em Quixeramobim, são celebrações de uma memória construída historicamente, não de um passado tal qual teria se dado. Memória que, diga-se de passagem, continua em constante processo de construção. Não se deve dar o mito de Antônio Conselheiro como acabado e já cristalizado, a cada dia surgem novas leituras, novas manifestações que buscam lançar novas formas de interpretá-lo.

Esse apelo anual a figura de Conselheiro como um herói da terra ou mesmo nacional, tendo até um feriado em sua homenagem, caracteriza-se, portanto, como sendo um “lugar de memória”. Se deve ressaltar que essa memória que é escrita, debatida, discutida e até dramatizada durante a semana festiva, é uma memória já

calejada pelas novas interpretações que reproduzem os estereótipos e narrativas lineares livres de contradições. Até mesmo por se tratar de um evento que busca fortalecer uma dita identidade local, as oscilações históricas sobre a narrativa de Canudos são ausentes desse processo anual de sacralização. Outro reflexo dessa releitura pode ser percebido nas ruas: sua casa foi restaurada pelo poder oficial e abriga um espaço cultural, o comércio/mercado local e até o poder público se apropriaram do mito que acabou dando nome a prédios públicos, estabelecimentos privados e ao próprio Município, também chamado de “Terra de Antônio Conselheiro”.



Figura 23. Casa do Conselheiro.

(<http://www.quixeramobim.ce.gov.br/turismo/casa-do-conselheiro/#Historia>)



Figura 24. Logo do evento “Conselheiro Vivo” - Semana comemorativa em alusão ao aniversário de Antônio Vicente Mendes Maciel.

(<http://www.quixeramobim.ce.gov.br/noticias/conselheiro-vivo-2015-artes-para-escrever-historias/5093#Menu>)



Figura 25. Cortejo escolar em decorrência da abertura do evento “Conselheiro Vivo” 2014.
(<http://quixeramobimagora.blogspot.com.br/2014/03/quixeramobim-escolas-fazem-cortejo-na.html>)

Outro reflexo desse processo de glorificação de Antônio Conselheiro em Quixeramobim foi a construção e inauguração no ano de 1997, do Memorial Antônio Conselheiro²⁹. Pensado e edificado na gestão do prefeito Cirilo Pimenta, o Memorial materializa todos esses novos discursos e estabelece, pelo menos por enquanto, a figura de Conselheiro como herói local e nacional. É interessante notar o poder de legitimação que esse tipo de monumento possui para o enrijecimento de uma dada memória oficial sobre indivíduos a quem se quer exaltar. Isso porque nem todos possuíam acesso ao livro, entretanto, o monumento em pedra e cal está lá, sendo praticamente impossível algum cidadão de Quixeramobim pós-década de 1990 não ter se deparado ao menos uma vez com o prédio, estátuas e as xilogravuras gigantes no centro da cidade.

²⁹ Infelizmente, a parte interna do Memorial não pôde ser analisada devido a reforma de toda a estrutura que estava acontecendo no prédio. No entanto, a parte externa ofereceu elementos suficientes para percebermos a influência da nova leitura sobre Conselheiro traduzida em monumentos.



Figura 26. Estátuas na lateral do Memorial representando Conselheiro e seus seguidores, ao fundo, grandes xilogravuras sobre as batalhas de Canudos. (acervo do pesquisador)

A figura 26 apresenta várias esculturas de autoria de Manoel Graciano, artista de Juazeiro do Norte. As estátuas formam um cenário que representa o que seriam os moradores de Canudos numa cena de peregrinação. Antônio Conselheiro se destaca por estar à frente e isolado dos demais indivíduos, o que dá uma conotação de liderança a ser seguida, além de transparecer alguém de coragem e iniciativa. Os demais indivíduos estão agrupados e virados para frente, no mesmo sentido de Conselheiro, posição que pode indicar unidade de pensamento e união coletiva em busca de um propósito. A aparência e postura de Conselheiro, suas vestes longas e o cajado na mão direita no qual se apoia enquanto olha para o horizonte, remete a uma figura portadora de sabedoria e prudência, bem como ao estereótipo dos profetas das histórias e dos filmes bíblicos, à Moisés, que na narrativa bíblica conduziu os hebreus para a Terra Prometida tendo sempre à mão um cajado com o qual fez água brotar da rocha e as águas do Mar Vermelho se abrirem.



Figura 27. Xilogravura talhada na parede externa do Memorial Antônio Conselheiro. (Acervo do pesquisador)

Agora, se analisará as xilogravuras de grandes proporções talhadas na fachada no Memorial e datadas do ano de 1997. Os painéis foram esculpidos pelo cordelista Abraão Batista, também de Juazeiro do Norte. São imagens que reforçaram esse novo olhar e que, ao mesmo tempo, foram influenciadas pelas novas interpretações sobre Conselheiro, das quais Marum Simão teve importante participação enquanto escritor quixeramobiense mais lido e ovacionado no que diz respeito a história. Assim, considerando Marum Simão como parte dessa vasta produção intelectual de cunho mais romântico sobre Canudos e Conselheiro, e que notadamente influenciou a visão do artista, é que se problematizará a seguir, o conteúdo dessas xilogravuras.

A figura 27 traz imagens alegóricas do que seria, segundo a concepção do artista, cenas do cotidiano em Belo Monte e representações das batalhas com os militares. Vê-se mais uma vez Conselheiro isolado do povo que por sua vez se encontra agrupado, pronto para segui-lo. Na dianteira do grupo, uma mulher com um filho no colo, aponta para a frente e para Conselheiro, dando a ideia de que se deve marchar atrás de seu líder. Um homem dentre a multidão, carrega uma bandeira na qual está representada uma pomba. O artista deve ter optado por esse recurso para passar a ideia de que os seguidores de Antônio eram pacíficos e não almejavam conquistar seus objetivos por intermédio da força e violência. Chama a atenção, no entanto, a ênfase do

escultor em representar os ditos euclidianos como pacíficos, pois sabe-se que para se defenderem das quatro expedições encarregadas de destruir a vila, os ditos “euclidianos” teriam resistido e feito uso da violência, especificamente de armas de fogo e convencionais, para impedir o avanço das tropas e a consequente extinção de Belo Monte. Na imagem, a figura de Conselheiro por sua vez, é cercada de simbolismo. Sua pessoa rodeada de estrelas pode significar uma mística divina, da qual o mesmo seria portador. Na parte inferior, logo aos seus pés, uma criatura de aspectos monstruoso ruge com olhos fixos em Conselheiro, isso poderia significar as dificuldades encontradas durante o caminho. Finalmente, Antônio Conselheiro aponta para a frente, como se estivesse fazendo menção à um objetivo, à um lugar a conquistar ou a se chegar. Presume-se pelas indicações que a cena oferece, que se trataria da terra de Canudos.



Figura 28. Xilogravura talhada na parede externa do Memorial Antônio Conselheiro. (Acervo do pesquisador)

A figura 28 que foi concebida como sendo um grande panorama, traz cenas que simbolizariam inicialmente um cotidiano pacífico em Belo Monte seguido da captura de Antônio Conselheiro. Primeiramente, o mesmo é representado em um lugar alto e de destaque. Acima de sua cabeça, uma pomba com uma folha de oliveira no bico, desce em sua direção, uma alegoria a narrativa bíblica em que o Espírito Santo desce sobre Jesus em forma de pomba. Seus seguidores se encontram logo abaixo lhe oferecendo flores, o que indicaria um sentimento de gratidão, apreço, fidelidade ou até mesmo veneração ao líder espiritual. No centro da xilogravura, o artista representou um cenário de equilíbrio e fartura. Abaixo, homens observam uma planta crescer enquanto

carregam na cabeça o que parece ser tijolos, ao lado, abelhas trabalham na fabricação de mel. Ao que parece, a imagem remete a resultados frutíferos provindos do trabalho e do esforço coletivo da comunidade. Atrás dessa cena, Conselheiro é representado de perfil segurando seu cajado e observando o trabalho dos indivíduos, como um supervisor de todo o cenário harmonioso e farto. Ao fundo, as moradias aparecem representadas ao redor da capela que se mostra imponente no centro de todo o quadro. No extremo direito da xilogravura, Conselheiro aparece sendo preso ou conduzido por militares desarmados enquanto crianças choram ao observarem a cena, escondidas nos arbustos. Um detalhe que não pode deixar de ser notado é o sorriso estampado nos rostos dos oficiais, o que pode ter sido um recurso usado pelo artista para passar a ideia de sarcasmo ou frieza dos assassinos de Conselheiro.



Figura 29. Xilogravura talhada na parede externa do Memorial Antônio Conselheiro. (Acervo do pesquisador)

A figura 29 se mostra a mais caótica e de aspecto tenso. O cenário talhado pelo artista é confuso e representa a batalha entre o exército e a comunidade. No extremo esquerdo, civis representados sem blusa para denotar a simplicidade material dos moradores de Belo Monte, marcham portando armas de fogo em meio ao estandarte com a figura de uma pomba. A presença constante dessa bandeira vem reforçar a ideia de que, longe de serem os bárbaros, violentos e ignorantes que a imprensa e os intelectuais do final do século XIX e início do XX pregavam, essas pessoas seriam pacíficas mesmo em meio ao extremo caos que seria uma batalha sangrenta com armas de fogo. No centro da imagem, oficiais do exército fogem deixando suas armas enquanto um grupo de civis descamisados atacam outros militares. A pessoa de Conselheiro é ausente nesse quadro, talvez por essa nova leitura que o enxerga como

profeta popular pacífico não ser compatível com a ideia de confronto e caos que o artista procurou transmitir.



Figura 30. Xilogravura talhada na parede externa do Memorial Antônio Conselheiro. (Acervo do pesquisador)

A imagem 30 é uma alegoria ao caráter de fantasia e messianismo atribuído à Conselheiro. O painel traz a imagem de um Conselheiro vitorioso e ressuscitado que, de braços erguidos ao céu em sinal de triunfo, pisa em cima de uma figura demoníaca derrotada. Assim como na narrativa bíblica de Jesus, a ideia passada aqui é que a morte foi vencida. Dois anjos pairam sob sua cabeça, como que recepcionando o corpo glorificado. Eis, portanto, uma representação influenciada por um imaginário que enxerga Antônio Vicente Mendes Maciel não apenas como herói e mártir, mas também como santo.

Como todo monumento construído pelo poder oficial com a finalidade de reforçar ou fabricar a imagem de algum “herói”, a concepção dessas obras de arte sobre Conselheiro é romantizada e não deixa brechas para contradições históricas do indivíduo em questão. Trata-se da materialização de uma memória ou imaginário mítico que foi e continua sendo reforçado nas últimas décadas por memorialistas, jornalistas, cineastas, documentaristas, diretores de peças de teatro, poetas, repentistas, cordelistas,

romancistas, políticos. Assim, seria coerente afirmar que “os monumentos são estruturas que agem na lembrança e interagem com a memória, tornando-os além de documentos, corporificações de um imaginário construído.” (SILVA, 2008: 58) Acredita-se que Marum Simão possui significativa contribuição na construção desse imaginário sobre Antônio Conselheiro, pois sua obra “Quixeramobim, recompondo a História” está imersa no caldeirão de discursos que acabaram por transformá-lo em herói nacional, quixeramobiense e nordestino, mesmo que o Nordeste, enquanto território oficial, ainda não existisse no período que compreende a Guerra de Canudos (1896-1897). Tal aspecto acentua ainda mais o caráter de fabricação desse discurso.

4.5. A APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DA HISTÓRIA OFICIAL PELO PODER PÚBLICO - OS PORTAIS OFICIAIS.

Da mesma forma que os monumentos, os sites/portais das Prefeituras são espaços virtuais onde se pode perceber não só os reflexos dessa historiografia oficial, mas também a força com a qual essa forma interpretativa da história das cidades se estabeleceu. Os sites oficiais, especialmente em suas sessões que “contam” o passado da cidade, são uma importante ferramenta de problematização, pois refletem o quanto os discursos dos memorialistas locais foram aceitos, negados ou modificados em favor dos interesses de quem está no poder. Tem-se a consciência de que esses sites administrativos não possuem nenhuma preocupação por um maior rigor historiográfico ou metodológico em seus textos, tendo em vista seu caráter propagandístico de descrição histórica oficial e institucional. Por esse motivo, não se buscou realizar uma cobrança de cunho acadêmico para com esses textos que foram postados. Antes, se tentou perceber a maneira como esses sites reproduziram o discurso hegemônico que versou sobre os vários mitos fundadores dos dois Municípios.

A começar pela cidade de Quixeramobim em seu portal oficial www.quixeramobim.ce.gov.br, no link “Turismo”, há uma série de descrições sobre lugares ditos relevantes historicamente. Todavia, o que interessou não foi a escolha dos lugares, mas como a descrição desses espaços teria sido influenciada ou dialogou com a cultura historiográfica que se abordou nos capítulos anteriores. O texto que aqui foi reproduzido é um recorte datado de 2014, extraído do site oficial, produzido pela administração do prefeito Cirilo Pimenta (2012 – 2016), assim sendo, a redação poderá

sofrer alterações nas próximas gestões de outros prefeitos ou até mesmo na atual gestão. Na descrição do obelisco localizado na Praça Dias Ferreira, o qual representa o Marco Zero do Ceará, o texto afirmou:

Além de cidade hospitaleira, facilmente se ouve dizer por aí que Quixeramobim é conhecida como cidade “Coração do Ceará”, justamente por estar localizada bem no centro geográfico, e por estar pronta para acolher e receber bem todos os seus visitantes.

Duas afirmações nesse pequeno trecho remetem as construções identitárias elaboradas pelos autores influenciados ou diretamente ligados ao Instituto do Ceará e que permanecem até os dias atuais. Primeiro, o mito da cordialidade do povo quixeramobiense aqui representado como “hospitaleiro” e sempre pronto a receber forasteiros de forma receptiva. Esse discurso visava apresentar a história da cidade como sendo uma exceção frente aos demais Municípios do Ceará, cuja história é marcada por conflitos de terra, fato que também se repetiu em Quixeramobim, porém, foi considerado irrelevante ou não digno de registro por esses intelectuais, que até mesmo por suas formações de influência positivista, priorizaram uma história “de glórias”. Em segundo lugar, mais uma vez aparece o mito da cidade “Coração do Ceará”, inventado pelos mesmos intelectuais quixeramobienses na metade do século XX e que, a partir de referenciais geográficos, elaboraram discursos com a finalidade de colocar a cidade em um patamar de destaque e diferenciação. Outro ponto a ser destacado é a questão da centralidade histórica no português Antônio Dias Ferreira, tido como “fundador”, a qual também foi reproduzida pelo portal. Na descrição sobre a Igreja Matriz de Santo Antônio, o texto assim afirmou:

Antônio Dias Ferreira, um português da Cidade do Porto, proprietário da fazenda, considerado como fundador de Quixeramobim, foi quem mandou construir a capela junto à casa da fazenda, segundo um costume da época, e colocando como padroeiro o seu santo de proteção, Santo Antônio Pádua ou Lisboa.

Assim como na historiografia oficial, o portal não fez menção aos povos indígenas enquanto agentes que contribuíram na construção de uma sociedade. Também não citou que os mesmos viviam na região e tiveram de travar conflitos com Antônio Dias Ferreira e seus subordinados pela posse das terras.

Em Quixadá, a reprodução de mitos historiográficos se repetiu assim como na cidade vizinha. No portal www.quixada.ce.gov.br, especificamente no sub-ponto “Turismo”, há um texto que procurou narrar em poucas linhas a “origem” da cidade. Trata-se de uma representação que foi enfatizada pelos escritores influenciados e ligados ao Instituto do Ceará, que pregava a imagem dos nativos como sendo “hostis”,

quase como cachorros bravios que estavam a impedir o progresso dos chamados “conquistadores” e “civilizados”. Ou seja, a reprodução de um argumento referente a uma mentalidade acadêmica do final do século XIX e metade do XX. Nota-se claramente que tanto por parte desses acadêmicos, como por parte do site oficial da prefeitura, a história foi contada, de certa maneira, através do ponto de vista dos conquistadores, os quais, assim como os escritores do Instituto Histórico do Ceará de fins do século XIX e metade do XX, encaravam as atitudes dos índios como atos de hostilidade e animalidade. O texto reproduzido a seguir foi extraído do site oficial da Prefeitura de Quixadá, no ano de 2014, durante a gestão do prefeito João Hudson Bezerra (2012-2016). Sua redação poderá ser alterada futuramente pela mesma gestão ou por seus antecessores:

Os primeiros civilizados que devassaram aquelas terras fizeram-no pelo Baixo-Jaguaribe primeiro, o afluente Banabuiú e em seguida o Sitiá –, objetivando a conquista de novas áreas para a criação de gado. Datam de 1698 as primeiras concessões de terras feitas naquelas plagas. No entanto, sua ocupação efetiva só teve início em 1705, quando Manoel Gomes de Oliveira, André Moreira de Barros e outros, *nelas conseguiram penetrar, vencida a hostilidade indígena*. (Grifo do autor)

Em outra passagem, o texto abordou os conflitos entre nativos e brancos, e ao que parece, a redação deixou margem para interpretação de que teria sido um processo que, apesar de conflituoso no início, teria tido um desfecho “harmônico”. Os índios, além de serem representados como hostis e selvagens quando da chegada dos colonizadores, foram descritos como sujeitos vencidos que teriam se rendido e se retirado de suas terras sem nenhuma resistência a mais para assim, “cederem” lugar aos desconhecidos que chegavam. Nesse sentido, a narrativa se tornou romantizada ao supor que o processo histórico de colonização em Quixadá teria se dado por etapas muito bem divididas e sem maiores prejuízos para os dois lados, pois o texto sugeriu que os fatos aconteceram naturalmente, sem reviravoltas ou contradições. A narrativa do site também não desenvolveu, assim como as obras historiográficas, a temática que abordaria o processo de tensão entre índios e colonizadores, pois segundo consta, os nativos teriam simplesmente abandonado a região após serem dominados. *“Toda a zona ribeirinha do rio Sitiá – o Gueiru dos indígenas – era habitada pelos índios tapuias e canindés, que aos poucos, foram abandonando a região, a medida que seus domínios eram conquistados pelos brancos.”*

Há ainda uma evidente escolha pelas versões de Eusébio de Sousa, José Bonifácio e João Eudes Costa, os quais em suas narrativas qualificaram os

colonizadores como conquistadores que traziam a civilização e o catolicismo à uma terra bárbara. O texto, ao narrar de que maneira teriam chegado “os primeiros civilizados” que venceram a “hostilidade indígena”, não levou em consideração a versão do historiador Manoel Alves de Sousa, que em seu texto, inverteu completamente a lógica do herói católico europeu, até então predominante nos livros dos escritores do Instituto Histórico do Ceará. O autor apresentou em seu livro “Conhecendo e construindo a história de Quixadá” (1998), uma narrativa que qualificou os colonizadores como “invasores” que, se valendo de seus interesses econômicos de expansão da criação de gado, teriam entrado em confronto sangrento com os nativos, até que estes, já fragilizados pela disputa, se dissiparam aos poucos para outras regiões do Ceará (SOUSA, 1998: 32, 37). Essa preferência em ecoar as versões dos primeiros escritores, evidencia o interesse por parte da administração pública de, em certo sentido, controlar a memória sobre a cidade. Memória que se mostra positiva e enobrecedora. Não interessou para o poder oficial, que no momento de redação do texto possuía interesses propagandísticos a fim de atrair turismo para a cidade, vincular textos que evidenciassem que o núcleo inicial da futura cidade de Quixadá seria resultado de tensas disputas por terra. Segundo esse discurso, a cidade teria sido resultado da coragem, investimento e pioneirismo de homens desbravadores que fundaram uma sociedade civilizada, tendo passado por inúmeras dificuldades e obstáculos, inclusive a dita “hostilidade indígena”. A tensão foi assim, romanceada por essa linha de pensamento, que progride em um sentido de heroificação dos chamados “pioneiros”. Pensando nesse prisma, o livro de João Eudes Costa e dos demais intelectuais do Instituto do Ceará, serviram como base e até mesmo como justificativa científica para a narrativa que se encontra no site oficial.

4.6. A MATERIALIZAÇÃO DE UM DISCURSO: A LEGITIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUEIROZ E PAPAEMA ATRAVÉS DO MUSEU HISTÓRICO JACINTO DE SOUSA.

Ainda em Quixadá, o Museu Histórico Jacinto de Sousa, criado pela prefeitura em 1984, é outro espaço de memória onde se pode perceber a influência da historiografia produzida por João Eudes Costa e os homens ligados ao Instituto Histórico do Ceará que escreveram sobre a cidade - Eusébio de Sousa e José Bonifácio de Sousa. O Museu teve sua concepção pensada por servidores públicos municipais da

pasta da Educação e Cultura, com a participação significativa de João Eudes Costa na qualidade de colaborador. Um discurso datado do ano de 2006 por ocasião da solenidade de 22 anos da instituição, proferido por Maria Prima de Sousa, na época, coordenadora do Museu, evidencia a participação de João Eudes Costa no projeto:

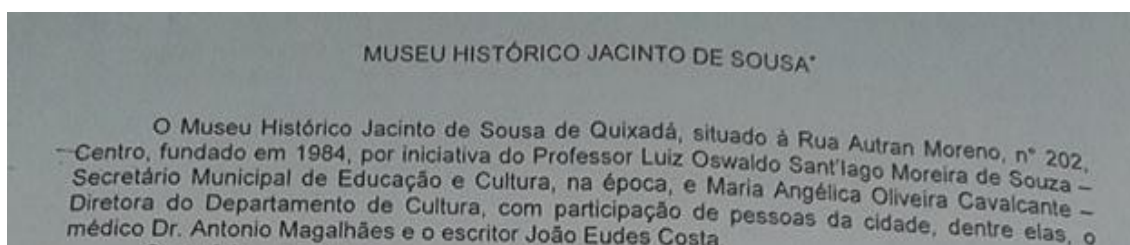


Figura 31. Trecho do discurso da ex-coordenadora Maria Prima de Sousa em solenidade alusiva aos 22 anos do Museu em 27/10/2006. (Acervo pessoal de Maria Prima de Sousa)

Embora ainda não tivesse lançado seu principal livro “Retalhos da História de Quixadá” publicado no ano de 2002, o escritor esteve engajado desde o princípio do projeto e teve o encargo de contribuir na aquisição de peças históricas. Ora, o escritor/cronista já era uma figura legitimada e consolidada na cidade como intelectual de prestígio antes mesmo de adentrar ao campo historiográfico. Portanto, sua influência e contribuição na consolidação de uma memória oficial foram além do escrito, passando antes pelo campo museológico. A escolha das peças que fazem alusão às chamadas “Famílias Pioneiras” teve participação direta do escritor, que garimpou junto aos descendentes e fazendas antigas da região, objetos que em sua visão, seriam dignos de representarem a história das famílias e da cidade. Portanto, a concepção de História que o Museu Histórico Jacinto de Sousa transmite através de seu acervo, é um claro reflexo da visão histórica do escritor João Eudes Costa.

O museu, assim como um arquivo, uma praça que traz o nome de um personagem, uma estátua de homenagem, um busto ou um hino municipal, são “lugares de memória”, conceito que pode ser aplicado a objetos, gestos, manifestações ou lugares concebidos para evocar um passado. Embora “evocar” o passado em sua plenitude seja impossível, o que esses “lugares de memória” promovem é uma nova possibilidade de leitura dos tempos pretéritos. Segundo Pierre Nora (1993), a necessidade de criar esses lugares nasce a partir da percepção de que não existe mais uma memória espontânea sobre algum fato, uma personagem ou um grupo. Por serem instituições que recriam e fortalecem uma determinada memória e versão da história, os museus tradicionais que romantizam o passado não devem ser vistos como instituições neutras. Antes, estão a

serviço de uma memória oficial, geralmente a dos vencedores, das elites, dos letrados. Como bem colocou a historiadora Ana Amélia Rodrigues de Oliveira:

Não é possível pensar um museu histórico como um lugar ingênuo ou inocente, pois estamos nos referindo a um território que, dentro da sua dinâmica, determina uma hierarquia, segmenta o tempo, aloca espaços, constrói memórias e estabelece sentidos. O museu histórico é um lugar de construção de passado, que através de seu acervo material, compõe uma dada interpretação do tempo vivido. (OLIVEIRA, 2008: 3,4)

Nesse sentido, foi possível notar alguns aspectos do Museu Histórico Jacinto de Sousa que, baseados na historiografia oficial, determinaram uma hierarquia social a partir da escolha de suas “peças históricas”. A saber, a exposição de objetos que pertenceram as chamadas “famílias pioneiras”. Ao serem retirados de seu contexto domiciliar para serem exibidos numa sala de museu, esses objetos ganham conotação de “sagrados”, de “testemunhas da história”, de “fotografias palpáveis do cotidiano passado”. No entanto, é necessário dessacralizar esses instrumentos enquanto monumentos inquestionáveis de uma pretensa história coletiva do cotidiano. Problematizando assim a escolha e a disposição das peças como sendo uma construção, uma fabricação de sentidos ancorada em interesses.

As imagens exibidas a seguir dizem respeito a alguns objetos da primeira sala do Museu Histórico Jacinto de Sousa. O recinto contém uma série de peças antigas, em sua maioria utensílios domésticos que fazem referência não só as Famílias Queiroz e Papaema, mas também a outros grupos familiares que compunham a camada social economicamente dominante da região. O posicionamento dessas peças históricas dentro do Museu também é algo a ser observado e problematizado, pois o fato de terem a primeira sala inteiramente dedicada a essa exposição de utensílios familiares, deixa transparecer uma intenção de hierarquização por parte daqueles que organizaram o espaço. Não se sacraliza e consagra um grupo ou uma personagem apenas colocando-os em forma de discurso ou objetos dentro de um Museu. A posição de destaque ou em lugar discreto que estes ocupam dentro da instituição também pode dizer muito sobre sua importância e centralidade dentro da narrativa montada por intermédio da disposição de cada peça em seus respectivos lugares. Existe, portanto, uma hierarquia dentro da hierarquia, ou seja, dentro de toda aquela coleção de objetos considerados “importantes” historicamente, há aqueles que por intermédio de sua posição de destaque dentro do prédio, figuram como mais “relevantes”. No caso específico do Museu Histórico Jacinto de Sousa em Quixadá, a escolha por dar um maior destaque a utensílios das Famílias, teria sido não somente uma atitude que teria levado em

consideração a historiografia dos escritores do Instituto do Ceará, mas teria sido ao mesmo tempo uma atitude política da parte de João Eudes Costa. Com esses pressupostos teóricos em mente e após uma visita a todas as salas, foi possível registrar em fotografia alguns objetos que legitimam e fazem referência ao mito fundador dos Queirozes e Lemos de Almeida (“Papaemas”).



Figura 32. A legenda diz: “Chaleira em ferro maciço. Pertenceu a Alice Costa Almeida, membro da família Lemos de Almeida. Doação: Alice Lemos de Almeida.” (Acervo do pesquisador)



Figura 33. Legenda: “Penteadeira e Chapeleira que pertenceu a família do ex-prefeito José de Queiroz Pessoa. Doação: Maura Ferreira”. (Acervo do pesquisador)



Figura 34. Legenda: “Tijolo feito por escravos, datado de 1838, na Fazenda General Clarindo de Queiroz. Doação: Sérgio Gomes”. (Acervo do pesquisador)



Figura 35. Legenda: “Telha feita por escravos, datada de 1830, na Fazenda General Clarindo de Queiroz. Doação: Sérgio Gomes”. (Acervo do pesquisador)

A proposta oficial que a instituição divulga até os dias atuais, seria a de reunir peças que contassem um pouco do cotidiano dos quixadaenses em tempos passados, no entanto, o que está exposto são fragmentos do passado das elites locais. Há de se convir que as telhas e tijolos que fazem parte da exposição permanente e que, segundo a legenda, teriam sido fabricadas por escravos, não pertenceram a qualquer indivíduo de baixa camada social, mas sim aos senhores de terra, os fazendeiros da região, outrora portadores do poder político e econômico da província. São objetos que consagram as famílias “tradicionais” da cidade e reafirmam sua condição de grupos diferenciados, fazendo-os, deste modo, “merecedores” de terem sua história preservada e recontada. Assim, o discurso do Museu de Quixadá ao lado das obras historiográficas locais, continua sustentando relações de poder por parte daqueles que se identificam

como descendentes dos ditos “fundadores”. Essas relações de poder podem ser constatadas nas diversas falas de João Eudes Costa, o qual em seu livro, ressaltou o “orgulho” por ser descendente dos chamados “pioneiros”. Tal ato gerou, notadamente, consequências marcantes, pois o discurso histórico de João Eudes Costa ganhou legitimidade e peso significativo através dessas afirmações, afinal, sua condição de “descendente” faria sua narrativa mais “verdadeira” e “fiel” do que a de outros autores não-descendentes.

Nesse sentido, pensando o Museu como sendo um “gestador” de memórias que através de sua linguagem própria, visa por meio de seus monumentos, sacralizar uma memória sobre o passado com a finalidade de sustentar essas relações de poder no presente, pode-se afirmar que, nesses lugares

a memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m). (SEIXAS, 2001:42)

Considerando a afirmação do autor de que a memória confere poder àqueles que a gerem ou, até mesmo, àqueles os quais a memória gira em torno com finalidades de exaltação expressa em monumentos; pode-se imaginar a título de ilustração, a seguinte situação: um turista ao visitar o Museu Histórico Jacinto de Sousa, se depara com a chaleira de ferro exposta logo na primeira sala. Ao ler a legenda que dizia ter pertencido à família Lemos de Almeida, o turista, naturalmente, se dirige ao guia não para formular questões sobre a chaleira, mas para indagar quem são ou quem foram os Lemos de Almeida. Possivelmente, a resposta do guia estaria repleta de elementos de fala que tentariam justificar a importância daquela família na formação social, cultural, moral e espiritual da cidade. A chaleira não está exposta porque é uma bela chaleira, de exemplar único e feita com um material nobre. Aquela peça não está ali por si mesma, nem por seu formato e nem mesmo por seu caráter de antiguidade doméstica. O que a sustenta enquanto objeto histórico “relevante” é a família que a utilizou, tida pela historiografia dominante como “pioneira” ou “fundadora” da cidade, portadora de atributos que teriam sido transmitidos a todas as gerações seguintes.

Da mesma maneira, o peso dessa construção histórica recaiu sobre os demais objetos expostos e que tiveram seu uso no passado atribuído aos “Papaemas” e aos “Queirozes”, como a telha, o tijolo e a penteadeira. De certa forma, todas as peças do Museu, inclusive as que não possuem relação com as Famílias, estão sustentadas por

um discurso histórico. Todo Museu parte de uma narrativa consolidada para legitimar seus objetos, mas o raciocínio de buscar objetos para legitimar e consolidar uma narrativa também poderia ser aplicado no caso específico de Quixadá. Isso porque narrativa e objetos se complementam no complexo processo de afirmação tanto de um como de outro, tendo no centro os grupos familiares que, por intermédio dos dois discursos, se tornaram portadores de um poder simbólico baseado na diferenciação social, assim como João Eudes Costa expressou em seu livro o orgulho que sentia em ser descendente do grupo a quem denominou de “pioneiros”.

Esses foram, portanto, o que se entendeu como sendo os reflexos da historiografia oficial, tanto no âmbito político com a consagração e reconhecimento público de João Eudes Costa e Marum Simão; no âmbito do material ou dos monumentos que expressam particularidades das narrativas do Instituto do Ceará, dos referidos memorialistas e das tendências românticas sobre Conselheiro e os “heróis fundadores, materializadas em hinos municipais, praças e museus; no âmbito do simbólico que, no caso das manifestações, celebram uma dada memória sobre Antônio Conselheiro; e no âmbito do discurso oficial que partiu do poder público, especificamente nos textos históricos em seus sites oficiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ler “Retalhos da História de Quixadá” (2002) e “Quixeramobim, recompondo a História” (1997) em meio ao processo de elaboração do projeto de mestrado no ano de 2012, algo dentre os diversos temas tratados pelos memorialistas me chamou a atenção e saltou aos meus olhos: a questão dos discursos que reivindicavam uma dada identidade regional. Orientado a procurar as fontes nas quais os autores teriam bebido ou sofrido influência, percebi falas semelhantes em autores quixadaenses e quixeramobienses, desta vez, ligados ao Instituto Histórico do Ceará. Frente à numerosa possibilidade de temas tratados nos livros, resolvi focar meu recorte nas narrativas que procuraram fabricar sentimentos de pertencimento a partir da tradição na qual estavam inseridos.

Refletir os motivos pelos quais esses livros eram tão aceitos e divulgados até pelo poder público, também foi um desafio acadêmico e ético. Isso porque nas entrevistas que realizei, essa questão não veio à superfície de maneira clara. Coube a mim, buscar respostas nas entrelinhas, nas narrativas que exaltavam os “grandes homens locais” e até mesmo na intimidade desses intelectuais com o poder. O fato dos escritores ainda estarem vivos e atuantes, constitui outro grande desafio ético, mas frente ao que foi produzido, acredito que cumpri de forma cuidadosa, embora não de maneira impecável, o que foi me foi solicitado pelo orientador e ao que me propus.

Ao começar a escrever e estudar dentro desse recorte, percebi que seria necessário ir mais além. Para entender por que, por exemplo, João Eudes Costa exaltava tanto uma família chamada “Lemos de Almeida”, e porquê Marum Simão prezava tanto em seu texto por descrever homens que seriam “cristãos” ou “católicos autênticos”, precisei me aprofundar no lugar social dos autores. Assim, escavando no social, pude perceber mais claramente a relação entre discurso, tendência política e trajetória de vida.

O terceiro capítulo, inicialmente, era um desafio, pois nos dois primeiros capítulos, já havia abordado as obras de ambos os escritores e seus mestres. O fato de ser quixadaense e viver na cidade há 26 anos, dificultou um pouco meu olhar que, nesse momento, deveria ser de estranhamento. Pela força do convívio, certas falas e monumentos passavam despercebidos ou até mesmo eram naturalizados por mim. O

ponto de quebra foi a leitura de trabalhos como o da historiadora Carla Kristine³⁰, que me abriu novas possibilidades para meu trabalho no que concerne a monumentos e museus que refletiram discursos historiográficos provindos do Instituto Histórico do Ceará. Essa problemática foi o ponto de partida para que pudesse desenvolver algo mais original e adequado ao contexto das duas cidades. Não procurei me prender apenas aos monumentos como sendo reflexo da historiografia dominante, antes, analisei hinos oficiais, museus, sites e eventos culturais como o “Conselheiro Vivo”.

Antes de começar a estudar os escritores de maneira mais profunda e sistemática, havia em mim muitos preconceitos em relação a forma como os mesmos se tornaram referências. Inicialmente, meus pensamentos me conduziam (mesmo sem perceber) a uma percepção maquiavélica e até mesmo conspiratória dos fatos. Como se esses intelectuais fossem conspiradores que nas profundezas dos bastidores políticos, bolavam estratégias e faziam alianças para perpetuarem suas obras. O tempo e a maturidade me fez perceber que não, que fazem parte de uma tradição. Uma tradição que busca sim o engrandecimento dos grandes homens e da proximidade com as elites. A legitimação desses indivíduos é resultado de uma tensão constante entre escrita e política, que borbulha no centro dessa tradição.

O recorte específico não me permitiu analisar obras de outros memorialistas que diferentemente de Marum Simão e João Eudes Costa, não possuem o mesmo estrelato, legitimação e capital simbólico, mas que em suas contribuições para a historiografia regional, acabaram também por reproduzir mitos de origem que acabaram por fortalecer os discursos sobre as identidades locais. Não acredito que excluí-los da problemática geral tenha sido uma deficiência do trabalho, mas uma necessidade frente ao recorte que me propus. Este campo que fica em aberto, constitui-se certamente em um desafio para pesquisas futuras.

Por fim, chego a fatal conclusão de que esse trabalho é datado (qual trabalho na História não seria?), pois questiona e problematiza uma memória em constante processo de construção e mudança. Apesar disso, entendo ter sido uma importante contribuição para uma melhor compreensão do cenário historiográfico do Sertão Central cearense, notadamente a historiografia produzida fora da academia por não-historiadores, a qual sempre foi, historicamente, esquecida pelos acadêmicos enquanto possibilidade de objeto central de estudo, não de simples consulta bibliográfica. É

³⁰ RODRIGUES, Karla Cristine. *General Tibúrcio: a construção de um herói para o Ceará (1887-197)*. Anais da ANPUH, 2012.

necessário lembrar que, no contexto estudado, a história lecionada nas escolas, exposta nos museus e expressa nos monumentos urbanos não refletem uma história acadêmica que busca desconstruir. A referência em história local são os memorialistas, os quais possuem uma influência e um poder político muito acentuado. Estudar até que ponto esse poder simbólico expresso em alianças estratégicas, foi importante para a consolidação desse discurso memorialístico é fundamental para uma melhor compreensão da sociedade local. E ainda, perceber como essa narrativa consolidada influenciou ou produziu lugares de memória, manifestações e discursos que buscavam construir uma identidade regional por vezes balizada em interesses de legitimação familiar, também se constituiu como problemática importante para assimilação das disputas pela memória.

FONTES

Fontes Escritas

- SIMAO, Marum. **Quixeramobim, recompondo a história.** Fortaleza: MULTIGRAF Editora Ltda, 1996.
- SIMAO, Marum. **Influência Histórica da Igreja Católica nos Costumes e Valores Locais com enfoque em Quixeramobim, cidade de Antônio Conselheiro**”. Quixeramobim: 2005
- COSTA, João Eudes. **Retalhos da História de Quixadá.** Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- COSTA, João Eudes. **Ruas que contam a história de Quixadá.** Fortaleza: ABC Editora, 2008.
- Convite para o lançamento no Náutico Atlético Cearense datado de 1996 (Acervo pessoal de Marum Simão)

Periódicos/reportagens

- Matéria - Diário do Nordeste Online sobre Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado. 20/12/2013 . Extraída de <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/ricardo-machado-e-reeleito-como-procurador-geral-de-justica/>
Acesso: 20/12/2013
- O Quixeramobim. 1º Edição. 1956. Capa. (Acervo pessoal de Marum Simão)
- Jornal O SERTÃO. 2º edição. 2014. “*14 de Agosto é ou não é o dia do município?*” - João Bosco Fernandes Mendes.
- Jornal O SERTÃO. 2º edição. 2014. “*Quixeramobim completa 225 anos de município e 158 de cidade*”
- Reportagem do canal ESPN Brasil - “Conheça a história de Amadeu Filho, radialista de Quixadá e apaixonado pelo Botafogo”.
(http://espn.uol.com.br/video/323644_conheca-a-historia-de-amadeu-filho-radialista-de-quixada-e-apaixonado-pelo-botafogo)

Documentos Oficiais

- Plano Plurianual Participativo 2010-2013 – Quixadá. Extraído de www.quixada.ce.gov.br/images/downloads/PPA_QUIXADA.pdf

- Discurso da ex-coordenadora do Museu Jacinto de Sousa, Maria Prima de Sousa em 27/10/2006. (Acervo pessoal de Maria Prima)
- Site da prefeitura Municipal de Quixadá – www.quixada.ce.gov.br
- Link “Turismo”
- Site da prefeitura Municipal de Quixeramobim – www.quixeramobim.ce.gov.br
- Link “Turismo”
- Perfil político do ex-deputado estadual e federal Leorne Menescal Belém de Holanda. Site da Câmara dos deputados – http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123232&tipo=0
- Convite para o lançamento oficial do livro “Quixeramobim, recompondo a história.” - 1996 (Acervo pessoal de Marum Simão)

Músicas

- Hino Municipal de Quixadá
- Hino Municipal de Quixeramobim
- Hino Oficial do Bicentenário da Paróquia de Quixeramobim

Fontes orais

- Marum Simão, 79 anos. Três entrevistas realizadas nos dias 17/10/2013; 11/12/2013 e 15/01/2014 . Entrevistador: Nathan Pereira Barbosa. Fortaleza/CE. Arquivo mp3 (130 minutos).
- João Eudes Costa, 78 anos. Entrevista realizada no dia 12/03/2012. Entrevistador: Nathan Pereira Barbosa. Quixadá/CE. Arquivo mp3 (112 minutos)

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007.

ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História, a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.

ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Feira dos mitos - a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia Anotada Expandida**. São Paulo: Mundo Cristão, 2006.

ARRUDA, Joao. **Canudos, Messianismo e Conflito Social**. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1993.

BARTELT, D. D. **O cerco discursivo de Canudos**. Disponível em: <http://www.portifolium.com.br/artigos>. Acesso em 15 de abril de 2006.

BOSSE, Mathias Le. **As questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas**. IN: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 6ª.ed., 2005.

BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. **Antônio Conselheiro - Os Vários**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)**. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1993.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** São Paulo: Paz e Terra, 3ª Ed., 1996. 3ª ed.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962. _____. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5°. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis-RJ, 1994.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu. Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro, 2000.

CHAVES, Cyntia. **Os enlaces da Memória com a Escrita: Os livros memorialísticos como fontes para se tecer a História**. In: Anais – I Primeiro Encontro Internacional de História, Memória, Oralidade e Culturas, 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. Monumentos, Política e Espaço. In: ____ & ROSENDHAL, Zeny (orgs.). Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

COSTA, João Eudes. **Retalhos da História de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

COSTA, João Eudes. **Ruas que contam a história de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

DRUCKER, Susan J; CATHCART, Robert S. American Heroes in a Media Age. Cresskill / New Jersey: Hampton Press, 1994.

FACO, Boanerges. **Fastos do Ceará**. Fortaleza: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1954.

FERREIRA, M.M.; AMADO, J.(Org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FUNES, Eurípedes. —”**Negros no Ceará**” In. **Uma nova História do Ceará**. SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide; [et. al.] 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007

FURTADO, Andrade. **Quixeramobim e sua vida religiosa**. Fortaleza: Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1955.

GALVAO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora**. São Paulo: Ática, 1974.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES. Ângela de Castro & SCHMIDT. Benito Bisso. **Memórias e Narrativas (Auto)biográficas**. (Org.) Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. **Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática historiográfica no século XIX**. Rio de Janeiro: Revista Topoi, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HOOK, Sidney. **O Herói na História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Historiografia: O sentido da escrita e a escrita do sentido**. In: Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia. Uberlândia, jan. jun.2009.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, Separar, Mostrar – Memória e Escrita da História no Museu do Ceará (1932-1976)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887 – 1914)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Universidade e Lugares de Memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Um Mapa do Terreno. Mitos e heróis; uma construção de imaginários**. Org. FELIX, Loiva Otero. ELMIR, Claudio. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade Étnica, Identificação e Manipulação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1976.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. Campinas: UNICAMP, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. **Usos da memória e do esquecimento na História. Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência**. UFSM. Santa Maria - RS. Revista nº 4, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. n.3, 1989, p3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/104.pdf>

PORDEUS, Ismael. **Antônio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim**. Fortaleza: Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1955.

PORTELLI, Alessandro. **O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória e imaginação.** In: **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Pág. 25-70.

RUTHERFORD, J. (org.) (1990). **Identify: community, culture, difference.** Londres: Lawrence and Wishart.

SACRAMENTO, Igor. **A retórica autobiográfica em Dias Gomes: apenas um subversivo?** Rio de Janeiro: Revista Mosaico. Edição nº 4, ano II. s.d.

SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará.** Fortaleza

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. **(Res)sentimento: história de uma emoção.** In: BRESCANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da Silva. **Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940): Monumentos, heróis e Imaginário.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SIMAO, Marum. **Quixeramobim, Reconpondo a História.** Fortaleza: MULTIGRAF Editora Ltda, 1996.

SOUSA, Manoel Alves de. **Conhecendo e construindo a história de Quixadá.** Fortaleza: Gráfica Tipogresso.

SOUZA, Eusébio Nery Alves de. **Breve Notícia Histórica da Cidade de Quixeramobim.** Fortaleza: Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1913

SOUZA, Eusébio Nery Alves de. **Memória sobre o município de Quixadá**. Fortaleza: 1925.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira: o diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.